



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

GILSON DOS REIS MELO FILHO

**IMPRENSA E TRABALHADORES NO ANO DE 1935: O EMBATE DO JORNAL
ALIANCISTA A *MANHÃ* CONTRA OS *DIÁRIOS ASSOCIADOS***

NITERÓI

2023

INSTITUTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GILSON DOS REIS MELO FILHO

**IMPrensa E TRABALHADORES NO ANO DE 1935: O EMBATE DO JORNAL
ALIANCISTA A MANHÃ CONTRA OS *DIÁRIOS ASSOCIADOS***

Dissertação apresentada à ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense – UFF,
como exigência parcial para a obtenção do
título de MESTRE em História, sob a
orientação da Prof.^a Dr. Paulo Terra Cruz

NITERÓI

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M528i Melo Filho, Gilson dos Reis
 Imprensa e trabalhadores no ano de 1935: o embate do jornal
 aliancista A Manhã contra os Diários Associados / Gilson dos
 Reis Melo Filho. - 2023.
 179 f.: il.

 Orientador: Paulo Cruz Terra.
 Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
 Instituto de História, Niterói, 2023.

 1. Imprensa. 2. Republica, 1930-1937. 3. Legislação
 social. 4. Sindicato. 5. Produção intelectual. I. Terra,
 Paulo Cruz, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
 Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

Gilson dos Reis Melo Filho
Matrícula: M008.121.017

**IMPrensa e trabalhadores no ano de 1935: o embate do jornal
Aliancista a Manhã contra os diários associados**

Dissertação de Mestrado

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Terra Cruz (Universidade Federal Fluminense)
Orientador

Prof. Dra. Laura Antunes Maciel - (Universidade Federal Fluminense)

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes – (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

NITERÓI

2023

RESUMO

A Constituição de 1934 e os decretos da legislação trabalhista desse período possibilitaram rearranjos no operariado carioca, alargando a discussão sobre uma maior autonomia sindical e, pelo menos no papel, uma maior liberdade de expressão para os meios de comunicação. Com base nesse novo contexto histórico, a dissertação tem por objetivo analisar dois projetos políticos distintos que ocorreram na imprensa carioca no ano de 1935. O primeiro será estudar o projeto político contido no jornal *A Manhã*, ligado ao movimento aliancista e de esquerda. A base da análise será pautada em entender como ele tentou mobilizar os trabalhadores para as suas fileiras e como ele se portou sendo um órgão da imprensa operária no campo jornalístico da época, vivendo com poucos recursos e o perigo da censura. O segundo projeto político será analisar *O Jornal*, periódico que fazia parte do grande conglomerado jornalístico *Diários Associados*, que apresentava um projeto político em consonância com os grupos do poder, tendo uma produção caracterizada como “empresarial”. No embate entre os dois projetos políticos, se pretende discutir as relações trabalhistas da época, o papel das autoridades e do Estado, as diferentes visões sobre as leis sociais e as diferenças de tratamento sobre greves, comícios e convenções coletivas.

Palavras-chave: imprensa, Era Vargas, história do trabalho, sindicato, leis sociais

ABSTRACT

The 1934 Constitution and the decrees of the labor legislation of that period enabled rearrangements in the working class of Rio de Janeiro, broadening the discussion about greater union autonomy and, at least on paper, greater freedom of expression for the media. Based on this new historical context, the dissertation aims to analyze two distinct political projects that occurred in the Rio de Janeiro press in 1935. The first will be to study the political project contained in the newspaper *A Manhã*, linked to the alliance and leftist movement. The basis of the analysis will be based on understanding how he tried to mobilize workers to his ranks and how he behaved as an organ of the working-class press in the journalistic field of the time, living with few resources and the danger of censorship. The second political project will be to analyze *O Jornal*, a periodical that was part of the large journalistic conglomerate *Diários Associados*, which presented a political project in line with the groups of power, having a production characterized as “entrepreneurial”. In the clash between the two political projects, it is intended to discuss the labor relations of the time, the role of the authorities and the State, the different views on social laws and the differences in treatment of strikes, rallies and collective agreements.

Keywords: press, Vargas Era, labor history, syndicate, social laws

RESUMEN

La Constitución de 1934 y los decretos de la legislación laboral de ese período permitieron reacomodos en la clase obrera de Río de Janeiro, ampliando la discusión sobre una mayor autonomía sindical y, al menos en el papel, una mayor libertad de expresión para los medios. Con base en este nuevo contexto histórico, la disertación tiene como objetivo analizar dos proyectos políticos distintos que ocurrieron en la prensa de Río de Janeiro en 1935. El primero será estudiar el proyecto político contenido en el diario *A Manhã*, vinculado a la alianza y al movimiento de izquierda. La base del análisis se basará en comprender cómo trató de movilizar a los trabajadores a sus filas y cómo se comportó como órgano de la prensa obrera en el campo periodístico de la época, viviendo con pocos recursos y el peligro de la censura. El segundo proyecto político será analizar *O Jornal*, periódico que formaba parte del gran conglomerado periodístico *Diários Associados*, que presentó un proyecto político en línea con los grupos de poder, teniendo una producción caracterizada como “empresarial”. En el choque entre los dos proyectos políticos, se pretende discutir las relaciones laborales de la época, el papel de las autoridades y del Estado, las diferentes visiones sobre las leyes sociales y las diferencias en el tratamiento de huelgas, mítines y convenios colectivos.

Palabras-clave: prensa, Era Vargas, historia laboral, sindicato, leyes sociales

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, os meus mais sinceros agradecimentos a Deus.

Agradeço de coração aberto ao nosso país pela sua beleza, potencialidade e resistência, que certamente o levarão para um destino glorioso apesar de todos os problemas sociais.

Agradeço também à família, principal recanto onde possibilitou a elaboração deste longo trabalho durante o difícil momento da pandemia. Agradeço particularmente ao meu pai, que apesar de não estar mais aqui, estaria feliz de acompanhar essa minha caminhada.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Terra, um grande responsável por transmitir conhecimento e calma nos momentos de mais necessidade.

Agradeço ao Paulo Fontes e à Laura Maciel por contribuírem em qualificar ainda mais este trabalho.

Agradeço a todo o corpo de estudantes e professores da Universidade Federal Fluminense pela qualidade e o importante papel que desempenham em elevar não somente o nível educacional do país, mas o refinamento moral e espiritual da sociedade.

“Um novo, claro Brasil surge, indeciso, da pólvora.
Meu Deus, tomai conta de nós”. (Drummond de Andrade)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 12
 CAPÍTULO I. O RIO DE JANEIRO DOS TRABALHADORES NO ANO DE 1935	p. 38
 CAPÍTULO II. DOIS DISTINTOS PROJETOS POLÍTICOS: A <i>MANHÃ</i> E O <i>JORNAL</i>	p. 66
2.1. <i>A Manhã</i> : breve contextualização histórica e a identificação do periódico ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL)	p. 66
2.2. A estrutura e o projeto político do jornal: a busca da unificação sindical pela CSUB	p.71
2.3. A tentativa de formar frente única no mundo do trabalho	p. 83
2.4. <i>O Jornal</i> : projeto político e a origem de um pilar importante dos <i>Diários Associados</i>	p. 104
2.5. <i>O Jornal</i> e o anticomunismo como instrumento	p. 109
 CAPÍTULO III. IMPRENSA E LEIS SOCIAIS	p. 118
3.1. Distintos projetos políticos em debate sobre os direitos trabalhistas	p. 119
3.2. As diferentes coberturas jornalísticas da luta dos metalúrgicos	p. 152

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

..... p. 167

FONTES p. 172

BIBLIOGRAFIA p. 175

INTRODUÇÃO

O dinamismo político existente no meado da década de 1930 no país, retratado por Angela de Castro Gomes como um “agitado período político”¹, colocam sérias questões de como o trabalho de imprensa não apenas registrou, mas como também interviu nessa realidade tão complexa, marcada por demandas de direitos sociais e cidadania por parte dos trabalhadores e por uma frequente suspeita dos empresários pelas ações de intermediação do Estado em questões que envolviam seus interesses políticos e financeiros.

Ao longo do desenvolvimento do projeto de pesquisa que se debruçou sobre esse período histórico, foi ficando cada vez mais claro a intercessão existente entre a história da imprensa e a história do trabalho, tornando visível que a articulação de ambas contribui para se pensar e estudar as questões presentes na História Social, tais como os movimentos sociais, estudos urbanos, grupos e classes sociais, conforme sugestão em livro feito por Hobsbawm².

Criou-se, desse modo, a percepção da impossibilidade de se dissociar as questões da história da imprensa das abordagens e discussões existentes na história social do trabalho, visto que a todo momento as fontes de imprensa comunicam diferentes posicionamentos e projetos, que em certos momentos silenciam ou atacam, mas que em outros, se alinham com as lutas dos trabalhadores.

As abordagens da história do trabalho que serão comentadas a seguir servem para compreender as relações trabalhistas como um valioso elemento para se entender a realidade sociopolítica e os fatos históricos que deram lugar no ano de 1935. Trata-se, então, de analisar com ênfase as experiências³ dos trabalhadores, buscando desse modo, como afirmam Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes⁴, o entrelaçamento das fontes com o

¹ DE CASTRO GOMES, Angela. *A Invenção do Trabalhismo*.- 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 219.

² HOBSBAWM, E. J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 95.

³ O conceito de “experiência” será utilizado aqui com base naquilo que Thompson define o conceito de “classe”, no qual possui um caráter relacional da sua formação (sem contar a enorme importância das relações de produção), demonstrando que a classe é formada quando “alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.”. Cf. THOMPSON, Edward P. “A árvore da liberdade”. In: *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

⁴ NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In *Tempo Social*, Vol 18, no 1. São Paulo, 2006, pp. 217-240.

“vivido” (a experiência⁵), permitindo a reconstituição de redes de relações encarnadas em pessoas concretas. Em outra obra, num sentido similar, Antonio Negro afirma que “precisamos conhecer os nomes, os valores e estratégias, as iniciativas e rumos dos trabalhadores ou das classes chamadas de subalternas ou perigosas [...]”⁶. Logo, o enfoque desta dissertação será compreender as experiências e relações que envolveram a classe trabalhadora no meado da década de 1930.

A história social do trabalho ajuda a perceber também a existência de lutas para a defesa dos direitos dos trabalhadores que vão além daquelas organizadas por associações, partidos e/ou sindicatos, corroborando para o estudo de outras formas de resistência, como aquela que se pretende investigar aqui feita por meio do uso de uma imprensa operária, na qual difunde diferentes estratégias que visam o atendimento das demandas trabalhistas. Nesse ponto, pode-se estudar de forma mais adequada a “complexidade da experiência operária”⁷.

O uso de diferentes estratégias na imprensa operária servia para criar mais interatividade com o público, como, por exemplo, a exposição dos telegramas enviados pelos trabalhadores para os jornais ou até mesmo a realização e exposição de entrevistas nas ruas com operários que se locomoviam entre a casa e o trabalho e relatavam as suas dificuldades do dia a dia. Se buscava também, ao retratar os problemas da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, a autenticidade dos fatos descritos nos jornais através da utilização de fotos e imagens para retratar a dura realidade do trabalhador. A fotografia confere “um poder de credibilidade que nos leva a crer no objeto representado”, mas que, segundo Laura Maciel⁸, deve-se pensá-la como um “recurso disponível” apropriadas por diferentes grupos, havendo “razões da produção dessas imagens”, devendo ser analisada em seu “conjunto”, ou seja, nas “relações que orientaram a produção, o arquivo e a preservação desses registros”. Tais estratégias foram além daquelas organizadas pelas associações, partidos e/ou sindicatos e também contribuíam para a organização da

⁵ A utilização do conceito de “experiência” por Antonio Negro e Flávio Gomes se dá também no sentido thompsoniano.

⁶ NEGRO, Antonio. “Paternalismo, populismo e história social”. In *Cadernos AEL*, Campinas, Vol 19, 2005, p. 15.

⁷ Ibidem, p. 222.

⁸ MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’*. São Paulo: EDUC, 1998, p. 35-36.

classe trabalhadora na realização/expressão das suas demandas e ajudavam na compreensão dos membros da classe trabalhadora em suas experiências diárias.

Além disso, a história social do trabalho possui uma abordagem que tenta entender aspectos da classe trabalhadora para além daqueles que estavam sindicalizados, eram líderes ou que possuíam papel-chave na organização da classe⁹. Aqui, nesta dissertação, apesar de trabalhar com fontes mais voltadas para aqueles considerados protagonistas¹⁰ nas lutas operárias no ano de 1935 do Rio de Janeiro, não se pretende deixar de abranger figuras que também tiveram importância na organização e luta das demandas trabalhistas, como os não-sindicalizados, as figuras anônimas dos jornais, os jovens, as mulheres, os negros, etc.

Ao se tratar da história social do trabalho, deve-se mencionar também a relação dos trabalhadores e suas estratégias de luta contra os aspectos políticos da dominação. As classes dominantes também possuem suas estratégias para a manutenção do poder, seja absorvendo parte da classe trabalhadora, seja reprimindo figuras que destoavam e ameaçavam o poder estabelecido e até mesmo na criação de mecanismos de consenso entre os diferentes grupos sociais. O trabalhador não era somente uma figura apática que confirmava a “tese da passividade do proletariado de origem rural”¹¹, mas sim era um agente histórico que podia comunicar seus interesses e alterar o rumo das decisões políticas, possibilitando conquistas sociais “reconfirmadas nos chãos das fábricas, não sendo benesses de tramas urdidas em palácios”¹².

São frutos das discussões existentes da história social do trabalho o debate sobre a validade e os diferentes usos dos conceitos políticos que tentam explicar o papel de intermediação do Estado no conflito entre o capital e a atuação da classe trabalhadora

⁹ “Há outros trabalhadores para se conhecer em suas peculiaridades, mesmo que não afirmassem fazer parte de uma classe operária”. Cf. NEGRO, 1996, p. 58 *apud* NEGRO & GOMES, 2006, op. cit., p. 220.

¹⁰ Autores como Eulália Maria, Marcos Napolitano, Angela de Castro Gomes analisam que os comunistas na década de 1930 absorveram, no meio sindical e operário, o lugar de importância dos anarquistas que vinham em processo de queda de influência na década de 1920. Cf. DE CASTRO GOMES, 2005, op. cit., p.159-161.; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro Operário: natureza do Estado e conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe (1930-1970)* / Eulália Maria Lahmeyer Lobo ... [et al.] coordenação de Eulália M. L. Lobo; prefácio de José Luiz Werneck da Silva. - Rio de Janeiro: Access Editora, 1992, p. 16.; NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto., 2017, p. 81.

¹¹ NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio, op. cit., p. 221.

¹² NEGRO, Antônio Luigi. *Ignorantes, sujeitos e grosseiros: uma reinvenção da história do trabalhismo*. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 09-33, 2003, p. 11.

durante o período de 1930 até 1964. “Paternalismo”, “trabalhismo”, “populismo”, “mandonismo”, “clientelismo” são os termos frequentemente difundidos e discutidos em relação aos seus diferentes usos. As limitações para definir essa realidade histórica também são discutidas.

Sobre o conceito de “populismo”, Negro comenta que, por ter uma significação bastante ampla, chega ao ponto de criar um grupo de defensores do abandono do uso¹³, que relatam que o termo “não presta”¹⁴. Contudo, indo na contramão desse senso, o autor comenta haver sim uma validade em usar tal conceito para definir o período histórico iniciado na década de 1930, porém somente se estiver correlacionado ao conceito de “hegemonia”¹⁵, que propõe o afastamento da ideia de populismo como uma mera “política de demagogia ou obscurecimento da consciência dos trabalhadores”, mas sim, um entendimento em que dominantes e dominados dividiam um “campo de relações em que classes sociais distintas constroem, compartilham e disputam ideologias, valores, crenças, práticas e espaços, comuns ou contíguos.”¹⁶.

Da mesma maneira, o historiador Felipe Demier¹⁷ irá retomar a validade do conceito ao mostrar que o uso indiscriminado pela imprensa ocasionou o seu “desgaste”, pois de uma “verborragia anti-imperialista a um simples aumento do salário mínimo, passando pela ampliação de programas assistencialistas focalizados, tudo é visto como “populismo” pelos editores da grande imprensa.”¹⁸. A “cura” para o desgaste seria retomar o “modelo explicativo” dos primeiros usos do termo “populismo” que vieram principalmente dos trabalhos ligados aos teóricos do populismo¹⁹, “com destaque para o

¹³ A seguir, algumas das principais obras que contestam a validade do termo “populismo” para definir o período. Cf. FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. op. cit., p. 59-124. ; DE CASTRO GOMES, 2005, op. cit., 2005.; REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. op. cit., p. 319-377.

¹⁴ NEGRO, 2005, op. cit., p. 17.

¹⁵ Ibidem, p. 23.

¹⁶ Ibidem, p. 23.

¹⁷ DEMIER, Felipe. *Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo*. Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 204-229.

¹⁸ Ibidem, p. 204.

¹⁹ Segundo o historiador Felipe Demier, os primeiros usos do termo “populismo” vieram principalmente dos trabalhos ligados a Universidade de São Paulo (USP) e herdeiros do antigo Centro de Sociologia da Indústria e do Trabalho (CESIT), “com destaque para o cientista político Francisco Weffort e o sociólogo Octavio Ianni.” Cf. Ibidem, p. 206. A influência do modelo explicativo se estenderia para as décadas de 70 e 80, quando no final dessa última começaria a acontecer “um movimento de revisão historiográfica do período populista” Cf. Ibidem, p. 208.

cientista político Francisco Weffort e o sociólogo Octavio Ianni,”²⁰. Para Demier, “os teóricos marxistas do populismo trouxeram à tona em seus trabalhos, como pudemos ver, aspectos fundamentais para a compreensão do processo sócio-político brasileiro ocorrido entre 1930-1964.”²¹.

O desgaste do modelo explicativo de cunho marxista sobre o período populista, segundo Demier, geraria a criação de dois novos campos da revisão historiográfica no final da década de 1980: a corrente revisionista fluminense e os revisores da corrente campineira. Não será do intuito deste trabalho tratar dos detalhes dessas novas correntes e as diferenças existentes entre elas, porém, o que é importante pontuar, é a crítica contumaz que Demier sinaliza para se distanciar das ideias da corrente revisionista. Nela, se prega a substituição do termo “populismo” pelo novo conceito de “trabalhismo” com o objetivo de tornar positivo “o engenhoso trabalhismo construído por Vargas, Marcondes Filho e cia., fundamental na estrutura populista de dominação política sobre os trabalhadores”, apresentado “como uma simples opção racional dos trabalhadores brasileiros”²². Para Demier, toda essa corrente visa “promover uma positivação das formas populistas de dominação de classe.” tratando-se, “na verdade, de uma defesa populista do populismo.”²³. A obra fundamental para o estabelecimento desta corrente se dá com Angela de Castro Gomes, na qual em 1988 publica a obra *A invenção do trabalhismo*, na qual “propôs a categoria de “trabalhismo”, inicialmente como uma rejeição implícita ao conceito de populismo.”²⁴

Antonio Negro relativiza a validade do conceito de “trabalhismo”, dizendo que tal ideário parte da vontade de tutela e controle do Estado, sendo, portanto, a representação dos interesses da classe dominante, mas que também, ao não cavar um “fosso entre excluídos e incluídos.”²⁵, permitia a sua absorção pela classe dominada de diversas maneiras, seja por uma certa autonomia conquistada pelos trabalhadores ou pelas reivindicações de direitos trabalhistas e cidadania. A luta dos trabalhadores, portanto, chegava a alterar a ordem estabelecida, se tornando um movimento social capaz de alterar a realidade social.

²⁰ Ibidem, p. 206.

²¹ Ibidem, p. 228.

²² Ibidem, p. 226.

²³ Ibidem, p. 226.

²⁴ Ibidem, p. 208.

²⁵ NEGRO, Antonio, 2005, op. cit., p. 21.

Negro, cronologicamente, traça que, até o ano de 1935, havia um incrível dinamismo na sindicalização, que conseguiria se reorganizar fora da tutela estatal e da repressão existente. Durante 1935 até o ano de 1942, o controle estatal foi por ele considerado efetivo, mesmo que somente ditando ordens aos sindicatos. Para o início da década de 1940, com a invenção do trabalhismo, “o criador relaxou as rédeas do controle repressivo e exortou à participação.”²⁶. Portanto, se baseando em Negro, pode-se dizer que o ano de 1935 representa um período de mudança de uma sindicalização mais autônoma para um Estado que detinha um controle mais eficaz na organização dos trabalhadores:

Diversas pesquisas, de fato, já demonstravam que o sindicalismo não capitulara nas mãos de Vargas, tendo conseguido preservar projetos e ação independentes, até 1935. Vários sindicatos, ao invés de serem destruídos ou criados, foram reorganizados pelos trabalhadores, a partir de posições amadurecidas e consolidadas (e não necessariamente indispostas com o varguismo).²⁷

Se há, por um lado, uma forte política centralizadora que mais tarde desembocaria na invenção do trabalhismo como uma agenda política que distribuía cidadania e direitos trabalhistas de cima para baixo, que nas palavras de Angela de Castro Gomes seria um pacto operado na “lógica da reciprocidade”²⁸, consistindo numa troca de interesses entre a adesão os trabalhadores e o Estado, em que os primeiros ganhavam não só materialmente, mas também simbolicamente através de discursos de valorização da “autoimagem dos trabalhadores”²⁹, e que o segundo, teria o seu reconhecimento facilitado pelos trabalhadores devido à “obediência política”³⁰. Há também, por outro lado, uma complementação³¹ feita por Alexandre Fortes e Antonio Negro sobre o longo percurso naquilo que poderia ser definido como “trabalhismo”, que pôde, sim, ser reinventado e alterado diariamente através das ações da própria classe trabalhadora, seja por causa das suas lutas diárias ou pelas memórias das lutas passadas. Ao tecer críticas ao excesso de ênfase dada ao papel de Estado feita por Gomes na construção dos direitos sociais, Negro quer retomar a noção da

²⁶ Ibidem, p. 25.

²⁷ Ibidem, p. 28.

²⁸ GOMES, Angela de Castro, 2005, op. cit., p. 301.

²⁹ Ibidem, p. 180.

³⁰ Ibidem, p. 180.

³¹ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. *Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil*. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 25-49, 2002.

autonomia e luta dos operários e com isso priorizar as experiências dos trabalhadores na década de 1930:

Gomes inicia sua narrativa no final do século XIX, concentrando-se no estudo das alternativas que buscam estabelecer o lugar dos trabalhadores na sociedade até sua síntese no discurso trabalhista. Sua atenção, porém, desloca-se rapidamente da década de 1920 para o Estado Novo (1937-1945), não enfocando o processo de reapropriação do enunciado dos direitos e a luta pela sua efetivação, no início da década de 30. Isso implicou o subdimensionamento da importância da luta operária no período como parte constitutiva das origens e desenvolvimento do trabalhismo, que tende assim a aparecer como fruto da “invenção” estatal.³²

A importante complementação visa elencar a abordagem da história social do trabalho como fundamental para a construção de narrativas historiográficas capazes “de contemplar a resistência operária, dentro e fora do processo de produção, mas também sua relação com outros atores sociais como empresariado, partidos políticos, Igrejas e Estado.”³³

Reafirma-se aqui, nesta dissertação, a necessidade de se estudar, através das fontes de imprensa, as relações e as experiências que envolviam os trabalhadores no meado da década de 1930. Numa leitura que não dissocia história da imprensa e a história social do trabalho, a imprensa aqui, especificamente a empresarial representada pelo *O Jornal*, se torna um poderoso instrumento na produção de consenso, principalmente quando ela se propõe a atuar como intermediadora do conflito entre capital e trabalho, revelando ser um ambiente privilegiado para entender o papel do Estado na resolução de conflitos entre trabalhadores e empresários, deixando transparente a sua função em harmonizar os interesses dos trabalhadores que são distintos dos interesses dos empresários.

Conjuntamente, o estudo de uma pequena parte da imprensa operária de 1935 através das publicações diárias do jornal *A Manhã* visa lidar também com essa transição de um período de grande autonomia para a classe trabalhadora em direção a um período em que a repressão estatal foi mais forte, podendo perceber os limites de atuação da classe e como ela compreende o processo de dominação. A escolha deste breve período de análise está intimamente relacionada pela breve experiência da Aliança Nacional Libertadora (ANL) iniciada nos primeiros meses de 1935, em que o periódico *A Manhã* foi um grande

³² Ibidem, p. 33.

³³ Ibidem, p. 34.

porta-voz do movimento, transitando num período constitucional que garantia uma certa liberdade de mobilização e expressão, mas que, na prática, teve que conviver com a censura e risco de empastelamento.

Ao se falar de uma história da imprensa³⁴, estamos nos referindo aqui aos jornais que não servem somente como fontes que ajudaram a registrar os acontecimentos, mas também como elementos que são ingredientes do processo, conforme afirmações das autoras Maria do Rosário e Heloísa de Faria³⁵, sendo, portanto, agentes possuintes de uma “força histórica ativa”³⁶. No mesmo sentido, Maria Helena Capelato comenta que a imprensa desde os primórdios age como uma “força política”³⁷, podendo até mesmo desempenhar um papel semelhante ao de um “partido”³⁸.

Desse modo, ao se estabelecer como sujeito da história, a imprensa se constitui e atua no interior do “campo de lutas sociais”³⁹; possui “uma historicidade e peculiaridades próprias”⁴⁰; modela “formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.”⁴¹. Além disso, é um “espaço privilegiado da articulação”⁴² de projetos de diferentes grupos sociais e atua como uma “força ativa na constituição dos processos de hegemonia social”⁴³.

Ainda segundo as autoras Heloísa e Maria do Rosário, as lutas sociais acontecem no momento imediato do processo de produção de uma publicação, escrita pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade. Os seguintes questionamentos mapeiam uma leitura dos jornais e revistas como participantes ativos das lutas sociais:

[...] como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são

³⁴ Vale aqui a lembrança de Maria Helena Capelato: “O termo imprensa não se reduz ao jornal; abrange revistas, almanaques e folhetos [...]”. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil* / Maria Helena Rolim Capelato - São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 27.

³⁵ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “*Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa*”. Projeto História (PUCSP), v. 1, p. 22-38, 2008.

³⁶ Ibidem, p. 260.

³⁷ CAPELATO, 1988, op. cit., p. 13.

³⁸ Ibidem, p. 37.

³⁹ CRUZ e PEIXOTO, 2008, op. cit., p. 257.

⁴⁰ Ibidem, p. 258.

⁴¹ Ibidem, p. 258.

⁴² Ibidem, p. 259.

⁴³ Ibidem, p. 259.

seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição?⁴⁴

Além destes questionamentos, outras perguntas também nortearão a presente dissertação e servirão como parâmetros de análise das fontes escolhidas. Tais indagações surgiram ao longo do desenvolvimento da pesquisa e ajudaram a refletir sobre as fontes utilizadas em relação às lutas dos trabalhadores: quais principais demandas trabalhistas veiculadas? Há diferentes formas de luta apresentadas? Como os distintos jornais situaram a luta dos trabalhadores nas páginas do jornal? Que causa o jornal defendia? Que projeto do lado da classe operária eles defendiam? Qual a representação que eles faziam da luta operária? Quem são os editores e no que eles participavam? Qual a disputa do jornal com os outros jornais? Quais os objetivos imediatos e objetivos a longo prazo? Quais são as questões que envolvem o jornal? Houve alteração da visão da imprensa ao longo da leitura das fontes? Como forjavam uma opinião pública?

A partir dessa reflexão sobre a impossibilidade de dissociar a imprensa como sujeito histórico em relação constante com os trabalhadores e da série de questionamentos que surgem na leitura das fontes, pode-se aqui afirmar o principal objetivo a ser perseguido neste trabalho, sendo ele analisar como os diferentes projetos existentes em dois jornais cariocas (o jornal *A Manhã* e o periódico *O Jornal*) se relacionaram com a luta dos trabalhadores no ano de 1935, período do auge das greves trabalhistas na década de 1930, possibilitadas por um breve momento de uma maior autonomia sindical e liberdade de expressão devido à Constituição de 1934. Além disso, o período é marcado pelo crescimento do protagonismo dos comunistas na organização da vida sindical em contraste com o declínio de influência dos anarquistas, tendo o jornal *A Manhã* ligação com o movimento comunista e sendo um dos principais meios para a propagação desse ideário.

Ainda no ano de 1935, o ministro Agamenon Magalhães esteve à frente da pasta do Ministério do Trabalho e as suas ações são frequentemente criticadas pelos envolvidos na imprensa operária do jornal *A Manhã*, principalmente no controle das eleições classistas. Além dele, o jornal criticou uma série de autoridades repressoras da mobilização dos trabalhadores (sindicalizados ou não) e que também criavam novas formas de absorver a classe trabalhadora. Por outro lado, a pesquisa visa entender também como o periódico *O*

⁴⁴ Ibidem, p. 260.

Jornal trabalhou para consolidar as ideias governamentais que pregavam o equilíbrio entre capital e trabalho, logo, outrossim, a defesa da manutenção e consolidação dos grupos políticos dirigentes. É deste embate de ideias e discursos que se elabora a tensão existente entre os dois periódicos, ajudando a esclarecer como o ano de 1935 foi uma época rica que permite revelar os caminhos que a política oficial estava tomando para gerir a demanda dos trabalhadores e o poder central.

A análise de como cada jornal interpretou, divulgou, analisou, atacou ou defendeu a ação dos trabalhadores diante dos conflitos sociais se torna um importante objetivo. O enquadramento de cada jornal numa corrente política, se ligados a uma associação de trabalhadores ou de empresários, são fatores importantes para a definição mais clara do conflito e das mediações existentes na década. A escolha por cada um dos jornais acima mencionados se deve exatamente por essa percepção do conflito existente na época, pois o jornal *A Manhã* é mais interligado aos movimentos de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a ANL e aos movimentos sindicais. As alianças políticas deste jornal comprovam e denotam um trabalho de imprensa mais voltado à contestação da realidade política. Já o periódico chamado *O Jornal* é mais interligado aos círculos do poder que se estabelecera na década de 1930, período quando o dono Assis Chateaubriand estabeleceu uma rede de amizades com importantes figuras do meio político, reforçando o seu papel de jornalista mais conveniente e até mesmo laudatório sobre a nova situação política do país. Das contradições e muitas vezes conflitos entre os dois jornais no plano das ideias se pode perceber as diferentes maneiras de se pensar a atuação da classe trabalhadora.

Conforme as palavras de Capelato que critica a divisão existente entre a boa e a má imprensa, lógica que impera na “ótica burguesa” de se analisar os periódicos, estamos longe de querer criar uma divisão maniqueísta entre os dois jornais, na qual há uma boa imprensa que é “bem comportada” e a outra, a má, que “é sempre depreciada e punida porque ameaça os ‘bons costumes’ e a ‘ordem’”⁴⁵. Relembrando que qualquer tipo de imprensa é importante para se conhecer uma época, mostrando também que

O confronto “boa-má” imprensa traduz uma luta político-ideológica na qual se envolvem os defensores da ordem estabelecida e os que a criticam. Entre esses dois extremos há muitas nuances; as críticas e defesas são diversificadas, cabendo ao historiador captar todos os matizes.⁴⁶

⁴⁵ CAPELATO, 1988, op. cit., p. 28.

⁴⁶ Ibidem, p. 33.

Ademais, para atingir o principal objetivo desta dissertação, torna-se necessário também refletir aspectos específicos da história da imprensa⁴⁷. Um deles fica visível na leitura do autor Ben. H. Bagdikian⁴⁸, o qual estuda as empresas de comunicação que funcionam atualmente nos Estados Unidos. Por mais que se trata de outra temporalidade e outro espaço social, o autor retrata o incrível poder alcançado pela imprensa, que por meio da formulação de discussões públicas conseguiram alterar o alcance e o sentido dos conceitos políticos, e até mesmo a formulação de identidades políticas. Dessa forma, qualquer pessoa, ocupante de um determinado espectro político, acaba tendo que se afastar de certos princípios e ideias por causa do esforço midiático em alterar o peso e o sentido dos conceitos políticos.

Pode não ser coincidência que, durante esses anos de concentração de mídia, o espectro político – assim como o noticiário – tenha sofrido uma guinada. Conforme citado, quem costumava ser descrito como progressistas hoje é retratado como radical de esquerda e até antipatriota. [...] Uma das forças que moldaram a mudança no espectro político foi o dinheiro [...] o resultado é uma escalada trágica quanto maior a empresa da mídia, maior sua influência política, que a torna uma corporação ainda maior com ainda mais poder. [...] Esse é o motivo pelo qual o espectro político do país é influenciado de maneira tão decisiva pelo candidato que dispõe de mais dinheiro.⁴⁹

Acima, fica visível a “confusão” propositalmente criada pelo esforço midiático no intuito de alterar os conceitos e determinar os caminhos que a discussão pública deveria tomar com base em interesses financeiros e políticos. Tal prática de concentração midiática e de alteração da discussão política, pode servir para se pensar a imprensa para além do contexto histórico atual de monopolização nos Estados Unidos.

A reflexão levantada por Bagdikian ajuda a refletir também os periódicos brasileiros da década de 1930. Com a crescente importância do dinheiro e do desenvolvimento dos periódicos de cunho empresarial (como, por exemplo, o próprio *O Jornal*), houve o nascimento de construtores do debate político nacional e formadores de novos espectros

⁴⁷ Uma importante dica metodológica está presente na introdução da obra *História Cultural da Imprensa* de Marialva Barbosa, onde se aconselha a não se descuidar das questões internas na análise dos meios de comunicação (sem esquecer de relacioná-las com aspectos externos). A questão interna se refere a questões que são específicas à imprensa, como “a lógica própria do campo, como os aspectos técnicos, discursivos e profissionais”. Cf. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000* / Marialva Barbosa. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 12.

⁴⁸ BAGDIKIAN, Ben. H. *O Monopólio da mídia*: edição definitiva. São Paulo, Veneta, 2018.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 51-52.

políticos? Qual era o papel do periódico ao gerar uma maior influência junto ao público leitor? A tentativa de responder tais perguntas podem ajudar a refletir o aumento do nível de poder da imprensa empresarial na década de 1930.

A busca do controle da “opinião pública” é uma questão voltada a pensar o poder alcançado pela imprensa, visto que há uma “luta pelo seu domínio”⁵⁰. O debate a seguir ajuda a refletir as mediações criadas pelo conceito de “opinião pública”, de modo a não pensar ele de forma tão “naturalizada”. Destaco a afirmação do Jürgen Habermas⁵¹ que corrobora com uma visão crítica do conceito, forjado no interesse de entidades privadas que se supõem públicas só por serem “publicamente manifestas”:

Não é através da comunicação pública, mas através da comunicação das opiniões publicamente manifestas que o público das pessoas privadas não organizadas é levado na esteira da publicidade demonstrativa ou manipulativa. Uma opinião pública no sentido rigoroso do termo só pode formar-se, entretanto, na medida em que os dois domínios da comunicação tenham por mediação aquele outro, da publicidade crítica. Tal mediação evidentemente só é possível hoje em escala sociologicamente relevante pela via da participação das pessoas privadas em um processo de comunicação formal orientado por sobre os públicos organizacionalmente enquadrados.⁵²

A reflexão do conceito de “opinião pública” com base em Habermas serve como um suporte para se pensar as variadas maneiras como um debate público pode se estabelecer entre os diferentes grupos sociais. Contudo, o objetivo deste trabalho não passa por investigar a existência ou não no Brasil da década de 1930 de uma comunicação pública real, com um público organizado, baseada em mediações críticas e não manipulativas, mas sim analisar os jornais aqui escolhidos em relação com a classe trabalhadora, se foi de silenciamento, alinhamento ou de enfrentamento. Para isso será necessário estudar diretamente nas fontes como ambos os periódicos teceram redes de interesses com os trabalhadores, se opostos ou convenientes.

Para melhor estudar essa relação trabalhadores/imprensa se faz importante o estudo do contexto histórico analisado primeiramente por Nelson Werneck Sodré⁵³ no seu livro *História da Imprensa no Brasil*. Apesar de a década de 1930 ser pouco mencionada pelo

⁵⁰ CRUZ e PEIXOTO, 2008, op. cit., p. 269.

⁵¹ HABERMAS, Jürgen. *Comunicação, opinião pública e poder*. In: Mudança estrutural da esfera pública. São Paulo, Ed. Unesp, 1990, pp.187-200.

⁵² Ibidem, p. 198

⁵³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed (atualizada) - Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

autor, ele comenta importantes passagens sobre esse período: tal década em questão está próxima da virada de século, onde ocorre a transição da imprensa da fase artesanal para a fase industrial, quando as empresas jornalísticas acabam “virando uma empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas.”⁵⁴. Ainda segundo Sodré, a terceira década do século “foi de grande desenvolvimento da imprensa, particularmente no sentido de consolidar sempre a estrutura empresarial. Os jornais e revistas de vida efêmera são muito mais raros agora; [...]”⁵⁵; as condições de vida de grande parte da população eram ruins, e de acordo com Sodré, “o tratamento dado aos assalariados era duro: inclusive na imprensa.”⁵⁶; após a derrota do levante comunista em 1935, a imprensa empresarial abraçou o “terror aberto”, criando “as condições para o desencadeamento e a manutenção desse clima de pânico e medo.”⁵⁷, nisso “ficava cada vez mais difícil manter um jornal”⁵⁸, servindo o anticomunismo como pretexto “para Vargas impor o estado de sítio e a censura à imprensa em todo o país”⁵⁹; convivia-se também com a elevação do preço do jornal por causa dos “efeitos da inflação”⁶⁰, Sodré comenta até da “impossibilidade de existência, na fase da imprensa empresarial, de jornais sem grandes recursos”⁶¹; por fim, é um período inicial da concentração da imprensa, quando marca o desaparecimento de “numerosos jornais e revistas” enquanto “uns poucos novos apareceram”⁶².

Marialva Carlos Barbosa⁶³ também tem importantes reflexões do contexto histórico da década de 1930 que situa a imprensa tendo o “papel de protagonista [...] sobretudo nos grandes centros (Rio e São Paulo)”⁶⁴ enquanto existiam “complexas relações de poder”⁶⁵ que envolviam o governo, sociedade e a imprensa. Sobre a relação dos trabalhadores com as classes dominantes, Barbosa cita que este foi “o primeiro momento de inclusão do país numa nova ordem capitalista”, na qual “os grupos dominantes respondem aos movimentos

⁵⁴ Ibidem, p. 355.

⁵⁵ Ibidem, p. 371-372. A palavra sublinhada é da minha autoria.

⁵⁶ Ibidem, p. 379.

⁵⁷ Ibidem, p. 379-380.

⁵⁸ Ibidem, p. 380.

⁵⁹ Ibidem, p. 380.

⁶⁰ Ibidem, p. 380.

⁶¹ Ibidem, p. 381.

⁶² Ibidem, p. 388.

⁶³ BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa e poder no Brasil pós-30*. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.

⁶⁴ Ibidem, p. 219

⁶⁵ Ibidem, p. 220

esporádicos das classes subalternas, acolhendo parcela das suas reivindicações.”⁶⁶. Com base nisso, relembra a existência de uma “ideologia da outorga”, que nas palavras da autora é “quando as reivindicações dos operariados são aprisionadas sob o rótulo de leis trabalhistas, mas de forma abrandada”⁶⁷, implicando, dessa forma, um tímido atendimento das demandas trabalhistas.

Na obra *Historia Cultural da Imprensa*⁶⁸, Barbosa também contextualiza historicamente a imprensa do período da década de 1930. Para a autora, a imprensa da época se relaciona com o poder de forma ambígua, pois, apesar da censura e do autoritarismo dos novos grupos do poder, “há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens do governo e os homens de imprensa do que divergências”⁶⁹. Há também a massiva presença do Estado, tendo a “exclusividade de divulgação”⁷⁰ nos jornais, enquanto o “leitor está praticamente ausente das publicações”⁷¹. O público leitor, afastado das discussões políticas e sem importância nos jornais, “mostrará sua face nas colunas que enfocam o entretenimento e nas notícias que envolvem os dramas do cotidiano”⁷².

Há uma breve definição da autora em relação aos tipos de jornais existentes na década de 1930: o primeiro tipo se refere a jornais com “grande poder de difusão ao público”⁷³, entre eles o jornal que aqui será estudado, *O Jornal*. O segundo tipo são jornais sem muita expressão, como *A Batalha*, *A Nação*, *Voz de Portugal*, etc. O terceiro tipo são os jornais tradicionais que estão em “franco declínio”⁷⁴ como ocorre com o *Jornal do Brasil*. E o quarto tipo, sendo jornais que ganhavam em importância somente na década seguinte, como *O Globo* e o *Diário Carioca*. Por fim, há na época uma forma de consenso criada a partir do “sistema de financiamento indireto ao papel importado”⁷⁵ que funcionava como subsídios distribuídos pelo governo para o barateamento da produção dos jornais alinhados politicamente, agravando a situação de jornais oposicionistas.

⁶⁶ Ibidem, p. 219

⁶⁷ Ibidem, p. 219

⁶⁸ BARBOSA, Marialva Carlos. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000* / Marialva Barbosa. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

⁶⁹ Ibidem, p. 103.

⁷⁰ Ibidem, p. 108.

⁷¹ Ibidem, p. 108.

⁷² Ibidem, p. 109.

⁷³ Ibidem, p. 109.

⁷⁴ Ibidem, p. 109.

⁷⁵ Ibidem, p. 122.

Em outro texto⁷⁶, Barbosa retrata a percepção sobre o aumento do poder da imprensa no Rio de Janeiro, que ocorria desde o final do século XIX e culminou na formação do primeiro conglomerado na segunda década do século XX, simbolizado na compra e no novo direcionamento dado por Assis Chateaubriand ao *O Jornal*⁷⁷. Ao longo dos seus textos, Marialva se baseia na concepção de Antonio Gramsci, na qual situa a imprensa como um partido. Para a autora, ao analisar historicamente a relação da imprensa com a complexidade do poder, o uso do autor italiano se faz necessário, e para isso, deve-se levar em conta os meios de comunicação como uma “força dirigente superior”:

Quem desenvolve essa ideia da imprensa atuando como “partido” e como um “estado maior” do partido orgânico é Gramsci. Em “Maquiavel, a política e o Estado Moderno” o pensador italiano destaca a frequência com que esses veículos reafirmam a sua independência para serem reconhecidos pelo público como força superior dirigente. [...] Gramsci afirma que um jornal (ou um grupo de jornais) pode ser também “partido”, “frações de partido” ou “de um determinado partido [...] principal função é promover a articulação entre os grupos dominantes, que centralizam, disciplinam e organizam ideologicamente as ideias, e o público para o qual devem ser difundidas” [...] Quanto maior a sua audiência, maior o seu poder de divulgação e a lógica da conquista de poder.⁷⁸

A concepção gramsciana também está presente na obra *Os donos do Rio: imprensa, poder e público.*, em que Barbosa atribui o papel político do jornalismo (como profissão) quanto dos jornalistas (como profissionais) no contexto histórico de crescimento e modernização da imprensa escrita. Para ela, o jornalista se vê envolvido tanto na “possibilidade de ascensão social” quanto um “lugar de reconhecimento”⁷⁹ nas suas atividades de imprensa. A normalidade para o profissional de imprensa, segundo Marialva, seria a cooptação pela classe dominante, em que o principal serviço oferecido por eles seria para “perpetuar a dominação de classe”⁸⁰, servindo a imprensa não somente para impor

⁷⁶ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

⁷⁷ Na obra *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*, a autora analisa o surgimento de grandes jornais que envolviam diariamente cada vez mais um crescente público leitor na virada do século XIX para o XX. Para a autora, até mesmo o surgimento dos primeiros conglomerados jornalísticos, como no caso do *O Jornal* que aqui será analisado, se dá por causa do sinérgico relacionamento surgido entre os grandes jornais cariocas com o público leitor: “Não seria possível supor que, de repente, já no final dos anos 1920 houvesse a formação dos primeiros conglomerados de imprensa e até mesmo recordar o que seria a imprensa já no decorrer dos anos 1930, se esse público não tivesse sido criado. E quem fez essa tarefa foram os diários mais importantes do Rio de Janeiro, a partir do final do século XIX.” Cf. BARBOSA, 2000, op. cit., p. 254-255.

⁷⁸ Ibidem, p. 224-225. Grifos meus.

⁷⁹ BARBOSA, 2000, op. cit., p.12.

⁸⁰ Ibidem, p. 12.

normas, mas sim para ajudar a unificar “normas, padrões, valores a serem incutidos ou disseminados”⁸¹, e numa troca, os jornalistas ganhariam notoriedade enquanto participantes “do jogo de manipulação de poder”⁸², funcionando como “senhores da memória”⁸³, intelectuais que são “executores do grupo dominante”⁸⁴, perseguidores de cargos da burocracia oficial⁸⁵, e por fim, como publicitários da realidade, pois a eles cabem “não só divulgar, informar, mas sobretudo tornar público e revelado”⁸⁶.

Sobre a empresa jornalística, Barbosa comenta acerca da necessidade de criação, pelos jornais, de uma identidade própria que serviria para o posicionamento político no difícil jogo pelo poder. A formulação de um projeto político pelos jornais viria do desejo de agir como porta-voz da sociedade e da opinião pública. O poder de um jornal vai muito além do uso da coerção, sendo sua utilização vital na criação de formas consensuais do poder, servindo como um “executor do grupo dominante [...] buscando, principalmente, o consenso espontâneo da população”⁸⁷.

Na obra *Historia Cultural da Imprensa*, Barbosa, ao comentar as relações Estado/imprensa no Brasil de 1930, também trata das formas consensuais do poder que são utilizadas através dos meios de comunicação, tornando visível a concepção gramsciana que parte da ideia da existência de uma “direção intelectual que é imposta por um grupo a toda a sociedade, através do consentimento e não apenas da coerção explícita”⁸⁸. Para isso considera a lógica de se pensar o Estado de modo Ampliado, concepção que avalia o “conjunto dos meios que possibilitam a direção intelectual e moral de uma classe sobre toda a sociedade, de forma que possa realizar a sua hegemonia - a produção do consenso -, o que pressupõe sempre e necessariamente múltiplos equilíbrios de compromisso”⁸⁹.

Além disso, para Barbosa, há toda uma divisão entre aqueles que abraçam o grupo dominante e aqueles que se mantêm contra, sofrendo estes últimos as mais variadas represálias. Nas palavras da autora,

⁸¹ Ibidem, p. 12.

⁸² Ibidem, p. 13.

⁸³ Ibidem, p. 116.

⁸⁴ Ibidem, p. 155.

⁸⁵ Ibidem, p. 157.

⁸⁶ Ibidem, p. 158.

⁸⁷ Ibidem, p. 156.

⁸⁸ BARBOSA, 2007, op. cit, p. 110.

⁸⁹ Ibidem, p. 110.

Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercício de dominação de classe e da reprodução social. Se por um lado há periódico que reagem ao discurso hegemônico, sofrendo em consequências sanções, há também aqueles que se beneficiam das cercanias do poder.⁹⁰

Outra concepção para se pensar a relação entre a imprensa e o poder é a análise que Pierre Bourdieu⁹¹ tem sobre o campo jornalístico. Ainda que focando suas questões na emergência da televisão como uma nova força comunicativa, iniciada na década de 1950 e tratada como um importante “subcampo”⁹² do campo jornalístico, Bourdieu traça importantes definições sobre o que é o campo jornalístico e como se pode refletir o jornalismo efetuado antes mesmo do fortalecimento da mídia televisionada, quando a imprensa escrita ainda tinha maior influência na sociedade.

Para Bourdieu, a noção de campo jornalístico é um “microcosmo que tem leis próprias”⁹³ e define-se “pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos”⁹⁴. Quanto a sua característica de um campo autônomo, “significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos”⁹⁵, possuindo uma lógica interna própria. Pode-se também dizer que o campo se baseia em um “conjunto de pressupostos e crenças compartilhadas (para além das diferenças de posição e de opinião)”⁹⁶ e local onde há uma lógica cultural específica em que os jornalistas se impõem entre si, formando restrições e controles, e que o respeito a elas “funda as reputações de honorabilidade profissional”⁹⁷

A estrutura do campo jornalístico é composta por um “conjunto das relações de forças objetivas” que pode-se depreender por meio dos aspectos que marcam a concorrência entre os jornais: “indicadores tais como as fatias de mercado, o peso aos olhos dos anunciantes, o capital coletivo de jornalistas prestigiosos etc.”⁹⁸. Nessa estrutura do campo jornalístico, “há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de

⁹⁰ Ibidem, p. 111.

⁹¹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

⁹² Ibidem, p. 75.

⁹³ Ibidem, p. 55.

⁹⁴ Ibidem, p. 55.

⁹⁵ Ibidem, p. 55.

⁹⁶ Ibidem, p. 67.

⁹⁷ Ibidem, p. 105.

⁹⁸ Ibidem, p. 56.

desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que também é um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças”⁹⁹

A luta no campo jornalístico, entre diferentes jornalistas e jornais, não pode ser medida somente “como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros”¹⁰⁰, havendo também a luta pelo “capital simbólico”¹⁰¹ auferida pela capacidade de se dotar deste capital. A posição de um jornalista no campo é a “retradução”¹⁰² da posição do seu órgão de imprensa na estrutura do campo jornalístico. A luta entre os jornalistas se dá por diferentes “representações”¹⁰³ que eles mesmo criam entre si como “tomadas de posição”¹⁰⁴, e servem como “estratégias de luta que comprovam a relação de força” e que visam “a transformá-la ou a conservá-la.”¹⁰⁵.

O poder simbólico dos jornalistas pode ser percebido por causa da capacidade de eles deterem “um monopólio real sobre instrumentos de produção e de difusão em grande escala de informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos”¹⁰⁶. Outras características que podem determinar esse poder simbólico dos jornalistas são a capacidade de serem conhecidos e de terem “notoriedade pública”¹⁰⁷; impor “ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo”¹⁰⁸; o princípio de selecionar a realidade com a capacidade de censurar conteúdos¹⁰⁹ e até mesmo outros colegas da profissão; e de, por fim, agirem como “porta-vozes da ‘emoção popular’ ou da ‘opinião pública’”¹¹⁰.

Contudo, apesar da importância para os jornais/jornalistas possuírem um alto capital simbólico para alcançarem a autoridade/notoriedade na profissão, Bourdieu não nega a importância fundamental das questões econômicas para o campo jornalístico. Para ele, tal campo “é muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos da produção cultural [...] depende muito diretamente da demanda, está sujeito da sanção do

⁹⁹ Ibidem, p. 57.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 58.

¹⁰¹ Ibidem, p. 61.

¹⁰² Ibidem, p. 69.

¹⁰³ Ibidem, p. 70.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 70.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 70.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 65.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 66.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 66.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 67.

¹¹⁰ Ibidem, p. 82.

mercado¹¹¹, do plesbicio, talvez mais ainda que o campo político”¹¹²; sendo também “cada vez mais dominado pela lógica comercial” ele acaba impondo “suas limitações aos outros universos”¹¹³; em comparação, neste campo em relação aos outros “o peso do “comercial” é muito maior”¹¹⁴, por isso, “está permanente sujeito à prova dos vereditos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência”¹¹⁵, além disso, há no campo, uma “concorrência pela prioridade”¹¹⁶ que demonstra a importância da velocidade (ou precipitação) na função de informar notícias mais novas (furo).

Ainda há, segundo Bourdieu, a complexa relação do campo jornalístico com os outros campos. Para o autor, o campo jornalístico “exerce pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura”¹¹⁷, impondo suas “limitações”¹¹⁸ e modificando “mais ou menos profundamente as relações de força no interior dos diferentes campos”¹¹⁹. Um caso claro está no poder atingido pelos jornalistas¹²⁰, que pela capacidade de informar e de agirem como porta-vozes da emoção popular, acabam por orientar o trabalho dos juízes (pertencentes ao campo jurídico).

O campo jornalístico também impõe grandes efeitos em todos os outros “campos de produção cultural”¹²¹. No momento em que escrevia seu livro, Bourdieu traçava um paralelo sobre o grande poder que exercia o jornalismo televisionado nos campos de produção cultural e relembra que antes ocorria o mesmo com o poder da “literatura industrial”, que com o seu advento, exerceu uma grande pressão sobre os escritores através da grande imprensa e dos folhetins. Ainda segundo o autor, o campo jornalístico pode exercer um enorme poder nos outros campos, reforçando neles os polos mais sujeitos às pressões de mercado e ao desejo de visibilidade.

¹¹¹ Para Bourdieu, o “índice de audiência é a sanção do mercado, da economia, isto é, de uma legalidade externa e puramente comercial [...]”. Cf. BORDIEU, *Ibidem.*, p. 96.

¹¹² *Ibidem*, p. 76.

¹¹³ *Ibidem*, p. 81.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 104.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 106.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 107.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 77.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 81.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 101.

¹²⁰ Um caso pertinente, que ilustra esse poder, se trata da pressão criada pelo jornalista Assis Chateaubriand em sua clara tentativa de aprofundar a capacidade de repressão da Lei de Segurança Nacional (LSN) através do uso do anticomunismo como instrumento político. O seu grande conglomerado de jornais revelou sua força, que fora requerida até pelo governo. Tal debate será melhor conhecido no segundo capítulo desta dissertação.

¹²¹ *Ibidem*, p. 102.

O reforça da influência de um campo jornalístico, ele próprio cada vez mais sujeito à dominação direta ou indireta da lógica comercial, tende a ameaçar a autonomia dos diferentes campos de produção cultural, reforçando, no interior de cada um deles, os agentes ou as empresas que estão mais propensos a ceder à sedução dos lucros “externos” porque são menos ricos em capital específico (científico, literário etc.) e estão menos seguros dos lucros específicos que o campo lhes garante imediatamente ou em prazo mais ou menos longo.¹²²

Outra relação complexa se trata do campo jornalístico com o campo político. Para Bourdieu, os dois campos estão uma contraditória situação, em que os agentes de ambos os campos estão em permanente concorrência. Porém, há também a visão de que o campo jornalístico é absorvido pelo campo político, em que nesta absorção o campo jornalístico “exerce efeitos muitos poderosos”¹²³. O que une os dois campos, no geral, se trata de que ambos estão sob a influência da pressão e sanção do mercado e da legitimação pública (plebiscito).

Uma análise do campo jornalístico brasileiro é feito pelo autor Heber Ricardo da Silva¹²⁴, em que os processos de transformação do campo são analisados desde o começo do século XX, apesar do enfoque do autor recair mais sobre década de 1940. Contudo, Heber traz importantes considerações acerca das mudanças que ocorrem no campo, mostrando que, a imprensa da década de 1930 “passou por importantes avanços técnicos [...] impulsionados pelo início do processo nacional de desenvolvimento industrial, dos meios de transportes, dos centros urbanos e dos meios de comunicação”¹²⁵.

Para além do contexto histórico moldando o campo, Heber situa também mudanças efetivadas pelos próprios trabalhadores do campo na sua relação com o governo central, o que acaba por configurar um movimento duplo: exigências de profissionalização pelas diversas categorias de trabalhadores da imprensa enquanto, por outro lado, haviam medidas do governo federal na intenção de cooptação dos trabalhadores dessa importante categoria (intervenções do campo político no campo jornalístico).

¹²² Ibidem, p. 110.

¹²³ Ibidem, p. 114.

¹²⁴ SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do pcb nas páginas da grande imprensa 1945-1948*. 2008. 199 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93414>>.

¹²⁵ Ibidem, p. 29.

Em primeiro lugar, os trabalhadores da imprensa¹²⁶ começaram a criar no início da década de 1930 “sindicatos representativos da classe jornalística e inúmeras campanhas pró-instituição do curso de jornalismo”. Em segundo lugar, o próprio decreto-lei 24.776¹²⁷ também reafirmam¹²⁸ certas demandas do campo como aquelas que pregavam a liberdade de imprensa, mas que, em simultâneo, também passavam a tratar sobre medidas que regulamentassem a imprensa, conforme mencionado a seguir:

Independentemente da tentativa de controle governamental, esse decreto constituiu-se numa grande conquista para a imprensa brasileira, pois ela ganhava em liberdade e passava a experimentar um processo de regulamentação de suas atividades. Além da liberdade de imprensa, o decreto estabelecia algumas normas à prática jornalística. Proibia o anonimato nas matérias jornalísticas. Determinava que a matrícula das oficinas impressoras (tipografia, litografia, fotogravura ou gravura) de jornais e outros periódicos era obrigatória e deveria ser feita no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Distrito Federal. Estabelecia que o abuso da liberdade de imprensa – como concitar as pessoas à prática de infrações penais, publicar segredos de Estado, ofensas à moral pública ou aos bons costumes, publicar notícias falsas, entre outras – acarretaria penalidades aos infratores. Dessa forma, seriam responsabilizados pelo abuso, primeiramente o autor do artigo ou matéria, depois o editor, o dono da oficina ou do estabelecimento responsável pela publicação e, por fim, os vendedores ou distribuidores.¹²⁹

A regulamentação dos profissionais da imprensa também simbolizava outro importante objetivo político do governo central: a cooptação pelo Estado desta importante e influente categoria como uma forma de obter apoio político.

É importante destacar que até mesmo a classe jornalística não ficou fora desse processo de cooptação governamental, uma vez que o governo, à medida que regulamentava a profissão e imprimia-lhe maiores contornos profissionais, conquistava para si o apoio de jornalistas e até mesmo de

¹²⁶ Segundo Heber, com “o posterior funcionamento de cursos universitários de jornalismo, o campo disporia de uma primeira instância para a difusão do *habitus* jornalístico”. Cf. Ibidem, p. 41.

¹²⁷ BRASIL. Decreto nº 24.776, de 14 de julho de 1934. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Coleção de leis de 1934, p. 4414, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24776.htm#:~:text=D24776&text=DECRETO%20No%2024.776%2C%20DE%2014%20DE%20JULHO%20DE%201934.&text=INTRODU%C3%87%C3%83O-,Art.,forma%20que%20%C3%AAste%20decreto%20prescreve.

¹²⁸ Importante lembrar que as regulamentações da liberdade de imprensa já estavam contidas no início da década de 1920, não sendo uma novidade na década de 1930. Cf. BRASIL. Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/11/1923, Página 28509 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>

¹²⁹ Ibidem, p. 34-35.

entidades representativas da classe jornalística. [...]. Assim, pode-se concluir que a regulamentação da atividade jornalística no Brasil, bem como a introdução do curso de jornalismo no âmbito universitário, se realizava de cima para baixo e sob a tutela do Estado, sempre com o objetivo do governo Vargas de controlar a atividade nacionalmente e conquistar o apoio dos jornalistas aos seus projetos governamentais. Processo que se desenrolava à medida que eram concedidos benefícios trabalhistas aos jornalistas; uma legislação que permitia a estruturação da profissão, além de fornecer subsídios às empresas jornalísticas como meio de cooptar os profissionais da imprensa.¹³⁰

Segundo Heber, dois outros fatores são primordiais para a transformação do campo jornalístico brasileiro e na sua modernização: a emergência do modelo de jornalismo norte-americano e a necessidade de adequar o jornalismo aos imperativos da publicidade. Para Heber, “a partir do início do século XX a imprensa brasileira passou a se adequar ao modelo de jornalismo norte-americano”¹³¹, em que se buscava uma maior “objetividade, divisão interna do trabalho e modelo empresarial”¹³².

A década de 1930 é marcada por um intercâmbio de ideias entre o jornalismo brasileiro (ainda sob a “influência do estilo de jornalismo francês”¹³³) e o modelo de jornalismo norte-americano, conforme analisado a seguir:

O contato entre jornalistas brasileiros e norte-americanos, ocorrido sobretudo após o início do século XX, impulsionou o processo de transformações vivenciado pela imprensa brasileira. Assis Chateaubriand, Paulo Bittencourt, Júlio de Mesquita Filho, Roberto Marinho e Pereira Carneiro tiveram inúmeros contatos com a imprensa e jornalistas estrangeiros, importando, principalmente a partir de 1930, máquinas, técnicas e experiências daquelas localidades. Chateaubriand, por exemplo, em matéria publicada em 12 de março de 1946, tece calorosos elogios ao jornal inglês *The Times*, o qual havia visitado recentemente [...]¹³⁴

Além do fator externo de intercâmbio com campos jornalísticos de outros países, a influência do peso da publicidade também alteraria e muito a forma de se pensar e fazer o jornalismo no Brasil. A publicidade começou a se tornar importante “à medida que os jornais se transformavam em empresas comerciais, indo buscar, acima de tudo, o lucro para financiar sua permanência ou elevação de posição no universo da comunicação social.”¹³⁵.

¹³⁰ Ibidem, p. 40.

¹³¹ Ibidem, p. 51.

¹³² Ibidem, p. 49.

¹³³ Ibidem, p. 50.

¹³⁴ Ibidem, p. 51.

¹³⁵ Ibidem, p. 61.

Juarez Bahia¹³⁶ diz que a primeira empresa publicitária instalou-se no Brasil entre os anos de 1913 e 1914, sendo ela a empresa Castaldi & Benaton em São Paulo, com o adendo que inexistia antes mesmo de 1915 um “bom padrão de objetividade”¹³⁷ neste setor. Contudo, na década de 1930¹³⁸, houve uma consolidação do trabalho das agências de publicidade, tornando-se “peça essencial das transformações que a comunicação”¹³⁹ estava desencadeando. A publicidade passou de ser um simples favor para alguém e se tornou um espaço de investimento e retorno de capital para os jornais, pois “com a industrialização que se firma depois de 30, o espaço das edições passa a ser alocado também pelo anúncio de varejo, símbolo da nova clientela, do grande investimento publicitário.”¹⁴⁰

A fonte oficial do Estado brasileiro que permite estudar e alargar ainda mais o conhecimento sobre o desenvolvimento do campo jornalístico brasileiro na década de 1930 está presente nas estatísticas coletadas pelo Instituto Nacional de Estatística, órgão criado pelo decreto n. 24.609 no ano de 1934¹⁴¹.

Para o ano de 1933, na parte estatística sobre jornais e revistas, conta-se o total de 195 periódicos¹⁴² existentes somente no Distrito Federal no ano de 1933 (no resto do Rio de Janeiro temos mais 56 periódicos), mostrando ser a capital do país um ambiente de grande efervescência cultural pela imprensa¹⁴³. Em relação ao número de periódicos existentes, o

¹³⁶ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*, volume 1 / Bendito Juarez Bahia. - 5.ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 2v.

¹³⁷ Ibidem, p. 170.

¹³⁸ Para Juarez, por volta de 1930, há agências de publicidade “atuando como instituições especializadas em técnicas de informações pagas” em São Paulo e no Rio de Janeiro. Cf. Ibidem, p. 179-180. Elas funcionam com “base em padrões modelo norte-americanos e europeus”. Cf. Ibidem, p. 180.

¹³⁹ Ibidem, p. 279.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 225.

¹⁴¹ O trabalho desta entidade criada pelo governo federal são os anuários estatísticos. Eles estudam alguns anos da década de 1930, incluindo aqui o ano de 1935. Infelizmente não há um volume de dados estatísticos só sobre este ano em relação aos aspectos da cidade do Rio de Janeiro no que tange o trabalho de imprensa e até mesmo outras questões como convenções trabalhistas, sindicatos. Por tal problema, utilizaremos alguns dados dos anos mais próximos, visto que os anuários estatísticos trazem dados para os anos de 1933, 1934 e depois pula para o ano de 1937. Somente em algumas passagens, o ano de 1935, período maior de análise dos jornais aqui da dissertação, é trabalhado. Cf. BRASIL. *Decreto nº 24.609, de 6 de Julho de 1934*. Cria Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1934, Página 14257 (Publicação Original), 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24609-6-julho-1934-515214-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁴² IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil (Ano II) – 1936*. Rio de Janeiro: Typografia do Departamento de Estatística e Publicidade. p. 376.

¹⁴³ O que corrobora com essa visão é que apesar de serem consideradas altas as taxas de analfabetismo computadas para o Rio de Janeiro no Anuário Estatístico de 1936, o estudo aponta que em comparação com as taxas nacionais do ano de 1920 (último período de pesquisa sobre essa variável) mostra-se um contingente

Distrito Federal fica atrás somente do Estado de São Paulo (contabilizando 312 periódicos no total, porém espalhados em vários municípios) e Minas Gerais (contabilizando 212 periódicos no total, porém espalhados em vários municípios).

Para a análise do ano de 1934, utilizando-se o Anuário Estatístico do Brasil de 1937 (Ano III), os dados mostram o crescimento do número de periódicos ativos na cidade do Rio de Janeiro, pulando o total para 324¹⁴⁴ jornais e revistas (sendo a maioria composta de 291 periódicos caracterizados como propriedade de particulares). Portanto, segundo tal fonte governamental, em um breve espaço de um ano há o registro do crescimento da produção jornalística. A cidade do Rio de Janeiro, que é Distrito Federal do país, só perde para os estados de São Paulo (470 totais) e Minas Gerais (328 totais) no que tange quantidade de periódicos registrados.

Ainda no Anuário de 1937, também se registra a tiragem média¹⁴⁵ dos periódicos existentes no Distrito Federal, mostrando que a maioria dos 324 jornais e revistas¹⁴⁶ são caracterizados como de baixa tiragem, relatando que uma grande parte (104 periódicos) só emitia até 1000 exemplares pela cidade, enquanto ocorria o fator inverso numa pequena minoria, em que somente 8 periódicos possuíam a capacidade de produzir acima de 50 mil exemplares para distribuir na cidade. Tal fator revela um forte indício do aumento da concentração midiática.

Já o Anuário Estatístico do Brasil de 1938 (Ano IV) trata a imprensa brasileira no ano de 1936. A classificação estatística deste ano adiciona mais detalhes ao situar a imprensa brasileira. Em primeiro lugar, o número de periódicos continua no crescente, em que há a presença de 340¹⁴⁷ periódicos contabilizados no Distrito Federal (a maioria sendo de propriedade particular). Contudo, este mesmo Anuário indica também uma grande alteração no campo jornalístico para o ano de 1937, relatando a diminuição para 220

de alfabetizados proporcionalmente maior se comparado à média nacional. No próximo capítulo, os números serão melhores detalhados.

¹⁴⁴ IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil (Ano III)* – 1937. Rio de Janeiro: Typografia do Departamento de Estatística e Publicidade, p. 746.

¹⁴⁵ Ibidem., p. 747.

¹⁴⁶ Ibidem., p. 746.

¹⁴⁷ IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil (Ano IV)* – 1938. Rio de Janeiro: Typografia do Departamento de Estatística e Publicidade, p.764.

periódicos¹⁴⁸ contabilizados no total, ou seja, uma grande queda no número de empresas jornalísticas ao longo do ano da imposição do Estado Novo.

Outras “especificações”¹⁴⁹ da imprensa são trabalhadas para o ano de 1937, revelando que o contexto econômico de produção de periódicos pela imprensa na década de 1930 é marcado pela necessidade da grande maioria dessas empreitadas trabalharem em “prédios alugados”, mostrando a atividade ser completamente dependente de fatores externos (vendas, parcerias, patrocínio). Além disso, grande parte dos periódicos não possuía oficinas de produção jornalística próprias (são 135 periódicos sem oficina própria contra somente 26 possuindo).

Outro dado que denota uma desigualdade no campo, se trata da proporção entre homens e mulheres trabalhando nos periódicos. O anuário contabiliza a presença de 4.225 empregados no setor jornalístico e marcada majoritariamente pela presença masculina, pois os números identificados pela pesquisa mostram que são 2818 homens e 81 mulheres. O contraste também é identificado no relato do autor José Hamilton Ribeiro¹⁵⁰, que ao estudar o cotidiano dos jornais brasileiros, demonstra que o espaço das empresas jornalísticas era notadamente voltado para a convivência masculina, enquanto a mulher sofria discriminação e tinha acesso a poucas funções.

Trazendo as abordagens da história social do trabalho em que enfatiza o peso das experiências e lutas dos trabalhadores e relacionando com as especificidades da história da imprensa, mostrando esta ser uma força ativa na história, caracterizada como um campo dotado de uma lógica própria, pode-se analisar, no capítulo 1, a relação dos trabalhadores com a cidade do Rio de Janeiro da década de 1930, o que significa entender através dos periódicos e outras referências bibliográficas o espaço urbano dos trabalhadores, traçando para isso um maior enfoque nas condições socioeconômicas da população desta época, buscando criar uma ligação com a geografia, economia, história e com a sociologia em inúmeras variantes: população, desigualdades, custo de vida, condições dos trabalhadores, função social da imprensa, etc. O objetivo maior deste capítulo recai em estudar sobre a situação dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro nos seus mais variados aspectos,

¹⁴⁸ Ibidem, p.761.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 761.

¹⁵⁰ RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas: 1937-1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial. 1998, p .31.

como cotidiano, hábitos, lutas sociais, relação com a imprensa e com o trabalho, desigualdades, exploração, etc.

No capítulo 2, os projetos políticos do jornal *A Manhã* e *O Jornal* serão analisados. No primeiro, o objetivo principal é analisar os movimentos sociais defendidos e propagados pelo jornal aliancista, no esforço de compreender a mobilização dos setores sociais ligados aos trabalhadores, aos sindicatos de classes e aos chãos das fábricas. Pretende-se analisar quais são as estratégias de mobilização, de luta, de protesto, de uso das leis trabalhistas para moldar a realidade urbana do Rio de Janeiro. As ideias contidas pelos membros do jornal visam entender mais a fundo o projeto político e os conflitos em que o *A Manhã* travava no campo jornalístico. Sobre o segundo periódico, pretende-se analisar como *O Jornal* posicionava o seu projeto político em relação com as diferentes classes sociais do Rio de Janeiro. A partir disso, se mostrará como o diretor do jornal Assis Chateaubriand ajudou a difundir uma roupagem empresarial ao seu jornal, criando alianças e forte vínculos com os novos grupos do poder, utilizando-se do anticomunismo e do silenciamento das questões sociais, encobrindo as demandas e a organização dos trabalhadores.

No capítulo 3, criou-se um debate de como os dois projetos políticos representados pelo jornal aliancista e pelo jornal de Assis Chateaubriand criaram embates e diferentes interpretações sobre as leis sociais gestadas na década de 1930. O conflito se dava pelas diferentes visões que os jornais tinham sobre a origem, os usos, os limites e os defeitos das leis sociais. Na parte final do capítulo, a luta dos metalúrgicos no final do ano de 1935 será tema para melhor entender na prática como essas distintas visões sobre as leis sociais influenciaram e afetaram a cobertura midiática sobre a causa, a origem e os ritmos desta grande greve.

As considerações finais visam ressaltar como as diferentes imprensas na década de 1930 agiram como distintas forças ativas na história e na política e como elas interagiam de diferentes maneiras no tratamento das questões que envolviam os trabalhadores, a cidade, os direitos sociais e a luta pelo poder.

CAPÍTULO I – O RIO DE JANEIRO DOS TRABALHADORES NO ANO DE 1935

O estudo através de dados, notícias, informações e estatísticas do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro em meados da década de 1930 vem para entender o ambiente sócio-econômico, político e cultural que envolvia os trabalhadores desta época, criando-se uma relação com textos que analisam a geografia, economia e sociologia, na finalidade de se pensar as seguintes variantes: população, desigualdades, custo de vida, condições de trabalho, etc. A partir do estudo dessas variantes em relação com dois jornais da época será possível entender a situação e as possibilidades de atuação dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro nos seus mais variados aspectos, como a cultura, o cotidiano, as lutas sociais e a relação com o ambiente de trabalho, etc.

Em primeiro lugar, a cidade do Rio de Janeiro na década de 1930 era o Distrito Federal do país conforme a antiga implementação feita pela Constituição de 1891¹⁵¹, tendo permanecido essa condição jurídica mesmo com a vinda da Constituição de 1934¹⁵². Durante boa parte da década de 1930, através primeiramente da interventoria (1931 – 1934) e posteriormente da prefeitura (1934 – 1936) do médico pernambucano Pedro Ernesto, o Rio de Janeiro viveu uma “breve experiência autonomista”¹⁵³, em que o Partido Autonomista do Distrito Federal esteve à frente do poder, apesar de sua composição ser frágil e baseada na troca de interesses imediatos, considerado até mesmo como uma “colcha de retalhos”¹⁵⁴. O que se pode perceber pela leitura dos jornais *A Manhã* e *O Jornal* é que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro possuía um alto grau de autonomia e importância,

¹⁵¹ Segundo esta Constituição, em seu segundo artigo, “cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.” Cf. BRASIL. *Constituição (1891)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891), 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

¹⁵² Segundo esta Constituição, em seu primeiro artigo, a “Nação brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios em Estados Unidos do Brasil, mantém como forma de Governo, sob o regime representativo, a República federativa proclamada em 15 de novembro de 1889. Cf. BRASIL. *Constituição (1934)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 6 de julho de 1934), 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

¹⁵³ SOUZA, Rafael. *No coração da urbe: política, cultura e memória no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945)* / Rafael Lima Alves de Souza; orientadora: Margarida de Souza Neves. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009., p. 16.

¹⁵⁴ CARVALHO, Wesley. *Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012, p. 85.

pois nela havia discussões sobre o tamanho do exército brasileiro¹⁵⁵ e de outras temáticas que tinham abrangências nacionais¹⁵⁶ e até internacionais¹⁵⁷ debatidas pelos vereadores. Somente no ano de 1960 que a cidade do Rio de Janeiro perderia o posto de centralidade política do Brasil a partir da transferência da capital para Brasília.

Para o ano de 1935, o Distrito Federal possuía a estimativa de 1.711,466 milhões de habitantes¹⁵⁸, num momento em que as estimativas da população brasileira para este mesmo ano era de 41.560,147 milhões de habitantes¹⁵⁹. O Distrito Federal na década de 1930 se tratava de um local com um rápido crescimento populacional e também de adensamento urbano. De acordo com Maurício de Abreu, ao analisar e comparar a população do começo ao final desta década, ela “havia quase que dobrado em tamanho, passando a totalizar aproximadamente 2.500.000 habitantes.”¹⁶⁰. Ainda segundo o autor, um grande motivo para o crescimento populacional da cidade se deu por causa do fluxo migratório no país, sendo “de início proveniente de estados mais próximos”¹⁶¹. O campo se constituiu como o principal fornecedor de trabalhadores para o Distrito Federal, quando “passou a liberar quantidade considerável de mão-de-obra”¹⁶², influenciado pela crise de 1929 que afetou o setor agrícola brasileiro.

A situação da falta de mão de obra no campo era sinalizado pelo *O Jornal* como um “dos mais graves problemas do Brasil”¹⁶³ e um dos motivos para o periódico seria a xenofobia existente na Constituição de 1934 que limitava a entrada de imigrantes no país. A migração interna “de nordestinos e mineiros”, apesar de importante, também era considerada um problema, pois “as regiões donde saíam esses homens ficam desfalcadas do seu trabalho”¹⁶⁴. Por outro lado, *A Manhã* criticava como se operava a migração pelo Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro, onde este órgão “mais uma vez provou o seu descaso por aqueles a que tinha o dever de defender”¹⁶⁵. O Ministério, através do

¹⁵⁵ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00165, 31 de outubro., 1935, p. 1.

¹⁵⁶ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00180, 18 de novembro., 1935, p. 2.

¹⁵⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04807, 13 de julho., 1935, p. 12.

¹⁵⁸ IBGE. 1936, op. cit., p. 42.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 41.

¹⁶⁰ ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987, p. 96.

¹⁶¹ Ibidem, p. 96.

¹⁶² Ibidem, p. 96.

¹⁶³ *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 05002, 12 de outubro., 1935, p. 4.

¹⁶⁴ *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 05002, 12 de outubro., 1935, p. 4.

¹⁶⁵ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00023, 22 de maio., 1935, p. 1 e 7.

Departamento de Povoamento, funcionava no Rio como um local de recebimento e passagem de trabalhadores nordestinos que, segundo o periódico aliancista, eram tratados da pior forma possível.

A lógica do crescimento demográfico e urbano do Rio de Janeiro acompanhava e também era impulsionada pelo aumento da produção industrial¹⁶⁶ na cidade (o comércio e a prestação de serviços também influenciavam), e retratava a busca por melhores condições de vida num país caracterizadamente rural. Na mesma razão, havia também a necessidade imperiosa dos novos empreendimentos da Capital em “atrair mão de obra numerosa”¹⁶⁷ para as suas atividades, seja para torná-las mais baratas, seja para torná-las mais viáveis.

Segundo dados oficiais, para se ter ideia, no ano de 1935, o número estimado de trabalhadores brasileiros em todas as categorias produtivas se dava por 11.888.000 milhões de pessoas, sendo a maioria contabilizada no setor agrícola: 8.850.000 milhões¹⁶⁸. Logo, a realidade social brasileira ainda era fortemente marcada pela zona rural nos meados da década de 1930. Tal fator corrobora com a visão de que a industrialização ainda se apresentava no seu estado mais incipiente.

Pode-se reforçar estatisticamente o argumento anterior com dados do mesmo ano¹⁶⁹ que demonstram a existência de altos números de profissionais envolvidos em atividades que se distinguiam do incipiente setor industrial, ocupando a categoria de “serventes ou trabalhadores não especializados” ou mesmo na categoria “comércio”, que puxavam respectivamente 700 mil e 752 mil trabalhadores. Portanto, são números maiores do que aqueles apresentados nas maiores categorias da indústria, como a “indústria têxtil” e da “metalurgia”, que sinalizam respectivamente a presença de 210 mil e 160 mil trabalhadores nestas categorias do setor industrial.

Contudo, uma característica singular do Distrito Federal em relação ao resto do país é seu alto valor de “produção industrial”, em que no ano de 1929¹⁷⁰, só ficou atrás nessa variável para todo o Estado de São Paulo, que com 1.537.347 contos de réis em valores de

¹⁶⁶ O maior efeito dessa industrialização afetou de sobremaneira principalmente as regiões suburbanas. Tal discussão será feita mais a frente no texto e será trabalhada na sua relação com as condições de vida dos trabalhadores.

¹⁶⁷ ABREU, op.cit, p. 96.

¹⁶⁸ IBGE. 1936, op. cit., p. 316.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 316.

¹⁷⁰ Este é o ano mais próximo disponível no Anuário Estatístico Brasileiro de 1936 para elucidar tal variável. Nos anuários de 1937 e 1938 param de contabilizar a produção por unidade política da federação brasileira e começa a enfatizar mais a quantidade dos produtos feitos nacionalmente.

produção liderou contra os 954.934 contos de réis da capital federal¹⁷¹. Uma alta taxa de produção que a elevava para o posto de vice-líder no país e que demonstrava uma grande centralização industrial¹⁷² se comparada ao valor de produção em relação até mesmo ao resto do Estado do Rio de Janeiro, que detinha somente 225.417 contos de réis. A necessidade de incrementar a industrialização era algo sinalizado por diferentes colunistas dos jornais¹⁷³, por movimentos políticos e por uma variedade de autoridades.

Jorge Street, diretor do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, ao enviar uma carta¹⁷⁴ aos *Diários Associados*, elogia o plano ministerial do Agamenon Magalhães na pasta do Trabalho e acaba informando sobre a necessidade de industrializar o país, pregando o uso de crédito para os industriais, a diminuição das importações, a aplicação da legislação social para os trabalhadores e, por fim, defendendo a necessidade de transformar as matérias-primas próprias do país em produtos industriais. Nos discursos aliancistas¹⁷⁵, a importância da industrialização, principalmente no setor siderúrgico, tinha relação com a soberania no país. Além disso, o incremento industrial tinha impacto positivo na formação de melhores empregos para os brasileiros.

Pode-se perceber também uma grande diferença do Distrito Federal em relação às outras regiões do Brasil no que tange às taxas de analfabetismo. As taxas nacionais com as taxas do Distrito Federal revelam uma realidade assimétrica. Para exemplo de comparação, o ano de 1920¹⁷⁶ revela que nacionalmente somente quase 7,5 milhões de pessoas sabiam ler ou escrever (aproximadamente 25%) contra um pouco mais de 23 milhões que não sabiam uma coisa nem outra (aproximadamente 75%). Já no Distrito Federal, a diferença nesta época é relatada numa lógica contrária, sendo que mais de 710 mil sabiam ler

¹⁷¹ IBGE. 1936, op. cit., p. 127.

¹⁷² No ano de 1935, o número de fábricas de produto de consumo existentes no Distrito Federal se situa em quarto lugar no ranqueamento nacional. Com a presença de 4.735 fábricas, a capital federal ficava atrás somente de três Estados da federação: São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em relação ao número de fábricas que possuíam um número de operários com mais de 12, o Distrito Federal ficava em segundo lugar, atrás somente de São Paulo. Cf. IBGE. 1937, op. cit., p. 266.

¹⁷³ Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 05039, 24 de novembro., 1935, p. 4; *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 05053, 11 de dezembro., 1935, p. 4; *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00182, 8 de junho., 1935, p. 3.

¹⁷⁴ Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 04844, 26 de julho., 1935, p. 4

¹⁷⁵ Cf. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00038, 17 de novembro., 1935, p. 6; *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00141, 6 de outubro., 1935, p. 3.

¹⁷⁶ Tal variável, computa a diferença entre aqueles que sabiam ler ou escrever em comparação com aqueles que não sabiam. O ano mais próximo a comparar foi através do Anuário de Estatística Brasileiro sobre o ano de 1920. Infelizmente, as taxas de analfabetismo não foram computadas na década de 1930 no Distrito Federal, caso contrário permitiria um melhor acompanhamento e evolução da diferença entre a capital e do resto do país.

(aproximadamente 61%), enquanto “somente” 441 mil não sabiam uma coisa nem outra (aproximadamente 38%). A conclusão que se chega é que a população alfabetizada na capital era proporcionalmente bem maior a que a do resto do país¹⁷⁷. Contudo, deve-se considerar o comentário de Lobo ao afirmar que “grande número de operários era analfabeto”,¹⁷⁸ no Rio de Janeiro. Ou seja, a educação oferecida na capital federal não abarcava a totalidade da população, sendo restritiva conforme a condição social.

Apesar da alta taxa de produção industrial e um bom índice de alfabetização em relação à média nacional, o que se via também, durante a década de 1930, era uma constante preocupação das autoridades e dos trabalhadores em relação ao crescimento do custo de vida na cidade do Rio de Janeiro¹⁷⁹. Desde o ano de 1928 a taxa média era computada nos diversos aspectos do consumo como “alimentação”, “vestuário”, “combustível”, “criados” e “diversos”. A seguir, demonstra-se que os meses do ano de 1935 são marcados por taxas crescentes do custo de vida¹⁸⁰:

¹⁷⁷ IBGE. 1936, op. cit., p. 43.

¹⁷⁸ LOBO, op. cit., p. 83.

¹⁷⁹ Ambos os jornais analisados (*A Manhã* e *O Jornal*) vigiavam os preços dos gêneros de primeira necessidade. Contudo, somente o periódico *A Manhã* relacionava o aumento dos preços ao crescimento das dificuldades dos trabalhadores cariocas em manterem suas condições de vida. Temos a coluna do diretor do jornal Pedro Motta Lima enfatizando o peso da “crise comercial” nos trabalhadores. Cf. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p. 3; temos também um debate que busca os principais culpados pela carestia no artigo “A MISÉRIA BATE ÀS PORTAS DO POVO! A vida está encarecendo, os preços dos gêneros estão subindo. Quais os responsáveis pela situação e a forma de resolve-la!”, cf. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p. 8. *O Jornal* somente citava a discussão entre as autoridades, cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 04839, 20 de julho., 1935, p. 3; *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 05114, 20 de fevereiro., 1936, p. 5.

¹⁸⁰ IBGE. 1936, op. cit., p.253.

Tabela 1 – Evolução do custo de vida na cidade do Rio de Janeiro de 1928 até 1935

ANOS E MESES (Índices: 1928-29=100)		DESPESAS													
		TOTAL		ALUGUEL DE CASA		ALIMEN- TAÇÃO		COMBUS- TIVEL E LUZ		CRIADOS		VES- TUÁRIO		DIVERSOS	
		Mil réis	In- dice	Mil réis	In- dice	Mil réis	In- dice	Mil réis	In- dice	Mil réis	In- dice	Mil réis	In- dice	Mil réis	In- dice
Médias men- sais	1928-29....	1:850\$0	100	610\$0	100	737\$3	100	130\$6	100	120\$0	100	160\$0	100	93\$0	100
	1930.....	1:676\$2	91	550\$0	90	648\$6	88	128\$6	98	120\$0	100	144\$0	90	85\$0	91
	1931.....	1:616\$4	87	500\$0	82	614\$4	83	162\$0	124	120\$0	100	140\$0	87	80\$0	86
	1932.....	1:621\$6	88	460\$0	75	659\$9	89	161\$7	124	120\$0	100	140\$0	87	80\$0	86
	1933.....	1:608\$1	87	460\$0	75	646\$6	88	161\$5	124	120\$0	100	140\$0	87	80\$0	86
	1934.....	1:735\$3	94	500\$0	82	715\$8	97	127\$0	97	120\$0	100	190\$0	119	82\$5	89
	1935.....	1:828\$3	99	500\$0	82	747\$1	101	126\$2	97	120\$0	100	235\$0	147	100\$0	108
Em 1935, por meses	I.....	1:800\$5	97	500\$0	82	734\$3	100	126\$2	97	120\$0	100	220\$0	137	100\$0	108
	II.....	1:795\$7	97	500\$0	82	729\$5	99	126\$2	97	120\$0	100	220\$0	137	100\$0	108
	III.....	1:801\$1	97	500\$0	82	734\$9	100	126\$2	97	120\$0	100	220\$0	137	100\$0	108
	IV.....	1:806\$9	98	500\$0	82	740\$7	100	126\$2	97	120\$0	100	220\$0	137	100\$0	108
	V.....	1:808\$1	98	500\$0	82	741\$9	101	126\$2	97	120\$0	100	220\$0	137	100\$0	108
	VI.....	1:812\$5	98	500\$0	82	746\$3	101	126\$2	97	120\$0	100	220\$0	137	100\$0	108
	VII.....	1:849\$1	100	500\$0	82	752\$9	102	126\$2	97	120\$0	100	250\$0	156	100\$0	108
	VIII.....	1:849\$1	100	500\$0	82	752\$9	102	126\$2	97	120\$0	100	250\$0	156	100\$0	108
	IX.....	1:853\$4	100	500\$0	82	757\$2	103	126\$2	97	120\$0	100	250\$0	156	100\$0	108
	X.....	1:857\$8	100	500\$0	82	761\$6	103	126\$0	97	120\$0	100	250\$0	156	100\$0	108
	XI.....	1:852\$8	100	500\$0	82	756\$6	103	126\$2	97	120\$0	100	250\$0	156	100\$0	108
	XII.....	1:852\$8	100	500\$0	82	756\$6	103	126\$2	97	120\$0	100	250\$0	156	100\$0	108

(1) Despesa de uma família de 7 pessoas, dispondo de uma renda mensal de cerca de 1:850\$000 no biênio de 1928-1929.

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil de 1936, p. 253.

Lobo afirma que o quesito alimentação “pesava muito no orçamento operário”¹⁸¹. A tabela acima, retirada de fonte do Estado, reflete o aumento do custo de vida no ano de 1935 e comprova a afirmação da autora ao mostrar que tal variável fazia parte de quase metade dos gastos de uma família de até 7 pessoas. Como se pode notar, o custo de vida do ano de 1935 voltava ao patamar do biênio 1928-1929, logo após cinco anos em queda da média anual. As despesas sobre alimentação em 747\$1 mil réis custavam quase a metade (41%) das despesas no ano de 1935, que contabilizavam 1:828\$3 mil réis no total. Segundo Lobo, o Estado tentou aumentar a sua presença “no âmbito da saúde, da alimentação e do

¹⁸¹ LOBO, op. cit, p. 83.

seguro”, apesar disso “as condições de vida dos operários do Rio de Janeiro não melhoraram.”¹⁸².

O trabalhador, além de sofrer com o alto custo de vida, padeceria também da desvalorização nos seus rendimentos, pois tanto empresas modernas quanto tradicionais operariam numa lógica “resultante do excedente de oferta e baixo custo de mão de obra”¹⁸³. Havia a impressão de que o trabalhador poderia ser “facilmente substituível por novas levas de menores que iriam aprender na dura escolas da experiência na fábrica”¹⁸⁴. A maioria dos trabalhadores, “em muitos setores da produção e dos serviços, morria antes de receber a aposentadoria”¹⁸⁵. Uma pequena exceção, segundo a autora, tinha melhores condições de trabalho, eram eles os trabalhadores especializados, que “recebiam melhor remuneração, sendo contratados como mensalistas [...]”¹⁸⁶

O custo de vida analisado acima por meio de fontes oficiais através dos números do Estado também pode ser pensado em uma forma mais ampla. A análise das condições de vida em quesitos como “saúde, trabalho, habitação, alimentação, lazer e desenvolvimento cultural”¹⁸⁷ pode ser pensada através de fontes jornalísticas.

No quesito saúde, os jornais dos meados da década de 1930 retratavam em suas páginas uma série de problemas que a tuberculose trazia. Para o colunista José Vieira do *O Jornal*¹⁸⁸, no artigo “Campanha contra a tuberculose”, tal doença “era responsável por 86% das mortes na cidade do Rio de Janeiro, segundo os cálculos do professor Valois Souto”. Por ano, na capital, a taxa de mortalidade nessa porcentagem levava embora “4.514 de vidas”. O colunista denunciava o número de doentes da “peste branca” em “31,598” habitantes na Capital e levantava a suspeita de que o número poderia ser bem maior, ao dizer que “o total deve ser 730.647”. Ao fazer campanha pedindo por investimento público no instituto em que Valois Souto é um dos coordenadores, chamado Associação Brasileira

¹⁸² LOBO, op. cit, p. 86.

¹⁸³ LOBO, op. cit, p. 85.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 86.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 86.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 86.

¹⁸⁷ Tais variáveis são estudadas detalhadamente por Maria Eulalia Lobo. Sob influência desse trabalho, também se analisará como as fontes jornalísticas aqui pesquisadas representaram as condições de vida dos trabalhadores. Para Lobo, havia uma “forte interrelação positiva entre movimento operário” e as condições de vida. O estudo dessa interrelação pode ajudar a compreender o “comportamento operário e propiciar uma reinterpretação de sua atuação”. Cf. LOBO, op. cit, p. 2.

¹⁸⁸ *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 4822, 30 de junho., 1935p. 2.

de Combate à Tuberculose (A.B.C.T), o colunista revela outro problema: a luta existente entre as variadas instituições nacionais de cuidado ao tuberculoso, visto que no Brasil, “o comum é contar-se só com o governo”, mostrando a necessidade do erário público para interromper a propagação da doença e também cuidar dos doentes.

Em artigo anônimo escrito no *Jornal*, intitulado “Um sanatório para Campos”¹⁸⁹, um escritor irá dizer que a “tuberculose é o inimigo número um da civilização moderna, contra o qual as nações têm mobilizado, quase em vão, todos os recursos da ciência.”, passando a sensação de uma guerra quase perdida no enfrentamento da doença.

Ainda que não possuindo a real dimensão do número certo de doentes ou mortos pela tuberculose em escala nacional (até mesmo regional ou municipal), o *Jornal* irá afirmar que “um dos países em que a tuberculose alcança um índice mais alto de mortalidade é o Brasil”¹⁹⁰. Sendo escrito em outra edição, que se trata de “um dos graves problemas nacionais”¹⁹¹. Na publicação de 22 de outubro de 1935, o *Jornal* denuncia que as classes mais pobres são as que mais sofrem e isso se deve à inexistência de uma estrutura para o combate e ao tratamento da chamada “peste branca”, ao mostrar que a “tuberculose é a grande demolidora da coletividade” e que “na classe pobre sua ação dizimadora é simplesmente aterradora. Uma das causas da grande mortalidade no Rio de Janeiro reside na carência de hospitais especializados.”¹⁹²

Já o jornal *A Manhã* denuncia o perigo de se contrair a tuberculose nos ambientes de trabalho no Rio de Janeiro¹⁹³. Em 12 de junho de 1935, o jornal critica o descaso com os trabalhadores que tinham acabado de terminar a construção do novo Arsenal na Ilha das Cobras, região central do Rio de Janeiro. Uma questão completamente ignorada por altas autoridades, segundo o periódico, era a insalubridade sofrida pelos funcionários públicos na construção da obra para o Ministério da Marinha:

Dos serviços da Ilha das Cobras o mais pesado e o pior remunerado é o do ar comprimido. Os trabalhadores desta seção andam cobertos apenas com uma tanga, descalços, mergulhados n'água e no pântano, respirando, ademais, o ar mefítico das bombas e de caldeiras de pressão. Quase todos

¹⁸⁹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 4862, 15 de agosto., 1935, p. 4.

¹⁹⁰ *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 4863, 16 de agosto., 1935, p. 3.

¹⁹¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 5010, 22 de outubro., 1935, p. 12.

¹⁹² *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. 5010, 22 de outubro., 1935, p. 12.

¹⁹³ Pelas ruas da cidade, os jornalistas do periódico faziam reportagens para indagar transeuntes sobre o impacto do custo de vida nos trabalhadores. Cf. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00089, 7 de agosto, 1935, p. 1; *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00095, 15 de agosto, 1935, p. 2.

que trabalham ali, estão sofrendo de irregularidades do aparelho respiratório, acabando, fatalmente, nas garras da tuberculose. O salário desta gente não ultrapassa 11\$000 por dia de 8 horas de trabalho. As vítimas da peste-branca são tantas, que foi criada, há tempos, uma meia diária para os tuberculosos, agora suprimida inexplicavelmente. A Lei de Acidentes no Trabalho é letra-morta para a direção daquelas obras, que nega, ali, a internação dos infelizes tuberculosos e acidentados no Hospital da Marinha.¹⁹⁴

Os funcionários públicos não eram respeitados pelo Estado no quesito salubridade e condições de trabalho necessárias, tampouco diferente era a situação dos empregados em obras e empresas privadas¹⁹⁵. Lobo demonstra que a “análise das condições de trabalho do operariado no passado e atualmente evidencia uma atitude do empresariado de completo descaso pela salubridade, higiene e segurança do empregado”¹⁹⁶.

A seguir, na notícia datada de 27 de junho de 1935 no Jornal *A Manhã*, temos comentários de telefonistas não identificados da empresa Companhia Telefônica Brasileira, onde o direito de se afastar do trabalho em caso de doença não era respeitado pelos donos:

Em idênticas condições está a -estação 28- onde há vários casos de fraqueza pulmonar, pré-tuberculose e mesmo tuberculose adiantada, em virtude dos excessos de serviços, sem descanso, da má alimentação e das instalações de prédios mal adaptados. Ultimamente, se registraram, constatados pelo médico da empresa, 8 casos de tuberculose. Estas moças continuam no serviço onde têm sofrido várias hemoptises, pois elas são forçadas a sacrificar a saúde para garantir o pão amargo por mais alguns dias.¹⁹⁷

Havia também a preocupação com a existência de inúmeras doenças, como sarampo, sífilis, câncer, alcoolismo, difteria que comumente acompanhavam o dia a dia dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro na década de 1930 e que aumentavam a taxa de mortalidade e preocupavam as autoridades de saúde na capital federal. Contudo, Lobo enfatiza que, o grande problema da capital federal na década de 1930, era mesmo o surto de tuberculose.

¹⁹⁴ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00041, 12 de junho, 1935, p. 2.

¹⁹⁵ Há relatos de demissão de trabalhadores por causa da contaminação por tuberculose, ver em: *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00089, 1935, 7 de agosto., p. 6. O editor-chefe do jornal *A Manhã*, Pedro Motta Lima, irá ironizar o baixo salário oferecido pelas empresas, chamando-o de “salário-tuberculose”, ler em: *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00091, 9 de agosto., p. 3. Em outra notícia, o suicídio se tornava uma alternativa para o empregado do comércio chamado Mário de Souza, em que de tanto desamparo e sofrimento, via sua tuberculose como uma doença incurável, ler em: *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00128, 21 de setembro, p. 7.

¹⁹⁶ LOBO, op. cit, p. 85.

¹⁹⁷ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00054, 27 de junho, 1935, p. 6.

Tal doença atacava principalmente as áreas urbanas. Logo, a expansão da doença acompanhava também o ritmo do desenvolvimento das cidades. Lobo afirma que já em 1922 os índices de tuberculose nos subúrbios¹⁹⁸ da Estrada de Ferro Leopoldina (principalmente Inhaúma e Irajá) apresentavam os maiores números da cidade. Segundo ela, o problema da tuberculose era tão grave que demandou do Estado e das autoridades medidas importantes como: a formação de médicos sanitaristas e a criação de uma Comissão em 1938 pelo Ministro do Trabalho “para organizar um plano uma luta à tuberculose”¹⁹⁹, que além de ser epidêmica, já se encontrava de forma maciça. O combate à tuberculose também se tornou um problema que se relacionava aos gastos públicos dos Institutos de previdência social e também aos gastos das empresas privadas, que normalmente recorriam ao Estado para gerir esses gastos sociais²⁰⁰.

Além do grave problema da tuberculose, o jornal *A Manhã* denuncia também outras péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da época, principalmente para aqueles que viviam nos subúrbios e enfrentavam longos períodos de secas e a consequente falta d’água. A denúncia do jornal faz coro com a Câmara Municipal da capital que pedia medidas e informações sobre a seca ao ministro Gustavo Capanema, político à frente da pasta do Ministério da Saúde Pública e Educação, mostrando que a estiagem era um problema costumeiro na cidade e denunciando que os bairros possuem tratamentos diferenciados pelas autoridades:

De fato, o precioso líquido que no Rio foi sempre tão escasso, agora desapareceu do bico das torneiras. Em muitos lugares, mesmo no centro e nos bairros aristocráticos, a seca se manifestou completamente, apesar dos recursos de que dispõem os seus moradores contra essas emergências periódicas. [...] De início, estivemos em Copacabana e em todos os bairros de seus arredores como Leblon, Ipanema e outros. Nesses bairros, onde enormes reservatórios de água, e para onde os cuidados dos funcionários da Inspectoria de Esgotos estão sempre voltados ao menor desarranjo na aparelhagem dos canos, a falta de água é absoluta. [...] Nos subúrbios, sobretudo, a falta d’água tomou proporções assustadoras, estando os moradores receosos de perecerem à sede!²⁰¹

¹⁹⁸ Outro problema específico que prevalecia e atacava principalmente as regiões suburbanas, (local de moradia dos proletários) e que era comum entre 1926 e 1935 era a mortalidade infantil ocasionada pela “falta de saneamento básico, a precariedade da habitação e dos serviços de saúde pública e as carências nutricionais da população” que geravam diarreias e enterites. Cf. Ibidem, p. 78.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 79.

²⁰⁰ Ibidem, p. 77.

²⁰¹ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00076, 23 de julho, 1935, p. 8.

Se havia diferenças de tratamento entre os diferentes bairros na cidade, os habitantes dos morros estariam numa situação de penúria ainda maior nos períodos de seca, a ponto de alterar toda a rotina dos moradores dessas regiões. Na publicação do dia 26 de julho de 1935 se denunciava a situação em que os moradores dos morros, habitados por gente “humilde e laboriosa”, precisavam andar quilômetros para conseguir encher um balde d'água. Autenticado pelo uso de fotos na Lapa, o jornal mostra que poucos lugares tinham água brotando nas bicas, como fica claro no relato a seguir:

Se no coração da metrópole é o que acabamos de descrever, fácil é o leitor imaginar o que vai pelos morros, onde habita gente humilde e laboriosa na Favella e no morro do Pinto, tudo é aridez, secura, estagnação. Aquela pobre gente caminha quilômetros e quilômetros em busca de uma lata de água [...] O espetáculo que oferece, durante toda manhã, a vasta zona da Gamboa, é um atestado eloquentíssimo do quanto sofre a imensa colmeia de gente pobre que ali habita. Senhoras e menores descem dos morros e vêm, após uma caminhada estafante, solicitar nas mercearias das redondezas uma moringa ou meia lata da preciosa linfa, dada sempre de má vontade, pois a água, ali, nos baixos, também é pouca. Insignificante mesmo para os menores gastos.²⁰²

Pelos relatos no *A Manhã* do ano de 1935, a seca e a falta d'água se tornaram recorrentes principalmente nos meses de julho e outubro. Segundo o jornal, no mês de julho a falta de abastecimento de água afetou toda a cidade, porém no outro mês, os bairros do subúrbio foram os mais afetados pela estiagem, revelando-se a necessidade das chuvas recorrentes para a realização dos afazeres diários nessas localidades. O jornal volta a denunciar os funcionários da Inspetoria de Águas, mostrando que eles controlavam o “cano condutor”²⁰³ dos reservatórios da cidade, só abrindo ou fechando conforme “o critério dos figurões do casarão vermelho” que só obedeciam “a simpatias políticas”²⁰⁴. Sob a “indiferença revoltante” e ao fato de “nenhuma providência” ter tomado para resolver o caos nos subúrbios, o jornal expõe sérias críticas ao Capanema, pois sua inércia afetou todo o cotidiano dessa localidade:

Nem a desorganização nos serviços de colégios e hospitais, nem a grita do comércio, nem os clamores desesperados dos cariocas fizeram movimentar-se os subordinados do ministro Capanema, que, por sua vez, também cerrou os ouvidos a tudo e a todos. A AMANHÃ, que esteve sempre ao lado do povo, clamando por providências contra a tortura da

²⁰² *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00079, 26 de julho., 1935, p. 8.

²⁰³ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00081, 28 de julho., 1935, p. 8.

²⁰⁴ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00082, 30 de julho., 1935, p. 8.

seca, cumpre seu dever avisando-o de que a repartição da rua do Riachuelo, nada fez pelo bem do povo.²⁰⁵

No mês de novembro, o jornal *A Manhã* fazia uma cobertura jornalística bem ampla de como várias localidades dos subúrbios²⁰⁶ estavam sofrendo com a seca em consequência da falta de chuva e denunciava como isso afetava as condições de vida dos moradores. A notícia²⁰⁷ publicada na data 26 de outubro de 1935 mostra o extremo impacto que a seca causava nos trabalhadores suburbanos de Vigário Geral, refletido na necessidade de se lavarem de madrugada em banhos públicos por meio de bicas. No subtítulo “Vida de Suburbano”, o relato jornalístico após uma entrevista informal com um morador suburbano mostra que sair da região central para o subúrbio tinha lá seus benefícios, porém as dificuldades se tornavam outras:

No trem, já de volta, nosso vizinho do banco da frente ia desabafando com seu companheiro: Primeiro eu morava na Central. E era aquilo - mosquitos, a rua cheirando mal com os regos de água das fossas e a falta de água quase sem falar no ferro-velho da Estrada. Vim agora para aqui e estou vendo que não aguento. A estrada é melhor, sem dúvida, mas “cadê água?”. A gente paga, paga, paga e leva essa vida de cachorro. O outro apoiava, grave: sempre é isso: É isso mesmo... Suburbano leva vida de cachorro...²⁰⁸

Há incontáveis problemas²⁰⁹ que afetavam o dia a dia do suburbano nas reportagens jornalísticas: matagal, doenças (febre amarela, peste bubônica), falta de serviços públicos,

²⁰⁵ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00083, 31 de julho., 1935, p. 8.

²⁰⁶ Em inúmeras publicações, o jornal *A Manhã* retrata com ênfase o drama cotidiano nos subúrbios devido à falta d'água, afetando desde o transporte até o afazeres básicos do dia a dia. Na publicação datada de 25 de outubro, o foco é a Penha, nela há relatos de moradores que ficaram sem água por mais de 15 dias, não podendo nem tomar um simples banho, ver mais em: *A Manhã*, 1935, edição 00159, 25 de outubro, p. 1. Já na publicação datada de 26 de outubro é ressaltado em letras garrafais na capa a falta d'água em Vigário Geral, ver mais em: *A Manhã*, 1935, edição 00160, 26 de outubro, p. 1. Na data de 30 de outubro se publica a falta água em Cordovil (localidade situada no bairro suburbano da Leopoldina) denunciando o fato de moradores terem que andar quilômetros para conseguir uma simples lata de água (a iconografia revela a importância das crianças na coleta de água para suas famílias), ver mais em: *A Manhã*, 1935, edição 00164, 30 de outubro, p. 8. Publicada em 1 de novembro (edição 166p.8) a sede e falta d'água são denunciadas em Brás Pina, ver mais em: *A Manhã*, 1935, edição 00166, 1 de novembro, p. 8; publicada em 2 de novembro, o jornal denuncia a contradição existente entre o desperdício de água no bairro do Meier enquanto se convive com a falta d'água em outras regiões suburbanas, ver em: *A Manhã*, 1935, edição 00168, 2 de novembro, p. 8. Por fim, na data de 9 de novembro, denuncia-se a falta d'água nos subúrbios mais periféricos, como Caxias e Meriti, que são pertencentes ao “subúrbio de Leopoldina, já em território fluminense”, ver mais em: *A Manhã*, 1935, edição 00174, 9 de novembro, p. 8.

²⁰⁷ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00160, 26 de outubro., 1935, p. 1.

²⁰⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00160, 26 de outubro., 1935, p. 7.

²⁰⁹ Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00020, 18 de maio., 1935, p. 8; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00021, 19 de maio., 1935, p. 7; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00023, 22 de maio., 1935, p. 6; *A Manhã*. Rio de Janeiro,

valas com água suja, falta de divertimentos, taxas sanitárias mal utilizadas, etc. O problema da moradia para essa população era outro assunto constantemente denunciado pelo jornal *A Manhã*. As dificuldades motivaram até a formação do grupo intitulado “Pró-Melhoramentos de Madureira”²¹⁰ que se reuniam para demandar melhorias em transporte, abastecimento de água, luz, esgoto e escolas. O grupo recém-formado tinha apoio do Pedro Ernesto, que havia possibilitado as reuniões de acontecerem no Mercado Municipal de Madureira, “cedido para tal fim, pelo exmo. Prefeito do Distrito Federal”²¹¹. Ao longo do seu mandato, que perdurou boa parte na década de 1930, o prefeito buscou formar alianças com os trabalhadores, por isso era costumeiro a formulação de políticas em áreas como saúde e educação. Por outro lado, precisou enfrentar adversários políticos com medo de sua crescente popularidade, como a Igreja Católica num debate sobre o ensino religioso nas escolas²¹², contra os integralistas por causa de sua simpatia pela ANL e também o próprio Assis Chateaubriand, que o criticava constantemente em *O Jornal* e era contrário à autonomia do Rio²¹³. Talvez para amenizar as críticas, a prefeitura do Rio precisou estampar propagandas²¹⁴ no jornal associado.

Uma boa forma de se pensar a questão das moradias se dá através do modelo metropolitano²¹⁵, em que o autor Maurício de Abreu analisa a transformação urbana da região central²¹⁶ e dos subúrbios da Capital Federal. Tal modelo confere à metrópole do Rio de Janeiro a característica de possuir um “núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda” e, por outro lado, “cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infra-estrutura à medida em que se afastam do núcleo, e servindo de

ed. 00026, 25 de maio., 1935, p. 1 e 7; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00027, 26 de maio., 1935, p. 1 e 7; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p. 7.

²¹⁰ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00186, 21 de novembro., 1935, p. 2.

²¹¹ *A Manhã*, Rio de Janeiro, ed. 00189, 24 de novembro., 1935, p. 8.

²¹² A “Coluna do Centro” presente em *O Jornal*, escrita principalmente por Tristão de Athayde e outros cronistas, era um espaço de alto teor religioso em que havia esporadicamente a discussão sobre o papel do ensino. Servia também como um espaço para a oposição ao ensino laico defendido pelo prefeito. Já o jornal *A Manhã*, fazia a defesa do mandato do prefeito, criticando os seus opositores, principalmente o cônego Olympio de Mello, pelo teor faccioso do projeto de ensino religioso nas escolas. Cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04795, 30 de maio., 1935, p. 3-4; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00026, 25 de maio., 1935, p. 1.

²¹³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04889, 15 de setembro., 1935, p. 2.

²¹⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05065, 25 de dezembro., 1935, p. 36.

²¹⁵ Para Maurício de Abreu, o avanço urbano metropolitano no Rio de Janeiro é tão importante que a cidade serve como modelo urbano para outras capitais do Brasil, ditando, portanto, “a moda metropolitana brasileira”. (ABREU, op. cit., p. 16-17).

²¹⁶ Chamada também de “núcleo” ou “core histórico da cidade” (Ibidem, p. 18)

moradia [...] às grandes massas de população de baixa renda.”²¹⁷. A consequência disso para pensar as condições de vidas possíveis na cidade é o oferecimento de poucas opções de moradia para a população mais pobre e aos trabalhadores, restando a escolha entre os subúrbios distantes da área central que resultavam no “aumento das distâncias entre local de trabalho e residência”²¹⁸ ou até mesmo a ocupação ilegal de terrenos (favelização).

Ao se afastar do núcleo, os locais mais distantes são as periferias imediatas e as periferias intermediárias (subúrbios ainda mais afastados). A periferia imediata²¹⁹ serve como residência da “classe média baixa”²²⁰, “possuem as zonas industriais mais antigas”, contém adequada infra-estrutura urbanística se comparada a da região central e a sua ocupação residencial se deu em influência “das paradas de trem suburbano”²²¹. Já a periferia intermediária²²² é um traço da enorme expansão da metrópole, apresentando altas taxas de crescimento populacional, devido a dois aspectos: expulsão de moradores das regiões centrais e da periferia imediata (migração intrametropolitana) e da vinda de pessoas do Estado do Rio ou de outras regiões do país “atraídas pela possibilidade de emprego”²²³.

Mapa 1 - Município do Rio de Janeiro: deslocamento das indústrias médias e grandes até 1965 e divisão do modelo metropolitano proposto por Maurício de Abreu

²¹⁷ Ibidem, p. 17.

²¹⁸ Ibidem, p. 94.

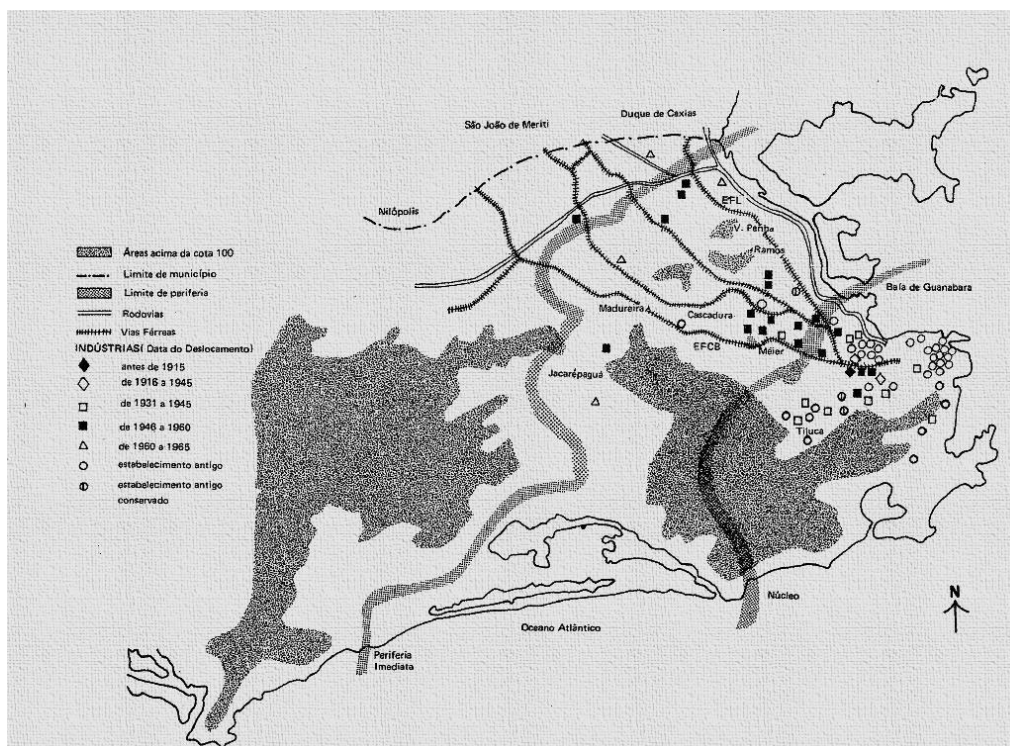
²¹⁹ A periferia imediata se compõe das regiões administrativas da Zona Suburbana I que são Ramos, Penha, Méier, Engenho Novo, Irajá, Madureira, Jacarepaguá, Ilha do Governador e de Paquetá e Barra da Tijuca. Maurício de Abreu se utiliza da classificação do autor David Vetter.

²²⁰ Ibidem, p. 25.

²²¹ Ibidem, p. 26.

²²² A periferia intermediária se compõe das regiões administrativas da Zona Suburbana II que são Bangu e Anchieta.

²²³ Ibidem, p. 26.



Fonte: ESTADO DA GUANABARA, 1969 apud ABREU, op. cit., p. 104.

Com o tempo a dicotomia núcleo forte e periferia fraca sofreria algumas alterações. Na análise do período de 1930 - 1964, Abreu indica que, na evolução urbana desta época, ocorreria uma descentralização urbana, gerado pelo “deslocamento das indústrias em direção aos subúrbios e o desenvolvimento da zona sul”²²⁴. Os subúrbios cresceriam de forma demográfica e industrial numa “intensificação notável”²²⁵, descentralizando também as ofertas de empregos que antes eram criadas nas regiões centrais. Foi a partir de 1930, influenciada pela crise de 1929, que as indústrias tiveram que mudar suas estratégias de localização num “processo de ocupação progressiva dos subúrbios”²²⁶. A própria ação do Estado²²⁷ em mudar o sentido de um desenvolvimento espontâneo para um do tipo induzido e planejado, passando a “intervir no processo de localização industrial”²²⁸, culminou na realocação das atividades manufatureiras, principalmente para áreas que possuíam trens da

²²⁴ Ibidem, p. 95.

²²⁵ Ibidem, p. 99.

²²⁶ Ibidem, p. 96.

²²⁷ Segundo Abreu, os efeitos dessa onda urbanizadora direcionada pelo Estado e suas políticas públicas que ocorriam principalmente nos subúrbios podem ser considerados como a “fase mais marcante da expansão física da metrópole”²²⁷ do Rio de Janeiro. Cf. Ibidem, p. 111.

²²⁸ Ibidem, p. 99.

Central do Brasil. As páginas do jornal *A Manhã* retratavam bem esses dilemas e problemas vividos pelas periferias imediatas e intermediárias: a deterioração urbana, os problemas nos transportes que ligavam o trabalho com a moradia e o descaso público com a vida dos trabalhadores.

Para além dos problemas estruturais que afetavam as regiões mais afastadas e pobres, as opções de moradia para uma grande parte da população eram casas de cômodos “superlotadas e sem higenes” em barracos normalmente situados em favelas ou “vilas geralmente construídas pelas fábricas de tecidos”²²⁹, ou lotes em “subúrbios mais distantes que ensejava a construção de casas por conta própria (alternativa mais consolidada na década de 1940)”. Pode-se adicionar o fato em que alguns sindicatos e Institutos se organizavam para enfrentar o problema da moradia dos trabalhadores através de sorteio de casas²³⁰ ou construções coletivas²³¹.

A Manhã, ao denunciar a desigualdade social na cidade, cita a crise habitacional surgida nas diferenças entre os arranha-céus que surgiam na Zona Sul com as moradias coletivas superlotadas que cresciam nas regiões mais pobres, comum nas disputadas áreas centrais da cidade. A contradição era de “ordem puramente econômica”, em que “a população pobre não tem onde morar e passa a se abrigar nos chamados ‘cortiços’, sem a menor exigência de higiene e limpeza”, onde “dezenas de pessoas passam a morar em verdadeiros cubículos, em promiscuidade.”, enquanto os “novos ricos” passavam a morar “em apartamentos de luxo pagos regiamente” depois da “febre de construção de edifícios que se sublocam com lucros fabulosos para os respectivos proprietários.”²³²

O Jornal, por sua vez, exaltava a paisagem que se formava na Zona Sul do Rio de Janeiro como o “centro mais encantador para o turismo moderno”, em que sua “feição de cidade moderna” consegue misturar sua “incomparável moldura de montanhas e florestas; numerosos e belos edifícios públicos, praças e parques encantadores: monumentos, hotéis, teatros e arrabaldes tão singulares pelo bizarro de suas edificações”²³³. As “zonas chics”²³⁴ eram elogiadas pela beleza, como atestam as propaganda do Casino da Urca que celebra o

²²⁹ LOBO, op. cit, p. 82.

²³⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00075, 21 de julho., 1935, p. 3.

²³¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00105, 25 de agosto., 1935, p. 5.

²³² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00051, 23 de junho., 1935, p. 8.

²³³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 03413, 2 de janeiro., 1930, p. 4.

²³⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04838, 19 de julho., 1935, p. 5.

local como ponto de encontro da “sociedade chic”²³⁵ do Rio de Janeiro, situado numa “enseada de sonhos”²³⁶. Em outra propaganda, da loja de roupas chamada Casa Mathias, o cenário era a presença de foliões nas areias das praias da Zona Sul, com o desenho dos arranha-céus completando a paisagem no fundo. A alegria da caricatura revela a sintonia do carnaval carioca com a construção da cidade como “grande e maravilhosa”.

Imagem 1 – Anúncio que revela a construção da Zona Sul como um bairro que combinava desenvolvimento urbano e alegria

Foi ella que me fez comer cabeça de jacaré
CASA MATHIAS
POVO!... A cuica está roncando, annunciando o grande sortimento e
preços á Mathias para o Carnaval de 1935
Blóco: Virgolina não usa calças
 Fundado para mais abrihantar e dar grça ao Carnaval desta Grande e Maravilhosa Cidade



Este bloco foi fundado
 No salão dos cobras e lagartos.
 Logo no primeiro ensaio
 A Virgolina ficou sem os sapatos.

Este bloco foi ensaiado
 Pelo Juca Pisto, "Capitão";
 E no fim desta berraria
 Com certeza haverá bofetão.

Todos cantam, todos berram,
 Fazem uma grande trapalhada.
 Estou com todo o cuidado
 Que a Virgolina não fique mamada...

Vou fazer todo o possível
 Para que haja ordem e animação,
 Mas se não fôr antisfeito
 Vão parar todos na Detenção.

CASA MATHIAS
POVO!... Todos os preços são á Mathias, a casa mais bem sortida e a mais popular da America do Sul
CASA MATHIAS
 Casa da ordem e da honestidade **101 - AVENIDA PASSOS - 103** Não tem filial, é unica

Fonte: *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04703, 10 de fevereiro., 1935, p. 11.

²³⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04861, 14 de agosto., 1935, p. 1.

²³⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04837, 18 de julho., 1935, p. 6.

Afastando-se dos bairros *chics*, encontramos o subúrbio, onde, segundo o jornal *A Manhã*, era “a parte da cidade que reside a grande massa de trabalhadores”²³⁷. Por lá, podia-se encontrar vila operária como aquela de posse da Fábrica Deodoro, atuante no setor têxtil. O jornal fazia questão de mostrar que a dependência do trabalhador sobre o alojamento coletivo aumentava o medo de represália dos patrões, que poderia aplicar a “pena de despejo”²³⁸. A Estrada de Ferro da Central do Brasil também era outra empresa que disponibilizava alojamentos coletivos considerados “infectos”²³⁹ pelos ferroviários que ali habitavam. Os morros, terrenos abandonados²⁴⁰ e casebres eram outras alternativas para os moradores dos subúrbios.

Sobre a favelização, a autora Lilian Fessler Vaz, comenta que ela “só se tornou fenômeno reconhecido oficialmente na década de 1940”²⁴¹. Contudo, o jornal *A Manhã* já situava a complexidade existente no interior das favelas, seja pelo tom alarmante ao denunciar os problemas sociais do local, seja para divulgar a dinâmica cultural que existia ali por causa dos seus moradores.

O pauperismo não deixava de ser notado pelo jornal ao reconhecer a favela existente no Morro do Salgueiro como uma localidade “composta, como é, de gente pobre, que mal ganha para o feijão do trivial”²⁴², que, ainda assim, se ajudavam mutualmente como podiam. Sobre o Morro da Mangueira, o jornal denunciava o despejo de operários que habitavam barracões por ali há um tempo e agora “estão sofrendo a violência de um rico proprietário” que desejava o terreno do Morro. Além disso, o jornal citava a repressão policial que serviu para retirada truculenta dos moradores, num ato de

truculência dos policiais ali mandados, os quais, se valendo do ensejo, arrebatarem no interior dos casebres, armas, que conduziram ao distrito daquela circunscrição policial. [...] O que vemos, pois, é isto: violência

²³⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00053, 26 de junho., 1935, p. 1.

²³⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00091, 9 de agosto., 1935, p. 8.

²³⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00074, 20 de julho., 1935, p. 6.

²⁴⁰ A notícia a seguir deixa claro a luta por moradia na cidade. Se trata da disputa pela posse de um albergue abandonado. Nem a União, nem os moradores, nem os falsos proprietários tinham a certeza de quem possuía aquela casa abandonada que servia de abrigo para dezenas de moradores pobres. O caso foi parar na Justiça, pois os falsos proprietários andaram cobrando aluguéis daquelas pessoas pobres, sem comprovar de fato que eles eram donos daquilo ali. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00053, 26 de junho., 1935, p. 8.

²⁴¹ VAZ, Lilian Fessler. *Dos Cortiços às Favelas e aos Edifícios de Apartamentos - A Modernização da Moradia no Rio de Janeiro*. Análise Social, Lisboa, v. 3, n. 127, 1994, p. 590.

²⁴² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00017, 15 de maio., 1935, p. 7.

sobre violência contra humildes, laboriosos e honestos brasileiros, em proveito de um milionário estrangeiro.²⁴³

O outro lado da moeda era a dinâmica cultural existente nessas localidades. O artigo “No Morro do Salgueiro quando o samba findava... Empenharam-se em luta um guarda da Polícia Municipal e um operário, ficando ambos feridos” noticia um desentendimento que gerou conflito entre dois moradores do Salgueiro, sendo um policial e um operário, e também descrevia o cenário de festividades existente no local de forma elogiosa, sinalizando para outra visão para a localidade:

O som da “cuica” mareava o compasso do samba cantado e dançado a capricho, no chão, bem socado, de barro vermelho.

O morro rugia no som da “cuica”. E a gente dançava!

Os bairros pacatos, cá em baixo, escutavam o gemido que vinha do morro. Toda a noite o Salgueiro vibrou e o som cava animou a cadência do samba.

Lá na casa do Anthero, a alegria reinava; maior que num baile de ricos. Alegria sem remorsos. Não mora no morro ninguém que explore o trabalho dos outros.

Todo o mundo, lá em cima é igual.

A cachaça, branquinha - azulada, mantinha a pressão da alegria.

Ninguém esmorecia. O som da “cuica” parecia um protesto da gente que mora no alto do morro, em casas cobertas de zinco, paredes de taipa e chão sem ladrilho.

O samba durou toda a noite.

À manhã acordou a cidade do povo. Eram 5 horas.

A cidade dos ricos só acorda 10 horas.

No Salgueiro, com o sol, aumentou a alegria. Mas veio a tristeza.²⁴⁴

A descrição de um cenário de descontração e paz rompido por um conflito entre dois indivíduos quando “veio a tristeza” revelava também uma exaltação das festividades que ocorriam nos morros e nos subúrbios feitas por homens pobres e trabalhadores. A

²⁴³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00042, 13 de junho., 1935, p. 8.

²⁴⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00043, 7 de junho., 1935, p. 7.

distância geográfica entre bairros de ricos e pobres não era a única barreira criada pela descrição. O texto tratava de delimitar também que as festividades ocorridas nos Morros eram mais alegres pelo fato de serem feitas por pessoas que não exploravam as outras e a sonoridade vinha como forma de “protesto”.

Havia o costume dos jornalistas do *A Manhã* em cobrirem e participarem das festividades que envolviam o samba. Mediante edições especiais, redatores se relacionavam intimamente com os componentes das Escolas de samba. As fotos mostravam a entrevista de um jornalista perante Ignacio dos Santos, “presidente da Escola de Samba “União do Uruguay””²⁴⁵, que comentava a necessidade da Escola trabalhar em silêncio para estar preparado para “o que der e vier” nos desfiles. Em outra foto, há a presença de cronistas do jornal, intimamente chamados de “Graveto” e “Enfiado”, em companhia de membros da Escola de Samba “Prazer da Serrinha”, que por sua vez, exibiam os jornais da *A Manhã* para o fotógrafo.

Imagem 2 – Redatores do jornal em um momento de descontração com foliões. Nota-se a exibição da capa do jornal *A Manhã* por uma integrante da escola.



Fonte: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00181, 16 de novembro, 1935, p. 11.

²⁴⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00181, 16 de novembro, 1935, p. 11.

Para o periódico, havia a necessidade de se utilizar do samba como um instrumento de luta e conscientização dos populares. Isso ficava visível em dois artigos: “Onde estão os jovens que não vêm a sambar?” e “Sofrimento, bom humor, otimismo. A vida do povo, na música, na dança e na poesia do samba.”. No primeiro²⁴⁶, o cronista Silva demonstra que as letras dos sambas estão no “período da meninice”, somente retratando temáticas do “amor e da paisagem”, estando ausentes “o seu conteúdo social e político.”. Ao reforçar a crítica, relembra que o samba deveria ser utilizado como “arma de luta popular”, trazendo alegria e arrastando as multidões. Por outro lado, no segundo artigo, em edição especial, o cronista que se identifica como J. Queiroz, após visitar a Escola da Portela, discorda da visão do samba como cultura de massa que sofre da “ausência de um conteúdo social mais nítido” e retrata o estilo musical como uma manifestação de “amor insatisfeito”, em que ocorre uma “sublimação das queixas de toda uma vida de misérias e impedimentos” que revelam “a face do otimismo, da alegria que brota do fundo, de tanta tristeza e enche de confiança a música, a dança, a poesia do povo. Confiança em que? O sambista não sabe explicar, mas sente. Confiança em que não pode ser assim toda vida.”²⁴⁷. Ao complementar, diz haver um conteúdo político e social por trás do samba que nasce do desejo das massas na “ânsia de saber, o desejo de libertar-se da ignorância, a mágoa da falta de instrução”.

A Manhã também dava visibilidade sobre os investimentos que a Câmara Municipal do Distrito Federal fazia para bancar as festas de carnaval. Na quadra da Mangueira, o relato jornalístico mostra o clima de festa, convivendo com os interesses políticos e pecuniários por trás do espetáculo:

As cuicas roncavam. Os tambores “em ponto de bala”, exibiam toda a sua razão de ser. Cartola, o astro máximo da Mangueira, refulgia com toda a sua “bossa”. [...] Alfredo dizia sua dor. E tudo era animação e alegria. O vereador Frederico Trotta, a quem as Escolas de Samba já devem a emenda dos 60 contos, assistia a tudo, manifestando por tudo o seu interesse.²⁴⁸

As pequenas escolas de samba, reunidas na Federação das Pequenas Sociedades Carnavalescas, temiam o não recebimento do auxílio municipal, considerado como uma

²⁴⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00119, 11 de setembro., 1935, p. 2.

²⁴⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00123, 15 de setembro., 1935, p. 9 e 11.

²⁴⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00171, 6 de novembro., 1935, p. 6.

“obrigação” para que não houvesse greve no ano de 1936. As pequenas escolas se consideravam como as principais organizações que “verdadeiramente fazem a grandeza do carnaval carioca” enquanto criticavam os “grandes clubs” de carnaval, tidos como “papões insaciáveis” do dinheiro municipal, enquanto as menores agonizavam sem verbas e vivendo de incertezas. Novamente, o vereador Frederico Trotta é utilizado numa palavra de origem para cobrar da Câmara Municipal posicionamentos sobre como ficaria o carnaval para o ano seguinte:

Greve. Uma greve inédita, aliás, mas justa e razoável. Ninguém, de bom senso, deixará de reconhecer o direito que assiste às pequenas sociedades quanto ao auxílio municipal, mormente se considerarmos haver nisso nenhum favor, nenhuma obra de caridade, e sim uma obrigação à qual a Câmara Municipal não dever fugir, ainda mais quando já tem a estudar um projeto e uma emenda em favor, respectivamente, da Federação das Pequenas Sociedades e da União das Escolas de Samba da autoria do vereador Frederico Trotta. Ninguém sabe porém, se a Câmara concordará numa aprovação irrestrita, dando ao povo uma demonstração cabal de que cumpre, fielmente, o mandato a si outorgado pelo mesmo povo. É porque tudo, no momento, não passa de uma dolorosa incógnita que indagamos: Teremos uma greve inédita no carnaval de 1936?
Chi lo sá...²⁴⁹

As autoridades também temiam outro fardo na vida dos trabalhadores, principalmente para aqueles que habitavam os subúrbios: o problema dos transportes. A necessidade de se melhorar os transportes era algo constantemente cobrado e estava relacionado ao tempo gasto entre a moradia e as zonas de oferta de emprego. Tal questão é exemplificada por Lobo, ao mostrar que, para os habitantes de áreas mais longínquas, por causa da “expansão das construções operárias nos subúrbios”²⁵⁰, as ferrovias adquiriram uma maior importância. Os redatores do jornal *A Manhã*, ao experimentarem uma passagem para Bangu, sinalizavam que um “sem número de operários” viviam lá e para chegar havia de encarar “uma viagem penosa de pé”, com “passageiros ombro a ombro.

²⁴⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00182, 17 de novembro, 1935, p. 6.

²⁵⁰ LOBO, op. cit., p. 83.

Calor intenso. [...] composição arrastada lentamente”. Na chegada, a descrição comunicava um local de intensa atividade comercial de um bairro notadamente operário:

Os feirantes estavam numa grande lufa-lufa. Caminhões recebiam as barcas e material de “mastigo”. Os muros da poderosa fábrica local parecem intermináveis. Muito asseio. Alamedas cheias de gente. “Vilas operárias” sem fim. As casas comerciantes cheias de fregueses.²⁵¹

As reclamações diante do transporte ferroviário recaíam nos horários irregulares de saída dos trens. O “atraso habitual dos trens”²⁵² poderia acarretar a perda do salário do dia da população, que nem com um “célebre memorando”²⁵³ dado ao trabalhador atrasado pela “maior ferrovia nacional”, a Central do Brasil, poderia reparar um dia perdido no trabalho e o prejuízo com os patrões. Além da perda de dinheiro, os acidentes que paralisavam os “estragadíssimos e imundos” trens poderiam aglomerar centenas de trabalhadores em um ambiente de insatisfação generalizada, como foi transmitida na capa de 21 de junho de 1935, em que atrasos sucessivos fizeram os passageiros quebrarem a “gare-estação” da D. Pedro II. No dia seguinte, o jornal *A Manhã* relata que, após a revolta popular nas estações de trem, não foi possível “fazer nenhuma perícia naquele local, tal o estado lastimável em que as vítimas da Central do Brasil o deixaram.”²⁵⁴

Os dois tipos de transportantes que mais ressaltavam o dinamismo urbano existente na cidade eram os bondes e os trens. Os dados contabilizados pelo governo mostram o domínio do uso dos “carris urbanos” (470.359,00 milhares no ano de 1935 e 497.496,10 milhares no ano de 1936), atestando o hábito do trabalhador no uso dos bondes²⁵⁵. Logo em seguida, o segundo mais utilizado se trata das “linhas férreas suburbanas”, em que 108.270,50 milhares foram transportados em 1935 e 101.379,50 milhares em 1936²⁵⁶. Outros meios de transporte menos utilizados eram as barcas da Companhia Cantareira, do “Caminha Aéreo do Pão de Açúcar”, “Estrada de Ferro do Corcovado” e “Auto-ônibus”.

²⁵¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00183, 18 de novembro, 1935, p. 3.

²⁵² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00040, 11 de junho, 1935, p. 2.

²⁵³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00049, 21 de junho, 1935, p. 1.

²⁵⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00050, 22 de junho, 1935, p. 1.

²⁵⁵ Segundo Lobo, o “bonde era o transporte mais usado para os operários que moravam no centro ou próximo dele e era considerado eficiente e barato”.cf. LOBO,op. cit, p. 83. Havia nesse tipo de transporte reclamações relacionadas à superlotação dos bondes do subúrbio e aos horários espaçados para os operários que precisam voltar de madrugada. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00188, 23 de novembro, 1935, p. 11.

²⁵⁶ IBGE. 1937, op. cit., p. 444.

Estes últimos, conhecidos também como “pererecas”²⁵⁷, também eram alvos de reclamações em relação à higiene, aos assentos sem mola, aos horários irregulares do serviço, ao excesso de lotação e às inseguranças.

Segundo Lobo, os problemas que envolviam o transporte e a habitação poderiam ser vistos com indiferença pelos trabalhadores para uma luta comum, pois acabavam “variando para cada grupos de trabalhadores que viviam em zonas diversas e em condições diferenciadas.”²⁵⁸. Especificamente sobre o transporte, as manifestações que surgiam eram geralmente de carácter multiclassista e do tipo de depredação.”²⁵⁹, conforme simbolizados no grande desastre que aconteceu na Central do Brasil.

De modo geral, Lobo acredita que num primeiro momento a análise das péssimas condições de vida podem auferir combustível para alterar o comportamento operário para mais reivindicações coletivas, fazendo “reinterpretar sua atuação”²⁶⁰. Contudo, algumas variáveis como “a salubridade, a higiene e a segurança não uniam os operários nas greves porque diferenciavam muito entre as seções e eram objeto de processos e negociações por grupos.”²⁶¹. Ou seja, os aspectos negativos das condições de vida dos trabalhadores nem sempre apareciam como fatores preponderantes ou únicos no surgimento de greves e paralisações. Para Lobo, as questões que realmente uniam os trabalhadores e motivavam greves eram do tipo “mais abrangentes, tais como: salário, horário, hora extra e férias.”²⁶².

De maneira geral e trabalhando em outra perspectiva, que consistia num binômio de oportunidades/restrições políticas, o autor Sidney Tarrow, na obra *O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político*, escrita em 1994, discute sobre a origem dos confrontos políticos iniciados pelos movimentos sociais. Tarrow chama atenção para o “acesso institucional” que se amplia ou se fecha para as pessoas quando “surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado”, abrindo-se margem para “oportunidades de ação coletiva”²⁶³. Logo, o confronto nasce de ações coletivas que contam com “incentivos materiais e ideológicos,

²⁵⁷ A Manhã. Rio de Janeiro, ed. 00102, 22 de agosto, 1935, p. 2.

²⁵⁸ LOBO, op. cit. p. 86.

²⁵⁹ Ibidem, p. 86.

²⁶⁰ Ibidem, p. 2.

²⁶¹ Ibidem, p. 86.

²⁶² Ibidem, p. 86.

²⁶³ TARROW, Sidney. *O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 99.

partidários ou baseados no grupo”²⁶⁴ e menos por “fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas”²⁶⁵

Independente da abordagem a ser usada, o que se pode perceber é que durante o período de 1930, ao contrário da década anterior²⁶⁶, as greves, os comícios e a mobilização atingiram o seu auge, mostrando um operariado muito mais ativo, que retoma as greves²⁶⁷ como contestação das relações trabalhistas, tendo o auge os anos de 1934 e 1935.

Para Lobo, o auge de greves de 1934/1935 no Brasil acompanhou a lógica do que também ocorrera nos “países industrializados amadurecidos”²⁶⁸ de outras partes do mundo. No ano de 1934, ocorreram 27 greves²⁶⁹ somente no Rio de Janeiro²⁷⁰, “algumas de caráter bem amplo”, e que representavam duas motivações políticas nascidas em influência da Constituição de 1934: “o declínio das intervenções nos sindicatos” pelo governo e a presença de uma legislação trabalhista que restabeleceu “o pluralismo sindical e a completa autonomia das organizações operárias, em contradição com as leis anteriores”²⁷¹.

Além do alto número de greves durante esse período, pode-se analisar também em fontes oficiais do governo o alto número de convenções coletivas do trabalho que ocorreram nesse período somente no Distrito Federal (tabelas 2 e 3). Nascidas como

²⁶⁴ Ibidem, p. 27.

²⁶⁵ Ibidem, p. 99.

²⁶⁶ Em primeiro lugar, Lobo mostra que a conjuntura econômica de 1920 é marcada por inúmeros fatores negativos: baixo índice de contratação de mão-de-obra em importantes indústrias como a de “tecidos, fumos e bebidas”, crise no setor exportador e a grande depressão que abalou o mundo em 1929. Uma menor atividade grevista nesse período também foi influenciada por fatores políticos como o “enfraquecimento dos anarquistas”, uma política de maior repressão “devido às ameaças à segurança nacional” por causa dos perigos que envolviam o tenentismo e, por fim, o começo do Estado autorizando os sindicatos “enquanto órgãos de negociação entre o capital e o trabalho”, na tentativa de harmonizar os trabalhadores por meio de “conquistas parciais” ou até mesmo de dividir o operariado em distintas estratégias: táticas de lutas diretas ou por meio da fiscalização das leis trabalhistas. Ainda segundo a autora, os ciclos econômicos influenciam na “diminuição do número de greves” e na tendência de se “fragmentar em movimentos localizados, por empresa”. Há também uma raridade de greves gerais durante 1891 até 1930, existindo “apenas cinco”. Pode-se pensar que tal período serviu como um ciclo de preparação em que estabeleceu um “contínuo processo de organização e reorganização” do movimento operário. Cf. LOBO, op. cit., p. 22-31.

²⁶⁷ O número de convenções coletivas segundo os dados oficiais também apresentam uma boa quantidade e simbolizam que as contestações jurídicas das relações trabalhistas pelos trabalhadores não eram uma atitude secundária, mas sim costumeira.

²⁶⁸ Ibidem, p. 53.

²⁶⁹ “possivelmente mais se o levantamento fosse exaustivo”. Cf. Ibidem, p. 75. Para o ano de 1935, no Rio de Janeiro “ocorreram 9 greves”. Cf. Ibidem, p. 75.

²⁷⁰ Para a metade da década de 1930, Lobo irá estudar e reconhecer o “processo de hegemonia dos metalúrgicos” sobre outras categorias sindicais através da força de mobilização da UTM (União dos Trabalhadores Metalúrgicos), que se utilizava principalmente das “comissões de fábrica” como instrumento autônomo, assumindo um papel muito mais amplo e ativo do que “o previsto nos estatutos”, limitados pela legislação trabalhista. Cf. Ibidem, p. 86.

²⁷¹ Ibidem, p. 75.

instrumento de resolução coletiva²⁷² através do decreto 21.761, implementado no dia 23 de agosto de 1932, tal medida expressou a necessidade de do Ministério do Trabalho em estabelecer acordos pacíficos e com isso “evitar conflitos e greves através dos mecanismos burocráticos criados”²⁷³. A convenção coletiva era uma maneira de ouvir tanto os patrões quanto os empregados, de modo a atingir uma conciliação entre os interesses patronais e as demandas trabalhistas.

Tabela 2 – Movimento anual das convenções coletivas que aconteceram em 1935 no Distrito Federal

Número de pessoas dos grupos	Convenções	Número de pessoas dos grupos	Convenções	Número de pessoas dos grupos	Convenções
1 a 5	6.114	61 a 70	4	251 a 300	—
6 a 10	603	71 a 80	1	301 a 350 . .	—
11 a 20 . .	284	81 a 90	2	351 a 400 . .	—
21 a 30	68	91 a 100	2	401 a 450 . .	—
31 a 40 . .	10	101 a 150	1	451 a 500 . .	1
41 a 50 . .	14	151 a 200	1	Mais de 500	—
51 a 60 . .	5	201 a 250	—	TOTAL	7.120

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1936, p. 313.

²⁷² BRASIL. Decreto-Lei nº 21.761, de 23 de Agosto de 1932. Institue a convenção coletiva de trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21761-23-agosto-1932-526768-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institue%20a%20conven%C3%A7%C3%A3o%20coletiva%20de,3%C2%BA%20do%20decreto%20n.>

²⁷³ LOBO, op. cit., p. 62.

Tabela 3 – Movimento anual das pessoas empregadas no ano de 1935 que entraram em convenção coletiva no Distrito Federal

Número de pessoas dos grupos	Empregados	Número de pessoas dos grupos	Empregados	Número de pessoas dos grupos	Empregados
1 a 5. ..	12 175	61 a 70.	256	251 a 300	—
6 a 10 . . .	4 492	71 a 80.	79	301 a 350	—
11 a 20 . . .	4.147	81 a 90	176	351 a 400	—
21 a 30.. . . .	1.648	91 a 100	190	401 a 450	—
31 a 40.. . . .	346	101 a 150.	109	451 a 500	494
41 a 50.. . . .	618	151 a 200	164	Mais de 500	—
51 a 60	271	201 a 250	—	TOTAL	25 165

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1936, p. 314.

Conforme demonstra a tabela 2 acima referente ao Distrito Federal em 1935, os números de convenções coletivas de trabalho mostram que as maiores formas de dissídio não eram feitas por grandes coletividades de trabalhadores, mas sim por pequenos grupos de 1 a 5 indivíduos que se juntavam e tentavam por via jurídica o atendimento de suas demandas trabalhistas. As estatísticas comprovam como essas convenções coletivas de trabalho se estabeleceram majoritariamente em pequenos grupos de até 5 pessoas, quando não feita somente por um indivíduo. Uma única exceção ocorreu em uma convenção coletiva de trabalho de agosto de 1935 que apresentou números elevados de empregados envolvidos, contabilizando 494 trabalhadores se reunindo entorno de uma demanda. Portanto, segundo os dados oficiais, nunca houve um número maior de 500 trabalhadores juntos numa pauta por melhorias numa convenção coletiva. No total, as 7.120 convenções coletivas envolveram o número de 25.165 empregados no Distrito Federal somente no ano de 1935, conforme sinalizado na tabela 3.

Outra ressalva a se fazer ao se analisar as convenções coletivas como estratégia de luta é pensar o termo “empregado”, pois o mesmo é utilizado estatisticamente de uma forma bem ampla, sendo acionado para abarcar os conflitos jurídicos que não envolviam somente os trabalhadores da “indústria”, mas também trabalhadores ocupados em variados setores econômicos, como no comércio²⁷⁴, na agricultura, nos serviços domésticos, etc. São

²⁷⁴ “[...] as primeiras décadas do século XX vão vislumbrar o gigantismo de uma economia super produtivista e uma sociedade hiper consumista, o que requereu, mais e mais, o aparecimento de estabelecimentos comerciais urbanos”. Cf. OLIVEIRA FREIRE, A. L. *O desenvolvimento do comércio e a produção do espaço*

recorrentes no ano de 1935 as lutas dos empregados em diversos setores da economia carioca por melhores condições de trabalho devido ao processo de sindicalização e ao aumento do custo de vida. Os detalhes dessas lutas serão melhores debatidos no próximo capítulo.

A ausência de maiores dados e detalhes registrados pelo Estado não pode esconder toda a dinâmica criada pelos trabalhadores que se uniam por meio da necessidade de terem suas demandas atendidas, que envolviam logicamente a luta por melhores condições de vida e de trabalho. O que se pretende investigar nos próximos capítulos vai além dos termos quantitativos contabilizados (ou ocultados) pelo Estado, direcionando os estudos para as formas de atuação e os limites dos trabalhadores (seja do operariado ou empregados no geral) nas suas lutas e estratégias, baseando-se nos conflitos existentes e divulgados na imprensa.

A percepção de como eram descritos os dissídios coletivos (ou até mesmo outras formas não-jurídicas de lutas) na imprensa revelam os aspectos qualitativos da relação entre patrão/empregado, trazendo à tona os grupos políticos, o papel da imprensa como intermediadora e força ativa na sociedade e a luta dos trabalhadores de diferentes setores da economia pelos seus direitos.

CAPÍTULO 2 – DOIS DISTINTOS PROJETOS POLÍTICOS: A MANHÃ E O JORNAL

Dentro do objetivo de analisar a relação entre trabalhadores e a imprensa no Rio de Janeiro, no ano de 1935, será apresentado, a seguir, a identificação e estrutura do jornal aliancista *A Manhã* controlado pelo diretor Pedro Motta Lima²⁷⁵ e do periódico pró-governo chamado *O Jornal*, comandado pelo jornalista Assis Chateaubriand. Além disso, os pormenores dos dois projetos políticos serão trabalhados em articulação com os trabalhadores, retratando diferentes visões sobre tal classe de acordo com os objetivos políticos de cada jornal.

2.1. *A Manhã*: breve contextualização histórica e a identificação do periódico ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Em pleno Governo Provisório (1930-1934), as discussões que envolveram a criação da Constituição de 1934 geraram uma série de possibilidades para os movimentos sociais e políticos. Segundo Lobo, com a promulgação da nova carta constitucional ocorreu a “suspensão das intervenções nos sindicatos e nos estados, e o restabelecimento da liberdade de expressão”²⁷⁶, permitindo uma grande mobilização política. Nesse novo contexto constitucional, Jacira Santos Primo²⁷⁷ situa os movimentos políticos que se enfrentavam nas ruas e disputavam por mais membros, desvendando que a criação do movimento político aliancista está intimamente ligada pela necessidade de se combater o crescimento do integralismo²⁷⁸ através de uma frente única de esquerda no final de 1934.

²⁷⁵ Uma boa biografia que conta a longa trajetória do Pedro Motta Lima no jornalismo e como militante comunista foi feita pelo autor Carlos Magno de Oliveira Junior. Cf. OLIVEIRA JR, Carlos Magno. *Conflitos e alianças de um intelectual à esquerda: a trajetória do jornalista Pedro Mota Lima (1922-1935)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

²⁷⁶ LOBO, op. cit. p. 48.

²⁷⁷ SANTOS PRIMO, Jacira Cristina. *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira entre 1934 e 1937*. Dissertação de mestrado - PPGH, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 127p, 2006.

²⁷⁸ Para Santos Primo, a criação da ANL foi uma resposta à insatisfação popular contra os primeiros anos do governo Vargas e também uma reação “pelas brigas em praça pública” contra os integralistas. Cf. SANTOS PRIMO, op. cit., p. 22. Segundo Tatiana da Silva Bulhões, o movimento integralista foi um movimento de massa que teve atuação legal entre os anos de 1932 e 1937. O *Manifesto de Outubro de 1932* marcava a fundação oficial e também da propagação do ideário básico do movimento, que consistia na “defesa do

Segundo essa autora, a criação da ANL ocorreu nos meses de março de 1935, quando o movimento se forma a partir das “primeiras reuniões” entre os “militares, jornalistas, intelectuais e deputados” e especificamente quando, na reunião de 12 de março de 1935, foi “aprovado o estatuto da ANL”²⁷⁹.

A fundação do periódico *A Manhã*²⁸⁰ está simultaneamente ligada ao movimento político aliancista, visto que seu surgimento aparece poucos dias depois da criação do movimento, quando se publicava no final de março as primeiras edições do jornal. O contexto de confecção e distribuição estava afetada principalmente pela Lei de Segurança Nacional (LSN), conhecida também como Lei n.º 38²⁸¹, publicada no dia de 4 de abril de 1935, que definia os “crimes contra a ordem política e social”. No seu vigésimo quinto artigo, reafirmava-se a necessidade de apreensão das edições da imprensa que cometiam crimes contra a ordem. No Distrito Federal, a responsabilidade de apreensão era do Chefe de Polícia, que deveria de imediato enviar uma edição ao juiz federal da seção para julgamento com a possibilidade de fechamento da imprensa responsável. Causa surpresa e uma série de questionamentos em como o periódico *A Manhã* conseguiu publicar ininterruptamente de março até novembro no ano de 1935 sem que sua sede fosse fechada logo após a promulgação da LSN, apesar dos fortes indícios das dificuldades como apreensões e sabotagens relatadas pelo próprio periódico²⁸² que frustravam a circulação.

Ao longo do ano de 1935, o jornal *A Manhã* foi publicado sob as ordens e desejos do jornalista e também deputado Pedro Motta Lima²⁸³, figura também ligada aos

nacionalismo e do corporativismo, vistos como esteios da organização do Estado e da sociedade; crítica aos valores e práticas liberais e democráticas e combate sistemático ao socialismo como modo de organização social”. Além disso, o grupo detinha “uma milícia armada” e “uma considerável estrutura de imprensa e propaganda em nível nacional”. A AIB (Ação Integralista Brasileira) “teve um rápido crescimento no país”, chegando em 1937 ao número de 1.325.000 de militantes inscritos no movimento. Cf. BULHÕES, Tatiana da Silva. *Integralismo em foco: imagens e propaganda política*. – Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 11-40.

²⁷⁹ SANTOS PRIMO, op. cit., p. 33.

²⁸⁰ A existência de produções diárias no ano de 1935 não apaga o fato do jornal *A Manhã* possuir sua marca ligada a publicações em anos anteriores, principalmente na Primeira República. Contudo, o jornal e a sua marca eram dirigidos por outros proprietários e por outros diretores.

²⁸¹ BRASIL. Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935. *Define crimes contra a ordem política e social*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/6/1935. Página 1399790 (Republicação), 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>

²⁸² Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00153, 10 de outubro., 1935, p. 8.

²⁸³ Uma boa biografia que conta a longa trajetória do Pedro Motta Lima no jornalismo e como militante comunista foi feita pelo autor Carlos Magno de Oliveira Junior. Cf. OLIVEIRA JR, Carlos Magno. *Conflitos e alianças de um intelectual à esquerda: a trajetória do jornalista Pedro Mota Lima (1922-1935)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

movimentos sindicais, ao tenentismo, à ANL²⁸⁴ e aos movimentos artísticos de contestação. Ele se tornara o principal articulador do jornal, atuando como diretor e também como o principal colunista, possuindo artigos presentes na parte central do periódico. Segundo Oliveira Junior, o trabalho contido no *A Manhã* é considerado como o “maior sucesso jornalístico”²⁸⁵ da carreira de Motta Lima. Ao longo da breve existência deste periódico no ano de 1935, desde o surgimento até o seu encerramento, o jornal veiculou quase que diariamente informações acerca da realidade política no Brasil, conseguia cobrir a geopolítica mundial e tratava a situação da classe trabalhadora, dando palco para intelectuais de esquerda que denunciavam a exploração em que viviam os trabalhadores.

Motta definia o seu próprio periódico como parte da “imprensa popular”²⁸⁶. Nesse sentido, apesar de trazer bastante enfoque sobre a classe trabalhadora (as péssimas condições de vida e trabalho na cidade do Rio de Janeiro, o aumento do custo de vida e a ineficácia do cumprimento das leis sociais), o jornal possuía o objetivo de atrair variados tipos de leitores, que pudessem compor o projeto político de formação de frente ampla, tema que será melhor trabalhado nos próximos itens.

Pode-se destacar notícias em que se depreendem as péssimas condições da classe trabalhadora nas fábricas, a relação de competição ou solidariedade entre os trabalhadores, as ações coercitivas das autoridades estatais (polícias, funcionários do Ministério do Trabalho, guardas, etc.), a relação dos trabalhadores com os homens da imprensa, em que inúmeras vezes a sede do jornal *A Manhã* se tornava um espaço de encontros de jornalistas, operários e intelectuais, e, por fim, relatos que retratavam os variados aspectos que permeavam o mundo dos trabalhadores no Rio de Janeiro no ano de 1935 como uma fértil

²⁸⁴ *A Manhã* deixa claro a existência de vários núcleos aliancistas espalhados pelo Distrito Federal e até mesmo em outras cidades do Estado. Pelos comícios, núcleos formados, greves, a presença da mobilização aliancista se dá majoritariamente nos subúrbios, ainda que não fica claro a quantidade de membros em cada unidade. As informações demonstram que a sede principal ficava na Rua Almirante Barroso, no Centro do Rio. Os outros núcleos situavam nos seguintes bairros: Central do Brasil, Bangu, Realengo, Gávea, Marechal Hermes, Madureira, Catumbi, Vila Isabel, Bento Ribeiro, Gamboa, Saúde, Penha, Ilha do Governador, Ramos, Inhaúma, Botafogo, Santo Aleixo e Campo Grande. Também havia informação da presença de núcleos espalhados por outras cidades, como em Queimados e Petrópolis. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00020, 18 de maio., 1935, p. 7; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00022, 21 de maio., 1935, p. 7; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00023, 22 de maio., 1935, p. 8; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00028, 28 de maio., 1935, p. 2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00030, 30 de maio., 1935, p. 7; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p. 7; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00041, 12 de junho., 1935, p. 2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00046, 18 de junho., 1935, p. 7; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00063, 7 de julho., 1935, p. 2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00083, 31 de julho., 1935, p. 2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00091, 9 de agosto., 1935, p. 8.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 14.

²⁸⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00157, 23 de outubro., 1935, p. 3.

sociabilidade existente na vida operária e sindical (festas, comícios, palestras, reuniões, eventos e etc).

Ainda que buscasse ser “popular”, o jornal *A Manhã* pode ser conceituado, com base em Maria Nazareth Ferreira, como um órgão pertencente à imprensa operária da época por possuir “interesses comuns” e estar ligado “a alguma forma de organização da classe trabalhadora”²⁸⁷. A mensagem transmitida pelo jornal “não é uma mercadoria a ser consumida”, mas sim um “instrumento de informação, conscientização e mobilização”, sua atividade não pode ser “desvinculada do movimento operário”. A imprensa operária desenvolvida no periódico *A Manhã* também segue aquilo o que Ferreira comenta como “tripé de suporte da luta de classe trabalhadora”, que remete à interligação entre o “jornal, o partido, o sindicato”, refletida na sua vinculação (ainda que não total) com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sindicatos num contexto em que “os comunistas continuavam na tentativa de unificar os trabalhadores”²⁸⁸ através da “política de frente ampla” estabelecida pela ANL.

No campo jornalístico da época, os periódicos com que *A Manhã* mais entrou em conflito foram os seguintes: *A Offensiva*²⁸⁹, de cunho integralista; *O Globo*, acusado de ser um jornal mercadológico e de apoiar indiretamente o integralismo (as críticas enfatizam principalmente as atitudes do dono, o jornalista Roberto Marinho); os *Diários Associados*, conglomerado em que é operado uma série de jornais comandados pela figura de Assis Chateaubriand (acusado de defender as maiores barbaridades do governo pelo dinheiro); outros jornais aparecem com menos incidência nos conflitos entre os homens da imprensa, cita-se aqui o *Correio da Manhã*²⁹⁰, *Ordem*²⁹¹ (esse último jornal tem um conteúdo estritamente religioso) e o *Jornal do Brasil*, etc. As polêmicas variavam e giravam entorno principalmente de disputas ideológicas sobre a política nacional e o rumo do país. Debatiam-se também questões locais, como a política do Distrito Federal, contudo, com menos relevância do que se discutia a situação dos trabalhadores na Capital Federal.

Para os homens de imprensa do jornal *A Manhã*, era possível falar que havia uma ligação muito forte entre a situação dos trabalhadores no Distrito Federal e o debate sobre a

²⁸⁷ FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988, p. 6.

²⁸⁸ Ibidem, p. 38.

²⁸⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00083, 31 de julho., 1935, p.3.

²⁹⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. A00093, 11 de agosto., 1935, p.10.

²⁹¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00050, 22 de junho., 1935, p.3.

política nacional. Em outras palavras, havia a necessidade de dar novos rumos para a vida nacional baseado na resolução dos problemas que afligiam a classe operária. Desse modo, alguns dos objetivos políticos no jornal *A Manhã* eram: o primeiro deles se tratava de chamar atenção para a péssima situação dos trabalhadores brasileiros nos seus mais diversos setores de produção, em segundo lugar se tratava da tentativa de implementar a centralização sindical em comunhão com as ações feitas pela CSUB (Central Sindical Unitária Brasileira). Havia, portanto, não somente a busca por direitos sociais, mas “um projeto alternativo de poder político e social, o qual passava, intrinsecamente, por novas conquistas de direitos políticos.”²⁹²

Ao longo do jornal, a tentativa de denunciar as relações trabalhistas e de centralização sindical contou principalmente, e em sequência de importância, com os metalúrgicos, os ferroviários, os trabalhadores em transporte em geral como *chauffeurs* (motoristas de ônibus e carros alugados), os bancários, os gráficos da UTLJ (União dos Trabalhadores dos Livros e Jornais), os têxteis da UOT (União Operário Têxtil), os operários da Marinha Mercante (a empresa estatal Lloyd brasileiro é a mais destacada), os comerciários, os operários em energia elétrica na COEL (Centro Operário de Energia Elétrica) e depois, uma série de outros empregados, que também estavam ainda em processo de sindicalização e que continuavam a divulgar suas demandas nas páginas do jornal, porém de categorias pequenas ou pouco noticiadas, como os professores, os garçons, os trabalhadores em casas noturnas, hotéis e bares, engenheiros, carvoeiros, foguistas, marmoristas, cerâmica, vidreiros, etc.

Após essa breve identificação do jornal em questão, o próximo item visa a demonstrar o projeto político existente no jornal *A Manhã*, relatando as principais estratégias para atingir os objetivos políticos. Em seguida, no terceiro item, pretende-se demonstrar como o jornal criou uma rede de relações com diferentes elementos da classe proletária de modo a facilitar a estratégia de frente única e centralização sindical.

²⁹² KONRAD, Diorge Alceno. *Trabalho, questão social e direitos na historiografia sobre o Brasil pós-1930*. In: SCHIMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil. Pesquisa histórica e preservação das fontes*.- São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 53.

2.2. A estrutura e o projeto político do jornal: a busca da unificação sindical pela CSUB

A principal figura a frente do jornal, como já dito anteriormente, era o diretor e jornalista Pedro Motta Lima. Além dele, o jornal contava também com importantes intelectuais na confecção de desenhos e colunas que contestavam a situação política do país, como Rubem Braga, Álvaro Moreyra, Leo Gordon, Portinari, Jorge Amado, Francisco Mangabeira, Caio Prado Junior, etc. A ideia principal que os uniam era a oposição ao governo Vargas, que, segundo eles, tanto prometeu na Revolução de 1930, mas que de certo modo não conseguiu cumprir um quadro de mudanças sociais e políticas no país, além de ter se aliado aqueles que exploravam o Brasil, como os imperialistas e os integralistas.

O financiamento do jornal advindo do número de patrocinadores era muito baixo se comparado a um grande jornal. Em suas páginas eram raras a aparição de grandes empresas²⁹³ estampando patrocínios, ficando os anúncios mais endereçados para empresas estatais²⁹⁴ e loterias federais²⁹⁵. A existência de anúncios de empresas privadas eram exceções e vinham da área de jogos de azar, como os casinos da Zona Sul, que quase eram diariamente exibidos nos jornais. Outros produtos e serviços também eram divulgados com menos assiduidade como bens de consumo, empresas de seguros, e, por fim, anúncio de filmes e peças de teatros. Um detalhe interessante é que os patrocinadores não interligavam suas marcas em páginas que discorriam sobre política, sendo visivelmente mais estampadas em partes temáticas, como cinema ou esportes. Não dá para quantificar se essa escassez de anúncios fosse substancial para a sobrevivência do jornal, a melhor hipótese a se pensar é que servia tão somente para complemento de renda do jornal, que também tinha suas receitas oriundas da vendagem para o Distrito Federal e Niterói por “100 réis” e para o interior do Estado por “200 réis”²⁹⁶. Não se pode descartar a ideia na qual o jornal sobrevivia principalmente a partir da doação de aliancistas partidários, sindicalistas e trabalhadores comuns que colaboravam para a manutenção e propagação do ideário desta frente única de esquerda.

²⁹³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00057, 30 de junho., 1935, p. 4.

²⁹⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00006, 2 de maio., 1935, p. 6; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00015, 13 de maio., 1935, p. 5.

²⁹⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00058, 2 de julho., 1935, p. 6.

²⁹⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00056, 29 de junho., 1935, p. 2.

A redação²⁹⁷, a administração e a oficina do jornal *A Manhã* funcionavam no centro do Rio de Janeiro, especificamente na Rua Bueno Aires, n.º 117. As vendas, tanto avulsas quanto por assinatura, tinham distribuição estadual, sendo mais baratas para a capital federal e Niterói do que para as outras regiões. O jornal, ao comunicar a breve mudança de gerência depois de 4 meses de existência, se refere a si próprio como ocupante do “primeiro plano dos grandes jornais brasileiros” e “como o matutino de maior circulação do país”²⁹⁸. Na capa²⁹⁹ de 23 de outubro, o jornal diz que suas notícias sobre o aumento do preço da gasolina para os *chauffeurs* estão sendo tão influentes que as suas discussões foram parar na Câmara Municipal.

Contudo, para além da construção de uma identidade de um grande jornal, influente e de altor teor oposicionista ao governo, o maior desejo buscado pelo jornal era ser o principal meio de expressão das demandas e reivindicações de todos os trabalhadores, funcionando como mobilizador e porta-voz da centralização sindical das diversas categorias.

Acusado de ser um jornal comunista e extremista pelos oposicionistas³⁰⁰, o diretor do jornal, Pedro Motta Lima, discorda e comenta que “o órgão central, autorizado, oficial do Partido Comunista do Brasil é a Classe Operária”, sendo, o *A Manhã*, ao contrário, um jornal com o caráter de frente única, não vinculado diretamente ao Partido Comunista, abarcando diversas categorias de pensamento. O periódico era caracterizado em sua coluna central como um órgão de imprensa

feito para o povo do Brasil, defendendo o direito de todos os cidadãos à vida, à cultura, à liberdade, sejam quais forem os seus pontos de vista políticos ou filosóficos, liberais, democráticos, socialistas, comunistas, anarquistas, católicos, protestantes, espíritas, materialistas³⁰¹

²⁹⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. A00154, 20 de outubro., 1935, p.2.

²⁹⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00105, 25 de agosto., 1935, p.2.

²⁹⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00157, 23 de outubro., 1935, p.1.

³⁰⁰ Assis Chateaubriand, em seu periódico *O Jornal*, chamava *A Manhã* de “página furibunda” e comandada por pequenos burgueses, além de ressaltar as disputas internas entre os aliancistas, de modo a mostrar como eram divididos. Cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04845, 27 de julho., 1935, p. 2. Um grande adversário político era o famoso capitão de polícia Filinto Muller, que se utilizava dos jornais do *A Manhã* para reforçar a necessidade de se fechar a ANL e por consequência, e a própria sede do periódico, por considerá-la extremista e atrelada ao movimento internacional do comunismo. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00063, 7 de julho., 1935, p.1.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00089, 7 de agosto., 1935, p.1.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00129, 22 de setembro., 1935, p.3.

³⁰¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00130, 24 de setembro., 1935, p.3.

A afirmação talvez seja também uma estratégia de se distanciar da repressão maior que os comunistas e seus meios de comunicação sofriam do governo varguista, visto que, segundo Oliveira Junior, havia uma tendência do diretor em se radicalizar e reaproximar³⁰² de Prestes e dos comunistas do partido.

De acordo com Hobsbawm, a necessidade da esquerda em criar frentes únicas e populares serviu como uma experiência histórica válida, em que ajudou a fortalecer os partidos e a superar um possível isolamento da corrente. Para o historiador inglês, as “frentes populares são a estratégia socialista que mais assusta os inimigos. A reação prefere que os revolucionários se isolem; quanto mais sectário o espírito, melhor.”³⁰³

A *Manhã* é um exímio defensor da formação de frentes políticas, sendo tal objetivo a tônica do projeto político do jornal, entrando em comunhão com o pensamento aliancista de lutar contra o crescimento do integralismo e de fazer uma forte oposição ao governo varguista. O maior exemplo histórico que deveria ser copiado para o Brasil era o que acontecia na França, em que, segundo o jornal, a aglutinação de forças estava em estágio avançado. No Brasil, deveria acontecer o mesmo processo:

No Brasil, não se trata somente de mobilizar as forças da esquerda: trata-se de mobilizar todas as forças, (que direta ou indiretamente, sofram a opressão estrangeira e compreendam que é de seu próprio interesse lutar contra ela). Na França, trata-se de bater a reação. No Brasil, trata-se de bater a reação, realizando a independência nacional do povo brasileiro. A França está uma etapa muito mais avançada do que nós. No Brasil, mal se iniciou o processo da diferenciação das classes, que só o movimento de libertação nacional, liquidando a dominação imperialista e o latifúndio, poderá acelerar, abrindo-lhe caminho, criando as condições necessárias ao seu desenvolvimento.³⁰⁴

Ainda segundo o *A Manhã*, a frente única no Brasil deveria “ser feita sobre uma base muito mais ampla”³⁰⁵. A amplitude era tanta que na publicação de 14 de setembro³⁰⁶, o jornal irá defender a entrada da burguesia nacional que, apesar de sofrer menos que o proletariado e a classe média, também era vítima do imperialismo e da dominação estrangeira. De acordo com o projeto político do jornal, o fato do capitalismo brasileiro ser

³⁰² OLIVEIRA JR, Carlos. Magno. op. cit, p. 87.

³⁰³ HOBBSAWM, ERIC. “*Cinquenta Anos de Frentes Populares*”. In: *Estratégias para uma Esquerda Racional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 135.

³⁰⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00142, 9 de outubro., 1935, p.3.

³⁰⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00142, 9 de outubro., 1935, p.3.

³⁰⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00122, 14 de setembro., 1935, p.3.

atrasado e constantemente sabotado, também enfraquecia e prejudicava os burgueses nacionais, que deveriam fazer parte também da frente anti-imperialista.

O uso da frente única pelo jornal *A Manhã* funcionava como uma estratégia de oposição ao governo de Getúlio Vargas, ao integralismo, ao imperialismo e às experiências nazifascistas que cresciam na Europa, visando angariar apoiadores e também ostentar o posto de principal meio jornalístico da esquerda no país.

Ainda segundo o autor Oliveira Junior, o jornalista Pedro Motta Lima pode ser considerado um “elemento central” para entender o debate sobre “as diferentes tendências existentes dentro da ANL – ainda que com prevalência para os comunistas”. Sua trajetória mais autônoma como intelectual e a defesa de uma frente ampla chegou a esbarrar na orientação obreirista do PCB, contrárias a uma maior aproximação com nomes ligados ao tenentismo e à Aliança Liberal e favoráveis à entrada de trabalhadores. Uma reaproximação maior do Motta Lima com Prestes e os comunistas se deu por causa do sentimento de revolução traída por causa de Vargas. Segundo o autor, os escritos de Motta Lima no jornal *A Manhã* marcam uma “busca da superação de uma ferida ainda aberta em sua trajetória como jornalista e militante das “causas populares”. [...] é como se o intelectual estivesse sepultando um fantasma que o assombrava havia cinco anos, o luto finalmente superado”³⁰⁷

Interligado à mobilização dos órgãos aderentes da ANL, o periódico *A Manhã* expôs diariamente em suas páginas, os comícios e as principais doutrinas dos grupos aliados, servindo como porta-voz dessas organizações, como, por exemplo a União Feminina Brasileira (UFB), a Associação Jurídica Brasileira (AJB) e a Central Sindical Unitária Brasileira (CSUB), órgão que será melhor trabalhado aqui por ser o mais divulgado em suas doutrinas e posicionamentos, alçado pelo próprio jornal como um importante instrumento para a consecução de uma frente única de esquerda entre os trabalhadores.

A tentativa de mobilização e centralização sindical eram guiadas por dois aspectos principais: a “Liberdade”, onde se constituía a liberdade de se associar e debater na vida sindical, conforme preconizada e legitimada pela Constituição de 1934, e a “Unidade”, em que objetivava a unificação sindical em um órgão só³⁰⁸.

³⁰⁷ OLIVEIRA JR, Carlos.Magno, op. cit, p. 80.

³⁰⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00005, 1 de maio., 1935, p.1.

Num comício ocorrido no 1 de maio, o orador Benjamin Soares Cabello tenta mobilizar os trabalhadores para a ANL e reforça a necessidade de uma unidade sindical por meio da recém criada CSUB. No seu discurso, a seguir, fica visível a função aglutinadora tanto da ANL quanto da CSUB, tendo esta última a função mais específica de centralizar a vida sindical: “se a Unidade Sindical representa a unidade de todos os operários do Brasil, a Aliança Nacional Libertadora traduz a união de todos os brasileiros contra o inimigo comum”³⁰⁹

O anseio pela criação CSUB nasceu das reuniões³¹⁰ do Congresso Nacional de Unidade Sindical ocorrido no fim de abril no Teatro João Caetano. Especificamente, a CSUB nasce da reunião ordinária do dia 30 de abril funcionando como Central Sindical, “que deverá controlar todo o movimento proletário e sindical do país, e que ficou denominada CONFEDERAÇÃO SINDICAL UNITÁRIA DO BRASIL”. Sendo auto-intitulada como “marco inicial para a unificação de todos os trabalhadores”, ela contava com a presença dos mais variados tipos de trabalhadores: sindicalizados ou não, moradores do Rio ou não, atuantes nas fábricas ou na zona rural. Segundo *A Manhã*, a sua real finalidade³¹¹ era “concretização de frente única, de todos os trabalhadores do campo e da cidade, manuais e intelectuais, pela luta das suas reivindicações imediatas.”. Se auto-definiam em suas propagandas no *A Manhã*, como um “organismo centralizador e controlador do movimento sindical”³¹². Com o tempo, o jornal afirma³¹³ que a CSUB chegou a ser uma central sindical que possuía 400 sindicatos, “num total de dois milhões e meio de trabalhadores” mobilizados. Possuía também um jornal próprio chamado “Boletim Syndical”³¹⁴, funcionando como seu órgão oficial.

A criação da CSUB pelo Congresso deveria apelar “para todos os trabalhadores no sentido de se unirem para a conquista de suas aspirações, como desejam: aumento de salário e salário mínimo, estabilidade no emprego, jornada de 8 horas, seguro social, etc, etc.” Tais demandas foram citadas por Spencer Bittercount, o secretário-geral da recém criada Confederação, num contexto em que a unidade sindical era vital para enfrentar a

³⁰⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00006, 2 de maio., 1935, p.1.

³¹⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00017, 15 de maio., 1935, p.2.

³¹¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00060, 4 de julho., 1935, p.2.

³¹² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00079, 26 de julho., 1935, p.2.

³¹³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00040, 11 de junho., 1935, p.8.

³¹⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00138, 3 de outubro., 1935, p.3.

“onda do reacionarismo organizado”³¹⁵ que ameaçava “por todos os meios impedir que o proletariado lute pelas suas reivindicações mais sentidas.”

O operário Joaquim Correa, ex-membro da Comissão do Congresso, portanto, ajudante na formação da CSUB, ao ser entrevistado responde que somente a união e solidariedade entre os trabalhadores são o caminho “para a conquista das reivindicações econômicas e políticas dos trabalhadores”³¹⁶. Para ele, havia também a necessidade de que as leis fossem reformuladas e somente os operários na CSUB poderiam efetivar essas mudanças.

“Disperso, desunido, desarticulados, os operários são joguete fácil nas mãos do patronato”³¹⁷ era assim que o jornal em comunhão com as ideias do CSUB caracterizava os malefícios da dispersão sindical. Na prática, tal problema é relatado pelos trabalhadores da Ilha da Conceição que vão à sede do jornal, em 15 de outubro, para reclamar da existência de inúmeros sindicatos da classe que agem isoladamente, pois, segundo eles, “divididos, não poderemos conquistar melhorias.”³¹⁸

Aloysio Cisneiros, liderança sindical da União dos Empregados do Comércio (UEC), também fazia parte como dirigente na CSUB. Para impulsionar a centralização sindical desejada pela CSUB ele trabalhava no sentido de expandi-la por meio do uso de variadas formas de estratégias:

Em torno disso, a C.S.U.B procurará, por todos os meios de publicidade que puder alcançar, mobilizar a massa para dentro dos sindicatos. Manifestos, volantes, assembleias, conferências, comícios, entrevistas, jornais, rádio, cartazes alegóricos, tudo servirá, tudo será utilizado visando concretizar a finalidade de concentrar todos os trabalhadores em suas organizações sindicais e fazê-los compreender a necessidade de se levar a luta a todos os setores do proletariado.³¹⁹

O mesmo dirigente, em tom otimista, garante que a CSUB “se congrega a maioria dos trabalhadores do Brasil” e explica outra estratégia muito importante que conseguia aglutinar os trabalhadores, sendo ela a criação de Congressos ao longo do país para centralizar as diferentes categorias:

³¹⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00058, 2 de julho., 1935, p.8.

³¹⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00021, 19 de maio., 1935, p.2.

³¹⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. C00147, 15 de outubro., 1935, p.3.

³¹⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. C00147, 15 de outubro., 1935, p.3.

³¹⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p.2.

A concentração do proletariado em torno dos seus sindicatos e a concentração destes nas Federações regionais filiadas á C. S. U. B, está sendo feita também através da realização dos Congressos regionais como complemento do grande Congresso Nacional de Unidade Sindical, que foi a célula inicial da C. S. U, B. [...] Os metalúrgicos realizaram o seu congresso e fundaram a sua Federação dos Metalúrgicos; já temos a Federação Nacional dos Marítimos, os Bancários preparam a convocação do seu Congresso Nacional, os Ferroviários estão concentrados em poderosas organizações nacionais, espera-se para breve a convocação do Congresso dos Trabalhadores em Madeira para estudo e criação da Confederação dos Trabalhadores em Madeira.³²⁰

O alcance nacional dos Congressos da CSUB seria demonstrado na ambição da Comissão de Publicidade em montar vários Congressos Regionais pelo país:

Outros Congressos serão realizados no próximo mês de setembro, nos diversos Estados do Norte, como na Bahia, em Pernambuco, em Piauí, em Alagoas, [...] Também no Estado do Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em Santa Catharina, deverão se realizar dentro em breve os respectivos Congressos, com a presença dos diversos delegados dos mais longínquos municípios do interior. Os trabalhadores compreendem perfeitamente a necessidade de uma ação comum em defesa das suas reivindicações e assim se unem de norte a sul do país decididamente para a luta de classes.³²¹

Na publicação datada de 1 de junho de 1935, o processo de unificação sindical é ilustrado pela categoria dos bancários, em que se discute a transformação dos seus sindicatos em uma única Federação Nacional (também chamada de Central Sindical Bancária) em conjunto com a promessa de envio para a Câmara Federal³²² do ambicioso projeto nacional de salário mínimo para a categoria. Segundo o relato da notícia, a centralização bancária deveria tornar a categoria a terceira Federação formada no país, permitindo a congregação de “todo um grupo profissional pela filiação dos sindicatos nas

³²⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p.2.

³²¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00098, 17 de agosto., 1935, p.7.

³²² O projeto nasce de uma demanda nacional e é criado pela Federação Nacional dos Bancários (forma centralizada de diversos sindicatos bancários espalhados pelo Brasil). No dia de divulgação do projeto na Câmara, ela foi lida anteriormente para todos os bancários na sede do Sindicato dos Bancários, localizado no Rio de Janeiro. Um memorial contendo demandas também foi entregue para a Câmara. Neste mesmo dia, é descrito que vários bancários foram em marcha até a escadaria do Palácio Tiradentes (Congresso Estadual) para a entrega do projeto. Depois da entrega, teria que ocorrer uma nova reunião entre os representantes sindicais para firmar a criação e consolidação da Federação, visto que o momento reunia bancários de diferentes partes do Brasil. O projeto está inteiramente disposto na seguinte edição, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00033, 2 de junho., 1935, p.2.

várias cidades do país”³²³, visto que os marítimos e os ferroviários já haviam se mobilizado nesse sentido.

A Federação Nacional dos Bancários (FNB) representaria um total de 30 mil trabalhadores³²⁴ e era responsável pela “coordenação do movimento sindical dos bancários no território nacional”³²⁵. A fundação da FNB foi em 1 de junho de 1935 e rapidamente já era composta “por 23 sindicatos bancários”³²⁶. As diretrizes do seu estatuto foram feitas com ajuda das discussões traçadas no Congresso Nacional de Unidade Sindical (o mesmo que formulou a CSUB). Apesar de a Federação ter alcance nacional, a sua luta é bastante concentrada na Câmara Federal no Rio, onde se disputava a aprovação do projeto de salário mínimo dos bancários, que vinha “sendo sabotada na Câmara pelo reacionário Moares Andrade, relator da Comissão de Legislação Social.”³²⁷ A seguir, fica claro a importância da instituição no Rio de Janeiro, servindo como um local de melhor protesto:

É no Rio de Janeiro que a FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE BANCÁRIOS centraliza todo esse movimento e é a classe bancária do Rio que cabe a tarefa de bater-se mais diretamente, dando a conhecer aos poderes públicos e ao povo a situação dos bancários do Brasil.³²⁸

Os gráficos também planejavam se reunir num Congresso Nacional para discutir a criação de uma “Federação Nacional dos Trabalhadores do Livro e do Jornal”. A sede seria onde ocupa a UTLJ, situada no Rio de Janeiro, de modo a discutir “higiene, leis sociais, seguro social e unidade sindical”³²⁹ em escala nacional. Os membros da UTLJ também seriam os principais responsáveis em preparar o Congresso Nacional dessa categoria para a criação da Federação. Pretendiam colaborar com a CSUB ao buscarem o “aumento de salário e a instituição do salário mínimo”. Os principais objetivos a serem discutidos eram os seguintes: “unidade sindical, estrutura e autonomia sindical, leis sociais, salário mínimo, relações entre sindicatos e partidos, conselhos de oficina, e várias outros.”³³⁰

³²³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p.7.

³²⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00060, 4 de julho., 1935, p.2.

³²⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00034, 4 de junho., 1935, p.2.

³²⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00054, 27 de junho., 1935, p.4.

³²⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00060, 4 de julho., 1935, p.2.

³²⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00072, 18 de julho., 1935, p.2.

³²⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00033, 2 de junho., 1935, p.5.

³³⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00056, 29 de junho., 1935, p.6.

Mesmo que houvesse uma Frente Nacional Ferroviária, somente uma parte dos ferroviários era aliada da CSUB. Com dois sindicatos em conflito, o Sindicato Unitivo e a Coligação Ferroviária, somente este último³³¹ declarava apoio à tentativa de aglutinação sindical pela CSUB. Para estabelecer a unificação sindical entre dois grandes sindicatos foi necessário aparar as arestas no Terceiro Congresso Ferroviário que ocorreu em Vitória-ES. Para lá foi enviado³³² o ferroviário Durval Pereira, delegado da CSUB. Para ele, era muito importante atingir a unificação da grande família ferroviária, pois se tratava de uma categoria protagonista no Brasil “em face dos trabalhadores em outros ramos de atividade” e responsável pela ligação “entre a cidade e o campo”³³³.

O trabalho de Pereira no 3.º Congresso Ferroviário serviu para a conciliação entre os dois sindicatos, mostrando que a divergência existente só prejudicava os ferroviários da Central. Para arbitrar os problemas ficou criada uma Comissão de 5 membros, “dois indicados por cada uma das partes e o último delegado pelo Congresso, para positivar a conciliação, que unificará a família ferroviária da Central”³³⁴. A pacificação entre os ferroviários (da Coligação e do Unitivo) é retratada como a busca pelos princípios da CSUB (democracia sindical e unidade sindical). A seguir, fica estabelecido o paralelo entre pacificação e unidade no 3.º Congresso: “analisada, com serenidade, a questão, o 3º Congresso sentiu a necessidade da pacificação dos ferroviários da Central, no sentido da unidade sindical, dentro do mais amplo espírito de democracia sindical.”³³⁵

A briga pela centralização sindical também atingia a importante categoria dos metalúrgicos. Na publicação de 8 de agosto³³⁶, a União dos Trabalhadores Metalúrgicos discute o papel da CSUB e a campanha sobre salário mínimo levantada por eles. Já na publicação de 29 de novembro, período de greve dos trabalhadores metalúrgicos³³⁷, em que relatos demonstram a paralisação de mais de 20 mil operários, o jornal comenta a importância da centralização sindical ao mostrar que foi a CSUB que, além de apoiar a greve metalúrgica, também ajudou a fundar o movimento grevista ao criar as “condições

³³¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00055, 28 de junho., 1935, p.3.

³³² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00158, 24 de outubro., 1935, p.2.

³³³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00164, 30 de outubro., 1935, p.2.

³³⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00168, 3 de novembro., 1935, p.2.

³³⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00181, 16 de novembro., 1935, p.3.

³³⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00090, 8 de agosto., 1935, p.7.

³³⁷ A paralisação e luta dos metalúrgicos serão melhores trabalhadas no terceiro capítulo desta dissertação.

para uma luta de maiores proporções e, conseqüentemente, para uma vitória muito maior.”³³⁸. O uso da estratégia de “comitês por empresa” fora utilizado.

CSUB brigava também para eleger representantes classistas³³⁹ para a Câmara municipal da Capital Federal, apesar de o medo³⁴⁰ em saber da manipulação das eleições pelo governo e o grande risco de perder para figuras que não representassem realmente a classe trabalhadora. O órgão também era responsável pela campanha³⁴¹ de “aumento imediato do salário mínimo”, chamada de “CAMPANHA NACIONAL PRÓ-SALÁRIO MÍNIMO”, que também foi apoiada pela ANL. A efetivação do salário mínimo, medida que apesar de constitucional e ser justa³⁴², detinha uma série de entraves³⁴³ e discussões para não ser implementada. Para a CSUB, a centralização sindical seria uma variável facilitadora para a realização desse direito tão desejado:

O movimento proletário pela instituição dos salários mínimos, vem de assumir um aspecto definitivo com a recente atitude da Confederação Sindical Unitiva do Brasil, convidando todos os sindicatos, aderentes ou não, para um trabalho organizado e coeso em torno dessa reivindicação capital dos trabalhadores brasileiros.³⁴⁴

A estratégia para alcançar esse objetivo seria a formação dos “comitês pró aumento” em todo o país, mobilizado por meio de um apelo da CSUB a todos os trabalhadores para a

³³⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00185, 29 de novembro., 1935, p.8.

³³⁹ , Sob assinatura do diretório da CSUB, tal organização objetivava reunir os trabalhadores para eleição classista na Câmara Municipal. A organização se considerava “legítima coordenadora de todo o movimento proletário do país”, e gostaria de marcar uma “reunião preliminar [...] para escolha dos legítimos representantes dos trabalhadores, que deverão concorrer as eleições classistas para a câmara municipal”. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. A00093, 11 de agosto., 1935, p.3. Em outro momento, já temos o escolhido para ser o vereador classista, se tratava de Jayme Augusto, membro do Sindicato dos Caixeiros de Padaria do Distrito Federal. Ele foi escolhido como um delegado eleitor para as eleições classistas e era defensor das medidas da CSUB. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00102, 22 de agosto., 1935, p.8.

³⁴⁰ A publicação de 21 de agosto mostra o medo que da CSUB em relação às eleições classistas. Havia a eleição de vereadores que não representavam a classe trabalhadora, pois a existência de políticos profissionais, interligados ao Ministério do Trabalho, alteravam o rumo da representação classista. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00101, 21 de agosto., 1935, p.8.

³⁴¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00054, 27 de junho., 1935, p.8.

³⁴² A “justeza do salário-necessidade, isto é, o salário que atende as necessidades normais de vida dos trabalhadores e das pessoas de sua família que vivam sob sua dependência econômica”. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00086, 3 de agosto., 1935, p.7.

³⁴³ Para o presidente da Junta Governativa da Federação dos Marítimos, o Sr. Pergentino João Alves, somente a partir do estudo das condições regionais de cada proletário que o salário mínimo seria possível de implementação. Daí a necessidade de que para ele seria necessário fortalecer a CSUB. A dificuldade de implementação do salário mínimo tinha várias outras questões envolvidas: como as diferentes categorias e funções de cada proletário, o local geográfico, a hierarquia e o consumo básico do operário em cada região.

³⁴⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00081, 28 de julho., 1935, p.8.

formação de “Comitês pro-aumento imediato dos salários dentro de todas as empresas, fábricas e em todos os locais de trabalho”³⁴⁵.

Havia também oposições aglutinadas em outras organizações. Na publicação de 1 de agosto, a central sindical chamada Federação do Trabalho, na figura do Manoel Barbalho, é contrária a medida de salário mínimo e também contrária à CSUB, visto que a Federação “não participará da reunião (sobre salário mínimo), pois só reconhece como poder orientador dos trabalhadores sindicalizados a Federação do Trabalho do Distrito Federal.”³⁴⁶. A expectativa do dirigente da Federação seria uma conciliação com o governo e com os patrões, em que na sua visão o “futuro do Brasil não está no reajustamento geral de todos os ordenados. [...] Esse salário será feito de colaboração entre trabalhadores e patrões, respeitando-se as leis que no caso atendem perfeitamente”³⁴⁷.

O secretário Iguatemy Ramos da CSUB convida³⁴⁸ a central sindical chamada União dos Trabalhadores do Distrito Federal para uma frente única, de modo a lutar contra as injustiças cometidas contra os sindicalizados e para que a legislação social seja realmente cumprida. Para Ramos, a legislação social é fruto do esforço dos trabalhadores e que para ser cumprida é preciso que eles próprios lutem por ela de forma unificada.

As leis sociais trabalhistas são burladas diariamente, sendo flagrante o não cumprimento de sua imprescindível fiscalização: como se verifica na lei de férias, na lei de horas de trabalho, na lei de acidentes. E como se poderá conseguir a defesa desses direitos do proletariado senão pela UNIDADE? [...] Aguardamos a sua resposta, para, no caso de aprovação, ativarmos uma reunião em conjunto para assentarmos em definitivo as bases de luta através dessa FRENTE ÚNICA.³⁴⁹

A denúncia dos dirigentes da CSUB mostrava que eles sofriam repressão³⁵⁰ da polícia em momentos de participação nos comício-monstro da ANL, temiam³⁵¹ a presença de integralistas denunciando suas reuniões e forçarem a execução da Lei de Segurança Nacional (também chamada por eles de “Lei Monstro”). As represálias sinalizavam a prisão

³⁴⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00107, 28 de agosto., 1935, p.2.

³⁴⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00084, 1 de agosto., 1935, p.8.

³⁴⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00084, 1 de agosto., 1935, p.8.

³⁴⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00169, 4 de novembro., 1935, p.2.

³⁴⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00169, 4 de novembro., 1935, p.2.

³⁵⁰ Através da mensagem do diretório se protestava contra a violência policial cometida no comício-monstro da ANL.Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00061, 5 de julho., 1935, p.2.

³⁵¹ Em letras grandes o jornal queria chamar a atenção para o perigo de infiltração integralista nos sindicatos: “OS INTEGRALISTAS SE PREPARAM PARA ENTRAR NOS SINDICATOS AFIM DE EXIGIR O CUMPRIMENTO DA LEI MONSTRO! É A PALAVRA DE ORDEM PUBLICADA PELOS CHEFES SIGMÁTICOS!”. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00189, 24 de novembro., 1935, p.8.

de membros dirigentes³⁵², sindicatos fechados, demissão³⁵³ e até mesmo punições³⁵⁴ aos membros que se tornaram vereadores classistas na Câmara Municipal pela CSUB.

Criticava-se veementemente a “polícia-fascista de Vargas” por causa da prisão arbitrária de diversos membros em reuniões da CSUB. O jornal³⁵⁵ acusa os guardas da Ordem Social de não estarem ligando para o pedido de *habeas corpus* dos trabalhadores presos. A *Manhã* anuncia uma parceria com 20 advogados da Associação Jurídica Brasileira (AJB) dispostos a contribuir contra a arbitrariedade da Ordem Social. Na publicação³⁵⁶ do dia 8 de agosto, as denúncias da AJB falavam do risco de deportação dos presos políticos ao passo que a Justiça não aceitava o *habeas corpus* impetrado pela AJB na Corte de Apelação. Citam-se os lugares para onde os presos políticos, normalmente vão, como “Fernando de Noronha, Ilha dos Porcos, Colônia Dois Rios, Clevelândia, Detenção, etc... [...]

Uma crítica do jornal era sobre como a autonomia sindical era completamente fraudada pelos agentes policiais. Definida³⁵⁷ como o direito de qualquer sindicato ou operário de se juntar para discutir a situação da categoria, no entanto, se denunciava era a fraqueza da Constituição em garantir o cumprimento desse direito, pois, para o jornal *A Manhã*, as classes dominantes sempre impediam de alguma forma a livre associação e o livre debate de ideias no seio da classe operária:

A Constituição de 16 de julho, num dos seus numerosos dispositivos, assegura a autonomia dos sindicatos profissionais, dando-lhes garantias que por nenhum motivo deveriam ser violadas. Mas a Constituição não foi feita para coibir os abusos de poder, desde que esses abusos sejam praticados por interesse da classe dominante. A esse respeito, o exemplo que a polícia vem dando, de desrespeito à autonomia dos sindicatos, é demais edificante. [...] No Sindicato Brasileiro dos Bancários, por exemplo, não há reunião que eles não compareçam de nariz no ar e pistolão na cinta [...] Enquanto isto, desmoraliza-se a chamada autonomia

³⁵² Podemos ler sobre a descrição das reuniões e a repressão policial nas seguintes edições, onde se encontra prisão em massa, encarceramento de figuras importantes do movimento e também a depredação da sede: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00062, 6 de julho., 1935, p.8.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00087, 4 de agosto., 1935, p.7. O uso da LSN, também é comentada a seguir: "desse modo os operários ainda presos, em número de 13, vão ser processados como "extremistas", de acordo com a Lei de Segurança". Ver mais em: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00088, 6 de agosto., 1935, p.8.

³⁵³ A seguir, temos um protesto do diretório da UTLJ contra a demissão injusta de Spencer Bittencourt, membro da CSUB e funcionário do Banco Português, só por ele ser da Comissão de Organização das reuniões. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. a00147, 18 de outubro., 1935, p.7.

³⁵⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00138, 3 de outubro., 1935, p.3.

³⁵⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00089, 7 de agosto., 1935, p.8.

³⁵⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00090, 8 de agosto., 1935, p.8.

³⁵⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00085, 2 de agosto., 1935, p.8.

sindical e a Constituição, coitadinha, continua metida nos ricos chinelos dos senhores mandões, tudo “em nome de Deus”, conforme reza o introito.

Os limites de se centralizar os sindicatos que a CSUB enfrentou podem ser relacionados à complexa vida sindical, em que ela é entremeada de rivalidades internas entre os sindicalizados, onde as alas e as chapas disputavam pelo espaço da direção sindical da categoria. Havia também as disputas entre os sindicalizados e não-sindicalizados, estes últimos considerados em certos momentos como péssimos trabalhadores para a classe. Adiciona-se a “concorrência” entre as diversas categorias pelo protagonismo na centralização e o conflito entre trabalhadores por empregos e cargos políticos, que lançavam mão de inúmeras estratégias, seja para ocupar cargos importantes na vida sindical, seja para subir em cargos das empresas privadas de suas categorias.

A complexidade existente da vida sindical dessa organização de frente única também se relacionava intimamente com a própria política nacional, palco em que a liberdade sindical era tolida de diversas maneiras pela atuação do Ministério do Trabalho, dos policiais da Ordem Social e, no geral, por figuras ligadas de alguma forma ao governo. Se a CSUB foi o maior instrumento propagado pelo jornal para atingir a centralização sindical, a seguir, serão sinalizadas as principais estratégias veiculadas no periódico de modo a fortalecer o movimento aliancista na sociedade.

2.3. A tentativa de formar frente única no mundo do trabalho

A lógica de formar frentes únicas para uma maior mobilização política dos trabalhadores entrava em consonância com a necessidade de *A Manhã* em ganhar mais abrangência e leitores. Por tal constatação, o jornal precisou criar uma extensa rede de relações com os diversos setores da sociedade. As páginas do periódico reforçavam o papel de protagonista que os militares deveriam ter na sociedade brasileira após a Revolução de 1930 (principalmente daqueles que defendiam um maior aprofundamento de mudanças sociais no Brasil). Contudo, também enfatizava sua atenção aos diversos elementos da classe trabalhadora: os negros, os jovens, as mulheres, desempregados, moradores de rua³⁵⁸,

³⁵⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. A00093, 11 de agosto., 1935, p. 8.

trabalhadores rurais³⁵⁹, etc. A tentativa não era somente falar da condição de vida desses elementos, mas também mobilizar para lutas em comum e tornar esses atores os protagonistas da mudança.

A *Manhã* fazia questão de demonstrar a cor das pessoas nas suas páginas, independente da posição social ou profissão. A estratégia detinha vários objetivos. Às vezes servia para dar espaço e visibilidade para intelectuais ou políticos negros comprometidos com a melhoria da condição de vida dos negros na sociedade brasileira, como ocorre com a publicação na capa da foto do deputado paulista Arthur Rocha que, na definição do jornal, é “um representante classista do grupo dos empregados”³⁶⁰ lutando pelos operários na Câmara de Deputados em São Paulo. A história de lutas do deputado negro é relembrada nas páginas do jornal, mostrando que ele sofria perseguição nas indústrias Matarazzo “devido à sua atuação sindical”. Há também os escritos do “líder negro Isaltino Veiga” que na coluna publicada no dia 14 de outubro de 1935 está preocupado com a “fascistização” do negro brasileiro, pois as organizações de negros estariam se desvirtuando e “fugindo sistematicamente, e mesmo vergonhosamente dos verdadeiros desígnios da raça”³⁶¹.

Imagem 3: Retrato do deputado Arthur Rocha estampada na capa do jornal *A Manhã*



Fonte: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00056, 29 de junho., 1935, p. 1.

³⁵⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00158, 24 de outubro., 1935, p. 8.

³⁶⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00056, 29 de junho., 1935, p.1 e 7.

³⁶¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00195, 14 de outubro., 1935, p.3.

Os leitores negros também eram identificados nas páginas do jornal. Na publicação de 18 de outubro de 1935, no título “O fascista italiano insultou um brasileiro de cor e por isso ia saindo um ‘sururú’ em Botafogo”³⁶² se denunciava a discriminação sofrida por um negro que simplesmente comprava um exemplar do jornal *A Manhã* na banca situada no Pavilhão Mourisco no bairro de Botafogo. Além desses acontecimentos no cotidiano da cidade, o jornal também deixava visível os negros sendo protagonistas nas greves e nas manifestações de rua em suas buscas por direitos. Há, na publicação datada de 14 de maio de 1935, o relato da presença de oradores negros nas ruas discursando sobre o dia 13 de maio, data que marca a abolição da escravidão. Durante o comício, também ocorre a denúncia sobre “as condições ainda miseráveis em que vivem os negros do Brasil”³⁶³ enquanto rompia um conflito entre elementos desconhecidos que criaram distúrbios no local, que desencadeou a prisão arbitrária “de vários populares absolutamente alheios aos fatos” pelos investigadores da Ordem Social. Alguns dias depois, era retratada a necessidade em mostrar que, o integralismo sendo fortalecido, os homens de cor tinham tudo a perder, principalmente quando se tratava das relações trabalhistas, pois patrões integralistas demitiam os funcionários negros que buscavam maiores direitos ou por simplesmente participarem das manifestações da ANL. Na publicação³⁶⁴ da data de 16 de maio, temos a demissão do operário negro Eustachio Lourenço por um patrão integralista que o demitiu por chegar atrasado por 10 minutos no trabalho, mas que na realidade se tratava de uma desculpa para punir sua participação no comício da ANL no dia 13 de maio, data da abolição da escravidão no Brasil.

Havia também a menção à presença de líderes negros nos sindicatos e em manifestações populares. Na publicação de 22 de junho de 1935, o título “Os trabalhadores da Leopoldina reagem contra o atraso de pagamentos”³⁶⁵ é acompanhado de uma foto que comprovava a presença de 18 trabalhadores negros ameaçando a paralisação das atividades na empresa ferroviária Leopoldina Railway por causa da insatisfação pelo atraso de pagamento de salário. O relato jornalístico demonstra que, com a ameaça de não trabalhar,

³⁶² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00152, 18 de outubro., 1935, p.8.

³⁶³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00016, 13 de maio., 1935, p.2.

³⁶⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00018, 16 de maio., 1935, p.6.

³⁶⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00050, 22 de junho ., 1935, p.8.

os trabalhadores conquistaram uma importante vitória trabalhista e foram pagos antes da data estabelecida pela empresa, que constantemente postergava o pagamento. Na publicação de 27 de junho de 1935³⁶⁶ sob o título “Terras, eterna ambição dos “grilos”!” Os moradores do Morro dos Pretos ameaçados por uma comandita de aventureiros milionários: um documento que a Justiça não quis conhecer” acompanha-se uma foto ilustrando um advogado negro defendendo a posse dos casebres pelos moradores do Morro, sendo eles, na maioria, operários negros “que exercem as suas atividades no centro urbano e à noite regressam aos seus refúgios, extenuados pelo trabalho de todos os dias”, assumindo-os como “gente de condições tão modestas e injustas”. O conflito se dava por causa da crescente ambição dos grileiros, que se apresentam como “donos” do local e estavam interessados em retomar por diferentes formas a propriedade das terras, causando o despejo dos tradicionais moradores do Morro dos Pretos Forros.

Imagem 4: Jornal reúne e atesta a ameaça de paralisação da empresa por ferroviários negros.



Fonte: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00050, 22 de junho., 1935, p. 8.

³⁶⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00054, 27 de junho., 1935, p.2.

Imagem 5: Advogado negro Luiz Gonçalves Nogueira discursando em defesa da moradia das famílias do morro



Fonte: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00054, 27 de junho., 1935, p.2.

Nas páginas da edição³⁶⁷ de 21 de julho de 1935, o jornal traz a reverberação de um comício da ANL que ocorreu na cidade de Campos. O argumento utilizado pelo orador

³⁶⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00049, 21 de julho, 1935, p.3.

negro com o nome de Martiniano era equivaler o integralismo ao nazi-fascismo, vistas como ideologias que tratavam o negro como raça inferior. A teoria era reforçada pela iminente guerra da Itália contra o povo etíope na Abissínia, considerada como “o único país dos negros livres”. A publicação de 13 de outubro de 1935³⁶⁸ faz questão de ressaltar a cor negra do orador Raymundo Souza, representante do Sindicato dos Tintureiros, que discursa em prol da ANL e a favor do fechamento da Ação Integralista Brasileira (AIB), que segundo ele, detinha apoio tácito de membros do governo e não eram incomodados pela polícia da mesma forma como eram os membros aliancistas.

A *Manhã* também demonstrava uma visão sobre a história dos negros no Brasil. Para o colunista convidado Isaltino dos Santos, a comemoração do fim da escravidão no dia 13 de maio simbolizava uma data marcada pela “imposição do imperialismo inglês”. Ao invés disso, Isaltino pregava que a data de comemoração deveria ser o 14 de maio, sendo ela mais relevante e simbólica para os negros, pois retratava a “rebeldia de Palmares”³⁶⁹ contra os exploradores. Ao defender a escolha dessa nova data, o jornal também condenava a situação dos negros brasileiros no presente, mostrando que ela era tão ruim quanto o passado recente da escravidão:

Sem base cultural e econômica, que pode fazer ou realizar o negro após 13 de Maio? Aí está mais escravo do que nunca, vivendo vida abjeta dentro de uma sociedade que o repudia, o despreza e o pretere sistematicamente. As senzalas continuam sob outra modalidade e outros aspectos. O negro dos nossos dias está mais aviltado do que no tempo da escravidão.³⁷⁰

Além de Zumbi dos Palmares, outra figura bastante lembrada nas páginas do jornal era a do marujo João Cândido³⁷¹. O conhecido “almirante negro” tem suas lutas por direitos exaltadas no periódico, além disso, os relatos sinalizam uma grande proximidade dos funcionários do jornal com o principal líder da Revolta da Chibata, mostrando que ele estava presente no dia a dia na sede do jornal. Na publicação de 22 de setembro³⁷² é

³⁶⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. A00147, 13 de outubro., 1935, p.8.

³⁶⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00105, 26 de agosto., 1935, p.4.

³⁷⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00105, 26 de agosto., 1935, p.4.

³⁷¹ A exaltação da figura de João Cândido já tinha ganho as páginas de outro jornal: “Pedro Mota Lima e o Barão de Itararé produziram em conjunto, no ano de 1934, uma série de reportagens sobre vida de João Cândido, líder da Revolta da Chibata, ocorrida em novembro de 1910 contra os maus tratos sofridos pelos marinheiros de baixa patente, publicadas no Jornal do Povo, que fundaram em conjunto.”. Cf. OLIVEIRA JR, Carlos.Magno, op. cit, p. 40.

³⁷² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00129, 22 de setembro., 1935, p.7.

revelada a ida de João Cândido ao jornal para agradecer o espaço dado para ele defender a honra da Marinha e a história dos negros nessa instituição ao mostrar que os marinheiros não eram formados por “assassinos, ladrões e bêbados inveterados”³⁷³ conforme palavras ditas pelo ex-marinheiro reformado Alencastro da Graça (acusado pelo jornal de ser integralista), mas formado por homens negros que lutaram pelos senhores do Império na campanha do Paraguai. Na publicação de 1 de novembro³⁷⁴, o jornal vai até ele e fotografa o almirante deitado no leito do hospital com um jornalista, que acabara de entregar uma doação, descrita pelo relato do jornal como um presente dado pelos alunos marinheiros da Escola Almirante Batista das Neves.

Imagem 6: João Cândido num leito de hospital recebendo a doação.



Fonte: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00166, 1 de novembro., 1935, p.12.

³⁷³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00127, 20 de setembro., 1935, p.3.

³⁷⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00166, 1 de novembro., 1935, p.12.

Na publicação datada de 23 de novembro na notícia intitulada “Em memória dos que morreram no levante de 1910”³⁷⁵ tem uma foto dos ex-companheiros do João Cândido comemorando o aniversário de 25 anos do levante numa missa na igreja de São Francisco de Paula. A notícia era acompanhada de uma carta assinada por um companheiro e admirador chamado Tito, dizendo que se acaso ele encontrasse novamente o almirante negro “nesse dia, [...] lhe baterei palmas, beijarei respeitosamente sua venerável cabeça e lhe contarei minha eterna gratidão, minha e de meus companheiros” por causa dele ter varrido “deste querido Brasil o último reduto do costume bárbaro das senzalas.” A libertação causada por João é até mesmo comparada à abolição: “Não bastou o 13 de maio da rainha Isabel, João Cândido; foi preciso que você fizesse o 23 de novembro”.

Imagem 7: Ex-companheiros do João Cândido comemorando o aniversário de 25 anos do levante



Fonte: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00188, 23 de novembro., 1935, p.7.

³⁷⁵ A seguir, a carta do jornal para João Cândido. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00188, 23 de novembro., 1935, p.7.

João Cândido também foi homenageado pelos colunistas ligados ao jornal. Na publicação datada de 22 de novembro de 1935, Rubem Braga mostra que a luta do almirante João Cândido que ocorrera há 25 anos ainda é um exemplo para as lutas dos trabalhadores e os explorados atuais:

Hoje não há mais chibatas na Marinha. Mas a luta continua - na Marinha e no Exército, na fábrica e na fazenda, na estrada de ferro e no escritório, no balcão e na oficina, no quartel e na escola. A luta continua em todo o canto onde alguém trabalha e é explorado, onde alguém pensa e é oprimido. Um dia ela rebentará na rua.³⁷⁶

Na publicação³⁷⁷ de mesma data, Pedro Motta Lima comenta sobre a luta de João Cândido e seus companheiros pelo fim do castigo físico na Marinha em 1910 em relação aos “laços fraternais que ligam militares e civis através das lutas contra o despotismo, pela libertação dos brasileiros, pelo progresso do Brasil.” permitida por uma nova mentalidade que “arejou a consciência nacional”. Os episódios históricos do levante são mostrados pelo diretor do jornal como uma grande luta popular na qual os trabalhadores brasileiros apoiaram energicamente o almirante negro e mostra que a luta dos negros da Revolta da Chibata jamais deveria ser esquecida:

O Brasil infenso à escravidão negra não se impressionava com a sorte da nossa valente maruja. Mas no coração dela o sentimento de dignidade humana se fortaleceu, e dela mesma partiu a iniciativa de virar essa página triste, que devemos reler de vez em quando, e não votar ao esquecimento, pois nela as gerações atuais têm o que aprender, sendo ainda necessário focalizá-la bem, sem o que o feito extraordinário comemorado hoje perderia todo o sentido. [...] Quando a esquadra se amotinou, impondo ao governo um tratamento sem humilhações, a população civil compreendia imediatamente a justiça da causa, e se solidarizou com os rebeldes. Grevistas de tecidos e dos serviços portuários, no Rio e em outras regiões do país, manifestaram sua simpatia aos marinheiros. Subscrições públicas recolheram auxílios. Pescadores e comerciantes do Mercado levaram-lhes presentes. Multidões coalhavam os morros e as praias, acompanhando as evoluções das unidades sob o comando desse imortal herói do povo, o almirante negro, e festejando ruidosamente o seu triunfo ilusório, ao noticiar-se que o Cattete prometera a abolição da chibata e o Congresso votará a anistia.

Figuras políticas também se manifestavam em prol da figura de João Cândido. Na publicação³⁷⁸ de 6 de setembro, o vereador do Rio de Janeiro Tito Livio diz que “os

³⁷⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00187, 22 de novembro., 1935, p.2.

³⁷⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00187, 22 de novembro., 1935, p.2.

³⁷⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00115, 6 de setembro., 1935, p.1.

marinheiros de João Cândido escreveram uma das páginas mais brilhantes da nossa história” e faz da coleta de dinheiro feita pela União dos Estivadores um apelo para que a Câmara Municipal faça mais um auxílio, visto que o famoso almirante estava naquele momento doente num leito no Hospital São Francisco de Assis.

Além da tentativa de construção de figuras símbolos de lutas pelos direitos dos negros, o jornal também ajudava a construir uma teia de relacionamentos que entrelaçava instituições de movimentos negros. As três principais que o periódico dialogava eram a Frente Negra Brasileira (FNB)³⁷⁹, a Federação dos Negros do Brasil (Movimento Nacionalista da Raça Negra)³⁸⁰ e o Movimento Brasileiro Contra o Preconceito Racial (MBCPR)³⁸¹. Este último era o movimento mais propagado pelo jornal e contava com o apoio dos colunistas do jornal. Em segundo lugar, havia a parceria com a Federação, comandada por Isaltino Veiga, que inclusive possuía espaço nas colunas no jornal. Para a autora Jacira Cristina, o movimento aliancista do qual o *A Manhã* fazia parte, estabeleceu uma maior parceria “com lideranças negras depois que Isaltino Veiga dos Santos foi expulso da FNB, em 1933, e fundou a Federação Nacional dos Negros do Brasil.”³⁸². Para a autora, contudo, era difícil “avaliar a inserção do discurso aliancista entre a população negra”, com isso, a tentativa de criar uma frente negra falhara.

³⁷⁹ A breve menção a este movimento está presente na publicação de 19 de setembro de 1935, em que mostra integrantes da FNB marchando em Cachoeira de Itapemirim-ES do lado de membros da ANL e de sindicatos. Segundo a autora Jacira Cristina, o primeiro presidente da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, tinha vínculos com o integralismo e por vezes elogiava o fascismo europeu. Cf. SANTOS PRIMO, op. cit., p. 66.

³⁸⁰ A publicação de 15 de novembro de 1935 retrata um manifesto para os negros de São Paulo se unirem ao movimento em prol da libertação e melhoria de condição dos negros e também contra a guerra italiana de Mussolini que massacrava os negros da Abissínia. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00180, 15 de novembro, 1935, p.5.

³⁸¹ Na publicação no jornal *A Manhã* de 6 de outubro de 1935 temos a nota de lançamento do movimento que será oficializada no próximo dia 10 de outubro por meio de uma conferência coletiva, lá será lida o manifesto-programa do movimento que visa combater o ódio de raças no Brasil, o arianismo e o antissemitismo. O movimento conta com a presença de vários intelectuais e signatários, como Ignácio de Amaral, Roquette Pinto, Castro Rebello, Mauricio de Medeiros, Hermes Lima, Arthur Ramos, Victor Vianna, Azevedo Amaral, Queiroz Lima. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00141, 6 de outubro, 1935, p.2. Temos também uma publicação do mesmo jornal em 10 de outubro de 1935 divulgando o convite para uma conferência para todo o público interessado. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00144, 10 de outubro, 1935, p.1. No dia seguinte, em 11 de outubro de 1935, é descrito que a conferência pública conseguiu reunir uma “grande massa popular” advinda de “todas as camadas populares da sociedade”, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00145, 11 de outubro, 1935, p.7. Na edição divulgada na data de 16 de outubro de 1935 se mostra que o movimento pretendia criar um livro para debater o racismo no Brasil, visando fundar também um “Instituto de Alta Cultura” e iniciativas que constituem um “senso de liberdade e tolerância entre os brasileiros”. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00149, 16 de outubro, 1935, p.2.

³⁸² SANTOS PRIMO, op. cit., p. 66.

A situação dos jovens no Brasil também era avaliada pelo jornal. A dura realidade que vivenciava o jovem era constantemente denunciada e havia a percepção de que os mais novos tinham poucas opções de trabalho, restando para alguns a escolha pelo banditismo, conforme artigo anônimo³⁸³ que fala sobre o patronato José Luiz Alves, local de abrigo de jovens que cometeram crimes. A crítica do jornal era de que os jovens não passavam por ressocialização e quando saíam dificilmente ajeitavam suas vidas, como fica sinalizado nos questionamentos: “Deixando o patronato, que lhes espera cá fora? Que mão orientadora tem a lhes guiar os passos? Que ajuda lhes dão o Estado e a sociedade? E, acima de tudo, este problema inquietante: onde encontrar trabalho para viver? E novamente, eil-os a trilhar a chamada “estrada do crime””. O subemprego que os exploravam³⁸⁴ também era denunciado. Na notícia sobre “O morro das crianças escravas”³⁸⁵ o jornal denuncia uma empresa estrangeira que contrata um homem que consegue arrumar crianças para serem exploradas. O serviço da escravidão infantil ocorria no bairro do Jacaré e visava o recolhimento de entulho para que uma empresa estrangeira fizesse a demolição de casas para a construção de novas.

Até mesmo a empregabilidade dos jovens era contestada pelos sindicatos ligados ao jornal, pois acabava retirando empregos dos mais velhos e desvalorizando a mão de obra. Nas palavras expostas por membros da Frente Única dos Sindicatos, “o desemprego cresce assustadoramente, em virtude da racionalização do trabalho e a concorrência cada vez maior da mão de obra do jovem e da mulher ao trabalhador adulto, atirando o operariado á fome e á miséria.”³⁸⁶

Ao direcionar sua atenção para os jovens, *A Manhã* noticiava a importância deles participarem do grupo chamado Congresso de Juventude Popular do Brasil. Na publicação³⁸⁷ de 15 de maio é exposto o manifesto contra as péssimas condições de vidas

³⁸³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00081, 28 de julho., 1935, p.3.

³⁸⁴ A exploração infantil era constantemente denunciada no jornal *A Manhã*. Nos locais de trabalho da indústria, temos, na publicação de 27 de outubro, um jovem têxtil sofrendo queimadura e reclamando da insalubridade, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00161, 27 de outubro., 1935, p.2. Havia o relato de uma jovem explorada que denunciava o aflito ao sofrer um acidente na fábrica de alimentos. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00086, 3 de agosto., 1935, p.2.. Relatavam-se até mesmo casos em que as lideranças sindicais eram ocupadas por jovens nas fábricas, como noticiado na seguinte publicação, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00163, 29 de outubro., 1935, p.8.

³⁸⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00019, 17d e maio., 1935, p.7.

³⁸⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00119, 11 de setembro., 1935, p.8.

³⁸⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00017, 15 de maio., 1935, p.7.

ofertadas aos jovens trabalhadores enquanto os capitais estrangeiros aqui empregados se tornam “bombas sugadoras de energias nacionais”. A sede do jornal³⁸⁸, em comunhão de ideias com o Congresso, recebe, posteriormente, jovens trabalhadores do subúrbio, sinalizando que a juventude deveria combater “a exploração do capitalismo internacional e do latifúndio nacional, que são as verdades causas de toda essa miséria”,³⁸⁹

A iniciativa de construção do Congresso é marcada pelo alcance nacional³⁹⁰, abrangendo diversos Estados da federação, sendo que cada um deles tinha o dever de formar um Comitê Regional e uma Comissão de Propaganda para a mobilização dos jovens e formação de núcleos. Só no Rio de Janeiro era noticiado a adesão de 52 sindicatos e de diversos núcleos de jovens. Há relatos³⁹¹ que tal associação estudantil conseguiu juntar 150 mil estudantes entorno de suas pautas. A estrutura principal é encabeçada pelo presidente Ivan Pedro Martins³⁹², participante da Comissão Executiva Central. Na publicação de 26 de maio³⁹³ revela-se que o trabalho de mobilização dos jovens e formação de núcleo deveria contemplar localidades como escolas de direito, medicina, farmácia, engenharia, química, agronomia, ciências, comércio, institutos de educação, bairros (principalmente os suburbanos), clubes esportivos, grupos isolados, campo e fábricas que possuíam jovens operários.

As primeiras reuniões públicas e sua diretrizes são descritas no jornal. Os relatos demonstram uma grande mobilização que contabilizou 300 jovens participantes de diversos núcleos³⁹⁴ presentes na Rua da Conceição³⁹⁵. A partir desses encontros se estabeleceu que o presidente da Comissão Regional do Congresso da Juventude no Rio de Janeiro seria o Felinto Eptácio. Os cargos de tesoureiro, secretário, encarregado de propaganda e o encarregado de organização também foram decididos. Uma série de instruções³⁹⁶ de mobilização e consolidação do Congresso foi passada para os núcleos que seriam formados:

³⁸⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00034, 4 de junho., 1935, p.6.

³⁸⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00034, 4 de junho., 1935, p.6.

³⁹⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00025, 24 de maio., 1935, p.7.

³⁹¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00121, 13 de setembro., 1935, p.8.

³⁹² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00028, 28 de maio., 1935, p.2.

³⁹³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00027, 26 de maio., 1935, p.2.

³⁹⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00045, 16 de junho., 1935, p.2.

³⁹⁵ O início do congresso é divulgado na seguinte edição, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00044, 15 de junho., 1935, p.7.

³⁹⁶ A formação do Congresso está presente na seguinte edição, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00047, 19 de junho., 1935, p.2.

alistamento dos aderentes locais; obtenção de sede e legalização do Congresso; debater as necessidades locais; encabeçar movimentos, greves, protestos, comícios; obter recursos que possibilitavam a popularização do Congresso, como festivais³⁹⁷, pregação de cartazes, pintura de paredes com palavras de ordem, comícios na saída de trabalho; divulgação de listas de adesão; distribuição de boletins do Congresso; e demonstrações públicas de apoio.

Ao longo do ano de 1935, os membros sofreram repressão e violência da polícia nas reuniões do Congresso. A manchete “Impedida violentamente, pela polícia, a reunião preparatória do Congresso Juvenil” ilustrava as emboscadas, agressões e até mesmo roubos que os policiais da Ordem Social efetivaram contra os participantes. Segundos os relatos do jornal, “a polícia agiu com violência, agredindo inúmeros estudantes e jovens operários”³⁹⁸. Para que a reunião acontecesse, foi necessário transferir o evento que aconteceria na sede da Coligação do Estado Leigo para a sede da Aliança, situado na rua Almirante Barroso, por ajuda e intermédio do chefe do Diretório Nacional Provisório da ANL, o comandante Hercolino Cascardo. Os núcleos também sofriam com prisões de seus integrantes, como ocorrera na publicação de 27 de setembro de 1935 em que membros do núcleo do setor hoteleiro denunciavam a prisão arbitrária do “jovem Alvaro Teixeira, presidente do núcleo Catumby do Congresso da Juventude”³⁹⁹ e requeriam sua libertação imediata.

Na entrevista⁴⁰⁰ do jovem Hugo Romariz, secretário do Congresso Juvenil, temos um depoimento no qual ele tenta se dissociar da ANL ao falar que o Congresso “não tem uma cor política”. Tal afirmativa servia para tentar atrair jovens e trabalhadores de todas as tendências políticas ao objetivar uma frente única e também para se afastar de alguma possível repressão do governo, algo comum contra o movimento aliancista. Contudo, apesar da entrevista, o Congresso sempre teve íntima relação com o movimento aliancista.

Em outro momento, o lema aliancista de “Pão, Terra e Liberdade”⁴⁰¹ é ecoado no comício do Congresso no Largo da Lapa, utilizado para contestar a realização de um congresso integralista no Instituto da Música, sob a autorização de funcionários do governo

³⁹⁷ A sociabilidade entre os jovens era implementada para uma melhor arregimentação de membros para o Congresso. Uma reunião do Congresso no núcleo do Caju é marcada enquanto ocorria um festival, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00048, 20 de junho., 1935, p.6. Há também uma reunião do Congresso a partir de uma festa na Quinta da Boa Vista feita por gazeteiros (vendedores de jornais), cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00049, 21 de junho., 1935, p.5.

³⁹⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00051, 23 de junho., 1935, p.8.

³⁹⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00133, 27 de setembro., 1935, p.3.

⁴⁰⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00066, 11 de julho., 1935, p. 2.

⁴⁰¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00069, 14 de julho., 1935, p. 3.

que são apoiadores de tal movimento. A crítica recaía também na impressão que se tinha de que era possível um golpe fascista por Vargas logo após o fechamento da ANL. Uma semana depois, na Câmara Municipal, o vereador aliancista Octavio Silveira discursa contra as violências cometidas contra os jovens participantes do Congresso, além disso, promete que “lerá uma saudação⁴⁰² de Luiz Carlos Prestes aos jovens brasileiros”⁴⁰³

No comunicado de 29 de junho de 1935 no jornal *A Manhã*, o Diretório Nacional Provisório da ANL afirmando ser o Congresso o “uma expressão juvenil da própria A.N.L.”, sendo somente “os fascistas e os desonestos” para “ver com maus olhos o grande e patriótico movimento da juventude brasileira”⁴⁰⁴. Revelando a íntima ligação dos dois movimentos.

Além da mobilização dos jovens por meio do Congresso, o jornal também discutia como se poderia fazer isso por meio de diferentes estratégias e movimentos. A partir de uma série de publicações, o jornal *A Manhã* elucida como se converte os jovens para a luta nos artigos intitulados “Explicando ao povo como organizar a luta dos jovens”. No primeiro artigo⁴⁰⁵ o jornal defende que não se deve transformar o jovem em um “intelectual pedante”, “enfestado”, “acadêmico”, mas sim “uma juventude esportiva, ágil”, “dirigentes de massas, de verdadeiros caudilhos, que vivam a vida dos jovens nas escolas, nas fazendas, nos campos de foot-bal, nas piscinas, nos terreiros de samba, nos cordões carnavalescos, bailes das sociedades jovens que saibam dar shoot, que saibam dançar, namorar, divertir-se, influir sobre os companheiros”. No segundo artigo da série, o jornal identifica que a mobilização dos jovens atualmente é feita pelas “oligarquias dominantes”, daí cita o exemplo dos jovens das fábricas suburbanas, que são tragados pela ideologia dominante em lugares fora do tempo de trabalho. Para o autor anônimo do jornal:

Quem conhece o interior do Brasil sabe o papel importante que as filamônicas, os grêmios litero-recreativos, os clubs de foot-ball desempenham como elementos de atração da massa juvenil para a influência ideológica das oligarquias dominantes. Aqui mesmo, no Rio, não há fabrica ou subúrbio que não tenha o seu clube de foot-ball. Por exemplo as fabricas da ‘América Fabril’. Nas mãos de quem, entretanto, estão esses clubs? Nas mãos dos donos dessas fábricas ou de políticos reacionários, que deles se servem para fins meramente eleitorais. Ao lado

⁴⁰² O vereador se refere a uma carta de Luiz Carlos Prestes convidando os jovens para a luta e falando sobre a importância deles aderirem à ANL. Sobre isso, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00023, 22 de maio., 1935, p2.

⁴⁰³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00075, 21 de julho., 1935, p.1.

⁴⁰⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00056, 29 de junho., 1935, p.8.

⁴⁰⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00143, 9 de outubro., 1935, p.3.

de cada igreja é comum, também, ver-se o campo de esportes ou a associação de escoteiros católicos. Como os jovens são atraídos a esses lugares? Por meio de discursos enfadonhos, de artigalhões indigestos, de preleções fastidiosas? Não. Por meio de partidas e competições esportivas, de festas, de concursos, de bailes, de kermesses, de representações teatrais, de ‘pic-nics’, etc.⁴⁰⁶

A coluna não quer mostrar que o jovem não deva estudar, mas sim que seus métodos de mobilização para a luta diferem e devem ser mais “leves, e mais claro”, visto que “a juventude tem suas reivindicações específicas, particulares e, sobretudo, os métodos de trabalho a empregar são diferentes”. Para o autor anônimo, a classe dominante utiliza os esportes e o cinema como “instrumentos de sua dominação política, como elemento de corrupção e de submissão, principalmente das camadas jovens da população laboriosa”⁴⁰⁷. Ao contrário de como é utilizado, tais estratégias podem ser um “grandioso fator de esclarecimento e educação das massas juvenis”.

O movimento estudantil⁴⁰⁸ e a “campanha dos 50%”⁴⁰⁹ (este movimento iniciou-se em julho e se refere aos pedidos de descontos por estudantes em eventos culturais e transportes, contou com a participação de membros do Congresso Juvenil na sua formulação) eram também movimentos impulsionados e acompanhados pelo jornal *A Manhã*. Nesta última campanha, denunciava-se em uma série de edições⁴¹⁰ a violência policial nas ruas contra a mobilização dos jovens estudantes e operários, apesar de ser considerada justa e pacífica demanda e que tratava de melhorar a situação de vida dos jovens, nos quais em sua grande maioria ainda estava fora do mercado de trabalho ou ganhava menos que os adultos.

Uma contínua acusação era de que empresas imperialistas estariam sabotando o movimento em conjunto com a repressão policial. A crítica recaía principalmente na empresa canadense *Light* que se recusava a diminuir os preços dos “bondes e ônibus”, que

⁴⁰⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00144, 10 de outubro., 1935, p.3.

⁴⁰⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00145, 11 de outubro., 1935, p.3.

⁴⁰⁸ A busca da unificação da classe e a solidariedade estudantil é encontrada na seguinte edição, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00033, 2 de junho., 1935, p.5

⁴⁰⁹ A seguir, temos o anúncio da passeata. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00103, 23 de agosto., 1935, p.8.

⁴¹⁰ Os episódios de violência contra os membros estudantis da Campanha dos 50% são relatados nas edições a seguir. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00099, 18 de agosto., 1935, p.1 e 7.; em outra edição, sinaliza-se como eram várias as classes estudantis mobilizadas, como os secundaristas, ginásianos, as normalistas, os estudantes de direitos, professores e etc, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00104, 24 de agosto., 1935, p.1.; e, por fim, uma coluna do diretor Pedro Motta Lima criticando a violência cometida pela polícia contra os estudantes. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00109, 30 de agosto., 1935, p.3.

segundo o Major Crimon, chefe do Departamento Legal da empresa, poderia abrir “um precedente perigoso” além de temer “os prejuízos que a poderosa empresa sofreria”⁴¹¹. Nas publicações posteriores⁴¹², o jornal defende com letras garrafais a aplicação de sanções contra a empresa, visto que outras companhias já estavam aderindo à campanha de descontos aos jovens.

A crítica do jornal sobre o papel das mulheres era que elas eram mais exploradas do que os homens, pois possuíam o objetivo de servir somente como “complemento” de renda das famílias. Ao denunciar a exploração feminina que ocorria nas fábricas têxteis, o jornal demonstra que a maioria dos trabalhadores nesse setor era composto de mulheres, as quais recebiam “um salário muito menor, quase sempre para completar o ordenado dos seus pais ou maridos, que, por sua vez, não ganham nunca o suficiente de suas famílias”⁴¹³. A crítica à exploração e aos acidentes de trabalho que envolviam as mulheres no mercado de trabalho se encontravam majoritariamente nas seguintes funções dos setores produtivos do Rio de Janeiro em 1935: operárias em fábrica têxtil⁴¹⁴, perfumaria⁴¹⁵, telefonistas⁴¹⁶, metalúrgicas⁴¹⁷, fabrica de papelão⁴¹⁸, fábrica de alimentos⁴¹⁹, costureiras⁴²⁰ e em fábricas de laranja⁴²¹. Até mesmo a prostituição⁴²² é denunciada pelo jornal.

Segundo a autora Glaucia Fraccaro, as mobilizações grevistas da década de 1930, não revelavam somente “um forte indício da participação da classe trabalhadora no debate geral da legislação trabalhista”, mas também da presença de “reivindicações e controvérsias

⁴¹¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00139, 4 de outubro., 1935, p.8

⁴¹² Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00145, 11 de outubro., 1935, p.8; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00141, 6 de outubro., 1935, p.8; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. B00147, 14 de outubro., 1935, p.8

⁴¹³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00005, data., 1935, p.1

⁴¹⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00033, data., 1935, p.5.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00099, 16 de agosto., 1935, p.7.; na edição a seguir, temos a iconografia de uma liderança feminina da indústria têxtil. Para ver mais, c.f em: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00075, data., 1935, p.8.

⁴¹⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00040, data., 1935, p.2.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00052, 25 de junho., 1935, p.2.

⁴¹⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00035, data., 1935, p.7.

⁴¹⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00069, 14 de julho., 1935, p.2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00146, 12 de outubro., 1935, p.7.

⁴¹⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00076, data., 1935, p.3.

⁴¹⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00086, data., 1935, p.2.

⁴²⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00086, data., 1935, p.7. Já na publicação de 31 de agosto se relata uma grande mobilização de 800 costureiras entorno de demandas trabalhistas. Para mais, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00110, 31 de agosto., 1935, p.6.

⁴²¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00120, 12 de setembro., 1935, p.8.

⁴²² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00179, data., 1935, p.5.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00133, 27 de setembro., 1935, p.8.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00117, 8 de setembro., 1935, p.7.

que envolvam a experiência das mulheres no mundo do trabalho”⁴²³, devido à presença cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho. Ainda segundo a autora, os comunistas, incluindo aí as mulheres do PCB, percebiam que o direito ao voto e os direitos civis não eram suficientes “para garantir a liberdade”⁴²⁴ das mulheres, tendo necessidade de se brigar pelos “direitos relativos às trabalhadoras”⁴²⁵.

Para o jornal aliancista, a principal instituição feminina que deveria combater as desigualdades entre os gêneros e as injustiças existentes nas relações trabalhistas era aquela que se mobilizava entorno das diretrizes sinalizadas pela União Feminina Brasileira (UFB). Na publicação⁴²⁶ de 25 de maio de 1935, o órgão de representação feminina se encontrava ainda em processo de formação. Uma reunião na Casa do Estudante ainda debatia a formulação das diretrizes, que posteriormente resultaria na criação de um “manifesto-programa”⁴²⁷ para guiar a associação. Após isto, o jornal insere uma pequena definição dada pelas próprias fundadoras sobre a recém criada associação:

Ao contrário de outras organizações femininas que surgiram em nosso país, umas inócuas outras nitidamente ligadas a correntes políticas partidárias, explorando demagogicamente a angustiosa situação da mulher ou pregando um estreito feminismo que consiste em combater o homem em si e nele ver um “inimigo” da mulher, a União Feminina do Brasil, iniciativa de um grupo de mulheres trabalhadoras manuais e intelectuais, diferencia-se inteiramente de todas as organizações já existentes, pelo seu desacordo com os programas e normas de ação dessas associações. A União Feminina do Brasil não é uma organização política nem está ligada a nenhum partido político, mas defenderá em seu programa direitos econômicos, sociais e políticos da mulher.

⁴²³ FRACCARO, G. C. C. *Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937)*. Estudos Históricos, 31(63) Rio de Janeiro, vol 31, nº 63, p. 11-26, janeiro-abril 2018, p. 11.

⁴²⁴ Ibidem, p. 17.

⁴²⁵ Ibidem, p. 16.

⁴²⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00026, 25 de maio., 1935, p.2.

⁴²⁷ A Comissão organizadora era feita pela fundadoras Maria Werneck, Esther Xavier, Armanda Alvaro, Alberto, Catharina Landsberg, Eugenia Alvaro Moreyra, Mary Méreio Norma Mory. Os princípios básicos da associação contidos no “manifesto-programa” eram “1.) luta pelos direitos políticos e civis da mulher no Brasil; 2. elevar o nível cultural da mulher por meio de cursos, conferências, bibliotecas, escolas, audições musicais e artísticas, teatro, cinema, etc.; 3.) reivindicar igualdade econômica em relação ao homem e melhoria de vida (salários e vencimentos, sindicalização e demais leis trabalhistas); 4.) proporcionar assistência medica, dentária, jurídica e econômica a mulher; 5.) promover inquéritos sobre as condições de vida das mulheres em diversos setores de trabalho; 6. ,preparar a mulher para colaborar com o homem em suas atividades sociais e com ele participar na vida pública; 7.) atender o problema da criança como inseparável do problema da mulher; 8.) incentivar a educação física e sanitária; 9.) lutar contra as guerras de destruição e os massacres que as atingem direta e indiretamente e contra os regimes que restringem os direitos femininos roubando-lhe suas conquistas; 10) ligação com as organizações femininas de finalidades idênticas em qualquer parte do mundo”. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00026, 25 de maio., 1935, p.2.

O “manifesto-programa” também é brevemente discutido na segunda reunião da UFB⁴²⁸, porém não são discorridos maiores detalhes. Apesar disso, o que se expõe sobre a associação é a sua estruturação interna, formado por uma Comissão de Organização e cinco departamentos: de finanças, de inquérito, de cultura, social e um de assistência (médica, econômica, jurídica, dentária). A sede principal da UFB ficava na Avenida Rio Branco, situada no centro do Rio de Janeiro, contudo, com a expansão, foram fundadas novas “secções” com forte presença das suas atividades principalmente nos subúrbios do Rio de Janeiro e também “secções” espalhadas pelo Brasil. A associação buscou a mobilização de novos membros por meio do desenvolvimento de pontos do seu programa.

Nos subúrbios⁴²⁹, a UFB trabalhou diretamente aos aspectos ligados às “escolares populares”, doando material escolar, realizando palestras, cursos, conferências para os pais dos alunos. A publicação⁴³⁰ deixa claro a estratégia da associação em criar sociabilidades típicas de clubes literários, onde nos festivais organizados rolavam música, poesia e palestras intercaladas com a leitura dos pontos do “manifesto-programa” e denúncias contra a exploração feminina nas empresas do Rio de Janeiro. Em outros momentos, há relatos⁴³¹ de visita por membros da UFB a uma casa de detenção feminina. O objetivo era variado, tinha doação de livros para as presidiárias, inquéritos sobre os motivos das prisões das mulheres pelas advogadas e estudo da situação da mulher brasileira e também acompanhamento médico pela doutora Nise de Silveira.

As funções sociais da UFB e o trabalho de mobilização eram direcionados para a figura da mulher trabalhadora como objetivo principal, já que ela era considerada numa posição social pior do que a do homem trabalhador. Desse modo, os departamentos eram montados conforme as necessidades das mulheres, como, por exemplo, o departamento de Assistência que oferecia diariamente consultas médicas e “palestras semanais sobre higiene em geral e da criança”⁴³². A aceitação de homens e o papel deles dentro da UFB gerou um debate⁴³³ entre as fundadoras da associação, ocasionando distanciamento em relação à feminista Bertha Lutz, que dizia ser contra o auxílio dos homens na defesa das mulheres. A

⁴²⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00027, 26 de maio., 1935, p.7.

⁴²⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00029, 29 de maio., 1935, p.6.

⁴³⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00040, 11 de junho., 1935, p.4.

⁴³¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00045, 16 de junho., 1935, p.2.

⁴³² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00056, 29 de junho., 1935, p.6.

⁴³³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00030, 30 de maio., 1935, p.4.

UFB discordava e esperava contar com a participação masculina, diferente da Bertha que era contrária. Segundo Paula Soares, havia uma necessidade das dirigentes da UFB de, na tentativa de se diferenciarem, não usarem o termo “feminista”, visto que o significado na época se referia a organizações que “evitavam um discurso agressivo e violento” e de não combaterem “a Igreja Católica”,⁴³⁴.

O jornal demonstra uma boa recepção da UFB na sociedade, pois apesar do “curto prazo de sua existência já agrupou centenas de mulheres em sua volta. E melhor que isso - sente-se já sua influência nas massas populares.”⁴³⁵. A reciprocidade maior era dada pelas trabalhadoras do subúrbio, que tinha suas demandas confiadas à associação por meio de cartas enviadas para a UFB:

A demonstração concreta dessa afirmação está na acolhida que tem a U. F. B. em todos os subúrbios, fábricas e locais onde trabalham e vivem as mulheres. Está nas cartas que diariamente recebemos, como por exemplo a que nos foi dirigida por um grupo de operárias na zona ferroviária de Nilópolis, pedindo o apoio da União no sentido de ser regularizado o horário dos trens da Central que as impossibilita de alcançar o horário das fábricas. Nesta carta as operárias confessam já terem se dirigido a diversos jornais e mesmo ao próprio diretor da Estrada de ferro, não conseguindo o que desejavam, apesar das promessas feitas. Acrescentam que confiam na U.F.B. e estão certas que dentro em pouco serão atendidas, pois a U.F.B. tomando a cargo uma iniciativa desta natureza, conseguirá fatalmente obter a regularidade dos trens, que tanto vem prejudicando as operárias.

O trabalho de mobilização das trabalhadoras femininas fazia a UFB se aliar de forma íntima com a ANL, atestado pela presença de mulheres da organização em manifestos⁴³⁶ dos aliancistas. Segundo a publicação⁴³⁷ de 22 de junho de 1935, o jornal comenta que a UFB compareceu “abertamente a todos comícios da A.N.L.” Na ameaça de

⁴³⁴ SOARES, Paula Elise Ferreira. *A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista*. Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2021, p. 201.

⁴³⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00050, 22 de junho., 1935, p.6.

⁴³⁶ A UFB navegou lado a lado com membros da Marinha Mercante, dos gráficos, dos aliancistas, dos sindicalistas pelo barco “Mocanguê” para homenagear o operário morto por integralistas em Petrópolis, o Leonardo Cantú. Segundo Armanda Alvaro, integrante da Comissão de Organização da UFB, a participação da União não tinha nada de extremista como a Globo quis acusar e nem se tratava de dar publicidade ao grupo ANL, mas tão somente homenagear em cordialidade o operário aliancista morto. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00060, 4 de julho., 1935, p.2.

⁴³⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00050, 22 de junho., 1935, p.6.

fechamento da ANL, o jornal publica, no dia 13 de julho de 1935, um manifesto⁴³⁸ da Comissão de Organização da UFB, que começa em letras maiúsculas um chamado para que as trabalhadoras defendam a ANL contra o governo, o fascismo e os integralistas: “MULHERES DO BRASIL! - A vida dos nossos companheiros está em perigo! Está em perigo nosso lar! [...] Os prepotentes que pretendem fechar a Aliança Nacional Libertadora porque ela defende os interesses dos que trabalham e produzem [...]”.

Quando no fechamento da UFB⁴³⁹, a própria ANL e uma boa parte da minoria parlamentar se manifestaram contrária à decisão do governo de Vargas. Na Câmara Federal⁴⁴⁰, os deputados aliancistas foram contra a medida ao pedirem um requerimento à “polícia-política do sr. Getúlio Vargas” cobrando explicações dos motivos que levaram ao fechamento da organização, clamando também pela reabertura imediata da associação. Em outra publicação⁴⁴¹, reverbera-se como a Câmara se dividiu entre o fechamento ou não da UFB e do Congresso da Juventude. O jornal contemplou as falas do deputado Octavio Silveira na Câmara, o qual defendeu a tentativa natural da ANL em formar uma frente única, desvinculando o movimento do Partido Comunista. A importância das organizações interligadas à ANL nessa frente única também é destacada, defendendo a continuação da existência delas para a representação dos jovens e das mulheres do Brasil.

Mesmo com mandatos de seguranças para continuar funcionando e apelos de que a UFB era um movimento apartidário⁴⁴², a polícia dirigida pela chefe de polícia Filinto Muller conseguia coibir manifestações contrárias⁴⁴³ ao fechamento da associação por meio da justificativa de que se tratava de um órgão ligado aos comunistas. O uso da Lei de Segurança Nacional era a forma jurídica e legal que conseguia condenar e criminalizar os

⁴³⁸ O manifesto da UFB está na íntegra na seguinte edição. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00068, 13 de julho., 1935, p.7.

⁴³⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00069, 14 de julho., 1935, p.2.

⁴⁴⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00073, 19 de julho., 1935, p.2.

⁴⁴¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00076, 23 de julho., 1935, p.1.

⁴⁴² A UFB entrou com um pedido de mandado de segurança cobrando explicações à polícia do porquê do fechamento da União. O chefe de polícia Filinto Muller teria 48 horas para responder ao desembargador. Para ver mais, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00078, data., 1935, p.2. Uma parte da defesa do não fechamento da UFB se deve ao seu caráter filantropo: “Mostrou que estava em pleno cumprimento dos seus estatutos, mantendo em sua sede, os seus serviços de assistência médica e judiciária, gratuitos, a sua biblioteca franqueada à consulta pública, promovendo festivais de recreação e incremento à cultura popular, fomentando a criação de escolas como a que em poucos meses de existência conseguira fundar em São João de Meriti”. Para ver a defesa, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00125, data., 1935, p.1. A defesa não funciona e o mandado de segurança é negado pela Justiça. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00130, 24 de setembro., 1935, p.7.

⁴⁴³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00081, 28 de julho., 1935, p.3.

movimentos em oposição ao governo. Pelo uso da LSN se podia prender indivíduos que eram considerados perigosos para a segurança do país e também fechar organizações que pudessem atentar contra a ordem social. A alcunha de “extremista” ou “comunista” para movimentos/pessoas era condenada num artigo anônimo⁴⁴⁴ do jornal, no qual criticava principalmente o chefe Filinto Muller da polícia-política, que se utilizava de “documentos suspeitos e de ‘provas’ que provam nada...” para criminalizar a oposição ao Getúlio Vargas.

Apesar da conexão existente entre ANL e a UFB, na publicação de 27 de junho de 1935, assinada pela Lidia, integrante da Comissão do Departamento de Publicidade, se relata a necessidade de fortalecer a UFB independentemente das lutas defendidas pela ANL, pois, segundo ela, “as reivindicações puramente femininas, não é a ANL, não é nenhum partido ou governo que vai resolver. A libertação da mulher tem que ser feita pelas mulheres. Portanto, o programa por que se bate a UFB continua cada vez mais de pé.”⁴⁴⁵

Em contrapartida, a ANL também possuía internamente um núcleo feminino próprio, com presidência⁴⁴⁶ e estrutura voltada para arregimentação de mulheres de modo a ocuparem os espaços da Aliança. Em uma convocação⁴⁴⁷ fica claro que as mulheres também poderiam participar diretamente na ANL sem precisarem entrar na UFB. Na sua movimentação, a ANL convida prováveis integrantes para participarem do “núcleo da corporação hoteleira”, mobilizando mulheres que trabalhavam como “cozinheiras, lavadeiras, copeiras e arrumadeiras”. A convocação para os núcleos se baseava na função que elas exerciam.

Um importante debate historiográfico⁴⁴⁸ suscitado por Soares revela maiores detalhes sobre as características da UFB. Em primeiro lugar, se trata de uma organização que possuía uma certa independência por não ser “criada para funcionar como um núcleo feminino da ANL ou do PCB”⁴⁴⁹, e por ser fundada e mobilizada principalmente por

⁴⁴⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00082, 29 de julho., 1935, p.3.

⁴⁴⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00054, 27 de junho., 1935, p.4.

⁴⁴⁶ “Ainda ontem chegou-nos um recorte de um jornal campista sobre o movimento feminino dentro da A. N. L.. Já tínhamos recebido da Presidente do núcleo feminino aliancista um telegrama e uma carta de apoio á U. F. B. enquanto essa organização há talhar pela realização de seu programa,” cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00050, 22 de junho., 1935, p.6

⁴⁴⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00036, 6 de junho., 1935, p.6

⁴⁴⁸ SOARES, op. cit, p. 199-204.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 202.

mulheres comunistas⁴⁵⁰ já que o “enfrentamento da questão feminina” foi pautada numa “cultura política comunista”⁴⁵¹ que buscava a emancipação das mulheres.

Em suma, o jornal *A Manhã* em comunhão com a ANL e órgãos interligados como a UFB aqui exposta tentaram criar uma extensa teia de relacionamentos que buscou arregimentar o maior número possíveis de integrantes para a formulação de uma frente ampla em oposição ao governo de Vargas e aos integralistas. As discussões sobre as demandas das mulheres, dos jovens e dos negros tiveram um importante peso na realização dessa estratégia.

2.4. O Jornal: projeto político e a origem de um pilar importante dos *Diários Associados*

Sendo a principal figura e líder de *O Jornal*, o jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo⁴⁵² também era um dos seus diretores, em conjunto com Dário de Almeida Magalhães e Victor do Espírito Santo durante todo ano de 1935. Na gerência, a vaga era ocupada pelo Damásio S. Dias. A redação do jornal se situava na rua 13 de Maio, nº 33/35, 3º andar, inaugurada no início da década de 1930 e fora comprada pelo próprio Chateaubriand.

O jornal tinha uma estrutura empresarial tão grande⁴⁵³ que havia outro endereço para o funcionamento do Departamento de Publicidade e Oficinas, que se situava na Rua Rodrigo Silva, nº12. Além disso, a vendagem do jornal também abastecia outras regiões do país, sinalizada pela existência da sucursal⁴⁵⁴ em São Paulo para entrega.

⁴⁵⁰ Paula Soares reconhece a presença de mulheres que não defendiam o comunismo dentro da UFB, porém, na sua origem, comenta que “a União foi uma iniciativa exclusivamente feminina e, no que se refere às comunistas, envolveu apenas militantes de base.” Cf. Ibidem, p. 206. Além disso, reconhece o papel preponderante que as comunistas construíram para a organização, visto que “coube sobretudo às comunistas a construção da imagem pública da UFB.” Cf. Ibidem, p. 211.

⁴⁵¹ Ibidem, p. 204.

⁴⁵² Para ler uma breve biografia do Assis Chateaubriand. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo*. In: Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 20 de outubro, 2022.; RIO DE JANEIRO (Cidade). *O Jornal: órgão líder dos Diários Associados*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.– A Secretaria Especial de Comunicação Social, 2007. 72 p.: il.– (Cadernos da Comunicação. Série Memória v.18), p. 50-51.

⁴⁵³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04770, 1 de maio., 1935, p.4.

⁴⁵⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04838, 19 de julho., 1935, p.6.

O periódico operava numa lógica contrária ao jornal *A Manhã* e pode ser enquadrado como uma imprensa burguesa (ou grande imprensa) por possuir “fins lucrativos” e ser utilizada pela classe dominante como um dos “meios de sua difusão política e ideológica.”⁴⁵⁵. Segundo Ciro Marcondes Filho, há um aspecto técnico que ajudava na consolidação desta atividade empresarial-jornalística, uma vez que quanto mais a imprensa burguesa tende à “empresa capitalista com lucros e perdas, [...], tanto mais ele desenvolve melhores técnicas de ‘aprimoramento do produto’”⁴⁵⁶. Com a gradual implantação dessa imprensa de negócios, atingindo sua consolidação no último quartel do século XIX, “não somente a empresa jornalística se impõe como única forma possível de competir no mercado editorial, mas também se formam os grandes conglomerados da indústria da imprensa.”⁴⁵⁷. O desenvolvimento dos *Diários Associados* na primeira metade do século XX possui essa caracterização de imprensa burguesa dada por Marcondes.

A origem do *Jornal* vem bem antes da entrada de Assis Chateaubriand neste negócio. O nascimento do periódico foi possibilitada pelo seu antigo dono, o jornalista Toledo Lopes, que fizera do nome de *O Jornal* uma leve provocação⁴⁵⁸ ao *Jornal do Commercio*. Depois de 5 anos de posse do periódico, Lopes então o vendia em 1924 o periódico para Assis Chateaubriand, o qual conseguira comprar através de uma série de dívidas e empréstimos com amigos e políticos⁴⁵⁹.

O Jornal foi o primeiro periódico de um conglomerado que mais tarde seria reconhecido como *Diários Associados*. A fundação incessante de novos jornais pela cadeia, tinha, nas palavras de Assis Chateaubriand, além de interesses comerciais, um largo e ambicioso objetivo de integração nacional:

A nossa experiência pessoa nos permite dizer que, fora de uma cadeia de jornais, revistas e “broadcastings”, como estamos realizando, é impossível pretender falar “nacionalmente” ao Brasil. A vastidão das distâncias torna

⁴⁵⁵ MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia – Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 58.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 65.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 67.

⁴⁵⁸ “Pouco comum àquela época, o título escolhido era uma deliberada provocação contra o *Jornal do Commercio*, a que ninguém se referia por seu verdadeiro nome. Os leitores chegavam à banca e simplesmente pediam: - Me dê “o jornal” de hoje. O jornaleiro já sabia que se tratava do *Jornal do Commercio*. Aproveitando-se da fama criada pelo outro, decidiram batizar o novo diário apenas com o nome de *O Jornal*.” Cf. MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 123.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 68.

inexequível o jornal do Rio ou São Paulo aspirando comunicar-se com a nação inteira. É necessário levantar tribunas em vários pontos, e de cada uma delas derramar os tesouros da nossa confiança no dia de amanhã.⁴⁶⁰

De acordo com Paulo da Rocha Dias, “os fundamentos da cadeia nacional de informação [...] foram lançados em julho de 1924, com a compra de O Jornal [...]”⁴⁶¹. O *Jornal* era tratado como “órgão-líder” dos associados, comprovado através do uso deste termo como *slogan* na capa. Segundo Fernando Moraes, foi no início da década de 1930 que o *Jornal* e outros periódicos ganharam o apelido de Diários Associados⁴⁶². Para Dias, o *Jornal* era a “menina dos olhos de Chateaubriand e, por isso, ele mesmo fazia questão de dirigi-lo” e era deste periódico que “emanava a orientação para os demais jornais do grupo”⁴⁶³. Para Dias, a importância da posse do jornal por Assis era tanta que chegou a moldar o sentido de se fazer jornalismo no país:

A renovação então iniciada com *O Jornal* em termos de conteúdo, deu nova dimensão à reportagem, ampliando-a no sentido nacional. Completava-se esta renovação com uma ampla remodelação do aspecto gráfico do jornal que seria a unidade chefe do Diários Associados, refletido em suas páginas um dinamismo até então desconhecido na imprensa brasileira”⁴⁶⁴

Segundo Dias, o avanço tecnológico se devia também às atividades do jornalista Carlos Rizzini, também diretor geral da cadeia, sendo ele “um dos primeiros chamados”⁴⁶⁵ a constituir o *Jornal* e que também serviu em viagens “diversas vezes à Europa e Estados Unidos em busca de avanços tecnológicos para melhorar a vida e o desempenho dos Associados.”⁴⁶⁶

A alavancagem dos números do *Jornal* ocorreu devido à implementação de uma reforma gráfica; que consistiu na “reorganização da paginação gráfica, do colunismo, das técnicas de ilustração. [...] aliadas a numerosas campanhas (uso do cheque, por exemplo),

⁴⁶⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05025, 8 de novembro., 1935, p. 2.

⁴⁶¹ DIAS, Paulo da Rocha. *O amigo do rei: Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 55.

⁴⁶² Segundo o biógrafo, a marca em 1930 “se transformaria em nome oficial e registrado do poderoso grupo de empresas.”Cf. MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 123.

⁴⁶³ DIAS, Paulo da Rocha, 2004, op. cit, p. 58.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 55

⁴⁶⁵ Ibidem, p. 271

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 256

concursos, pesquisas etc.”⁴⁶⁷. O que se percebia era o aumento tanto da publicidade quanto do número de vendas, simbolizado pela abertura de novas sucursais⁴⁶⁸.

O crescimento e sucesso empresarial dos seus jornais podem ser explicados pela “arte da amizade”⁴⁶⁹ que Assis Chateaubriand detinha. Pode-se afirmar que, não foi somente os vínculos consanguíneos ou por alianças que fundamentavam o seu poder e ascensão, mas principalmente “as relações de interdependência com um amplo conjunto de pessoas que se consideravam irmãos, padrinhos, amigos íntimos.”. Para tocar o início de *O Jornal* foi necessário uma extensa rede de amigos⁴⁷⁰ que se tornaram credores de imediato. Além disso, pode-se mencionar também a incrível “incorporação e o uso de habilidades comerciais”⁴⁷¹ pelo *Jornal* como um fator do seu crescimento.

Ainda que possuidor de uma extensa rede de amigos, não conseguiu escapar da prisão⁴⁷² e da censura⁴⁷³ dos jornais associados no começo da década de 1930. Contudo, o contexto histórico⁴⁷⁴ das publicações de *O Jornal* após o ano de 1933 indicam uma relação de conciliação de Assis Chateaubriand com as forças governamentais representadas

⁴⁶⁷ RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2007, op. cit., p. 19-20.

⁴⁶⁸ “Aos aumentos na publicidade e nas vendas sucedeu-se a criação de sucursais de O Jornal em São Paulo, sob a direção de Plínio Barreto, e em Belo Horizonte, entregue a Milton Campos. Também os subúrbios do Rio – Madureira, por exemplo – ganharam sucursais do diário [...]”. Cf. Ibidem, p. 20.

⁴⁶⁹ O uso do termo vem do texto de Gustavo Sorá que trabalha a relação do crescimento e consequente monopólio de José Olympio no mercado editorial por causa da mobilização e articulação dos capitais social, econômico e político, que permitiram a análise da trajetória pessoal, os vínculos sociais, as habilidades comerciais e a relação com outros agentes no campo de poder. Recorro ao termo de modo a ilustrar uma similaridade da importância dessa rede de amigos não só para José Olympio, mas também para Assis na construção dos seus Diários Associados: “Os capitais sociais por ele reunidos foram decisivos para formar uma posição segura diante de agentes das mais variadas esferas do campo de poder: políticos, financistas, militares, escritores, críticos.” Cf. SORÁ, Gustavo. *A arte da amizade: José Olympio o campo de poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros*. Antropologia. Niterói, n. 30, p. 49-71, 1. sem. 2011, p. 69.

⁴⁷⁰ “Para conseguir o dinheiro que lhe faltava, Chatô foi em busca do apoio de empresários e personalidades importantes no mundo das finanças. Entre eles, Alexandre Mackenzie, presidente da holding Brazilian Traction, e que, através da Light & Power,⁸ de que era dono Percival Farquhar, contratava luz, bondes, energia e gás em diversas capitais brasileiras; o conhecido advogado Alfredo Pujol; Cândido Sottomayor, dono da Casa Sottomayor, a maior empresa atacadista de tecidos no Rio; Júlio de Mesquita, dono de O Estado de S. Paulo; Raúl Dunlop e Guilherme Guinle; conde Sílvio Álvares Penteado; Conde Asdrúbal do Nascimento, presidente da Cervejaria Antarctica; José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo; o cafeicultor Vicente de Almeida Prado; e Roberto Simonsen.” Cf. RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2007, op. cit, p. 11.

⁴⁷¹ SORÁ, Gustavo, 2011, op. cit, p. 51.

⁴⁷² DIAS, Paulo da Rocha, 2004, op. cit, p. 57.

⁴⁷³ Ibidem, p. 56.

⁴⁷⁴ Não é do interesse deste capítulo expor em detalhes todas as idas e vindas na relação de *O Jornal* entre o governo desde a aquisição por Assis em 1926. Somente uma contextualização histórica do período inicial do governo varguista se fará necessária para estabelecer melhor a relação do projeto político do periódico com as autoridades e os trabalhadores nesses anos.

principalmente pela figura de Getúlio Vargas. Num longo atrito causado pela censura e perseguição durante a Revolução Constitucionalista de 1932, os jornais de Assis para continuarem existindo após o desfecho vitorioso do governo, precisaram agir de forma cooptada, que através disso buscaram um pacto⁴⁷⁵ que beneficiasse as duas partes.

Ao sofrer o decreto da falência do *Jornal*⁴⁷⁶, Assis somente conseguiria recuperar seu órgão-líder no final de 1933, por meio de um acordo⁴⁷⁷ proposto por Getúlio Vargas, em novembro de 1933, em que, segundo Rocha Dias, o diretor Assis Chateaubriand “foi progressivamente se aproximando do ditador até que, por ocasião da implantação do Estado Novo, os Diários Associados já estavam completamente a serviço da ditadura”⁴⁷⁸.

Em suma, o projeto político de *O Jornal* durante a reconstitucionalização ocorrida nos meados da década de 1930 se tratava de costurar “pontos em comum”⁴⁷⁹ com o governo varguista. Tal conciliação pode ser entendida nas seguintes características: anticomunismo ferrenho, defesa do estado corporativista, necessidade de investimentos (sobretudo estrangeiro) para alcançar o tão sonhado desenvolvimento e necessidade de controle e repressão sindical.

O processo de uma tímida aliança com o governo reduziria todo histórico de oposição e censura entre o jornal e Vargas e também seria o momento perfeito de uma maior aproximação contra o projeto político levantado pelo jornal *A Manhã*, jornal adversário bem combatido nas páginas do jornal. A seguir, os detalhes de como *O Jornal* buscou agir em pontos em comum com o governo varguista, funcionando como um instrumento para melhor censurar jornais oposicionistas e legitimar o governo.

⁴⁷⁵ DIAS, Paulo da Rocha, 2004, op. cit, p. 57.

⁴⁷⁶ Há um intervalo de publicação confirmado pela digitalização de *O Jornal* entre 13 de novembro de 1932 e 4 de novembro de 1933. Inclusive, nesta primeira data, há um artigo intitulado “Censura à imprensa” contra tal prática feita pelo governo, cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04306, 13 de novembro., 1932, p. 4., e na segunda data, que marca a reabertura do *Jornal*, retrata a celebração nas palavras do Assis ao comemorar a “reedição do O JORNAL menos de um ano após o fechamento”. Cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04307, 4 de novembro., 1933, p. 4.

⁴⁷⁷ Para entender melhor os detalhes do acordo, cf. Rio de Janeiro (Cidade), 2007, op. cit, p. 29-30.

⁴⁷⁸ DIAS, Paulo da Rocha, 2004, op. cit, p. 59.

⁴⁷⁹ RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2007, op. cit, p. 30.

2.5. *O Jornal e o anticomunismo como instrumento*

Assis Chateaubriand e seu corpo de funcionários construíram uma linha editorial interessada em propagar a necessidade de se ter harmonia entre capital e trabalho e na construção de uma visão dos trabalhadores brasileiros como um grupo social que sempre buscou soluções amigáveis em suas demandas trabalhistas. A partir disso, *O Jornal* começou a ter um caráter colaboracionista e cada vez mais anticomunista com o passar do ano de 1935.

No primeiro semestre do ano, a cobertura anticomunista ocorria de forma pontual, quando era elencado casos esporádicos de violência que o “extremismo de esquerda” causava no país. Em coluna publicada no dia 9 de maio, Assis Chateaubriand comentava o caso que envolvia o fechamento do comício integralista por Maurício de Lacerda, prefeito de Vassouras. *O Jornal* criticou a decisão do prefeito aliancista como uma “brutalidade” e expôs a ideia do integralismo e do aliancismo como ideologias “extremistas”, que deveriam ser igualmente combatidas:

A Aliança Libertadora pretende ser o partido único. Os integralistas não são menos campeões da ideia totalitária. Ambos se consideram detentores não só da verdade, mas de toda a verdade. Impios são todos os que não acreditam na sua fé, os que admitem a hipótese de outras soluções fora dos quadros marxistas ou fascistas para a crise do Estado brasileiro. O meu pronto alívio é único, diz o integralista. Fora dele não há salvação. O meu balsamo não sofre controvérsia, retruca o aliancista marxista, [...] O prefeito de Vassouras, que, pelos termos, não é nenhum liberal, não poderia receber os integralistas de outro modo. Mas, por sua vez, os integralistas não tinham porque se surpreender com tamanha brutalidade, porque a sua doutrina não reconhece a pluralidade de partidos. Nos regimes de autoridade, o Estado se confunde com o partido que empolgou, e não tolera qualquer oposição organizada.⁴⁸⁰

Acima vemos o poder da grande imprensa na figura de Chateaubriand em fixar o conceito de “extremista” para ideologias que fugiam da normalidade democrática e liberal

⁴⁸⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04777, 9 de maio., 1935, p. 2.

defendida⁴⁸¹ pelo *O Jornal* e isolá-las como identidades políticas que deveriam ser sumariamente combatidas. Apesar da comparação entre o aliancismo e o integralismo, a perseguição maior do jornal era direcionada aos militares que simpatizavam pela ANL e à figura do capitão Prestes. Nos dias que culminaram as festividades de 5 de julho pelo aniversário das revoltas tenentistas e no anúncio do fechamento da ANL no dia 10 do mesmo mês⁴⁸², Assis Chateaubriand e seus jornais manifestaram apoio à decisão do Ministro da Guerra, o general João Gomes, em interpelar os militares que participaram das festividades aliancistas. Chateaubriand, no seu artigo ironicamente intitulado “O Cavaleiro da Lua”, lançado no dia seguinte ao lançamento do manifesto assinado pelo capitão Prestes, portava-se contrário ao líder do movimento, dizendo estar desligado da realidade brasileira, sofrendo “de inesgotável aptidão para delirar e repetir tolices”⁴⁸³.

O Jornal e o *Diário da Noite* trabalharam em conjunto com Filinto Muller para executar a Lei de Segurança Nacional, dispositivo que ajudava a legitimar o fechamento da ANL e à perseguição aos militares aliancistas⁴⁸⁴. Primeiramente divulgada no *Diário da Noite* e depois reverberada no *O Jornal* através da entrevista do Muller, os jornais associados davam enorme destaque para o perigo e a necessidade de se fechar o movimento aliancista. As palavras do chefe de polícia do Rio de Janeiro foram colocadas em relevância na capa do *O Jornal* e eram disponibilizadas em um cenário de conspiração na possibilidade de “Um golpe comunista contra o Brasil”, tudo baseado numa intriga internacional: “Tudo quanto temos assistido aqui nada mais é que o desdobramento de um plano preconcebido e executado sobre controle absoluto da 3.^a Internacional”⁴⁸⁵.

Alguns membros da ANL começariam a sofrer perseguições das mais variadas após o fechamento. Na reportagem “Comunistas que constróem arranha-céus” do *O Jornal*, Francisco Mangabeira, secretário-geral do movimento, é acusado de viver como um burguês, ao mesmo tempo, ser “inimigo declarado do capitalismo”. A notícia incita uma contradição demonstrando a posse de um prédio e da escritura pelo político aliancista

⁴⁸¹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04781, 14 de maio., 1935, p. 2; *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04828, 7 de julho., 1935, p. 2.

⁴⁸² *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, ed. 02359, 10 de julho., 1935, p. 15.

⁴⁸³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04827, 6 de julho., 1935, p. 2.

⁴⁸⁴ O “furo” de notícia foi divulgado primeiro pelo *Diário da Noite*. Cf. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, ed. 02358, 9 de julho., 1935, p. 1. A contestação da medida veio especificamente no artigo “A política das perseguições aos combatentes de 5 de julho”. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00067, 12 de julho., 1935, p. 1.

⁴⁸⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04832, 12 de julho., 1935, p. 1.

enquanto sua atividade política era zelar pelos mais pobres e estimular “à greve e à reação”⁴⁸⁶ Em sua coluna, Chateaubriand irá afirmar que a ANL é um “epílogo de atividade de um núcleo de pequenos e grandes burgueses, destituídos de afinidades e correspondências mais íntimas com o proletário” e que o “dr. Caio Prado Junior , o capitão Cascardo, o dr. Mangabeira, o capitão Trifino Correa são todos, sem exceção, proprietários mais ou menos abastados de imóveis urbanos ou agrícolas.”⁴⁸⁷

Em 21 de setembro de 1935, o periódico associado traduz um artigo do jornal russo *Pravda* que consagra Luiz Carlos Prestes como o “organizador da Aliança Nacional Libertadora em apoio do Partido Comunista para guiar a guerra em prol da liberdade”⁴⁸⁸. O artigo funciona como atestado que prova a ligação do movimento com o partido e é caracterizado como um “documento esmagador”.

O jornal *A Manhã* também não foi esquecido. A acusação era direcionada principalmente ao diretor Pedro Motta Lima. O “escriva comunista” é considerado parte do “elenco do capitão Prestes”, grupo em que “se recruta entre a fina flor da malandragem e da patifaria”. A crítica ao diretor passava por ele ser um “sacerdote da religião da pobreza”, mesmo tendo propriedades como um burguês qualquer. A cega submissão à Prestes também é denunciada, onde o capitão “acutula também o diretor d’*A Manhã*, Pedro Motta Lima, e marca-o “a fogo”, com a flor de lis dos falsários”⁴⁸⁹.

No geral, o ano de 1935, para o autor Rodrigo Patto Sá Motta, é marcado pelo início da primeira fase do “anticomunismo agudo”⁴⁹⁰ no país, perdurando até o ano de 1937, tendo no mês de novembro de 1935, o rompante daquilo que seria a “maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil”⁴⁹¹: a “Intentona Comunista”⁴⁹². Haveria, a partir deste ano, uma divisão entre as forças leais ao governo e as forças rebeldes do exército:

⁴⁸⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04833, 13 de julho., 1935, p. 14.

⁴⁸⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04835, 16 de julho., 1935, p. 2.

⁴⁸⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04894, 21 de setembro., 1935, p. 5.

⁴⁸⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04845, 27 de julho., 1935, p. 2.

⁴⁹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p.7.

⁴⁹¹ *Ibidem*, p. 7.

⁴⁹² “Intentona significa intento louco, motim insensato e é exatamente esta a idéia que se pretende associar ao evento, representado desde então como um “capítulo negro” da história brasileira”. Cf. *Ibidem*, p. 106.

159 *O Jornal*, 28/11/35, p.2. De acordo com Fernando Moraes teria sido Assis Chateaubriand o responsável por colocar em circulação o termo intentona. MORAIS, Op.cit., p.362.

Para reforçar a imagem de traição atribuída aos comunistas, envidaram-se esforços no sentido de representar os militares fiéis ao governo mortos no combate como heróis. Os que morreram na defesa do regime foram elevados ao “panteão” da pátria, pois os homens responsáveis por sua morte eram apátridas por natureza. Divulgou-se a idéia que de um lado, o do governo, alinhavam-se homens de bem, bons patriotas e cidadãos dignos, enquanto do lado revolucionário encontravam-se indivíduos vis e bandidos, seres desqualificados, uma verdadeira malta.⁴⁹³

A onda anticomunismo se tornara uma “força política influente”, tendo a grande imprensa “enorme influência na propagação das representações anticomunistas”⁴⁹⁴, antecipando até mesmo as campanhas estatais de repressão. O comunismo passava a ser representado no Brasil como “uma ameaça próxima e não mais um problema remoto” relacionada à longínqua União Soviética. Em 1934, uma série de greves era mais um motivo para preocupação ao governo e haviam “indícios”⁴⁹⁵ da sua direção feita pelos comunistas.

A instituição mais perseguida pelo anticomunismo foi a ANL em sua tentativa de centralizar os sindicatos na busca por uma frente única entorno do antifascismo. Motta considera a formação da Lei de Segurança Nacional (dita pelos aliancistas de “Lei Monstro) como uma criação⁴⁹⁶ para a repressão da entidade, considerada “extremista” e construída como um instrumento dos comunistas do PCB. O movimento foi declarado ilegal no dia 12 de julho de 1935 após “manifesto assinado”⁴⁹⁷ por Luiz Carlos Prestes, a 5 de julho de 1935, data simbólica por evocar as revoltas tenentistas de 1922 e 1924.”⁴⁹⁸. De modo semelhante, Pedro Motta Lima, em sua coluna datada de 9 de agosto de 1935, já temia o fechamento da CSUB, que era constantemente acusada pelo chefe de polícia Filinto

⁴⁹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá., 2000, op. cit, p. 108.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 10.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 225.

⁴⁹⁶ “Estudos preparatórios à elaboração da lei começaram ainda em outubro de 1934. A proposta governamental foi enviada ao Congresso em janeiro de 1935 e a redação final foi aprovada pelos parlamentares no final de março. A sanção presidencial se deu a 4/04/35. O Diário, 5/04/35, p.2.”. Cf. Ibidem, p. 226.

⁴⁹⁷ O manifesto foi lido por Carlos Lacerda no dia 5 de julho em comício aliancista e foi divulgado no jornal *A Manhã*. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00062, 6 de julho., 1935, p. 1-2.

⁴⁹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá., 2000, op. cit, p. 228.

Muller de ser “uma dependência do Partido Comunista”⁴⁹⁹ e, por isso, vivia tendo suas assembleias dissolvidas⁵⁰⁰.

Sobre a Intentona Comunista, iniciada em 23 de novembro de 1935 e debelada após poucos dias, pode-se depreender que foi um “ato puramente militar” com apoio secundário dos civis. Segundo Motta, o levante pode ser definido como comunista, apesar do programa dos rebeldes terem principalmente um teor aliancista, visto que a maioria dos militantes eram filiados à esta grande frente única. Em debate com uma parte da historiografia, o autor irá se posicionar contrário à ideia de que o levante foi débil e mal planejado, pregando que “a tentativa revolucionária de 1935 significou uma ameaça à ordem mais séria do que geralmente se supõe”⁵⁰¹, tendo a ANL um forte apelo aglutinador de camadas descontentes da sociedade.

Dias depois do fim do levante, começava uma série de “reformas institucionais”⁵⁰² solicitadas ao Congresso: como o Estado de Guerra dando mais poder ao executivo, a exclusão de “militares tidos como comunistas” e a exoneração de funcionários públicos civis⁵⁰³. Pode-se elencar também a prisão de militantes operários⁵⁰⁴ e até mesmo a prisão de pessoas do governo (como o caso do administrador federal Pedro Ernesto⁵⁰⁵, aliado a Getúlio Vargas). A imprensa acaba ganhando “um papel de destaque na campanha de propaganda anticomunista”⁵⁰⁶ e, nesse sentido, o *Jornal* cobriu diariamente o noticiário com informações sobre o caos que se formava na sociedade com o advento do “perigo vermelho”, adentrando firme numa ferrenha campanha anticomunista em quase todas as páginas. Do outro lado, as páginas do jornal *A Manhã* não poderiam ser mais impressas e somente uma edição⁵⁰⁷ pôde discorrer sobre o levante, relatando que o levante foi iniciado e motivado em reação a um congresso integralista no norte do país.

A coluna do Assis Chateaubriand, que ocupava um local privilegiado no seu jornal, servia como um espaço de propagação do anticomunismo. Na publicação de 11 de dezembro de 1935, há um artigo intitulado “Das camorras italianas ao Moscou do Sindicato

⁴⁹⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00091, 9 de agosto., 1935, p. 3.

⁵⁰⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00087, 4 de agosto., 1935, p. 8.

⁵⁰¹ Ibidem, p. 238.

⁵⁰² Ibidem, p. 253.

⁵⁰³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05059, 18 de dezembro., 1935, p. 2.

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 257.

⁵⁰⁵ Ibidem, p. 258.

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 263.

⁵⁰⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00190, 25 de novembro., 1935, p.1.

dos Engenheiros”, o autor lançava ataques contra o Sindicato dos Engenheiros que possuía uma ala dentro do Club de Engenharia:

Como ninguém ignora, a ala que no Club de Engenharia pretendeu colocar a questão do fornecimento de energia à Central no terreno da luta anti-imperialista, era o grupo comunista do Sindicato de Engenheiros. O presidente do Club, professor João Felipe, teve de cassar a palavra ao delegado desse Sindicato, o qual hoje está recolhido á Casa de Detenção, pela desenvoltura da sua linguagem bolchevizada, na discussão de um caso científico.⁵⁰⁸

Antes mesmo do início do levante militar, na data de 11 de outubro de 1935, o jornal já relatava que pela primeira vez na história do país os comunistas estavam sendo julgados e presos pelas suas atividades⁵⁰⁹. A perseguição já estava acontecendo e só se tornava pior com as reformas institucionais amplamente defendidas pelo jornal e promulgadas pelo governo, como ocorrera acima com a oposição sindical do Sindicato dos Engenheiros.

O anticomunismo não recaía somente contra qualquer sindicato, mas visava também amplos setores da sociedade. Sob o título “Evitando golpes inúteis”, o *Jornal* reverberava uma notícia do jornal *Estado de S. Paulo*, mostrando como era “grave e extensa a trama do comunismo. Quer no seio das forças armadas, quer em quase todas as camadas sociais descobrem-se, a todo instante, traços dessa ideologia sinistra A extensão do mal é muito maior do que, geralmente, se pensa.”⁵¹⁰

Nem mesmo os institutos governamentais estavam livres dessa instrumentalização do anticomunismo. Em dois artigos, um intitulado “Um elemento de desordem” e outro “Ação do Ministério do Trabalho”, o *Jornal* denuncia a falta de pulso firme do Ministério do Trabalho no Recife e no Rio Grande do Norte em punir a greve geral ocorrida na empresa *Western Union*. Para o *Jornal*, uma parte dos funcionários do Ministério “dentro das suas próprias trincheiras patrocina ou incentivam os propagandistas de ideias

⁵⁰⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05053, 11 de dezembro., 1935, p. 2.

⁵⁰⁹ O periódico de Assis Chateaubriand retratava a prisão dos operários Pedro Moura e Lafayette Moura como o primeiro caso de punição do judiciário aos comunistas no Brasil. Cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05001, 11 de outubro., 1935, p. 3.

⁵¹⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05069, 29 de dezembro., 1935, p. 3.

subversivas.”. Segundo o artigo do jornal era necessária uma mudança nos quadros da instituição:

Se, porém, esse órgão, por meio de agentes-infieis aos seus deveres, se transforma num elemento de intranquilidade e colabora para acirrar a luta de classes, é o caso de se fazer uma revisão nos seus quadros, afim de eliminar deles os que não estejam à altura das responsabilidades morais, que lhes foram confiadas.⁵¹¹

Uma semana depois, no segundo artigo, intitulado “Ação do Ministério do Trabalho”, se mostrava um elogio ao ministro Agamenon Magalhães, em que ele “agiu, com toda a energia, afastando elementos extremistas e saneando o importante departamento da administração confiado à sua guarda.”. O *Jornal* reforça também a habilidade do ministro Agamenon por “não ter havido um único sindicato que se compromettesse na intentona”. Além disso, exalta o fato “profundamente confortador” em que o “operariado nacional não se deixou contaminar pelas ideias malsãs com que os agentes de Moscou aliciam partidários do imperialismo russo”, prestando, em seu lugar, “solidariedade unânime ao governo da República”⁵¹².

O anticomunismo agudo se tornara o principal instrumento do projeto político do periódico, em que amplas páginas reverberavam nacionalmente os malefícios de tal ideário para o Brasil, requisitando de toda a sociedade pulso firme para combater os prejuízos⁵¹³ que ele poderia acarretar.

Devido à infiltração do comunismo na sociedade, o periódico é transbordado por uma campanha do medo, em que todos os ambientes sociais poderiam sofrer por tal advento “perigoso”. Sobre as ruas, denunciava possíveis atentados cometidos por extremistas do credo comunista⁵¹⁴. Nos quartéis, chamava atenção ao peso da propaganda comunista na tentativa de sublevar os militares⁵¹⁵. Em relação às escolas e às universidades,

⁵¹¹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05050, 7 de dezembro., 1935, p. 4.

⁵¹² *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05056, 14 de dezembro., 1935, p. 4.

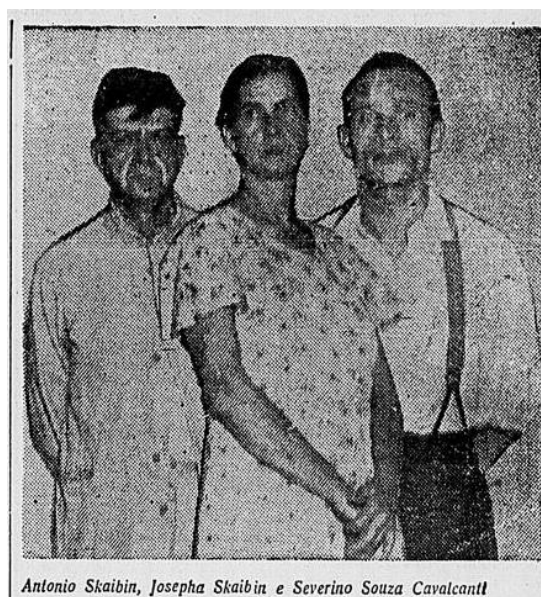
⁵¹³ *O Jornal* escrevia no intuito de construir a imagem dos comunistas como indivíduos atrelados ao crime organizado. Cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05031, 15 de novembro., 1935, p. 3. Nesse mesmo sentido, a crítica ao comunismo era retratada ao lado de notícias sobre crimes urbanos, numa forma de equivaler o perigo e as atrocidades de ambos para a sociedade. Cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05031, 6 de dezembro., 1935, p. 5.

⁵¹⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05004, 15 de outubro., 1935, p. 7.

⁵¹⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04861, 14 de agosto., 1935, p. 3.

pregava o perigo de professores e alunos se converterem para o “credo político de Moscou”⁵¹⁶. Sobre a geopolítica mundial, elogiava países como o Uruguai que cortava diplomacia com a União Soviética⁵¹⁷. Na notícia a seguir, uma simples casa na Gávea se transformava em um perigoso núcleo comunista, onde também abrigava uma família de “extremistas”:

Imagem 8: A família presa pelas autoridades da Delegacia era considerada “perturbadora da ordem pública” e enquadrada na Lei de Segurança Nacional



Fonte: *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05052, 10 de dezembro., 1935, p. 3.

⁵¹⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05062, 21 de dezembro., 1935, p. 3.

⁵¹⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05068, 28 de dezembro., 1935, p. 2.

Imagem 9: O local da prisão que abrigava o núcleo



Fonte: *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05052, 10 de dezembro., 1935, p. 5.

O projeto político do jornal carregava essa marca anticomunista também para o campo jurídico, onde as leis sociais são vistas como um recurso para a harmonização das disputas entre trabalhadores e empresários, buscando enfraquecer e afastar da classe trabalhadora os elementos que pudessem subverter a ordem pública. A seguir, os projetos políticos do *O Jornal* e do *A Manhã* servirão como fontes para se entender melhor o embate sobre o papel das leis sociais.

CAPÍTULO III – IMPRENSA E LEIS SOCIAIS

As abordagens da história social do trabalho interagem com as questões relacionadas às leis sociais. Nesse sentido, “os valores, os textos e as normas jurídicas estão diretamente relacionados com os ritmos do processo social”⁵¹⁸ assim como as “instituições, práticas e discursos”⁵¹⁹ entram na visão como partes integrantes dos processos sociais. No geral, a análise do Direito passa a ser analisado como “um produto social”⁵²⁰.

As visões sobre a lei e a justiça, portanto, são alargadas e deixam de ser analisadas somente como “simples instrumentos de uma dominação de classe para se configurarem como recursos que poderiam ser apropriados por diferentes sujeitos históricos que lhes atribuíam significados sociais distintos.”⁵²¹. Contudo, conforme relembra a autora Silvia Lara, “não se trata de obscurecer as relações de dominação [...], mas de mostrar como, em cada conjuntura específica, essas lógicas políticas e jurídicas foram formuladas e acionadas por indivíduos situados em campos sociais radicalmente opostos.”⁵²²

O uso de fontes jornalísticas aqui podem contribuir para um melhor exame das “mediações legais, institucionais e jurídicas que delimitavam os enfrentamentos entre trabalhadores, patrões e autoridades públicas.”⁵²³, compatibilizando a análise com as abordagens da história social. A presença de personagens como jornalistas, intelectuais, cronistas, trabalhadores comuns, representantes de sindicatos acabam revelando duas facetas da utilização dos jornais para se analisar as leis sociais: a existência de “sujeitos importantes na conformação de espaços públicos de negociações sociais, capazes de impor aos senhores e patrões – e ao Estado – um conjunto de direitos e deveres, muitas vezes formulado na própria retórica de seus adversários”⁵²⁴ ou até mesmo os diferentes modos “com que as leis são interpretadas pelos diversos sujeitos em confronto”⁵²⁵, e a segunda

⁵¹⁸ LARA, Silvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 9.

⁵¹⁹ LARA, Silvia Hunold. “*Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil*”. In: SCHIMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil. Pesquisa histórica e preservação das fontes*.- São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 108.

⁵²⁰ LARA, Silvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, 2006, op. cit, p. 9.

⁵²¹ Ibidem, p. 112.

⁵²² Ibidem, p. 13.

⁵²³ LARA, Silvia Hunold. op. cit, 2010, p. 112.

⁵²⁴ Ibidem, p. 116.

⁵²⁵ LARA, Silvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, 2006, op. cit, p. 13.

faceta, que busca demonstrar a visão do direito e da lei como “campos conflituosos, constitutivos das próprias relações sociais: campos minados pela luta política, cujos sentidos e significados dependem das ações dos próprios sujeitos históricos que os conformam.”, capazes de fazer observar “o conflito entre diferentes concepções de direitos”⁵²⁶

A seguir, elencamos como os dois projetos se situavam diametralmente opostos nas disputas pela opinião pública e apresentavam visões distintas sobre as leis sociais, colocando-os em posições opostas no governo varguista, influenciando diferentes percepções sobre as greves e as disputas trabalhistas.

3.1. Distintos projetos políticos em debate sobre os direitos trabalhistas

As notícias e as colunas do periódico *A Manhã* revelam uma postura de ambiguidade em relação às leis sociais. Contudo, ainda assim não deixava de haver uma coerência interna nos posicionamentos: havia uma densa crítica das leis sociais como uma forma dos funcionários do governo e do Ministério do Trabalho iludirem os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, em outras partes, existia a noção e uma consequente defesa da legislação trabalhista como um recurso jurídico na proteção dos direitos dos trabalhadores. Nesse último ponto, defendia-se a ideia das leis sociais como um instrumento historicamente construído pela classe trabalhadora.

Por sua vez, *O Jornal* em sua publicação de 30 de maio de 1935 faz questão de destacar a fala do sr. Antonio Luiz Ribeiro, orador da “sessão conjunta da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil”⁵²⁷, demonstrando que as leis sociais não deveriam funcionar como uma “cerca de arame farpado”, mas sim como organizadora do trabalho e da produção. A passagem revela a benfeitoria das leis sociais no seu desejo de melhor conciliar os interesses do governo com os empresários⁵²⁸. Os sindicatos patronais eram vistos como “órgãos de cooperação com o

⁵²⁶ LARA, Silvia Hunold. op. cit, 2010, p. 116-117.

⁵²⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04795, 30 de maio., 1935, p. 12.

⁵²⁸ Outros exemplos eram as reuniões que ocorriam entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos patronais: “Nessa reunião foi examinada a questão da fiscalização das leis trabalhistas, pois é desejo das autoridades do Ministério que essa fiscalização se proceda sem atritos entre os funcionários dela encarregados e os

governo na solução dos problemas sociais, a fim de fixarem providências no sentido de melhor execução das leis trabalhistas em vigor”. O objetivo da reunião das autoridades e empresários visava “afastar mal entendidos entre a fiscalização oficial e as firmas ou empresas”⁵²⁹. Posteriormente, o *Jornal* enfatizava que as reuniões entre patrões e governo rolava no “melhor espírito de cordialidade”⁵³⁰. Logo, pode-se perceber uma visão positivada das leis sociais, vista como uma ferramenta utilizada na melhor ordenação e regulação das atividades produtivas do país.

Independente dos distintos posicionamentos dos diretores dos jornais, pode-se entrever a legislação social como fruto de diversos embates na imprensa operária e na grande imprensa. A seguir, destacam-se essas distintas interpretações e inúmeros usos das leis sociais.

Diferente da responsabilidade elencada acima como se as leis sociais como algo elaborado e fiscalizado por patrões e governos, o jornal *A Manhã* quer demonstrar a noção das leis sociais como um construto originado da luta dos trabalhadores. Havia a tentativa de desvinculá-las como obra originada das principais figuras governamentais que se beneficiavam politicamente com a imagem de fundadores dos direitos trabalhistas: Getúlio Vargas e os funcionários do Ministério do Trabalho.

Pedro Motta Lima, em sua coluna central, rebate o discurso⁵³¹ de Vargas aos trabalhadores no Instituto dos Marítimos de que o direito dos trabalhadores “fôra feito espontaneamente, sem pedidos e sem pressão, pela própria consciência do poder público” e defende a noção das leis sociais como obra basicamente dos trabalhadores em contraposição da ideia da legislação trabalhista como um “dom”⁵³² dado por cima através de Vargas e seus funcionários do Ministério do Trabalho:

estabelecimento industriais e comerciais à mesma submetidos”. Cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04987, 25 de setembro, 1935, p. 6.

⁵²⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04992, 1 de outubro, 1935, p. 6.

⁵³⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04999, 9 de outubro, 1935, p. 4.

⁵³¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00060, 4 de julho, 1935, p.1.

⁵³² O conceito de “dom” é de Pierre Bordieu e é trabalhado por Antonio Negro para pensar a hegemonia do varguismo em relação aos trabalhadores e lembrar que “o doador atua representando a rejeição do interesse e do cálculo egoísta e exaltando sua generosidade. A troca [...] converte as relações de força bruta [...] em relações duráveis de poder simbólico; ela transfigura o capital econômico em capital simbólico, a dominação econômica em dependência pessoal. [...] Note-se ainda o fato de Bourdieu sublinhar que a troca não é possível sem conhecimento e reconhecimento. Isto é, não é possível sem que os dominados compartilhem com os dominantes esquemas comuns de percepção e apreciação através dos quais os dominados percebem o modo como são percebidos pelos dominantes.” Cf. NEGRO, Antonio, 2005, op. cit., p. 23.

Mas não parou aí a infelicidade oratória do sr. Getúlio. Talvez pior se saiu ao bater nos peitos, com uma vaidade que desconhecíamos, para lançar ao rosto de toda a massa trabalhadora do Brasil a magnanimidade com que lhe teria concedido, “espontaneamente”, “sem coação”, “sem imposição de espécie alguma”, as elementares leis sociais teoricamente em vigor, mas quase todas sem uma rigorosa aplicação. Porque nessas palavras há outra quebra de cerimônia, desta vez em relação à verdade histórica. Ninguém ignora vir de longa data a luta das camadas oprimidas da nossa população pelos direitos mais mezinhas. Para não recuarmos em demasia, assinalemos que já em 1918-1919 os centros mais importantes do país, sobretudo o Rio, S. Paulo, Recife e Porto Alegre, tinham sua vida completamente paralisada por greves gerais, em que já então se ouviam os mesmos clamores, apontados, também, pelos órgãos imperialistas e as vozes intolerantes, como resultantes da exploração... de elementos estranhos. Afundamos, daquela época em diante, sob o regime brutal dos sítios preventivos, a que o Brasil respondeu energicamente com uma série de rebeliões.⁵³³

Segundo a visão do jornal aliancista, as leis sociais, quando não feitas para beneficiar os trabalhadores em suas demandas, poderiam servir como um arcabouço jurídico típico de países totalitários como Alemanha e Itália, feito de cima para baixo para controlar o trabalhador. Na publicação de 30 de maio de 1935, ao se comentar a necessidade de se ter um Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes em benefício aos trabalhadores da categoria, dispara uma dura crítica às leis sociais, vistas como inócuas, reacionárias, improvisadas e detentoras de “imperfeições tão profundas que a reduziram a uma verdadeira obra de fachada [...] elaboradas de fogadilho, sem o estudo prévio e cuidadoso [...]” e “sem aplicação prática”. A lei que regularia a sindicalização seria também “o arremedo de tudo quanto o fascismo alemão e italiano arquitetou para restringir a liberdade de organização das massas operárias.”⁵³⁴

⁵³³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00058, 2 de julho., 1935, p.3.

⁵³⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00030, 30 de maio., 1935, p.3.

Posteriormente, no artigo chamado “As leis sociais e a história do Ministério do Trabalho”⁵³⁵, escrita pelo colunista Pedro Alvares, o conjunto de leis que versavam os direitos dos trabalhadores são caracterizadas como “fascitizantes” e moldadas conforme as exigências e interesse dos “magnatas da alta finança” ligados ao governo. O Ministério do Trabalho, para o referido colunista, não passava de uma “repartição dispendiosa”, tendo tal aparelho burocrático os mesmos propósitos da Polícia Especial, ou seja, criada para vigiar os trabalhadores e distribuir cargos para os outubristas da Revolução de 1930.

Por outro lado, o *Jornal* elaborava a defesa das leis sociais como positiva para a ordenação da produção e benéfica aos empresários através da publicação de sete artigos anônimos, que não deixavam de possuir coerência com a linha editorial pensada por Assis Chateaubriand.

Em primeiro lugar, na coluna “Democracia econômica”, Chateaubriand defende as “modernas tendências do Estado” em que o poder público, através da Constituição de 1934 é chamado para lidar cada vez mais com a missão de “resguardar os interesses coletivos”, amenizando, por sua vez, o “individualismo político e econômico do estatuto de 1891”. A necessidade maior da presença do Estado e da formulação de leis sociais também afetariam a composição estatal:

A marcha do proletariado para o Estado é uma consequência forçada e inevitável do sufrágio universal e do levantamento do nível intelectual das massas. Cada vez mais por toda a parte desaparece o controle aristocrático do Estado, para se erguerem as classes trabalhadoras em uma posição mais favorável dentro dele.⁵³⁶

Chateaubriand, em outro artigo, defende a intervenção do Estado e o corporativismo como aquele que acontecia em Portugal através “da ditadura de Carmona” e da “autoridade do sr. Oliveira Salazar”, que conseguiram espantar revoluções proletárias com o “‘Estatuto do Trabalho Nacional’, que é um dos pilares do Estado corporativo português”, num balanço em que a “greve e o ‘lock-out’” foram declarados ilegais. Porém, em compensação, como a “nação é uma unidade moral, política e econômica e se ‘acata a justiça econômica na produção e repartição da riqueza’, em tempos de prosperidade ‘os lucros deverão ser

⁵³⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00102, 22 de agosto., 1935, p.3.

⁵³⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04779, 11 de maio., 1935, p. 2.

distribuídos entre todos os agentes da atividade social””. Além disso, Chateaubriand elogia o desenvolvimento português no sentido de ter aumentado a produção interna e ter secundarizado a importação através de uma “legislação planificadora” que ajudou no

desaparecimento de concorrências ruinosas ao bem geral, exercendo controle direto sobre as indústrias, suprimindo interesses anti-econômicos, racionalizando, em suma, o parque fabril, merce de uma redistribuição mais inteligente das atividades das forças produtoras.⁵³⁷

Os escritos anônimos de *O Jornal*, na mesma direção, retratavam um projeto político que misturava a necessidade de harmonização entre trabalhadores e patrões, a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país e o combate ao extremismo tanto de esquerda quanto de direita, que, na visão do jornal, eram defensores de uma espécie de “jacobinismo econômico”⁵³⁸ e “conservadorismo absurdo”⁵³⁹.

Segunda a coluna intitulada “O reerguimento econômico do Brasil”⁵⁴⁰ do dia 11 de agosto de 1935, pregava-se que, sem “um ambiente de perfeita harmonia entre o capital e o trabalho, de cordiais relações entre empregadores e empregados, o Brasil não poderá contar com a colaboração das outras nações de que tanto precisamos.”⁵⁴¹

O contexto da fala acima retratava o momento da luta dos bancários por melhores condições de vida através do projeto de salário mínimo na Câmara, sendo tal categoria acusada de mistificar os trabalhadores “tolerantes e disciplinados” com ideias subversivas. Para a coluna, “processos violentos não se justificam” quando se tratava da relação prática entre empregadores e empregados e serviam tão somente para “retardar a solução natural dos conflitos entre as classes trabalhistas e os patrões”. Havia, portanto, um “trabalho subterrâneo de vários matizes querendo implantar em nosso meio inovações precipitadas, em berrante contraste com as realidades do nosso meio e do nosso tempo”⁵⁴², uma clara referência às ideologias contrárias ao pensamento de Chateaubriand. Para demover o crescimento do “extremismo”, era necessário um sentimento de urgência que pudesse

⁵³⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04806, 12 de junho., 1935, p. 2.

⁵³⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04876, 31 de agosto., 1935, p. 2.

⁵³⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05055, 13 de dezembro., 1935, p. 3.

⁵⁴⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04859, 11 de agosto., 1935, p. 4.

⁵⁴¹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04859, 11 de agosto., 1935, p. 4.

⁵⁴² *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04877, 1 de setembro., 1935, p. 10.

impedir por todos os meios esse prurido reformista que tantos prejuízos já nos tem causado, bem como envidar esforços no sentido de criar um ambiente de paz e tolerância entre os empregadores e empregados que ponha termo de uma vez para sempre, às agitações e processos violentos”⁵⁴³

A harmônia entre as classes era necessária, segundo *O Jornal*, devido ao caráter de jovialidade da nação brasileira, que sofria a ausência de capitais nacionais e era dependente da “cooperação dos povos ricos que, por diversas vezes, puseram à disposição do nosso país, somas fabulosas para serem invertidas em empresas estabelecidas entre nós.”⁵⁴⁴ Outro argumento seria a inexistência de “diferenças sociais” no povo, em que as “questões sociais [...] não passam de casos sem importância”⁵⁴⁵, necessitando somente pequenos ajustes para garantir a ordem pública. Com isso o desejo de reformas⁵⁴⁶ das leis sociais devido a “pressa com que foram elaboradas”⁵⁴⁷ era lembrado. Um fator considerado positivo para a existência da harmônia no Brasil era creditado à ausência histórica de uma classe trabalhadora empenhada numa “tradição de luta industrial”, perseguindo sempre “soluções amigáveis” e em “comunhão de vistas com as classes patronais”, somente perturbada por “elementos de dissolvência social”.⁵⁴⁸

A visão histórica sobre a origem das leis e na sua parca aplicabilidade, a tradição de luta dos trabalhadores brasileiros se encontravam completamente diferentes nos escritos do jornal *A Manhã*. A criação de todos os dispositivos que garantiam pelo menos em teoria os direitos trabalhistas foram, nas palavras do diretor do jornal Pedro Motta Lima, gestadas por causa do clima de violência nas décadas anteriores, devido à presença de “greves gerais” e “uma série de rebeliões” como citado anteriormente. Para ele, haveria uma memória viva das lutas dos povos oprimidos na busca dos seus direitos, muito embora

⁵⁴³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04877, 1 de setembro., 1935, p. 10.

⁵⁴⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04861, 14 de agosto., 1935, p. 5.

⁵⁴⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04886, 12 de setembro., 1935, p. 5.

⁵⁴⁶ Os pedidos de reforma estavam presentes na publicação de 29 de outubro de 1935. Sob o título “Injustiças Comprometedoras”, a legislação social é encarada como causadora dos distúrbios sociais pelo fato de ter sido mal feita, inexistindo nela falta de critério e diversidade de diretrizes. A defesa da reforma das leis sociais vem da percepção de que, antes dela, existia “uma perfeita comunhão de vistas com as classes patronais”.

⁵⁴⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04886, 12 de setembro., 1935, p. 5.

⁵⁴⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04988, 14 de setembro., 1935, p. 5

ainda houvesse, na década de 1930, a ausência de aplicabilidade das leis sociais, que só existiriam “teoricamente”.

Nas palavras de Motta, a imagem⁵⁴⁹ que se construía de Vargas era a de um salvador ou chefe iluminado, porém, as críticas do jornal situava o presidente como um tapeador⁵⁵⁰ da classe trabalhadora que adorava utilizar “táticas de brandura” ao sinalizar com promessas de cumprimento das demandas trabalhistas e subornos. Em outro momento, o jornal irá definir Vargas como “legítimo representante do Imperialismo” que se utilizava da “legislação social brasileira” como um acúmulo de tapeações existentes “só no papel”, sendo efêmeras, podendo ser a qualquer momento modificada.

A contradição entre a lei como “teoria” e também como “prática” aparece nos discursos aliancistas do núcleo da Marinha Mercante, revelados na publicação “A palavra de ordem para os marítimos”, de 12 de julho de 1935, em que, apesar de considerar a legislação social como um “arremedo”, ela era tida também propulsora de direitos como a sindicalização e suas garantias só “foram conquistadas através de lutas heroicas”⁵⁵¹.

Na visão do jornal *A Manhã* há uma série de fatores que culminavam na inaplicabilidade da legislação social, revelando ainda mais o contraste do seu projeto político com a visão histórica presente no *Jornal*. Para o jornal aliancista, a principal crítica às leis sociais e seu desuso recaía no descumprimento deliberado dos próprios empresários, que, através de inúmeras estratégias patronais, conseguiam distanciar os trabalhadores dos seus direitos.

A maioria dessas estratégias girava entorno do confisco e falsificação nas carteiras profissionais dos trabalhadores. O intuito era criar obstáculos para a fiscalização (e consequentemente punição) pelos órgãos que eram responsáveis com a rotina dos trabalhadores e evitando, com isso, que a carteira se tornasse um elo do trabalhador com os seus direitos trabalhistas. O processo para conseguir uma carteira acontecia por via dos sindicatos que enviavam um requerimento ao Departamento Nacional do Trabalho⁵⁵², isso poderia levar dias até realmente chegar o documento nas mãos do trabalhador. Há caso

⁵⁴⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00039, 9 de junho., 1935, p.3.

⁵⁵⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00068, 13 de julho., 1935, p.3.

⁵⁵¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00067, 12 de julho., 1935, p.7.

⁵⁵² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00167, 2 de novembro., 1935, p.7.

noticiado em que um operário em pedreiras foi demitido pelo simples fato de ter tirado uma carteira, sendo que já tinha recebido o aviso⁵⁵³ do seu patrão para não tirar.

A notícia⁵⁵⁴ a seguir apresenta uma combinação de estratégias. A poderosa empresa canadense *Light*⁵⁵⁵, em primeiro lugar, ameaçava de demissão as telefonistas que pensavam em sindicalização, de modo que o jornal *A Manhã* comenta o “fato de não ter até hoje sido organizado o sindicato dessas laboriosas trabalhadoras”. Em segundo lugar, havia um grande controle da empresa sobre as funcionárias através das carteiras falsas emitidas pela própria companhia:

A espionagem está sempre vigilante e os chefes entendem que as carteiras fornecidas pela Companhia tem o mesmo valor das que expõe o ministro do Trabalho, que silencia em face desse embuste arquitetado no sentido de ludibriar as incautas telefonistas. Assim, criminosamente privadas do único instrumento legal que lhes assegura trabalho [...]

Como uma forma de contrariar as acusações que envolviam a *Light*, o periódico *O Jornal* costumava elogiar as fábricas e os escritórios da empresa, se utilizando principalmente dos comentários dos fiscais do trabalho. Através da visita à “Cidade Light” por “um grupo de membros da Comissão de Legislação Social da Câmara de Deputados”⁵⁵⁶, o jornal exibiu as seguintes palavras deixadas pelas autoridades após saírem das oficinas de triagem:

[...] após visitar esta admirável oficina de trabalho, inteligência, educação social, disciplina e previdência, deixa aos diretores da Light e, em particular, aos desta casa, seus aplausos calorosos e a segurança de que a questão social só por este caminho poderá aproximar-se da solução. [...]

A defesa da companhia *Light* pelo *Jornal* vinha acompanhada de críticas às campanhas pela nacionalização das empresas públicas e dos recursos estrangeiros, tidos como “confisco puro e insustentável da propriedade alheia” e “manifestações de

⁵⁵³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00127, 20 de setembro., 1935, p.7.

⁵⁵⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p.6.

⁵⁵⁵ *A Light*, de longe, era a empresa mais criticada pelo jornal. O descumprimento pela empresa das leis sociais recaía na questão da divisão tripartite da previdência social, em que a empresa adotava diversos esquemas para pagar menos impostos no que cabia a sua parte. A denúncia era pelos prejuízos que isso causava às Caixas de Aposentadorias e Pensões. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00047, 19 de junho., 1935, p.7; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00050, 22 de junho., 1935, p.2.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00052, 25 de junho., 1935, p.6.

⁵⁵⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04815, 22 de junho., 1935, p. 5.

xenofobia”⁵⁵⁷. Indo mais além na defesa do capital estrangeiro, em outra edição, é publicada a ideia que “somente com os recursos fornecidos pelos capitalistas da Europa e da América poderemos arcar com as responsabilidades do nosso desenvolvimento econômico” e combater “os efeitos perversos” da depressão econômica⁵⁵⁸. Para o *Jornal*, “qualquer ato administrativo nosso, que prejudique interesses estrangeiros, é sempre mal recebido no exterior, produzindo em torno do Brasil um ambiente de profundas e desagradáveis desconfianças”⁵⁵⁹.

No *Jornal*, em compasso com as principais ideias de Chateaubriand, a defesa aberta da vinda de capitais estrangeiros como algo extremamente necessário para o desenvolvimento do país, dado o contexto mundial complicado de baixo investimento mundial, entrava em contraste com as inúmeras matérias no jornal *A Manhã* que denunciavam de forma rígida o patronato estrangeiro no Brasil, principalmente quando eram dirigidas por ingleses⁵⁶⁰, alemães⁵⁶¹ e italianos⁵⁶², países imperialistas que afetavam os trabalhadores em seus regimes.

Assis Chateaubriand, a seguir, apesar de elogiar o governo revolucionário que subiu ao poder em 1930, ao mesmo tempo, criava um certo distanciamento, pois criticava o afastamento de capital estrangeiro, caracterizado como “imperialistas” pelas novas autoridades:

o governo democrático da revolução o amparou em uma das mais trágicas secas de sua história. A generosidade e a inspiração patriótica de um governo de brasileiros do sul lançaram um plano de serviços, que só recorrendo a despesas excepcionais poderia ser tentado. [...] A revolução falou demais e por uma maneira imbecil em “imperialismo” estrangeiro. As suas campanhas afugentaram totalmente a preferência dos capitais de fora que nos permitiam ter libra a 20\$ e 30\$000 e nos deram o nível de prosperidade a que atingimos. O assalto de botucudos da extrema direita e

⁵⁵⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04863, 16 de agosto., 1935, p. 4.

⁵⁵⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05017, 30 de outubro., 1935, p. 5.

⁵⁵⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05055, 13 de dezembro., 1935, p. 3.

⁵⁶⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00018, 16 de maio., 1935, p. 3; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00091, 9 de agosto., 1935, p. 1; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00094, 14 de agosto., 1935, p. 1; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00125, 18 de setembro., 1935, p.2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00127, 20 de setembro., 1935, p. 2.

⁵⁶¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00132, 25 de setembro., 1935, p.2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00134, 28 de setembro., 1935, p. 7. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00178, 13 de novembro., 1935, p. 2.

⁵⁶² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00017, 15 de maio., 1935, p.2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00138, 3 de outubro., 1935, p.3; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00176, 11 de novembro., 1935, p. 2.

da extrema esquerda, contra as formas de capital estrangeiro existentes no Brasil, estancou as fontes de confiança do mundo quanto á aplicação das suas economias nesta terra.⁵⁶³

Os ataques do *Jornal* tanto ao aliancismo quanto ao integralismo, caracterizados como “botucudos”, vinha do desprezo das duas correntes pelos investimentos do capital estrangeiro no Brasil. No dia 31 de agosto de 1935, Assis denunciava a capacidade da campanha desses dois movimentos considerados “extremistas” de causar estragos na vinda dos tão sonhados⁵⁶⁴ capitais europeus e norteamericanos:

Integralistas e comunistas estão pretendendo educar a nossa juventude entre a ingratidão e a estupidez que são, um e outro, flagelos da inteligência. As campanhas bilosas dessas duas correntes procuram inculcar no brasileiro de 1935 a ideia extravagante de que o ouro estrangeiro, aqui aplicado, ou sob a forma de empréstimo ou sob a forma de investimentos particulares, já se acha todo ele pago e repago duas e até três vezes.⁵⁶⁵

De volta ao chão das fábricas, temos mais denúncias do jornal *A Manhã*, baseado agora no açougue inglês Matadouro Mouro, comandado pela empresa estrangeira *Anglo*, que cometia irregularidades como não pagamento dobrado nas jornadas de trabalhos de madrugada. Não havendo “fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, a Anglo não paga nem o dobro do salário que normalmente vence o operário”⁵⁶⁶. A situação é parecida com os operários do frigorífico Entrepasto Leite Hygia, que reclamavam do excesso de trabalho, varando a madrugada toda num “inverno” diariamente. Com pedido dos trabalhadores ao Ministério do Trabalho para investigar a situação de exploração no Entrepasto, ainda assim, os patrões do frigorífico adotaram a estratégia de esconder as

⁵⁶³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04815, 22 de junho., 1935, p. 5.

⁵⁶⁴ A fuga de capitais estrangeiros para o Brasil era comentado na seguinte frase: “seremos procurados como um dos pontos de abrigo do capital europeu, que se sente cada vez mais inseguro [...] O sentimento que domina a Europa é o de pavor de uma nova luta. Refletindo esse estado de coisas, os Estados Unidos têm recebido, recentemente, novas e volumosas entradas de ouro. Efetua-se quase que uma verdadeira migração dos capitais do Velho Mundo para outros países, em condições de oferecerem clima político, social, psicológico e econômico mais seguro aos capitais.”. Cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05003, 13 de outubro., 1935, p. 4.

⁵⁶⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04876, 31 de agosto., 1935, p. 2.

⁵⁶⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00127, 20 de setembro., 1935, p.2.

carteiras que revelavam as horas trabalhadas e só as mostravam na hora do pagamento aos funcionários, de modo a omitir informações aos fiscais trabalhistas. A notícia reafirma o desejo de que o Ministério do Trabalho implementasse uma “fiscalização às direitas”⁵⁶⁷, para que de fato descobrissem tal irregularidade.

Outras formas de “manobras patronais” também eram empregadas. Uma relatada pelo jornal se tratava em mandar trabalhadores, principalmente grevistas ou sindicalizados, para outras regiões do Brasil, como uma forma de enfraquecer o movimento e também retaliar possíveis novas mobilizações dentro das empresas. Um contador anônimo do Banco Comércio e Indústria de Minas denuncia tal estratégia:

Tudo o que ‘A MANHÃ’ denunciou é verdade. Ainda agora eles forçaram a demitir-se um jovem bancário de nome Victor, também estudante, que eles queriam que fosse para Araguari, perto de Goiás. Transferiram, por ser grevista, o bancário Lauria, com esposa grávida, no último mês de gestação, para Monte Claros, lugar inóspito, que só de viagem para lá se gastam mais de 40 horas.⁵⁶⁸

Uma variante⁵⁶⁹ da represália que acontecia acima era a utilização dos furões (ou “*krumiros*” na gíria do jornal) enviados para outras regiões do país. Ela acontecia também no setor bancário e se tratava do envio de funcionários para regiões que estavam em greve, de modo a manter os bancos em funcionamento e frustrar o atendimento das demandas requeridas pelos grevistas.

Por fim, outras “manobras patronais” eram denunciadas. Uma dela consistia na declaração de que a legislação social não podia ser mais importante e estar acima sobre o poder patronal, este imbuído no sentido de organizar as atividades produtivas conforme seu próprio desejo e mando. Demissões arbitrárias e descumprimento deliberado de convenções coletivas eram denunciadas sob a alegação de que o único argumento que legitimava era o desejo dos patrões decidirem o que fazer ou não: “o sr. Ernesto, que a despediu incontinenti, dizendo que não respeitava a legislação do trabalho, uma vez que, no seu estabelecimento, era somente ele que mandava.”⁵⁷⁰. Em outro exemplo de poder patronal

⁵⁶⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00089, 7 de agosto., 1935, p.6.

⁵⁶⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00026, 25 de maio., 1935, p.2.

⁵⁶⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00173, 8 de novembro., 1935, p.8.

⁵⁷⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00035, 5 de junho., 1935, p.8.

sendo exercido: “depois de afirmar que não cumpriria o acordo, o sr. Almeida declarou-nos que se queríamos nos entender com as autoridades, bastava ir ao cofre dele, pois as autoridades estavam ali.”⁵⁷¹

O poder patronal poderia se sentir tão garantido nas suas prerrogativas que até mesmo há casos de violência contra os fiscais do Ministério do Trabalho cometida pelos empresários. Na publicação de 27 de setembro de 1935, os trabalhadores denunciam que os fiscais do Ministério do Trabalho “foram, ali, estupidamente agredidos”⁵⁷² no exercício de suas funções na Fábrica de perfume Dyrce. Os agressores foram os donos da fábrica, “o sr João Maia, seus filhos e alguns espoletas” por receberem o aviso de que os fiscais iriam ali para simplesmente observarem “as determinações da legislação social em vigor”.

O Jornal tinha uma postura completamente diferente e divulgava os empresários como pessoas solidárias e corajosas por estarem tentando criar seus empreendimentos, apesar das dificuldades financeiras do país. Os elogios recaíam no desenvolvimento construído por grupos de empresários, comerciantes e etc., na cidade do Rio de Janeiro. No dia 14 de maio de 1935, o jornal descreve a história de um “corajoso” casal de empresários que fabricavam empolas e artefatos de vidro desde o momento da guerra “que irrompera na Europa e que refletia em toda a América do Sul, mormente no Brasil”. Exalta-se o crescimento da fábrica, considerada “melhor aparelhadas do Brasil”. As leis sociais são divulgadas e descritas como fruto do pioneirismo desses empresários, que pela bondade, constituíram os direitos aos seus empregados:

Não esquecendo os seus operários, que são sempre os seus melhores amigos, o sr. Manoel de Souza Gomes, o diretor-técnico da firma M.M. Gomes, criou a Caixa Funerária, afim de amparar os seus modestos cooperadores e as suas respectivas famílias, num caso de falecimento ou moléstia que os privasse do trabalho cotidiano. [...] Era um gesto altruístico e generoso de um industrial numa época em que as leis sociais ainda não existiam. [...] Há ainda um serviço de socorros gratuitos de que eles necessitem, quando atacados de moléstia ou vitimados por acidentes.⁵⁷³

⁵⁷¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00065, 10 de julho., 1935, p.7.

⁵⁷² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00133, 27 de setembro., 1935, p.2.

⁵⁷³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04781, 14 de maio., 1935, p. 11.

Diferentemente, em outros casos, os redatores do *A Manhã* denunciavam a violência cometida pelos empresários contra os fiscais do Ministério do Trabalho. Longe da ideia de um clima benéfico entre patrões e empregados, mostrando sempre os conflitos nos locais de trabalho, o periódico aliancista não comungava da idealização do Ministério do Trabalho como um órgão acima das relações trabalhistas, como pregava *O Jornal* em sua aposta na harmonização dos patrões e operários pelo Estado.

A violência praticada contra fiscais acompanhava também a ineficácia da fiscalização. A falta de interesse dos fiscais do Ministério contribuía para uma sorte de explorações e burlas dos direitos trabalhistas. Em algumas edições a denúncia era que o Ministério do Trabalho só fiscalizava ou agia quando a irregularidade partia dos funcionários⁵⁷⁴ e não das empresas. Na publicação de 18 de julho de 1935, denunciava-se a inaptidão do Ministério do Trabalho na fiscalização do trabalho infantil ou do Código de Trabalho nas empresas têxteis da América Fabril, o que possibilitava a exploração de trabalho infantil de crianças de 10 a 13 anos em muitas horas de trabalho, onde se corria o risco de contaminação com substâncias perigosas:

O Ministério do Trabalho, criado – como se dizia – para a defesa de nossos trabalhadores, é o principal estímulo a esse estado de coisas, mistificando miseravelmente o direito daqueles a quem devia defender. [...] Mas, o Ministério do Trabalho “nada ouve” e “nada vê”. Pouco lhe importa que as raras leis que protegem os menores trabalhadores não sejam cumpridas. Bastam que figurem no “Código do Trabalho”. É lhe indiferente que um rico estrangeiro faça trabalhar 10 horas por dia, a 2\$000, os meninos e as jovens brasileiras, cujos pais não ganham o bastante para o seu sustento!”⁵⁷⁵

A “indiferença dos fiscais do Ministério do Trabalho” também é denunciada nas diferenças salariais entre homens e mulheres na fábrica de papelão São Geraldo Limitada. Além disso, a lei de acidentes também não era respeitada e era facilmente driblada pelas manobras patronais:

⁵⁷⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00068, 13 de julho., 1935, p. 8.

⁵⁷⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00072, 18 de julho., 1935, p. 8.

A lei de acidentes é burlada diariamente pelos responsáveis da fábrica. Quando um operário é acidentado, o gerente não chama a Assistência Municipal, com o objetivo de sonegar prova de acidente, e envia o operário ferido à farmácia Rio Douro, para curativo, porém, descontando-lhe dos vencimentos miseráveis o custo da medicação que devia ser pago pelo industrial burlador e perseguidor dos seus operários.⁵⁷⁶

Nos relatos jornalísticos do *A Manhã* e nos discursos dos operários, a crítica à ineficácia dos fiscais do Ministério era pelo seu caráter esporádico e de serem facilmente driblados pelas estratégias patronais que quase sempre conseguiam esconder as irregularidades que aconteciam com o trabalhador.

A Manhã também tinha uma desconfiança muito grande em relação às atribuições do Ministério e de outros institutos sobre o trato das questões trabalhistas. O problema girava entorno do fato do Ministério do Trabalho ser denunciado por ter aliança com empresários ou quando possuía mentalidade patronal. Casos de corrupção nos órgãos e institutos sociais também prejudicavam a visão de que a aparelhagem social cumpriria as leis para os trabalhadores.

Ao receber uma “grande comissão de trabalhadores da Cantareira”, o jornal denuncia o “sr. Luiz Mezaville, representante do Ministério do Trabalho” por intervir negativamente no Sindicato da Cantareira e por possuir “ligações bastante, comprometedoras com os patrões”⁵⁷⁷.

Havia, por todos esses motivos acima elencados, uma falta de confiança muito grande nas ações ministeriais. Na publicação de 30 de junho de 1935⁵⁷⁸, o presidente do Sindicato dos Operários em Pedreiras (SOP), Gastão Correia Lima, ameaça a renúncia do seu cargo pelo fato de ter confiado demais nas palavras de funcionários do Ministério do Trabalho. A crítica que ele tece é de que não se pode confiar muito nas leis sociais nem nas autoridades responsáveis pela conciliação, pois, no argumento do presidente, eles sempre terão interesses escusos e farão chicanas para subir de cargo em seu discurso de renúncia:

Aceitei confiando e em atenção ao seu presidente de Comissão Mista dr..
Nilo C. de Vasconcellos, a declaração do representante de firma

⁵⁷⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00074, 20 de julho., 1935, p. 6.

⁵⁷⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00056, 29 de junho., 1935, p.5.

⁵⁷⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00057, 30 de junho., 1935, p. 8.

Bernardino Pinto & Cia., a redação na ata, de que pagava as férias aos seus operários, em caráter de gratificação. [...] Todos os meus esclarecimentos passam em branca nuvem. Não constam na ata a qual assinei com a declaração, de que renunciaria irrevogavelmente ao cargo de presidente da Junta Governativa deste Sindicato.

A minha dor é imensa, por dois motivos: 1º Por ter confiado na lei e na sua execução, como brasileiro sentir-me humilhado, porque as palavras que alguns empregadores tinham em referência a lei e sua aplicação, foram pelos mesmos comprovadas. 2º Por vos ter assegurado que a lei seria respeitada e que o vosso direito era incontestável, procurando dissipar do vosso espírito a desconfiança e incerteza que vos foram incutidas, por alguém mais previdente.

Venceram os empregadores [...]

Outra acusação⁵⁷⁹, que se partia do mesmo Gastão Correia, era motivada pelo notório desrespeito aos funcionários sindicalizados que estavam sendo demitidos e substituídos por aqueles que não faziam parte do sindicato. Entretanto, para ele, o problema maior seria a demonstração de vínculo entre os empresários da indústria de pedra e os funcionários inseridos no Ministério do Trabalho. No subtítulo “Um patrão mau e membro da Comissão de Conciliação do Ministério do Trabalho”, é explicitado o vínculo entre empresários e Estado:

As relações íntimas de proprietários, industriais, etc., com o Ministério do Trabalho, são confirmadas diariamente no seio dos trabalhadores. Por exemplo, o sr. Francisco Eulálio do Nascimento, delegado de polícia, é sócio da firma Bernadino Pinto & Cia & Lda., conforme prova a cópia da certidão do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, e também faz parte da Comissão de Conciliação, dependência do Ministério do Trabalho, assim como Maria Ignez do Nascimento Silva e Francisco Eulálio do Nascimento e Silva, parentes daquele senhor.⁵⁸⁰

⁵⁷⁹ Uma entrevista foi concedida por Gastão Correia, em que o mesmo denuncia mais detalhes sobre esse suposto envolvimento de figuras do Ministério com os produtores de pedreira. A temática circundava a questão do aprisionamento de carteiras profissionais dos sindicalizados. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00157, 23 de outubro., 1935, p.6.

⁵⁸⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00022, 21 de maio., 1935, p.7.

Para além da denúncia da ocupação de cargos no Ministério por empresários, revelando um claro desvio na função de uma suposta harmonização dos conflitos trabalhistas, se alertava também para o risco que se tinha na presença no órgão de pessoas de mentalidade patronal. Segundos algumas publicações do jornal *A Manhã*, funcionários do alto escalão do próprio Ministério do Trabalho, cometiam irregularidades, como, por exemplo, a agressão⁵⁸¹ a um operário sindicalizado só por ele tratar o funcionário Sr. Monteiro, do Ministério, com o uso da palavra “você” ao invés de “V. ex.”. Em outro artigo, chamado “Demitido, caloteado, e ameaçado de morte!”, datado de 16 de junho de 1935, temos a demissão⁵⁸² arbitrária de um servente que não conseguiu avisar que faltaria ao trabalho, pois seu estado de doença o deixava impossibilitado. Quando voltou ao Ministério do Trabalho, local onde servia, foi informado de que foi sumariamente demitido e ainda ameaçado pelo “sr. José Leite”. Por fim, havia a acusação de que o alto escalão do Ministério se utilizava dos cargos disponíveis no órgão para empregar pessoas aliadas por pura politicagem⁵⁸³.

As situações de corrupção ministerial e institucional eram denunciadas devido à existência de certos elementos que queriam se beneficiar dos trabalhadores. No dia 19 de outubro de 1935, o jornal *A Manhã* dava espaço a uma disputa jurídica da então atual diretoria contra Afonso Moreira de Almeida, ex-presidente da Caixa Beneficente da Associação dos Praticantes da Central do Brasil. Ele e outros cúmplices eram acusados de retirarem de forma indevida o dinheiro da Associação. O desfalque no dinheiro eram provenientes da “renda da farmácia que a Sociedade mantém”, “do arrendamento do prédio da rua Mayrink Veiga [...] e mais 17:000\$000 tomados por empréstimos sem autorização, a Narcisio de tal, conforme figura nos livros.”⁵⁸⁴.

As denúncias da corrupção que aconteciam nas Caixas Beneficentes e nos Institutos de Aposentadorias eram o foco das reportagens, principalmente àquelas relacionadas à agiotagem. Nunca identificando o funcionário que denunciava, o discurso parece deixar claro o problema que envolvia a gestão das Caixas era de alcance geral. No subtítulo

⁵⁸¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00029, 29 de maio., 1935, p.8.

⁵⁸² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00045, 16 de junho., 1935, p.6.

⁵⁸³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00089, 7 de agosto., 1935, p.7.

⁵⁸⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00153, 19 de outubro., 1935, p.7.

“Burlando a lei da usura” o serventuário público diz que as Caixas têm permitido empréstimos prejudiciais aos trabalhadores:

É sabido que, há algum tempo, surgiram nesta capital inúmeras caixas chamadas de beneficência, destinadas a fazer empréstimos aos funcionários públicos, mediante desconto em folha, desde que os pretendentes sejam seus associados, de acordo com a lei de usura. Até aí não há mesmo o que estranhar. Vejamos porém, o outro lado da questão, os agiotas mais conhecidos do Rio de Janeiro, transformaram as tais caixas numa verdadeira indústria. Agem burlando a lei e a ação das autoridades.⁵⁸⁵

Na publicação de 24 de agosto, em artigo anônimo no *A Manhã*, denunciava-se a corrupção existente dentro dos institutos previdenciários dos sindicatos, que ficam sob comando direto do Ministério do Trabalho, resultando numa acusação direta ao ministro Agamenon Magalhães. Segundo o artigo, desviada da sua função de ser uma casa de amparo ao trabalhador, “aqueles negócios não tinham nada de honesto ou defensável”, e as contribuições obrigatórios dos trabalhadores eram desviados para “negociatas polpudas”. O jornal classifica como uma “mistificação” a abertura de um inquérito para fiscalizar as irregularidades dos institutos, visto que eram os aliados ministeriais que fariam o serviço de apuração:

Mas, o ministro do Trabalho tem lá suas razões. Nada se faz nas instituições subordinadas à sua pasta, sem a sua chancela. A anarquia reinante nas caixas e institutos de amparo social é o fruto da sua interferência nociva e politqueira. Como pois, poderia partir do seu Ministério as providências que uma autoridade escrupulosa já teria tomado no caso da Previdência?⁵⁸⁶

Dito acima como o maior vínculo entre os trabalhadores e os seus direitos nas suas empresas, nem as carteiras profissionais escapavam da acusação de corrupção. Se denunciava⁵⁸⁷ a cobrança duplicada da carteira profissional pelo Departamento Nacional do

⁵⁸⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00030, 30 de maio., 1935, p.6.

⁵⁸⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00104, 24 de agosto., 1935, p.3.

⁵⁸⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00059, 3 de julho., 1935, p.7.

Trabalho, que cobra tanto do sindicato quanto diretamente dos operários marmoristas para a aquisição do importante documento. Poucos dias depois, o jornal recebe uma carta⁵⁸⁸ do sr. Orestes Picorelli, secretário do Sindicato dos Operários Marmoristas, reafirmando que é comum o sindicato vender carteiras e dizendo que quem lesa os operários são, na verdade, os identificadores, que são profissionais “nomeados pelo Ministério do Trabalho”. No dia 17 de julho, o jornal apurou que a Inspetoria do Trabalho afastou do cargo de “Identificação Profissional”, o funcionário José Luiz Paredes, “depois de o ter submetido a rigoroso inquérito, onde ficou apurado o desvio de quase 13:000\$000, provenientes das carteiras profissionais. Paredes, confessou o desfalque, motivo por que vai ajustar contas com a justiça”⁵⁸⁹.

Do lado da corrupção, o sentimento de inoperância era relatado no jornal aliancista. Ao situar a demissão do “sr. François Lima de Aguiar”⁵⁹⁰, “empregado da Atlantic” e também “presidente do Sindicato dos Empregados e Operários das Empresas de Petróleo” por ter simplesmente imposto “à Atlantic, uma convenção sobre salário mínimo”, o jornal demonstra que sua demissão foi motivada por ele exercer um importante cargo de liderança sindical, sem que nada tenha feito o Ministério do Trabalho para reverter a situação, sendo o órgão chamado de “inoperante e prejudicial ao operariado” e “pasta político-policia do sr. Getúlio Vargas”.

Num aspecto similar, são os ferroviários da Coligação Ferroviária que refletem⁵⁹¹ sobre a importância deles mesmo organizarem os serviços de Caixas e Aposentadorias nas empresas, visto que “inútil é toda a ação do Conselho Nacional do Trabalho e mesmo do governo.” Para isso, demonstram que não se pode esperar muita coisa dos órgãos criados para proteger as leis sociais, e “só a pressão da massa bem orientada pode fazer valer seus direitos”.

Em uma coluna anônima, a estrutura do Ministério do Trabalho para tratar da legislação social era considerada custosa e ineficaz. Ao mesmo tempo que o Ministério do Trabalho tinha um corpo burocrático enorme, em nenhum momento se interessava ou fiscalizava a realidade que acontecia com os trabalhadores explorados nos frigoríficos.

⁵⁸⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00064, 9 de julho., 1935, p.7.

⁵⁸⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00071, 17 de julho., 1935, p.4.

⁵⁹⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00132, 26 de setembro., 1935, p. 2.

⁵⁹¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00165, 31 de outubro., 1935, p. 2.

Há por aí uma legislação chamada social, de cuja aplicação se encarrega o Ministério do Trabalho, com uma verdadeira avalanche de inspetores, fiscais e ajudantes. Embora a existência de numeroso corpo de funcionários, temos absoluta certeza de que os mesmos desconhecem totalmente as condições nas quais vivem os trabalhadores, por exemplo, do Matadouro de Mendes, explorado pela Sociedade Anonima Frigorífico Anglo. [...] Diz a Constituição que, periodicamente, deverá ser examinado o padrão de vida nas diversas regiões do país, como se não estivesse entrando, olhos a dentro, os miseráveis condições dos operários, dos criadores, de todos quanto vivem submetidos á escravidão ao capital estrangeiro. Temos absoluta certeza de que nunca nenhum funcionário do Ministério do Trabalho tomou conhecimento da existência desse sórdido Matadouro de Mendes, onde se abatem rezes velhas e doentes para vender carne á população dos subúrbios desta capital e onde trabalha uma triste massa humana, sem direitos, porque naqueles “domínios britânicos” é letra morta a legislação social brasileira.⁵⁹²

Os limites da sindicalização também são elencados pelo periódico aliancista. Entre os obstáculos criados nesse processo, pode-se destacar que, dentro dos sindicatos, havia um jogo político entre diversas alas que poderiam atuar como divisão na classe trabalhadora e propulsora de impeditivos no atendimento das demandas. Além disso, processos que envolviam a sindicalização remetiam á ideia da dificuldade de se tornar ou se manter um operário sindicalizado. A falta de definição legal também infringia nas possibilidades de ação do sindicalizado.

O jogo político existente dentro dos sindicatos fazia que o Ministério intervisse para melhor se beneficiar, desrespeitando a autonomia dos sindicatos, se tratando, de acordo com o argumento do jornal, de uma ação ilegal do Ministério nos órgãos de classe. A intervenção mais denunciada e explicitada pelo jornal era o conflito sindical existente dentro dos sindicatos ferroviários da Central do Brasil⁵⁹³. Havia por lá a disputa pelo

⁵⁹² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00122, 14 de setembro., 1935, p. 3.

⁵⁹³ A intervenção ministerial no Sindicato Unitivo e a repulsa criada em uma boa parte nos ferroviários chegou a ser tema para discussão no 3º Congresso Ferroviário em Vitória-ES, onde se debatia as principais demandas da categoria como as condições de vida do ferroviário nacional, a unidade sindical e a liberdade sindical. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00157, 23 de outubro., 1935, p.2. Pode-se considerar o caso dos

controle sindical entre dois órgãos: o Sindicato Unitivo, aliado ao governo e que comandava a situação, e do outro lado, a Coligação dos Ferroviários, sindicato oposicionista que reclamava melhores condições e estava sem o controle do sindicato.

Ao longo de inúmeras edições⁵⁹⁴, *A Manhã* se posicionava em favor da ala chamada Coligação Ferroviária e retratava o Sindicato Unitivo como um órgão alheio às necessidades da classe ferroviária e agentes beneficiários do Ministério. O percurso para entender esse conflito começa⁵⁹⁵, na visão do jornal aliancista, quando o Ministério do Trabalho atropelou a Constituição, desrespeitou os estatutos sindicais feitos em 1931 e fez uma nova Junta Governativa completamente alheia às vontades dos ferroviários em setembro de 1934. O jornal critica a intervenção ministerial que objetivava o controle sindical ao destituir uma Junta combativa e que, no lugar, colocou uma Junta adjetivada de “entusiastas da sindicalização oficial, servis partidários do colaboracionismo”:

Nesta conjuntura, entra o Ministério do Trabalho e, apesar do artigo 120⁵⁹⁶ da Constituição da República lhe vedar a intromissão na vida dos sindicatos, interviu impedindo pela força armada que a junta governativa procedesse às eleições que convocou num ato de legítima defesa, exatamente para evitar essa intervenção criminosa e arbitrária [...] Assim consumou-se a intervenção arbitrária e ilegal do Ministério do Trabalho, cujo titular num país onde houvesse justiça capaz de correr sem solicitação, em socorro das vítimas do poder, estaria nessa hora

ferroviários com o mais emblemático de intervenção que aconteceu nas disputas sindicais, porém outras categorias também sofreram ingerência em seus respectivos sindicatos e tais eventos foram denunciados pelo jornal aliancista. A intervenção aconteceu com os comerciários na UEC – União dos Empregados em Comércio, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00072, 18 de julho., 1935, p.8. e também no: *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00079, 26 de julho., 1935, p.2; com os empregados em hotéis e restaurantes (União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congeneres), cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00073, 19 de julho., 1935, p.2; e também com os marítimos da Federação, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00120, 12 de setembro., 1935, p.8.

⁵⁹⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p.8.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00068, 13 de julho., 1935, p.2.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00099, 18 de agosto., 1935, p.2.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00101, 21 de agosto., 1935, p.6; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00140, 5 de outubro., 1935, p.3; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00145, 11 de outubro., 1935, p.6; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00157, 23 de outubro., 1935, p.2.

⁵⁹⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00104, 24 de agosto., 1935, p.2.

⁵⁹⁶ “Art 120 - Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei.” Cf. BRASIL. *Constituição (1934)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 6 de julho de 1934), 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

devidamente responsabilizado e sofrendo as consequências dos seus atos, lesivos dos direitos sociais e individuais.⁵⁹⁷

A nova Junta Governativa, repetidamente reeleita⁵⁹⁸ na sua gestão e interligada ao Ministério, formava uma nova Comissão Executiva, que era liderada pelo por Santos Souza, caracterizado como “ministerialista”⁵⁹⁹, “sabujo e policial”⁶⁰⁰ pela Coligação Ferroviária. Até mesmo uma campanha de parar os descontos em folhas para pagar as mensalidades do Sindicato Unitivo foi levantada pela Coligação como uma forma de protesto⁶⁰¹. O prejuízo dessa mudança de gestão no sindicato era que a nova Junta não se importaria com as constantes demandas da Coligação. A seguir, reúnem-se algumas além do pedido da anulação da Comissão para novas eleições:

- 1 - Por novas eleições no Sindicato.
- 2 - Pelo Reajustamento.
- 3 - Pela redução das horas de pernoite.
- 4 - Pelas férias e folgas com substitutos.
- 5 - Pela ajuda de custo e abono aos removidos.
- 6 - Pela melhoria do transporte e fornecimento de material.
- 7 - Contra a falência da Central

Pelos ferroviários do Rio, S.Paulo e Minas, a direção da Coligação.⁶⁰²

Os removidos se tratavam da transferência de centenas de trabalhadores ferroviários para o Engenho de Dentro, política que desagradava os funcionários por ser um local mais distante. Algumas denúncias indicavam a remoção até para outro estados, como Minas Gerais⁶⁰³, vistas como uma forma de punição aos sindicalizados. *O Jornal* tinha um posicionamento contrário à manutenção desses funcionários civis e pregava a dispensa imediata conforme o que fazia as diretorias antigas:

Esta Diretoria, a exemplo de casos anteriores, poderia dispensar, por falta de trabalho, todos os que excedessem ao número necessário; preferiu, no

⁵⁹⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00145, 11 de outubro., 1935, p. 6.

⁵⁹⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00145, 11 de outubro., 1935, p. 6.

⁵⁹⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00140, 5 de outubro., 1935, p. 3.

⁶⁰⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00101, 21 de agosto., 1935, p. 6.

⁶⁰¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00145, 11 de outubro., 1935, p. 6.

⁶⁰² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00106, 27 de agosto., 1935, p.2.

⁶⁰³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00068, 13 de julho., 1935, p.2.

entanto, distribuí-los pelas diversas inspetorias do interior, onde há serviço em carros de madeiras e locomotivas a vapor, evitando, assim, que ficassem sem emprego os operários em apreço.⁶⁰⁴

A situação da Central do Brasil era descrita como caótica nas páginas dos jornais. Por quase todo o ano de 1935 era noticiado acidentes nas vias do trem⁶⁰⁵, a gestão do coronel Mendonça Lima era recorrentemente criticada, havia também a divisão interna no principal sindicato da categoria, em que *O Jornal* dizia haver uma “crise, devida à divergência suscitada entre os membros da diretoria”⁶⁰⁶ do Sindicato Unitivo. A divisão se dava por críticas à gestão de Mendonça Lima, que se retratava enviando um memorial de reivindicações⁶⁰⁷ para Getúlio Vargas, apresentando argumentos da precariedade da estrada de ferro por causa da “falta absoluta de material e a impossível renovação do atual, por falta de verba. [...] difícilíssima a situação do Central do Brasil, que já não oferece comodidade e garantia ao público”.

A Coligação Ferroviária como ala sindical oposicionista fazia pressão no Sindicato Unitivo e acusava o Ministério do Trabalho de acobertar as ações erradas dentro do Sindicato por causa da eleição ilegal de representantes e do desvio de rendas:

Concitemos a massa ferroviária da Central do Brasil a repelir qualquer contato com essa gente sem brio e sem dignidade, mesmo porque a sua gestão juntamente com a do seu Conselho de Representantes, é ilegal, conforme pronunciamento judiciário que breve se fará sentir, responsabilizando-se criminalmente pelo desvio de rendas que o apadrinhamento do Ministério em vão se esforça por acobertar.⁶⁰⁸

⁶⁰⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04791, 25 de maio., 1935, p. 5.

⁶⁰⁵ Havia notícias semanalmente de acidentes e descarrilamentos de trem. A mais emblemática ocorreu no dia 16 de outubro de 1935, quando havia a informação do choque entre dois expressos na estação de São Francisco Xavier. Os primeiros números especulados davam em 20 mortos e 100 acidentados, porém, nos dias seguintes a “hecatombe” já indicava a existência de mais de 80 mortos pelo desastre. Ambos os jornais informam sobre o início de uma revolta popular que precisou ser contida pela Polícia Especial nos arredores da Central do Brasil. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00150-00151, 17 de outubro., 1935, p. 1; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00152, 18 de outubro., 1935, p. 1; *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05006, 17 de outubro., 1935, p. 1, 11 e 16. O jornal *A Manhã*, em parceria da Associação Jurídica Brasileira (AJB), lutou para inocentar e indenizar o maquinista Ismael e outras vítimas do acidente. Queriam responsabilizar somente o diretor da Central do Brasil, o coronel Mendonça Lima, por causa da má administração. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. A00154, 20 de outubro., 1935, p.1.

⁶⁰⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04817, 25 de junho., 1935, p. 11.

⁶⁰⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47827, 6 de julho., 1935, p. 3.

⁶⁰⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00032, 1 de junho., 1935, p.8.

Pelos relatos do jornal *A Manhã*, dava para entrever que o conflito da Coligação Ferroviária contra o Sindicato Unitivo não atingia somente figuras ligadas ao Ministério, mas também figuras ligadas à burocracia sindical e aos próprios operários, que se encontravam divididos:

Hoje vamos denunciar mais uma manobra, que vem sendo urdida por um alto funcionário daquele ministério. Este senhor, que se chama Clodoveu de Oliveira, e cujo estado moral se pode avaliar com o exemplo da sua retirada em S. Paulo de um vagão da Central, carregado por estar completamente bêbado; este senhor, procura no círculo dos burocratas sindicais do tipo do Chrisostomo de Oliveira e de outros cavalheiros da Federação do Trabalho, forjar uma frente única em torno de Santos Souza, [...] Uma frente única forjada por semelhante pessoa e com tais elementos, só pode se abismar na própria podridão de suas formações morais [...] ⁶⁰⁹

Além dos conflitos dentro dos sindicatos, havia uma percepção dos benefícios de iniciar o processo de sindicalização, que começava por projetos estaduais⁶¹⁰ que garantiam somente aos sindicalizados o direito de exercer cargos em empresas públicas e no interesse mais basilar, que era o de poder exigir direitos “dentro da lei e da justiça”⁶¹¹. Contudo, o jornal aliancista enfatizava mais a dificuldade e os limites de se tornar um trabalhador sindicalizado, relatando casos de perseguições⁶¹², punições maiores⁶¹³ e a corriqueira preferência das empresas pelos não sindicalizados⁶¹⁴, etc.

⁶⁰⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00140, 5 de outubro., 1935, p. 3.

⁶¹⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00178, 13 de novembro., 1935, p. 2.

⁶¹¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00077, 24 de julho., 1935, p. 6.

⁶¹² Fica visível como era mal visto o funcionário que usasse a justiça para condenar sua empresa. A seguir, apresenta-se a Junta de Conciliação decidindo e o Ministério do Trabalho acatando que o presidente do sindicato dos trabalhadores em petróleo deveria voltar ao trabalho na empresa Atlantic, onde a Procuradoria do Trabalho mandou obrigar sua readmissão. Apesar disso, a empresa obrigou o funcionário, na sua volta, a se demitir: “depois de reempossá-lo obrigou-o imediatamente a pedir demissão”. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00166, 1 de novembro., 1935, p. 7.

⁶¹³ Após 5 anos sem aumento nas empresas de petróleo, somente os não-sindicalizados receberam aumento e os sindicalizados sofrem perseguições após pedidos em tal demanda, conforme relato do jornal: “E, como um castigo aos sindicalizados, aumentaram somente os empregados e operários que não pertencem ao Sindicato”. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00031, 31 de maio., 1935, p. 6.

⁶¹⁴ A notícia a seguir, deixa explícito o risco que se tinha aos ser um sindicalizado: “Os operários em pedreiras, sindicalizados continuou o presidente do Sindicato - são demitidos e substituídos pelos que não o são, conforme as últimas dispensas. Para quem apelar, afinal?”. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00022, 21 de maio., 1935, p. 7.

Na empresa Casa Lamas⁶¹⁵, da área de marcenaria, uma campanha era levantada para evitar que seus empregados se sindicalizassem a partir de duas medidas: a primeira, se tratava em não reconhecer a existência do sindicato da categoria (Sindicato dos Trabalhadores em Marcenaria e Classes Anexas) e a segunda, através da suspensão dos trabalhadores sindicalizados. A sindicalização para o empresariado representava um risco, pois envolvia, além da fiscalização das fábricas, uma maior probabilidade de intervenção do Ministério, por meio de Juntas de Conciliação, nas relações dos trabalhadores com os patrões.

Ao trabalhador, entrar num sindicato, ao mesmo tempo que poderia ser uma garantia de ter mais direitos, poderia representar certos riscos. O caso⁶¹⁶ dos trabalhadores do setor aeroviário representa bem isso. Ao se denunciar a exploração das empresas estrangeiras no país (*Panair, Air France e Condor*) no título “Os transportes aéreos na mão do imperialismo”, os funcionários reclamam do pouco poder de escolha para entrar no setor: ao mesmo tempo, se forem sindicalizados podem não ter emprego, pois essas companhias não contratam sindicalizados, mas também se não são sindicalizados não podem demandar direitos caso estejam empregados:

Ora, não pode haver maior desrespeito às leis do país! Aí existe, mesmo um conflito de ordem jurídica entre a empresa que não aceita empregados legalizados, e a legislação trabalhista, que, ao contrário, não reconhece nenhuma reivindicação dos trabalhadores fora daquela exigência.

A falta de definição do que era um sindicato também trazia problemas que afetavam a implementação dos direitos trabalhistas. O caso⁶¹⁷ a seguir, demonstra as ações do juiz Ribas Carneiro, que, na argumentação do jornal, ignorava o art. 120 da Constituição e o Decreto nº 24.694⁶¹⁸, de 12 de julho de 1934, insistindo na tese de que a representação sindical para o operário insatisfeito no trabalho “só podia ser tomada a reclamação com a presença do reclamante afim de assinar a mesma” nas procuradorias de trabalho. Neste caso

⁶¹⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00082, 30 de julho., 1935, p. 8.

⁶¹⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00066, 11 de julho., 1935, p. 2.

⁶¹⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00114, 5 de setembro., 1935, p. 7.

⁶¹⁸ Art. 2º Consideram-se os sindicatos como órgãos: a) de defesa da respectiva profissão e dos direitos e interesses profissionais dos seus associados; cf. BRASIL. Decreto nº 24.694, de 12 de Julho de 1934. Dispõe sobre os sindicatos profissionais. Coleção de Leis do Brasil - 31/12/1934, Página 838 Vol. 4 (Publicação Original), 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24694-12-julho-1934-526841-publicacaooriginal-1-pe.html>

específico, o envolvido era um professor que não pôde ser representando pelo seu sindicato⁶¹⁹. O caso foi repercutido em outras edições⁶²⁰ do jornal através de inúmeros telegramas de sindicatos indignados pela decisão do juiz Ribas Carneiro e, na Câmara, o protesto foi ecoado pelo vereador Chrisostomo de Oliveira, em que, segundo o político, “por suas próprias palavras, considera a atitude do juiz atentatória à legislação do trabalho posterior a 1930”⁶²¹

Para o jornal aliancista, algumas leis sociais também eram tratadas como instrumento de divisão dos trabalhadores pelo seu caráter nacionalista. O caso mais emblemático desse problema ocorreu durante a luta dos motoristas pelo controle do sindicato chamado União, enquanto também acontecia a discussão de um projeto na Câmara⁶²² sobre a nacionalização da profissão do volante, em que deputados classistas gostariam de restringir a profissão somente para os brasileiros. O jornal é contrário ao projeto e fica ao lado da chapa sindical União Reivindicadora, mostrando ser a proposta feita por um “patriotismo inglório” e também uma “cilada do nacional-socialismo”. Os ataques da chapa e do jornal são direcionados a Alberto Ferreira, presidente da União Brasileira dos Chauffers, que se esqueceu que “a UBC é constituída, na sua grande maioria, de estrangeiros radicados no Brasil”⁶²³ e que deveria lutar a favor das principais demandas⁶²⁴ da categoria, como o melhoramento das condições de vida dos *chauffers* através da reivindicações que giravam entorno da diminuição do preço da gasolina e de outros acessórios e da retirada de ônibus das avenidas para evitar multas, ao invés de ficar dividindo os trabalhadores da categoria por nacionalidade.

⁶¹⁹ A contestação da decisão era da Comissão Executiva do Sindicato dos Trabalhadores em Marcenarias, que se solidarizou com o caso e defendeu a ideia dos sindicatos como representantes diretos dos associados, de modo que o operariado não tivesse que perder seu dia de trabalho para fazer reclamação. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00090, 8 de agosto., 1935, p. 2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00131, 25 de setembro., 1935, p. 3.

⁶²⁰ Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00131, 25 de setembro., 1935, p. 3; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00139, 4 de outubro., 1935, p. 7.; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00146, 12 de outubro., 1935, p. 2; *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00150-00151, 17 de outubro., 1935, p. 5.

⁶²¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00131, 25 de setembro., 1935, p. 3.

⁶²² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00109, 30 de agosto., 1935, p. 7.

⁶²³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00121, 13 de setembro., 1935, p. 2.

⁶²⁴ Em compasso com a ala sindical chamada União Reivindicadora, o jornal tece o seguinte comentário: “A célebre nacionalização da profissão de motoristas tem como única finalidade dividir nossa corporação entre nacionais e estrangeiros, como se os chauffeurs que mal ganham para comer tivessem nacionalidade diversas. Brasileiros ou estrangeiros, lutamos todos para sustentar-nos e às nossas famílias, sem nenhuma distinção de nacionalidade. LUTAREMOS CONTRA A NACIONALIZAÇÃO da corporação e queremos que, estrangeiros e brasileiros, sejam todos iguais, como realmente o são, com os mesmos direitos, se é como se vê, que tem todos os mesmos deveres.” Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00153, 19 de outubro., 1935, p. 7.

Deixando de lado as dificuldades e limites vividos pelos trabalhadores, o periódico *Jornal* veiculava uma lógica bem simples: a divisão dos trabalhadores entre aqueles que poderiam ser considerados bons e aqueles que seriam desordeiros. Os bons seriam os pacatos, que não utilizavam a violência como instrumento e acreditavam na conciliação com patrões e os órgãos responsáveis. Os “ruins”, seriam aqueles que integravam sindicatos combativos, que se utilizavam da greve e dos manifestos como formas de exigir demandas. A necessidade de se ter trabalhadores ordeiros estava intimamente ligada à benfeitoria de se desenvolver o país. Logo, a harmonização das demandas dos trabalhadores estava sempre atrelada à finalidade do Estado em organizar as atividades produtivas para desenvolver o país.

O caso mais simbólico era a luta dos bancários que conseguiram criar um projeto legislativo para o aumento salarial da categoria. *O Jornal* e principalmente Assis Chateaubriand se posicionaram no sentido de mostrar a infelicidade e a inconstitucionalidade⁶²⁵ do projeto, dizendo que “65% dos institutos de crédito teriam que fechar as portas” por causa da demanda “anti-bancária dos extremistas que trabalham nos bancos do Rio e de São Paulo”. Os “cinco ou seis mil companheiros em vésperas de ficar sem pão”⁶²⁶ seriam, para o colunista, responsabilidade dos bancários que exigiam o aumento salarial “sem ter avaliado a capacidade financeira de nenhum banco”⁶²⁷, mesmo “depois de terem ganho, estes últimos dois anos, várias conquistas sociais”⁶²⁸. Na visão de Assis Chateaubriand, por culpa dos “leaders extremistas bancários”,

Procura-se criar uma miserável luta de classes, de que até pouco tempo ninguém tinha notícia. Banqueiros e funcionários de bancos se entendiam sobre os interesses comuns, não existindo sombra desse antagonismo que hoje se procura estabelecer entre o poder patronal e os bancários. Foi preciso que surgisse ultimamente uma minoria de exaltados para que se envenenasse o tradicional ambiente de cordialidade entre as duas classes.⁶²⁹

⁶²⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47815, 22 de junho., 1935, p. 2; *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47823, 2 de julho., 1935, p. 4.

⁶²⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47813, 20 de junho., 1935, p. 2.

⁶²⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47815, 22 de junho., 1935, p. 2.

⁶²⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47814, 21 de junho., 1935, p. 2.

⁶²⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47814, 21 de junho., 1935, p. 2.

Apesar de dar um breve espaço⁶³⁰ no jornal aos bancários descontentes e defensores do projeto, a ênfase maior era direcionada aos bancários contrários ao projeto de salário mínimo. Em letras garrafais, no anúncio intitulado “O projeto do salário mínimo é repellido pelos próprios bancários”⁶³¹, o jornal faz propaganda da divisão existente na categoria e lista uma série de nomes de bancários contrários à medida. O jornal continuava a insistir na tese de que a permanência da luta dos bancários era feita por extremistas com finalidades de criar “agitações políticas no país”, visto que a categoria estava “bastante longe de constituir a classe mais necessitada do país”⁶³².

Nesse mesmo sentido, quando se mencionava a visão dos trabalhadores sobre as leis sociais, destacavam-se os elogios, como ocorreu na reunião do Sindicato dos Transportadores Terrestres. Ao descrever a realidade dos trabalhadores em relação às demandas trabalhistas, o orador “Antonio Oliveira” comenta que “as reivindicações atuais” da categoria já estão todas “em vias de solução satisfatória” e por causa disso, apresentou “uma moção de simpatia e solidariedade ao ministro do Trabalho, que foi unanimemente aprovada.”. Nela, se comenta em tom de gratidão em que

os trabalhadores em transportes terrestres, sem distinção das categorias profissionais, chauffeurs, motoristas, cocheiros, carroceiros, ajudantes de caminhões, trocadores, despachantes e lavadores dos automóveis, estão se libertando da escravidão em que viviam, pela conquista e aplicação de novas fórmulas do trabalho e salário que lhe dão mais um pouco de vantagem social.⁶³³

Em abundantes partes do *Jornal*, o desenvolvimento tecnológico era o principal objetivo a ser alcançado no país e seus feitos eram constantemente celebrados na cidade do Rio de Janeiro. No dia 12 de junho de 1935 o *Jornal* enfatiza⁶³⁴ a criação de uma nova estação telefônica feita “na Tijuca, em Vila Isabel, no Andaraí, no Alto da Boa Vista e nos bairros adjacentes” pela Companhia Brasileira Telefônica, empresa onde o próprio Assis Chateaubriand trabalhou antes de entrar no mundo da imprensa e era um fiel defensor. No

⁶³⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47827, 6 de julho., 1935, p. 4.

⁶³¹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47840, 21 de julho., 1935, p. 5.

⁶³² *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47887, 13 de setembro., 1935, p. 4.

⁶³³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 47821, 29 de junho., 1935, p. 5.

⁶³⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04806, 12 de junho., 1935, p. 5.

dia 12 de julho de 1935 celebrava-se uma inovação tecnológica, que era anunciada como “a primeira máquina de impressão fabricada no Brasil”⁶³⁵. No dia 27 de setembro de 1935, o elogio se dava à inauguração⁶³⁶ da fábrica de doces “Cidade Maravilhosa”. A notícia destacava o clima amistoso do lançamento de uma promoção, enquanto a descrição e a fotografia revelavam a harmonia entre o fundador da fábrica e os seus trabalhadores, sinalizados por um momento de descontração entre famílias, donos e crianças.

Imagem 10 – O interior da fábrica serviu para o periódico mostrar a reunião entre trabalhadores e patrões num clima amistoso.



Fonte: *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04989, 27 de setembro., 1935, p.11.

Na coluna central⁶³⁷, em elogio ao crescimento econômico que se passava no país após a Revolução de 1930, Chateaubriand vai comentar que:

No Rio de Janeiro e na capital paulista, o número de novas construções urbanas, em 1934, quase atingiu o período do máximo dessas atividades,

⁶³⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04832, 12 de julho., 1935, p. 5.

⁶³⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04989, 27 de setembro., 1935, p.11.

⁶³⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04807, 13 de junho., 1935, p. 2.

em 1928 e 1929 [...] As próprias arrecadações federais, documentando esse borbulhar de nova seiva econômica, não fazem senão confirmar a curva ascendente de nosso trabalho.

Se havia enormes pontos de discordâncias sobre a utilidade das leis sociais entre os dois projetos políticos presentes no jornal *A Manhã* e *O Jornal*, por outro lado, havia também pontos em comum sobre a necessidade de reformar as leis trabalhistas. Ambos acreditavam que a inaplicabilidade das leis sociais vinha por causa do ritmo de cumprimento das regras e dos dispositivos.

A morosidade era algo que afastava os trabalhadores ao acesso imediato dos direitos trabalhistas, que podiam representar uma mínima condição de vida logo após uma demissão ou alguma indisposição contra o patrão. A diferença era que *O Jornal* acreditava que o defeito presente na redação das leis era pela sua má constituição “dada a pressa que foram elaboradas”⁶³⁸, “copiadas de modelos estrangeiros”⁶³⁹ e possuidora de uma “pluridade de critérios adotados”⁶⁴⁰, sendo necessário somente uma reforma pelas autoridades para melhor adequar os direitos trabalhistas. De modo geral, o *Jornal* reconhecia que os trabalhadores também exigiam reformas das leis trabalhistas, porém não identificavam como estratégias patronais para driblar a legislação e as demandas trabalhistas.

Para o jornal *A Manhã*, a morosidade tinha uma intencionalidade por trás, que na real escondia uma estratégia patronal para “driblar” os direitos trabalhistas e a efetivação das leis. O jornal aliancista deixava exposto em uma série de vezes o operariado tendo que esperar para ter suas demandas atendidas, quando não arquivadas. Na publicação de 2 de julho⁶⁴¹, intitulada “Uma decisão do Conselho Nacional do Trabalho que, há 2 anos, a Light não respeita”, se denuncia um processo trabalhista que durava já há 2 anos, quando o operário negro Rolino Xavier fora demitido, não recebendo nada por isso e ganhando a causa para ser reintegrado. O jornal acusa a empresa *Light* de não respeitar as leis sociais e de ainda gastar dinheiro a seu serviço com “um verdadeiro regimento de rábulas e advogados, beneficiários das suas propinas” para se defender de pagar ao operário demitido.

⁶³⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04886, 12 de setembro., 1935, p. 5.

⁶³⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04887, 13 de setembro., 1935, p. 5.

⁶⁴⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04887, 13 de setembro., 1935, p. 5.

⁶⁴¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00058, 2 de julho., 1935, p. 2.

Na empresa Marmeto S.A, o operário Cesar Augusto Pinheiro, sindicalizado associado ao Sindicato dos Operários em Pedreiras, denuncia que o seu patrão, o proprietário Cesar de Mello e Cunha, vem preferindo pagar advogados para contestar o recebimento de valores que era seu por direito. Ao ser demitido, o patrão deixou de pagar valores referentes ao período em que o operário demitido tinha direito nas suas férias. Para Cesar Augusto, o patrão “é um engenheiro sempre disposto a sonegar os direitos dos seus assalariados e para isto, segundo uma das expressões prefere gastar com os advogados do que cumprir a lei”⁶⁴².

Os trâmites para a resolução de conflitos entre trabalhadores e patrões também sofriam de uma incomum demora. Um longa história de negociações⁶⁴³ poderia ser ruim para os trabalhadores. O que atesta isso era o caso que envolvia a entrada de um novo proprietário⁶⁴⁴ na CIP (Companhia Impressão e Publicidade) e os trabalhadores remanescentes da empresa representados pelo sindicato UTLJ (União dos Trabalhadores de Livros e Jornais). Ao assumir a empresa, o proprietário queria impor aos seus funcionários uma diminuição dos salários de qualquer maneira. Por longos meses a Companhia primeiro tentou diminuir os salários diretamente com os empregados, depois por meio de discussões com uma Comissão de operários, em seguida com o sindicato da classe (UTLJ), tentou também através Comissão Mixta de Conciliação e Arbitragem que reunia figuras do próprio Ministério do Trabalho. Contudo, quanto mais fases de negociação eram adicionadas, menos a situação parecia ter alguma solução imediata. O medo do sindicato UTLJ era que a falta de resolução pudesse beneficiar e garantir a diminuição do salário dos trabalhadores nas outras companhias atentas ao caso e que visassem cortar gastos com os trabalhadores gráficos:

o ponto de vista da U. T. L. J.. é o de que, como órgão sindical da classe, não pode permanecer indiferente a uma tentativa patronal desse gênero, pois, a vitória da mesma significaria porta aberta para que, amanhã, valendo-se do precedente, todas as demais empresas jornalísticas do Rio, reduzissem o salário de seus empregados. Isso resultaria não só no agravamento das necessidades já prementes dos gráficos desta capital,

⁶⁴² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00083, 31 de julho., 1935, p. 2.

⁶⁴³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00167, 2 de novembro., 1935, p. 2.

⁶⁴⁴ Segundo informa o jornal, Pedro Vergara, há 4 meses do dia desta publicação, tinha comprado a CIP do antigo proprietário, o sr. J. S. Maciel.

como no desaparecimento da U. T. L. J. como aparelho de proteção dos interesses da classe. Evidentemente, nenhum gráfico de consciência, poderá desejar tal coisa. Para deliberar sobre esse caso, sera convocada brevemente uma grande assembleia geral do sindicato.

A morosidade dos órgãos em solucionarem as disputas trabalhistas também é notado pelas operárias têxteis em greve na fábrica São Durão⁶⁴⁵, representadas pela União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT). Elas estavam há 2 semanas esperando a decisão da Comissão Mista de Conciliação do Ministério do Trabalho para saber se suas demandas serão atendidas ou não. O jornal denuncia que a demora se trata de uma estratégia patronal que partiu de dentro da própria Comissão para enfraquecer o movimento grevista das trabalhadoras e com isso facilitar a desistência de suas demandas. Noticiava-se no dia 20 de novembro uma reunião da Comissão, porém o que ocorreu foi a ausência “como das vezes anteriores” dos membros (não identificados) na discussão de uma possível resolução. Dias depois, na publicação do dia 22 de novembro, comenta-se que deveria ter mais uma reunião, porém o que se teve foi a mesma estratégia patronal de protelação:

Com o evidente intuito de protelar a solução do movimento, os representantes dos patrões não compareceram. Aliás, isto já era esperado, pois o sr. Cardoso, gerente da fábrica, havia declarado antes que era desejo seu não comparecer às reuniões da Comissão, para que o caso não fosse solucionado a contento dos grevistas. Acha o sr. Cardoso que, adiando indefinidamente, a solução da greve, os operários serão vencidos pelo desânimo e voltarão ao trabalho sem que as suas reclamações sejam atendidas. Mas, segundo nos declarou uma comissão de trabalhadores da fábrica São Luiz Durão, que ontem nos visitou, esta manobra patronal não surtirá o menor efeito, pois que os grevistas estão dispostos a não ceder em hipótese nenhuma, levando o movimento até a vitória, uma vez que os patrões não poderão permanecer com os trabalhos paralisados por tempo indefinido.

Outros pontos em comum entre os dois jornais eram sobre o problema das leis sociais brasileiras serem consideradas cópias mal adaptadas de leis estrangeiras,

⁶⁴⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00185, 20 de novembro., 1935, p. 7.

importadas pela necessidade de adequá-las rapidamente para o país. *O Jornal* comenta a necessidade das leis trabalhistas “se inspirem na realidade nacional, fugindo das imitações perniciosas de experiências estrangeiras [...]”. A importação de leis estrangeiras para nosso meio perturbaria “de maneira mais grave a solução dos nossos problemas especiais [...]”⁶⁴⁶. *A Manhã*, por sua vez, reverberava a crítica das leis sociais como uma simples imitação de leis estrangeiras importadas⁶⁴⁷. No título “Corrompida nas suas verdadeiras finalidades”, o jornal aliancista entrevista um operário ferroviário não identificado que caracteriza a legislação que formulou o instituto previdenciário, chamado de “Caixa de Pensões e Aposentadorias da Central do Brasil” como uma imitação do estrangeiro e para prejudicar os contribuintes. A finalidade de oferecer remédios e serviços médicos não vinha sendo cumprida para os funcionários, que se viam desamparados no discurso do operário:

A Caixa de Aposentadorias e Pensões da E.F.C.B. não corresponde aos interesses dos ferroviários da Central do Brasil, pois iniciou a sua legislação copiada de originais estrangeiros (sempre a infiltração), e de molde a não favorecer os contribuintes. Controlada pelo Conselho Nacional do Trabalho, encosto de sociólogos demagogos, comete os maiores dispautes. A lei 20.465, que passou no lusco fusco de um período de transição social, herdando os defeitos e consequências de mentalidades retrogradadas ou por outra estatística, não veio amparar os ferroviários e suas famílias.

Durante as reuniões do Congresso Ferroviário no dia 26 de outubro de 1935 em Vitória-ES⁶⁴⁸, foi feita a confecção do memorial da categoria, contendo as principais demandas e críticas dos ferroviários e entregue ao Ministério do Trabalho. Uma das críticas contida no documento foi que, o movimento de 1930, ao perceber que não poderia mais ignorar a questão social, sob o risco de ser tragado por uma revolução social do proletariado, montou toda uma legislação social de forma completamente apressada. Mostrando que a questão social e a legislação correspondente são assuntos muito complexos para serem tratados rapidamente, o que acabou que se tornando uma simples tapeação ao trabalhador:

⁶⁴⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04859, 11 de agosto., 1935, p. 4.

⁶⁴⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00097, 16 de agosto., 1935, p. 2.

⁶⁴⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00161, 27 de outubro., 1935, p. 8.

[...] os novos dirigentes da nação apressaram-se em fazer uma legislação social que servisse de muralha de algodão aos embates da inquietação da consciência do proletariado brutalmente despertada da tradicional modorra pela precipitação dos acontecimentos político-econômico-sociais nacional e internacional. Diante da necessidade urgente de ocupar a ordem interna, de firmar a confiança externa, de consolidar a vitória das armas e atender aos reclamos da inquietação do proletariado, que queria alguma coisa mais que não sabia definir então, surgiu a necessidade inadiável de uma legislação social que foi toda feita de afogadilho, aos retalhos, entre a desconfiança, o protesto e mesmo a resistência de muitos estadistas de então que não puderam, desde logo, mergulhar fundo o olhar no panorama social do país, que era inquietador e inseguro.⁶⁴⁹

Em consonância com essa análise histórica, o *Jornal* também mencionava a improvisação das leis sociais que tiveram origem no começo do governo revolucionário de 1930, que quando implementadas mais ocasionaram insatisfações do que benefícios para a classe trabalhadora:

É verdade que o Governo Provisório, logo após a vitória da Revolução de 30, fez publicar uma série de decretos nesse sentido. Dada a pressa com que foram elaboradas, essas leis provocaram uma justa indignação no seio da classe trabalhadora, em face de medidas antipáticas postas em execução sob o pretexto de melhorar a situação pessoal de cada operário. Verificou-se então, um fato inédito na história das nossas conquistas sociais: os próprios operários repudiaram a legislação que se confeccionou em seu benefício, sob a alegação de que ela, em vez de protegê-los, só serviu para criar ônus enormes que muito comprometiam os parcos vencimentos de que já dispunham. O governo, tomando em consideração a necessidade da reforma das nossas leis de previdência, grandemente viria contribuir para que se aplainassem as dificuldades existentes neste momento, para uma perfeita aproximação entre patrões e operários.⁶⁵⁰

⁶⁴⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. 00186, 21 de novembro., 1935, p. 2 e 5. Grifos meus.

⁶⁵⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 04886, 12 de setembro., 1935, p. 5.

Os diferentes usos, possibilidades e visões das leis sociais por dois projetos políticos distintos revelam posicionamentos diametralmente opostos no campo da imprensa, mesmo que pudesse haver a confluência em algum ponto. A seguir, a cobertura midiática da luta dos metalúrgicos estarão na cerne dessa disputa que combina interesses financeiros, luta dos trabalhadores e intermediação do Estado.

3.1. As diferentes coberturas jornalísticas da luta dos metalúrgicos

As formas como a imprensa operária representada pelo *A Manhã* e a imprensa empresarial representada pelo *O Jornal* situaram a greve dos metalúrgicos em 1935 apresentam desencontros de informações e omissões sobre os eventos. A primeira menção⁶⁵¹ de *O Jornal* sobre o caso dos metalúrgicos foi somente no dia 6 de novembro de 1935, quando o periódico noticiava uma reunião entre os industriais da categoria na sede da Federação Industrial do Rio de Janeiro. Lá, ficou decidido um ligeiro aumento salarial para a categoria, limitada “em um mil réis por dia”, visto que já era uma “base bastante onerosa, a que só chegaram pelo vivo desejo de atender, em parte, a aspiração dos seus empregados”. *O Jornal* qualifica como justos “os motivos pelos quais é impossível conceder maior aumento.”.

A primeira menção do jornal *A Manhã* sobre a greve dos metalúrgicos indica um acompanhamento mais intenso do movimento grevista. No mês anterior, especificamente no dia 10 de outubro de 1935, a sede do jornal já recebia um “numeroso grupo de trabalhadores metalúrgicos”⁶⁵² apelando a classe “para que se intensifique a luta pelo aumento de salário” e para que cerrassem “fileiras em torno do sindicato da classe”.

O principal sindicato representativo da categoria se tratava da União dos Trabalhadores Metalúrgicos (UTM)⁶⁵³. O que se pode perceber que é dentro desse próprio

⁶⁵¹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed. 05023, 6 de novembro., 1935, p.6.

⁶⁵² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00144, 10 de outubro., 1935, p.6.

⁶⁵³ Segundo Eduardo Navarro Stotz, a breve história da UTM no início do século XX remonta ao nascimento do sindicato União Geral dos Metalúrgicos em 1º de maio de 1917, após a superação de diferenças internas existentes dentro da categoria, que possuía diversas funções. O sindicato chegou a ser um dos maiores do Distrito Federal, possuindo quase 10 mil sócios em seu quadro entre 1925 e 1927. Por motivos de repressão e ilegalidade, o “antigo grupo dirigente” da UGM decidiu de 1932 para 1933 se submeter às leis sindicais e formaram com isso a UTM, legalizado pelo Decreto 19.770. Cf. STOTZ, Eduardo Navarro. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do sindicalismo corporativista (1932-1945)*. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1986, p. 97; 121-123, 171.

sindicato havia uma certa dissensão interna pelo comando, ficando sinalizada pela polêmica lançada pela *A Manhã* por esta ser contrário à expulsão de “3 associados” que “tanto tem lutado em prol de nossa causa”⁶⁵⁴. A maioria⁶⁵⁵ votava contra a expulsão dos associados. Dias depois, nas convocações sindicais do jornal, o informativo da UTM mencionava somente a “campanha do salário mínimo”⁶⁵⁶ como pauta principal a ser discutida após a manutenção dos membros defendidos pelo jornal, em uma clara demonstração da força aliancista dentro do sindicato.

De acordo com Stotz, por um breve período entre 1934 e 1935 houve uma exceção no relacionamento entre os grupos dirigentes da UTM, a oposição sindical e os metalúrgicos das fábricas, devido aos comunistas no sindicato, “cujo crescimento é perceptível desde fins de 1934”⁶⁵⁷, exigindo maior atenção das lideranças devido à política de mobilização que se construía. Com base nisso, o Estatuto de 4 de dezembro de 1934 da UTM permitiu a combinação de “métodos de luta próprios da classe operária – a exemplo da greve e do boicote – ao lado de outros que correspondem às exigências contidas nos dispositivos das leis sindicais”⁶⁵⁸, dando uma maior margem de liberdade ao sindicato. O autor ainda revela uma maior influência dos comunistas sob as bases sindicais, ocasionando a vitória da Oposição Sindical contra a expulsão deliberada de membros pela diretoria da UTM.

O anúncio da primeira greve⁶⁵⁹, ainda de modo parcial, vem no dia 21 de outubro, iniciada pelos metalúrgicos da fundição M. S. Lima. Segundo o jornal *A Manhã*, o fator que motivou o dissídio foi, em primeiro lugar, o não atendimento de férias aos sindicalizados da UTM dessa fábrica. Além disso, há a informação de que “Manoel Gonçalves e Manoel Coelho Filho, respectivamente, presidente e secretário do trabalho da União”, foram até a fábrica tentar conciliar o problema, porém “foram maltratados e hostilizados” pelos donos da fábrica.

No final de outubro de 1935, após uma série de reuniões sindicais da UTM, houve uma tentativa de conciliação dos metalúrgicos com os empresários entorno principalmente

⁶⁵⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00152, 18 de outubro., 1935, p.6.

⁶⁵⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00153, 19 de outubro., 1935, p.7.

⁶⁵⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed. A00154, 20 de outubro., 1935, p.7.

⁶⁵⁷ STOTZ, op. cit, p. 241.

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 172.

⁶⁵⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00155, 22 de outubro., 1935, p.7.

do aumento salarial. Segundo *A Manhã*, as tentativas de criar consenso foram negadas diretamente pelos industriais com o sindicato e também indiretamente na “Comissão Mixta de Conciliação”⁶⁶⁰ do Ministério do Trabalho. Pela negativa, publicava-se no dia 5 de novembro de 1935, a decisão⁶⁶¹ da UTM de paralisar as primeiras empresas através dos comitês de fábrica em cada local. *A Manhã* denunciava também a ocorrência de prisões dos associados “Sophia Dantas, Waldemar Jacintho e João Cardoso” pela “polícia-política” na sede da UTM.

Desde o começo das primeiras greves, *O Jornal* se manteve em silêncio sobre a movimentação dos trabalhadores. Porém, após o hiato informativo, no dia 10 de novembro, quatro dias depois⁶⁶² da primeira aparição, divulgava mais um comunicado⁶⁶³ dos empresários metalúrgicos reunidos, reafirmando a decisão inicial de se limitar a somente a um leve aumento salarial. Em tal comunicado, revelava-se a existência da luta da categoria, em que, há “cerca de alguns meses, os operários metalúrgicos, por intermédio do seu sindicato, pleitearam a assinatura de uma convenção coletiva com os empregadores”. Nos registros sindicais, a tentativa de entrar em conciliação antes de efetuar a greve é situada no mês de agosto:

⁶⁶⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00159, 25 de outubro., 1935, p.7.

⁶⁶¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00170, 5 de novembro., 1935, p.8.

⁶⁶² *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05027, 10 de novembro., 1935, p.6.

⁶⁶³ O comunicado também foi divulgado no jornal aliancista. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00175, 10 de novembro., 1935, p.6.

Tabela 4 – Assémbleias gerais durante o ano de 1935.

1935	janeiro	Denúncia de demissões e rebaixamento de salários nas fábricas de tecidos
	março	Anteprojeto de conveção sindicato – Usinas Santa Luzia
	abril	Programa de reivindicações para ser apresentado à firma Godinho & Cia
	junho	Discussão sobre recebimento de férias na Fundação Indígena Problemas em compor comitê da Godinho
	julho	Delegado da Godinho contra as horas-extras Campanha salarial na L.B. de Almeida
	agosto	Denúncia de demissão de sindicalizado na Cia. Construtora Nacional Campanha pelo salário mínimo na Godinho e M.S. Lino – resposta dos industriais; caso sindicalizado na C.C.N. – recorrer à Comissão mista de Conciliação
	setembro	resistência à sindicalização na Godinho; reunião de delegados; campanha salarial; empresa mano – bra para impedir participação sindical Ameaça de greve na CCN por causa de férias não pagas
	outubro	Greve na S.M Lino por causa férias não pagas – prisão dirigente sindical na porta da empresa – intervenção MTIC – acordo Passeata do dia 25; denunciada convenção da Cia Federal de Fundação

Fonte: STOTZ, op. cit, p. 269.

Ainda que houvesse uma reunião entre as partes na Comissão de Conciliação do Primeiro Distrito e até mesmo o envolvimento do “sr. ministro do Trabalho” para dirimir a questão, os industriais, através do comunicado, declaravam ausência de culpa na greve operária que rompia no Rio de Janeiro e que fizeram o suficiente para que os empregados fossem atendidos em suas demandas:

Estão, assim, leal e claramente expostos os motivos pelos quais os industriais metalúrgicos consideram não ter nenhuma responsabilidade na greve operária atual e para a qual não veem outra solução senão aquela

contida na proposta que já fizeram e que mantêm coesos, certos de que assim melhormente defendem os legítimos interesses dos seus próprios empregados.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1935.

A contraposição da UTM vem publicada no jornal *A Manhã* no dia 11 de novembro. A resposta⁶⁶⁴ apresentava uma série de pontos que deslegitimavam os argumentos das indústrias metalúrgicas e atacam as justificativas para o não aumento dos salários dos metalúrgicos. Em suma, os metalúrgicos sindicalizados argumentavam que os empregadores usavam a concorrência contra os industriais de São Paulo, os altos preços dos impostos e da conta de luz, a diminuição das receitas e a coesão interna entre os empregadores como obstáculos para o aumento. Pelo uso de tais motivos, os metalúrgicos insistiam na permanência da greve e na luta pelo aumento salarial, e se utilizavam do importante decreto⁶⁶⁵ nº 21.396, que previa a busca de acordo através da “comissão mixta de conciliação”, instrumento feito para motivar e proteger os trabalhadores a fazerem greve sem correrem o risco de serem demitidos pelos patrões.

A proposta inicial dos empresários metalúrgicos ainda seria reafirmada nas próximas edições⁶⁶⁶ do *Jornal*, dizendo que já havia um consenso entre o que foi combinado entre os industriais e as autoridades conciliatórias. Em tom de esperança, no dia 20 de novembro, mais uma vez⁶⁶⁷ o *Jornal* estabelece que a greve logo findará e que o acordo sairá em breve. Através de “fonte autorizada”, *O Jornal* obteve “as seguintes informações” que discorriam e revelavam o grande número de grevistas, a causa e a expectativa ansiosa de se resolver logo a questão e até mesmo um receio em caso da greve tomar proporções violentas:

[...] toda a indústria quer fábricas grandes, quer modestas oficinas, encontra-se praticamente paralisadas, com seus 25 a 30 mil operários desocupados. Motivou o movimento uma questão de salário, havendo

⁶⁶⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00176, 11 de novembro., 1935, p.4.

⁶⁶⁵ Cf. BRASIL. *Decreto nº 21.396, de 12 de Maio de 1932*. Institui Comissões Mistas de Conciliação e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/5/1932, Página 9390 (Publicação Original), 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21396-12-maio-1932-526753-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁶⁶⁶ Cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05031, 15 de novembro., 1935, p.3; *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05033, 17 de novembro., 1935, p.6; *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05034, 19 de novembro., 1935, p.6.

⁶⁶⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05035, 20 de novembro., 1935, p.3.

desinteligências entre empregadores quanto á avaliação das várias tarefas e o modo de remuneração.

Se bem que a questão ainda não esteja dirimida, acordos particulares entre patrões e operários já estão sendo assinados notando-se, em geral, vontade recíproca de entendimento. Os empregadores serão ouvidos hoje, ás 11 horas, pelo sr. Agamemnon Magalhães, ministro do Trabalho, e tudo faz acreditar, segundo estamos informados, que dentro de 48 horas a pendência estará solucionada. Os grevistas, em atitude totalmente pacífica, permanecem no seu sindicato, decorrendo tudo em tão perfeita calma, que não houve em momento algum, necessidade do serem tomadas medidas preventivas de policiamento.⁶⁶⁸

As dúvidas que pairavam no ar são as seguintes: por que então a greve se manteve? Como os trabalhadores da metalurgia deixaram de cumprir suas funções ao paralisarem suas fábricas por um bom tempo? O que se pode analisar de fato é que as greves foram sendo mobilizadas gradualmente e que aparentemente o comunicado dos empresários metalúrgicos dizendo não haver “pontos de vista divergentes entre os empregadores”⁶⁶⁹ era possivelmente uma estratégia para demonstrar coesão interna e também intransigir contra o aumento para 2\$000 réis diários demandados pelos metalúrgicos.

Durante a insistência dos empregadores na proposta inicial, os trabalhadores aumentavam a paralisação das fábricas como estratégia de luta. A prisão de membros da UTM, o não atendimento das demandas contidas no memorial (também chamada de plano de reivindicações) e a impossibilidade de resolver o conflito existente numa “Convenção Coletiva de Trabalho”⁶⁷⁰ motivaram ainda mais o passo seguinte de fechamento de fábricas, sendo as primeiras a “Beija Flor, Prestes e a Federação Fundição”. O fechamento de fábrica sempre ocorria sob a ameaça de paralisação total das outras fábricas e greve geral. Durante sucessivas reportagens, o jornal *A Manhã* acompanhou o crescimento do número de paredistas que paralisaram as fábricas, enquanto os empregadores ignoravam a demanda de “2\$000 de aumento diário aos trabalhadores e pagamento em dobro nos extraordinários”⁶⁷¹.

⁶⁶⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05035, 20 de novembro., 1935, p. 3.

⁶⁶⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05034, 19 de novembro., 1935, p. 6.

⁶⁷⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00171, 6 de novembro., 1935, p. 8.

⁶⁷¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00172, 7 de novembro., 1935, p. 11.

O número de metalúrgicos parados nas primeiras greves era, segundo *A Manhã*, inicialmente de 1500, “com a ameaça de se chegar a 15000”⁶⁷². O motivo para a permanência e aumento da greve encontrava-se na seguinte justificativa:

Os trabalhadores esgotaram todos os recursos da lei afim de obter as medidas pleiteadas. Todos os meios possíveis foram lembrados, inclusive a arbitragem do Ministério do Trabalho. Os industriais, entretanto, mantiveram-se intransigentes, forçando os trabalhadores a paralisar o serviço. A alegação dos patrões, de que a concorrência de São Paulo não permitia conceder aumento pleiteado, não é verdadeira.⁶⁷³

Quase todos os dias se contabilizava pelo jornal *A Manhã* o número de metalúrgicos que paralisavam suas funções e aderiam à greve, números que excedem muito aqueles registrados pelo Estado sobre operários que acionaram o instrumento de convenção coletiva (tabela 2 e 3):

Tabela 5 – Progressão da paralisação dos metalúrgicos no ano de 1935.

Dia do ano	Número de metalúrgicos paralisados	Número de fábricas paralisadas	Fonte
8 de novembro de 1935	1500 metalúrgicos paralisados	8 fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00173, 8 de novembro., 1935, p. 7.
9 de novembro de 1935	sem número divulgado	10 fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00174, 9 de novembro., 1935, p. 6.
11 de novembro de 1935	sem número divulgado	13 fábricas paralisadas -	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00176, 11 de novembro., 1935, p. 8.
12 de novembro de 1935	10.000 metalúrgicos paralisados	32 fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00177, 12 de novembro., 1935, p. 8.
13 de novembro de 1935	15.000 metalúrgicos paralisados	54 fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00178, 13 de novembro., 1935, p. 7.

⁶⁷² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00173, 8 de novembro., 1935, p. 7.

⁶⁷³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00173, 8 de novembro., 1935, p. 7.

14 de novembro de 1935	16 mil metalúrgicos paralisados	“mais de 50” paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00179, 14 de novembro., 1935, p. 7.
16 de novembro de 1935	17 mil metalúrgicos paralisados	67 fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00181, 16 de novembro., 1935, p. 8.
17 de novembro de 1935	18 mil metalúrgicos paralisados	69 fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00182, 17 de novembro., 1935, p. 8.
18 de novembro de 1935	19.825 metalúrgicos paralisados	sem número divulgado de fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00183, 18 de novembro., 1935, p. 8.
19 de novembro de 1935	20 mil metalúrgicos paralisados	77 fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00184, 19 de novembro., 1935, p. 8.
20 de novembro de 1935	20.500 metalúrgicos paralisados	79 fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00185, 20 de novembro., 1935, p. 8.
21 de novembro de 1935	20.800 metalúrgicos paralisados	sem número divulgado de fábricas paralisadas	<i>A Manhã</i> . Rio de Janeiro, ed.00186, 21 de novembro., 1935, p. 8.

Fonte: *A Manhã*

Alguns detalhes mostram que, na publicação de 12 de novembro de 1935, os metalúrgicos paralisados⁶⁷⁴ reclamavam da tentativa de conciliação da Federação da Indústria diretamente com o Ministério. Contudo, “a nota publicada pelos industriais surtiu efeito justamente contrário ao que eles esperavam”, segundo o *A Manhã*. De um dia para outro, mostra-se que, após a reunião, mais 22 fábricas metalúrgicas paralisaram, somando no total 54, alcançando 15.000 metalúrgicos paralisados. Enquanto isso, *A Manhã* sinalizava que três fábricas já haviam concedido os direitos demandados, se tratando de uma vitória parcial⁶⁷⁵ para o movimento grevista, mostrando que as fábricas também negociavam diretamente com o trabalhador para não parar suas atividades.

A negociação diretamente com os operários obrigavam as fábricas a assinarem um termo de responsabilidade⁶⁷⁶ na Procuradoria do Trabalho, promulgando o aumento. Na

⁶⁷⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00177, 12 de novembro., 1935, p. 8.

⁶⁷⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00178, 13 de novembro., 1935, p. 7.

⁶⁷⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00180, 15 de novembro., 1935, p. 3.

publicação de 14 de novembro noticia 16 mil metalúrgicos paralisados e reafirma que algumas fábricas estão aceitando as demandas trabalhistas (foram 2, Colombo Gambrini e Bruno Bobbio), assinando acordos através da Procuradoria do Trabalho, representando novas vitórias⁶⁷⁷ para o movimento. Neste dia, também se noticia que a greve ultrapassou os limites do Distrito Federal e atingiu a cidade de Niterói⁶⁷⁸, paralisando 400 operários em caldeira da firma Isidoro Pereira, situada na Ponta D'areia. A demanda era a padronização da tabela de pagamentos conforme o que se pedia pelos trabalhadores do Distrito Federal.

Nesses dias de intensa mobilização e consequente paralisação das fábricas foram tentadas reuniões entre todos os atores sociais. No dia 18 de novembro, houve um encontro⁶⁷⁹ entre representantes sindicais e o deputado Negrão de Lima com o ministro Agamenon Magalhães para acabar imediatamente com a greve, porém não houve sucesso. À noite⁶⁸⁰, haveria uma nova resolução conforme o que ficou estabelecido entre os patrões, o Ministério e a Comissão Executiva da UTM sobre a greve e a possibilidade de aumento.

A Manhã, no dia 19 de novembro, cita que os industriais não aceitaram a tentativa de conciliação proposto pelos trabalhadores e intermediado pelo Ministério. O perigo que rondava a continuidade da mobilização era tão grande que chegou a envolver Getúlio Vargas, pois, “o movimento grevista, assumiu tais proporções que o governo federal, impressionado, exigiu do sr. Agamemnon Magalhães uma rápida solução a fim de pôr termo à greve. [...] por sua vez, exigiu dos industriais uma breve solução”⁶⁸¹. A própria Câmara Federal⁶⁸², no dia 21 de novembro, pediu um requerimento cobrando explicações ao Ministro para que explicasse do porquê da greve não ter terminado.

No lado dos trabalhadores, as reuniões sindicais sinalizavam uma divisão sobre como proceder com o futuro laudo arbitral e na sustentação da greve. *A Manhã* em coro com o aliancismo queria a permanência das paralisações, pois visava a criação de uma greve geral que se espalhasse por outras categorias. Em um letreiro enorme chamado “EM MARCHA PARA A GREVE GERAL”, o jornal convocava para o alargamento da greve e

⁶⁷⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00179, 14 de novembro., 1935, p. 7.

⁶⁷⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00179, 14 de novembro., 1935, p. 12.

⁶⁷⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05033, 17 de novembro., 1935, p. 6.

⁶⁸⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00183, 18 de novembro., 1935, p. 8.

⁶⁸¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00184, 19 de novembro., 1935, p. 8.

⁶⁸² *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05037, 22 de novembro., 1935, p. 2.

na explosão dela em “todos os pontos do país”⁶⁸³. No dia 20 de novembro, o jornal comenta sobre a “assembléia-monstro”⁶⁸⁴ que foram reunidas mais de 5000 metalúrgicos na sede da UTM para decidir se paravam ou não a greve antes mesmo de conhecer o laudo. A grande maioria⁶⁸⁵ dos metalúrgicos votou em averiguar o laudo antes de por fim à greve. O registro sindical confirmava a grande reunião e o pujante número de metalúrgicos paralisados⁶⁸⁶.

Não necessariamente os números apresentados pelo jornal são fictícios, no entanto, conforme salienta a autora Sílvia Regina Ferraz Petersen, sobre o papel da imprensa operária, não “se pode perder de vista o caráter doutrinário/pedagógico que lhe é característico”⁶⁸⁷. Com base nisso, não se pode descartar a hipótese na qual a cobertura midiática informou números cada vez mais elevados da paralisação como uma estratégia para melhor mobilização para a greve geral, tentando angariar mais e mais metalúrgicos que consumiam diariamente o jornal. Também “não podemos cair na ilusão de que os editores eram [...] “fíéis porta-vozes”” de todos os trabalhadores e tendências, “da mesma forma que não podemos confundir os militantes com o conjunto da classe.”⁶⁸⁸.

A *Manhã* esteve ao lado dos que não confiaram⁶⁸⁹ imediatamente na resolução ministerial e apostavam numa mobilização constante⁶⁹⁰ dentro da UTM, em que através de auxílios⁶⁹¹ e subscrições, negociações individuais e paralisações poderiam driblar a “tática da fome” que os empregadores eram acusados de tramar para enfraquecer o movimento. A aposta também era fortalecer a categoria dos metalúrgicos como a protagonista⁶⁹² das greves gerais, em que suas lutas poderiam influenciar a paralisação de outras atividades econômicas. A sindicalização dos metalúrgicos também era vista como um exemplo de ferramenta para a construção da unidade entre todo o proletariado:

Os Comitês de Empresa e as comissões devem luta diária e sistematicamente para que todos os companheiros não sindicalizados

⁶⁸³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00185, 20 de novembro., 1935, p. 12.

⁶⁸⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00185, 20 de novembro., 1935, p. 8.

⁶⁸⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00186, 21 de novembro., 1935, p. 12.

⁶⁸⁶ STOTZ, op. cit, p. 263.

⁶⁸⁷ PETERSEN, S. R. F. *Imprensa periódica como fonte para a pesquisa sobre os direitos do trabalhador*. In: SCHIMIDT, Benito Bisso (Org.). Trabalho, justiça e direitos no Brasil. Pesquisa histórica e preservação das fontes.- São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 123

⁶⁸⁸ Ibidem, p. 124

⁶⁸⁹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00186, 21 de novembro., 1935, p. 8.

⁶⁹⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00181, 16 de novembro., 1935, p. 8.

⁶⁹¹ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00182, 17 de novembro., 1935, p. 8.

⁶⁹² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00185, 20 de novembro., 1935, p. 2.

entrem para o sindicato, leva-los às assembléias sindicais para que eles assistam e participem do que é nosso. [...] Que todos entrem para o sindicato evitando que nossos direitos sejam espoliados. Que não somente os companheiros trabalhadores amem e frequentem seu sindicato, mas que por ele se façam interessar mulheres e filhos, afim de educá-los e unificar a grande família do proletariado.⁶⁹³

De modo semelhante, os empregadores mostravam, através das páginas do *Jornal*, a existência de uma coesão interna entre eles, e, por outro lado, exibiam e realçavam a divisão interna existente nos trabalhadores sobre a questão de voltar ou não ao trabalho na presença do laudo arbitral na mesa de negociação. A divisão entre os trabalhadores era simbolizada da seguinte forma:

A comunicação foi bem recebida, havendo, até, manifestações de simpatia ao ministro do Trabalho e expressões de confiança na equidade do laudo que ficara de proferir.” [...]

Outros oradores, entretanto, desenvolveram tese diferente. Salientaram que, embora não houvesse motivo para desconfiança, não podiam os operários dar por terminado o movimento sem conhecer o sentido da decisão arbitral a ser proferida pelo ministro. Lembraram o “caso da Leopoldina”, em que, segundo alegava, voltaram ao trabalho na esperança de um laudo que nunca foi proferido. Acentuaram, afinal, que quem permaneceu 16 dias em greve, bem podia esperar mais um dia. Essas ideias receberam aprovação dos presentes, manifestando-se vários oradores no mesmo sentido; e isso levou o comitê executivo a declarar que acatava os votos da maioria em sessão permanente até o reinício do trabalho.⁶⁹⁴

Após dias de grande mobilização da classe metalúrgica, finalmente sai o laudo arbitral⁶⁹⁵. O *Jornal* tentou mostrar a insatisfação dos empregadores e os benefícios que os metalúrgicos ganhariam com o documento. Reunidos na sede da UTM “assim que se tornou

⁶⁹³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00185, 20 de novembro., 1935, p. 2.

⁶⁹⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05036, 21 de novembro., 1935, p. 3. Grifos meus.

⁶⁹⁵ Para conferir o laudo, cf. *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05037, 22 de novembro., 1935, p. 6; ele também fora publicizado pelo jornal aliancista, cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00187, 22 de novembro., 1935, p. 8.

conhecido o laudo do ministro do Trabalho, os presentes manifestaram com vivas seu contentamento [...]” e “demonstravam verdadeira satisfação pela terminação do dissídio.”. A greve para o *Jornal* estava findada, mesmo que somente noticiando a paralisação cortada ao ter “25 a 50 por cento” dos operários voltando a trabalhar. O jornal repercutia que a própria UTM considerava o movimento vitorioso. A declaração do presidente da UTM⁶⁹⁶, o “sr. Francisco Manoel Gonçalves” era ecoado nas páginas do *Jornal* através de uma entrevista:

Todos nós estamos satisfeitos com a solução dada pelo ministro ao nosso dissídio com os patrões. Se é verdade que não obtivemos a totalidade do que pleiteávamos, não podemos deixar de reconhecer que o laudo arbitral reflete não somente o espírito equitativo do ministro, como também uma manifestação de boa vontade de ambas as partes diretamente interessadas. Hoje de manhã -proseguiu o sr. Francisco Manoel Gonçalves- todos os operários se apresentaram, com disciplina, às oficinas, onde reiniciaram sem maior demora e em ambiente normal, as atividades que se achavam interrompidas.⁶⁹⁷

Ainda na entrevista, o presidente acabava entrando em rota de colisão com o jornal aliancista ao se posicionar contrário à “desvirtuação” da greve por outros operários extremistas. No subtítulo “Não nos prestaremos as manobras extremistas”, o *Jornal* noticia um certo afastamento do presidente dos metalúrgicos com as lutas travadas pelos aliancistas:

O sr. Francisco Manoel Gonçalves, depois de uma pausa, prosseguiu: - O que devo acentuar é a perfeita ordem em que permaneceram durante toda a duração da greve os operários filiados á nossa União. Não desconheço o fato de entre nossos milhares de aderentes um grupo reduzido criar agitações, mas não constitue esse grupo elemento ponderável da nossa agremiação.

Devo afirmar, a esse propósito, que não nos prestaremos ás manobras dos extremistas, seja qual for seu credo e que não permitiremos que nos tornem instrumentos políticos de qualquer grupo. A União dos

⁶⁹⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05038, 23 de novembro., 1935, p. 7.

⁶⁹⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05038, 23 de novembro., 1935, p. 7.

Trabalhadores Metalúrgicos é uma associação constituída legalmente para a defesa dos interesses da classe e não admitiremos que sejam desvirtuados os fins exclusivamente classistas de nossa associação.⁶⁹⁸

Mesmo com anúncios de fim da greve pelos dois distintos jornais, no dia 6 de dezembro, temos um novo comunicado⁶⁹⁹ da Federação da Indústria no *Jornal*, mostrando que o laudo arbitral não tinha validade para eles, pois “nenhum compromisso houve, nem direta e indiretamente” por parte dos empregadores neste dissídio, denunciando que a decisão arbitral “não pode ter um caráter imperativo”. A Federação ainda insistia que só cumpriria a proposta inicial que pregava o acréscimo de 1\$000 réis por dia.

Já o presidente da UTM Manoel, após o laudo, comemorava o fato de ter conseguido o acréscimo de 1\$400 réis por dia para a categoria e se colocava em oposição a certos grupos que encaravam o fim da greve como uma derrota, tal ideia era compartilhada entre os aliancistas do jornal *A Manhã*, que enfatizavam⁷⁰⁰ as represálias, perseguições, demissões⁷⁰¹ que uma parte dos metalúrgicos sofriam no término da greve, simplesmente por causa da paralisação e do pequeno aumento. *A Manhã* ainda comenta que o fim da greve seria uma decisão arbitrária da UTM, em que, “da enorme massa de grevistas, apenas uns 10% se dispôs a voltar ao trabalho, apesar do boletim distribuído pela Comissão Executiva da UTM, informando que fôra resolvida a volta ao trabalho”⁷⁰².

O conflito entre o presidente da UTM e os aliancistas seria travado não somente nas reuniões sindicais, mas também nas páginas dos jornais por causa de uma “provocação evidente”⁷⁰³ dos jornais dos *Diários Associados* à ANL. Ao ser perguntado sobre as atividades políticas dentro da UTM, Manoel deu a entender em entrevista no *Diário da Noite* (também publicada no *Jornal*) que as atividades sindicais não era um ambiente de mobilização política, mas sim somente de reivindicações de classe. A breve menção a tal fato contrariou os aliancistas presentes no sindicato, em que as inquietações foram transmitidas em algumas oportunidades no *A Manhã*, dizendo que Manoel estava entrando

⁶⁹⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05038, 23 de novembro., 1935, p. 7.

⁶⁹⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, ed.05049, 6 de dezembro., 1935, p. 5.

⁷⁰⁰ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00189, 24 de novembro., 1935, p. 7.

⁷⁰¹ Há uma lista de empresas responsáveis pela demissão arbitrária de operários. Cf. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00188, 23 de novembro., 1935, p. 8.

⁷⁰² *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00187, 22 de novembro., 1935, p. 8.

⁷⁰³ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00187, 22 de novembro., 1935, p. 8.

num caminho perigoso, de afastamento de apoio da categoria, chegando a ser até ventilada a necessidade de sua demissão pelo jornal.

O “Diário da Noite” publicou, há dias, uma entrevista concedida pelo sr. Francisco Manoel Gonçalves, presidente da U.T.M, o qual teria afirmado que “a ANL pretende explorar a greve dos metalúrgicos, em seu proveito. Essa entrevista causou a mais profunda indignação contra os grevistas [...] É verdade que, nessa carta, o sr. Gonçalves não confirma que tenha dito categoricamente, que a ANL, queria explorar o movimento em seu proveito. Mas, de qualquer modo, fica evidenciado o triste papel por ele representado e as testemunhas das declarações que ele nos fez podem aquilatar da firmeza das suas atitudes.”⁷⁰⁴

Ao se defender e tentar apaziguar a luta interna sindical, Manoel disse que suas falas na entrevista para *O Jornal* foram alteradas de sentido através de “floreio do repórter”⁷⁰⁵. Ainda assim, os jornalistas do *A Manhã* desconfiavam das intenções do presidente do sindicato e criticavam principalmente Assis Chateaubriand, responsável direto pelo o que se tramava nos jornais associados. Para se defender, o presidente Manoel, independente dos conflitos, insistia que a UTM devia acatar a decisão do Ministério e reforçar o desejo de resolver o problema com base na lei, “cooperando com o Estado para a solução dos litígios do Trabalho.”⁷⁰⁶

A UTM, em nota, mostra que não foi derrotada, mas sim vitoriosa, mesmo que dentro da “clarividência”⁷⁰⁷ do Ministro. Por fim, o jornal *A Manhã* criticava Assis Chateaubriand (caracterizado constantemente de “Nauseabundo”) e outros jornais que agiam na tentativa de repressão dos aliancistas através de provocações para dividir a categoria:

De resto os jornais do Nauseabundo, como o “O Globo”, como todos os jornais a serviço da reação, não se apresentam nos meios operários senão para prestar serviço à polícia. Serviço aliás prestado com absoluta indigência de habilidade, com espantosa revelação de burrice.

⁷⁰⁴ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00189, 24 de novembro., 1935, p. 7.

⁷⁰⁵ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00189, 24 de novembro., 1935, p. 7.

⁷⁰⁶ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00187, 22 de novembro., 1935, p. 8.

⁷⁰⁷ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00187, 22 de novembro., 1935, p. 8.

E a provocação com os metalúrgicos não fugiu da regra. Foi grosseira, foi idiota.

Evidentemente Assis Nauseabundo não presta mais nem para agente provocador.⁷⁰⁸

O fim da paralisação veio com o término da sua cobertura midiática em consequência do início dos levantes comunistas que estouraram no norte do país. A opinião pública e as páginas dos jornais são inundadas de anticomunismo, que afetaria a forma de se demandar direitos trabalhistas, limitando o trabalho das lideranças sindicais e reforçando ainda mais o papel persecutório da Lei de Segurança Nacional. Ainda que não fosse uma vitória total dos trabalhadores nos discursos aliancistas, a greve dos metalúrgicos de 1935 demonstrou sua capacidade de mobilização entorno dos sindicatos, das leis e das fábricas, atingindo um breve aumento salarial e chamando atenção das autoridades sobre o poder de manobra dos trabalhadores em exigir direitos.

⁷⁰⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, ed.00187, 22 de novembro., 1935, p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso das abordagens da história social para o meado da década de 1930 revela a complexidade existente na imprensa, no mundo do trabalho e nos direitos sociais. A combinação entre a imprensa como força ativa, o mundo do trabalho para além da luta de sindicalizados/partidários e os direitos como produto social disputado por diferentes personagens revelaram projetos políticos que, apesar do antagonismo mútuo, ajudaram na reconstrução de conflitos sociais que emergiram em 1935, motivados logo após a promulgação da Constituição de 1934.

O enfoque maior recaiu na luta dos metalúrgicos que se reuniram principalmente na discussão que deveria decidir entre a criação do salário mínimo nacional para a categoria ou o aumento salarial imediato. O debate entorno da questão propiciou a mobilização de diversos metalúrgicos e conseguiu afetar a vida de quase 20 mil trabalhadores das inúmeras fábricas espalhadas na cidade do Rio de Janeiro, que foram paralisadas por causa da insatisfação com seus ganhos, prejudicados ainda por causa do aumento de custo de vida. Os efeitos da grande greve remexeram com a estrutura do sindicato, que se via dividido entre duas correntes, uma mais moderada, que tentava entrar em consenso com o governo, e outra, feita por uma ala oposicionista (comunistas, aliancistas, esquerdistas no geral), que mobilizavam os trabalhadores nos locais de trabalho e lançavam mão de estratégias mais radicais na busca dos direitos.

O aumento salarial imediato acabou sendo uma vitória parcial do movimento oposicionista, que, simbolicamente, representou uma divisão interna do sindicato e sinalizou para uma rica complexidade política existente. A direção sindical, recém autorizada a funcionar sob o controle e tutela estatal, teve que conviver diariamente com o crescimento da influência e capacidade de mobilização dos aliancistas, em que o jornal *A Manhã* foi um grande interlocutor do movimento. O levante militar no norte do país que ocorreu em novembro de 1935 acabou interrompendo a continuação da luta da categoria e o dinamismo da mobilização foi se perdendo devido à censura dos jornais operários e prisões de líderes sindicais.

Neste sentido, a imprensa operária representada pelo jornal *A Manhã*, ao se colocar como um órgão militante interligado à ANL, tentou agir como centralizador do operariado

carioca através da estratégia de frente única, buscando mobilizar os trabalhadores contra o imperialismo e contra as experiências corporativas que assustavam e cresciam na Itália e na Alemanha. Os recursos para a mobilização e implementação do seu projeto político contou com a luta pelo atendimento imediato das necessidades básicas dos trabalhadores e também na compreensão sobre as especificidades de cada trabalhador. Do lado das mulheres, buscou entender em conjunto com a União Feminina Brasileira (UFB) a sua condição social mais aviltada do que a do homem, de modo que a luta fosse pela sua emancipação. Para os negros, buscou destacar o papel de protagonismo que figuras importantes e movimentos detinham na sociedade. Também foram alvo de sua atenção os trabalhadores rurais, os desempregados e os jovens. O projeto político também brigava para que todos os trabalhadores brasileiros fizessem parte da Central Sindical Unitária Brasileira (CSUB) para que esta se tornasse uma grande força política que agisse não somente na busca do cumprimento das leis sociais pelos sindicatos, mas também no fortalecimento do movimento político aliancista.

A imprensa empresarial, ou burguesa, ficou refletida nas páginas de *O Jornal*, sob a tutela de Assis Chateaubriand. O projeto político contido no periódico é resultado da união entre amigos influentes que eram próximos, autoridades do governo varguista buscando legitimidade e de funcionários do campo da imprensa que buscaram a todo momento realizar o sonho de Chateaubriand de ter um grande conglomerado que fosse a expressão máxima da unidade nacional. Ainda que uma imprensa burguesa pudesse transmitir informações sobre a luta dos operários, os responsáveis pelo *O Jornal* implementaram, na prática, um certo silenciamento dessas questões, pois, durante a grande paralisação dos metalúrgicos, somente uma comunicação privilegiada dos interesses dos empregadores foi emitida, enquanto a mobilização dos trabalhadores e o desrespeito à convenção coletiva não tiveram cobertura midiática.

Baseando-se nos estudos da história social da imprensa, principalmente ao se apoiar nas reflexões de Bagdikian e Jürgen Habermas, é possível perceber a correlação existente entre a concentração midiática buscada por Assis Chateaubriand e a formação e consolidação dos grupos políticos que apoiavam o governo após a Constituição de 1934. A partir dos posicionamentos e discursos dos *Diários Associados*, ficava cada vez mais claro a busca por pontos em comum entre os jornais de Chateaubriand e a procura por

legitimidade e produção de consenso na sociedade. Pode-se também correlacionar a crescente influência dos *Diários Associados* com o desejo cada vez maior dos grupos do poder em controlar a opinião pública, seja para angariar apoio, seja para enfraquecer e criminalizar a oposição. A concentração midiática operada por Chateaubriand virou uma incrível máquina de manchar reputações e de construção de legitimidade. Não à toa, com o tempo, o controle da concentração midiática se torna um imperativo na Era Vargas a partir da criação de novos departamentos pelo governo, que buscariam cada vez mais a aliança com jornalistas, mediante auxílios, patrocínios estatais e outros tipos de benefícios.

A aposta da grande imprensa representada pelos jornais associados estava intimamente ligada a um corporativismo⁷⁰⁹ bem específico. Ao mesmo tempo que se defendia a harmonização das classes pelas figuras do Estado, pleiteava-se também a busca de investimentos estrangeiros para o país de modo a facilitar o desenvolvimento e a superar a crise mundial de recursos no pós-1929. O corporativismo de Chateaubriand tinha ojeriza do nacionalismo e com os seus jornais conseguiu disseminar o conceito político de “extremismo” para os adversários aliancistas e integralistas que se formavam e poderiam ocasionar o afastamento de grupos estrangeiros que investiam no Brasil. O poder e o alcance de suas palavras atingiram em cheio a perseguição de grupos oposicionistas e na instrumentalização do anticomunismo.

As páginas de ambos os jornais contribuíram também para enriquecer com informações sobre o espaço urbano da capital do país, a construção do imaginário da cidade e ainda a incessante modificação do espaço urbano. A necessidade de construir um panorama da capital federal veio do interesse em criar o cenário urbano que se apresentava aos diversos atores sociais que integravam o Rio de Janeiro no ano de 1935, de forma ora conturbada, ora solidária, tudo isto com base nos desejos, interesses, lutas, sentimentos, experiências dos seus cidadãos.

⁷⁰⁹ O contexto de atuação jornalística de Chateaubriand também se insere num momento em que, de acordo com Angela de Castro Gomes, os “intelectuais – editores, literatos, ensaístas, cientistas, professores, jornalistas, etc. –, são personagens centrais desse cenário político-cultural que se adensa no pós-30, e no qual uma das questões-chave em debate é a de um novo modelo político de organização do Estado e da sociedade, em função, como se disse, da acreditada total falência do modelo político representativo liberal. Nesse debate, o tema das corporações e do corporativismo tem grande interesse, até porque, desde 1931, o Brasil já possuía uma legislação sindical pautada em orientação corporativista, prescrevendo o sindicato único para “empregados e empregadores”, reconhecido pelo Estado e sem qualquer conotação política ou religiosa.” Cf. DE CASTRO GOMES, Angela. *Azevedo Amaral e O século do corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas*. In: *Sociologia & Antropologia*, vol. 02-04, 2012, p. 188.

O periódico *O Jornal* anunciava e comentava aspectos relacionados à construção da cidade como Maravilhosa, enaltecendo seu potencial turístico, a Zona sul e a boa vida que se vivia nos bairros “chics” pela classe média urbana em crescimento. A finalidade dos jornais associados, para além da sagrada busca de influência no campo político e no campo jornalístico da época, era também a formação ideológica de um grande público consumidor dos seus jornais e dos seus anúncios pagos, visto ser uma empresa capitalista na busca do lucro. Era essa mesma classe média em ascensão que se retratava em suas páginas, seja para influenciar no seu estilo de vida mais consumista, seja para estabelecer o seu projeto político como o retrato do que a nação deveria seguir para ter o seu desenvolvimento atingido. *O Jornal* falava em algo para além do Rio de Janeiro, pois o ato da escrita e confecção tinha um objetivo elevado de servir como um instrumento de unidade nacional e combate ao grande mal, o comunismo, que começara a assolar o país com o risco de subverter a ordem pública.

Já o jornal *A Manhã* tinha como cenário as contradições e problemas sociais que vivenciam principalmente os suburbanos, como os trens lotados, as longas distâncias entre casa e trabalho e, também, as festividades dos morros e subúrbios. O centro da cidade pelos jornais era cada vez mais visto como um local de passagem para o trabalho, embora a disputa entre moradores ficava cada vez mais acirrada por esta localidade que oferecia uma maior oportunidade de emprego e renda.

As fontes jornalísticas aqui trabalhadas tentaram retratar os eventos que elegemos como os mais importantes no ano de 1935 e o certame ideológica de grupos contrários no palco político após a Constituição de 1934. Através dos cruzamentos dos jornais, pode-se perceber como os discursos e os posicionamentos retratavam projetos políticos em constante disputa por “corações e mentes” e a figura central de nossa atenção foi a classe trabalhadora e suas experiências, buscando entender sua relação com as figuras do governo, o papel do Estado e as leis sociais, os limites e estratégias formulados pelos trabalhadores para lidar com as situações de exploração e contestação. Cada jornal retratou um posicionamento específico sobre a experiência dos trabalhadores, um enfatizando suas lutas, outra enfatizando a harmonia que existia nos locais de trabalho.

O trabalho feito suscita outros questionamentos como a curiosidade em tentar entender como funcionava a parceria (ou não) de todos os jornais dos *Diários Associados* e

de como eles tentaram de forma padronizada construir esse “grande edifício” ao longo de todo território brasileiro. A criminalização da esquerda e da minoria parlamentar por eles implementadas também deveria ser melhor estudada, visto que a abrangência nacional do projeto político e a influência do jornal o colocavam no debate político como uma enorme força no país. Não somente jornais do grupo associado de outras localidades poderiam ajudar a entender melhor o período, mas uma história social da década de 1930 mais completa deveria contemplar também outros jornais do meio operário, como os jornais anarquistas, os ligados a sindicatos e até mesmo os jornais mais populares que pudessem dar mais abertura às reivindicações dos trabalhadores.

Contudo, espero ter cumprido o objetivo inicial de articular uma história da imprensa com uma história dos trabalhadores, que se pautou em mostrar como diferentes projetos políticos dos jornais agiram em relação à atuação da classe trabalhadora.

FONTES

Fontes primárias:

A Manhã (RJ)

Diário da Noite (RJ)

O Jornal (RJ)

Leis e decretos:

BRASIL. *Decreto nº 21.396, de 12 de Maio de 1932*. Institue Comissões Mistas de Conciliação e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/5/1932, Página 9390 (Publicação Original), 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21396-12-maio-1932-526753-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Lei nº 38, de 4 de abril de 1935*. Define crimes contra a ordem política e social. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/6/1935. Página 1399790 (Republicação), 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>

BRASIL. *Decreto nº 24.694, de 12 de Julho de 1934*. Dispõe sobre os sindicatos profissionais. Coleção de Leis do Brasil - 31/12/1934, Página 838 Vol. 4 (Publicação Original), 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24694-12-julho-1934-526841-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Decreto nº 24.609, de 6 de Julho de 1934*. Cria Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1934, Página 14257 (Publicação Original), 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24609-6-julho-1934-515214-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Constituição (1934)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 6 de julho de 1934), 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891), 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

BRASIL. *Decreto-lei nº 5.730*, de 15 de outubro de 1929. Autoriza a proceder ao recenseamento geral da República em 1 de setembro de 1930, e dá outras providências. Coleção de Leis [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 1, p. 73, 1929. Col. 1.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 21.761*, de 23 de Agosto de 1932. Institue a convenção coletiva de trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21761-23-agosto-1932-526768-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institue%20a%20conven%C3%A7%C3%A3o%20coletiva%20de,3%C2%BA%20do%20decreto%20n.>

BRASIL. *Decreto-Lei nº 24.637*, de 10 de Julho de 1934. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24637-10-julho-1934-505781-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Decreto nº 24.776*, de 14 de julho de 1934. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Coleção de leis de 1934, p. 4414, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24776.htm#:~:text=D24776&text=DECRETO%20No%2024.776%2C%20DE%2014%20DE%20JULHO%20DE%201934.&text=INTRODU%C3%87%C3%83O-,Art.,forma%20que%20%C3%AAste%20decreto%20prescreve.

BRASIL. *Decreto nº 24.776*, de 14 de julho de 1934. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Coleção de leis de 1934, p. 4414, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24776.htm#:~:text=D24776&text=DECRETO%20No%2024.776%2C%20DE%2014%20DE%20JULHO%20DE%201934.&text=INTRODU%C3%87%C3%83O-,Art.,forma%20que%20%C3%AAste%20decreto%20prescreve.

BRASIL. *Decreto nº 4.743*, de 31 de outubro de 1923. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/11/1923, Página 28509

(Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>

IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*. [1o. de Setembro de 1940]. Série Regional. Parte XVI - Distrito Federal. Censo Demográfico. População e Habitação. Censos Econômicos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços., Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951 (volume: Série Regional. Parte XVI - Distrito Federal - 1940), p. 92
Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p16_df.pdf

_____. *Anuário Estatístico do Brasil (Ano II)* – 1936. Rio de Janeiro: Typografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, 444p.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil (Ano III)* – 1937. Rio de Janeiro: Typografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937, 902p.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil (Ano IV)* – 1938. Rio de Janeiro: Typografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1074p.

Bibliografia

- ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987..
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*, volume 1 / Bendito Juarez Bahia. - 5.ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 2v.
- BAGDIKIAN, Ben. H. *O Monopólio da mídia: edição definitiva*. São Paulo, Veneta, 2018.
- BARBOSA, Marialva Carlos. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- _____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000* / Marialva Barbosa. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- _____. *Imprensa e poder no Brasil pós-30..* Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.
- _____. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BULHÕES, Tatiana da Silva. *Integralismo em foco: imagens e propaganda política*. – Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil* / Maria Helena Rolim Capelato - São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARVALHO, Wesley. *Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, , Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “*Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa*”. *Projeto História* (PUCSP), v. 1, p. 22-38, 2008.
- DE CASTRO GOMES, Angela. *A Invenção do Trabalhismo*.- 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. *Azevedo Amaral e O século do corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas*. In: *Sociologia & Antropologia*, vol. 02-04, pp. 185-209., 2012.

DEMIER, Felipe. *Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo*. Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 204-229.

DIAS, Paulo da Rocha. *O amigo do rei: Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 380p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo*. In: Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 20 de outubro, 2022.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. *Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil*. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 25-49, 2002.

FRACCARO, G. C. C. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, 31(63) Rio de Janeiro, vol 31, nº 63, p. 11-26, janeiro-abril 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Comunicação, opinião pública e poder*. In: *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo, Ed. Unesp, 1990, pp.187-200.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *“Cinquenta Anos de Frentes Populares”*. In: *Estratégias para uma Esquerda Racional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

KAREPOVS, D. 1935: *A Manhã e a “Campanha dos 50%”*. In: SENA JÚNIOR, C.Z., ed. *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 95-129. ISBN: 978-85-232-1873-7. <https://doi.org/10.7476/9788523218737.0007>.

LARA, Silvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

LARA, Silvia Hunold. *“Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil”*. In: SCHIMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil. Pesquisa histórica e preservação das fontes*.- São Leopoldo: Oikos, 2010.

- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro Operário: natureza do Estado e conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe (1930-1970)* / Eulália Maria Lahmeyer Lobo ... [et al.] coordenação de Eulália M. L. Lobo; prefácio de José Luiz Werneck da Silva. - Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.
- MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'*. São Paulo: EDUC, 1998.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia – Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto., 2017.
- NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In Tempo Social, Vol 18, no 1. São Paulo, 2006, pp. 217-240.
- NEGRO, Antônio Luigi. *Ignorantes, sujos e grosseiros: uma reinvenção da história do trabalhismo*. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 09-33, 2003.
- _____. *"Paternalismo, populismo e história social"*. In Cadernos AEL, Campinas, Vol 19, 2005.
- OLIVEIRA FREIRE, A. L. *O desenvolvimento do comércio e a produção do espaço urbano*. GeoTextos, [S. l.], v. 6, n. 2, 2011. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v6i2.4829. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4829>.
- OLIVEIRA JUNIOR, Carlos.Magno. *Conflitos e alianças de um intelectual à esquerda: a trajetória do jornalista Pedro Mota Lima (1922-1935)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
- PRESTES, A. L. *70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL)*. Estudos Ibero-Americanos, [S. l.], v. 31, n. 1, 2005. DOI: 10.15448/1980-864X.2005.1.1328. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1328>.

RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas: 1937-1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), Câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial. 1998.

RIO DE JANEIRO (Cidade). *O Jornal Órgão líder dos Diários Associados*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.– A Secretaria Especial de Comunicação Social, 2007. 72 p.: il.– (Cadernos da Comunicação. Série Memória v.18).

SANTOS PRIMO, Jacira Cristina. *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira entre 1934 e 1937*. Dissertação de mestrado - PPGH, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 127p. 2006.

SCHIMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil. Pesquisa histórica e preservação das fontes*.- São Leopoldo: Oikos, 2010.

SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do pcb nas páginas da grande imprensa 1945-1948*. 2008. 199 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93414>>.

SOARES, Paula Elise Ferreira. *A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista*. Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed (atualizada) - Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SORÁ, Gustavo. *A arte da amizade: José Olympio o campo de poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros*. Antropologia. Niterói, n. 30, p. 49-71, 1. sem. 2011.

SOUZA, Rafael. *No coração da urbe: política, cultura e memória no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945)* / Rafael Lima Alves de Souza; orientadora: Margarida de Souza Neves. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

STOTZ, Eduardo Navarro. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do sindicalismo corporativista (1932-1945)*. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1986.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAZ, Lilian Fessler. *Dos Cortiços às Favelas e aos Edifícios de Apartamentos - A Modernização da Moradia no Rio de Janeiro*. *Análise Social*, Lisboa, v. 3, n. 127, 1994.